



Plano Municipal DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

MUNICÍPIO DO SABUGAL



CADERNO I INFORMAÇÃO DE BASE

Gabinete Técnico
Florestal

Abril de 2014

NOTA INTRODUTÓRIA

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do Artigo 10.º do Despacho n.º 4345/2012, de 27 de Março “ Os PMDFCI atualmente em vigor, mantêm o período de vigência de cinco anos, contando a partir da data de aprovação pela AFN, findo o qual deve ser apresentado um novo PMDFCI ”.

Neste seguimento, e de acordo com o estabelecido no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Sabugal que teve um período de vigência de cinco anos (2008 - 2012), o novo PMDFCI com um período de vigência de cinco anos (2014 - 2018) foi elaborado pelo município e apresentado para aprovação em Abril de 2014 à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sabugal (CMDFCI).

A partir dos elementos apresentados e na sequência dos resultados obtidos, entendesse ser um longo caminho a percorrer. O fenómeno dos incêndios florestais (situações adversas) obriga a uma gestão contínua, o que implica decisões de ordem temporal e espacial. Assim, e com o conhecimento de tudo o que acima foi dito e ainda considerando o PMDFCI um instrumento de base e pragmático, é importante destacar, o esforço na organização da CMDF, tendo em vista um maior envolvimento das instituições que a compõem, que por sua vez trará resultados imediatos na gestão temporal e espacial dos meios e recursos, considerando que as situações adversas são realidades potencialmente constantes e que os recursos são escassos.

A Técnica Superior,

(Carla Pereira, Eng.ª Florestal)

Caderno I – DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO BASE)

1. CARATERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO DO SABUGAL

- 1.1. Enquadramento Geográfico
- 1.2. Hipsometria
- 1.3. Declive
- 1.4. Exposição
- 1.5. Hidrografia

2. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

- 2.1. Rede Climatológica
- 2.2. Temperatura do Ar
- 2.3. Precipitação e Humidade relativa do ar
- 2.4. Ventos Dominantes

3. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

- 3.1. População residente por censo e freguesia e densidade populacional
- 3.2. Índice de Envelhecimento e sua evolução
- 3.3. População por setor de atividade (2011)
- 3.4. Taxa de Analfabetismo
- 3.5. Romarias e Festas

4. CARATERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAS

- 4.1. Ocupação do Solo
- 4.2. Povoamentos Florestais
- 4.3. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC) e Regime Florestal
- 4.4. Instrumentos de Planeamento Florestal
- 4.5. Equipamentos Florestais de Recreio
 - 4.5.1. Equipamentos Florestais de Recreio
 - 4.5.2. Zonas de Caça
 - 4.5.3. Concessões de Pesca

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- 5.1. Distribuição Anual dos Incêndios
- 5.2. Distribuição Espacial dos Incêndios
- 5.3. Área Ardida e Ocorrências – Distribuição Anual
- 5.4. Distribuição Mensal
- 5.5. Distribuição Semanal
- 5.6. Distribuição Diária
- 5.7. Distribuição Horária
- 5.8. Espaços Florestais
- 5.9. Área Ardida e n.º de Ocorrências por Classes de Extensão
- 5.10. Pontos Prováveis de Início e Causas
- 5.11. Fontes de Alerta
- 5.12. Área Ardida e Ocorrências – Distribuição Anual (área $\geq 100\text{ha}$)
- 5.13. Área Ardida e Ocorrências – Distribuição Mensal (área $\geq 100\text{ha}$)
- 5.14. Área Ardida e Ocorrências – Distribuição Semanal (área $\geq 100\text{ha}$)
- 5.15. Área Ardida e Ocorrências – Distribuição Horária (área $\geq 100\text{ha}$)

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SGT E SMDFCI

- 1.1. Articulação do PMDFCI com o PDM

2. ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS

- 2.1. Metodologia

3. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

- 3.1. Carta dos Combustíveis Florestais
- 3.2. Risco de Incêndio Florestal
 - 3.2.1. Perigosidade de Incêndio
 - 3.2.2. Carta Risco de Incêndio Florestal
- 3.3. Carta de Prioridades de Defesa

4. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI SABUGAL

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

5.1. Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

5.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da FCI

5.1.1.1. Rede de FGC e MPC

5.1.1.2. Rede Viária Florestal (RVF)

5.1.1.3. Rede de Pontos de Água (RPA)

5.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI

5.1.2. Planeamento das Ações

5.1.2.1. Redes FGC e MPGC

5.1.2.2. RVF

5.1.2.3. RPA

5.1.2.4. Proposta de Medidas Especiais de Prevenção dos Riscos de Incêndio em Edifícios

situados em espaço rural

5.1.2.5. Metas e Indicadores

5.1.2.6. Orçamento e Responsáveis

5.2. Redução da Incidência dos Incêndios

5.2.1. Avaliação

5.2.1.1. Comportamentos de Risco

5.2.1.2. Fiscalização

5.2.2. Planeamento das Ações

5.2.2.1. Campanha de Sensibilização Florestal

5.2.2.2. Fiscalização

5.2.2.3. Metas e Indicadores

5.2.2.4. Orçamento e Responsáveis

5.3. Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

5.3.1. Avaliação

5.3.1.1. Vigilância e Detecção

5.3.1.2. 1ª Intervenção

5.3.1.3. Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

5.3.2. Planeamento das Ações

5.3.2.1. Metas e Indicadores

5.3.2.2. Orçamento e Responsáveis

5.4. Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

5.4.1. Enquadramento

5.5. Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

5.5.1. Competências das Entidades Intervenientes no SDFCI

5.5.2. Atividades da CMDFCI Sabugal

Caderno III – PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM)

1. MEIOS E RECURSOS

2. DISPOSITIVO OPERACIONAL DE DFCI

3. SETORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO

3.1. Vigilância e Detecção

3.2. 1ª Intervenção

3.3. Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

4. CARTOGRAFIA DE APOIO À DECISÃO (CAD)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2. Fontes de Informação

2.1 Fontes Bibliográficas

2.2. Fontes Webgráficas

3. Cartografia de Enquadramento

3.1. Figuras

3.2. Anexos

Anexo I – Mapa das áreas ardidadas do concelho do Sabugal (2000-2011)

Anexo II – Mapa dos pontos e inícios de causas

Anexo III – Mapa das áreas ardidadas dos grandes incêndios do concelho do Sabugal (2000-2011)

Caderno I – DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO BASE)

FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento territorial

Figura 2 – Altimetria (Altitude em metros)

Figura 3 – Declives das vertentes (Inclinações em %)

Figura 4 – Exposição das vertentes

Figura 5 – Rede hidrográfica

Figura 6 – População residente por freguesia

Figura 7 – Índice de envelhecimento

Figura 8 – População por setor de atividade

Figura 9 – Taxa de analfabetismo

Figura 10 – Romarias e festas

Figura 11 – Carta de ocupação do solo

Figura 12 – Mapas dos povoamentos florestais

Figura 13 – Mapa das áreas protegidas, rede natura 2000 e regime florestal

Figura 14 – Mapa dos instrumentos de gestão florestal

Figura 15 – Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e pesca

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores mensais da temperatura média, média máxima e valores máximos no concelho do Sabugal

Gráfico 2 – Precipitação mensal e máxima diária no concelho do Sabugal (1961-1990)

Gráfico 3 – Valores médias mensais da humidade do ar às 9h e 18h no concelho do Sabugal (1961-1990)

Gráfico 4 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências em 2001-2010

Gráfico 5 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

Gráfico 5A - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

Gráfico 5B - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

Gráfico 5C - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

Gráfico 6 - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100ha

Gráfico 6A - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100ha

Gráfico 6B - Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100ha

Gráfico 7 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média 2000-2009

Gráfico 8 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média 2000-2009

Gráfico 9 – Distribuição diária acumulada da área ardida e do número de ocorrências em 2010

Gráfico 10 – Distribuição horária e do número de ocorrências (2000-2010)

Gráfico 11 – Distribuição da área ardida por espaços florestais (2000-2010)

Gráfico 12 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (2005-2010)

Gráfico 13 – Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2005-2010)

Gráfico 14 – Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta e hora (2005-2010)

Gráfico 15 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)

Gráfico 16 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)

Gráfico 17 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)

Gráfico 18 – Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)

QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos declives

Quadro 2 – Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho do Sabugal (1961-1990)

Quadro 3 – Ocupação e usos do solo no concelho

Quadro 4 – Macrozonagem Funcional do Território do Concelho do Sabugal

Quadro 5 – Distribuição das espécies florestais (ha) do Concelho do Sabugal

Quadro 6 – Identificação da Unidade de Gestão

Quadro 7 – Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área

ANEXOS

Anexo I – Mapa das áreas ardidas no concelho do Sabugal (2000-2011)

Anexo II – Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios no concelho do Sabugal (2000-2011)

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO

Mapas

Mapa 1 – Combustíveis Florestais do Concelho do Sabugal

Mapa 2 – Perigosidade

Mapa 3 – Risco de Incêndio Florestal

Mapa 4 – Prioridades de Defesa

Mapa 5 – Representação das FGC e MPGC

Mapa 6 – Representação da Rede Viária Florestal (RVF)

Mapa 7 – Representação da Rede de Pontos de Água (RPA)

Mapa 7A – Silvicultura no âmbito da DFCI

Mapa 8A – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2013)

Mapa 8B – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2014)

Mapa 8C – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2015)

Mapa 8D – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2016)

Mapa 8E – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2017)

Mapa 9 – Rede de Vigilância e Detecção - Sabugal

Mapa 10 – 1.^a Intervenção – Sabugal

Mapa 11 – Estabilização de Emergência - Sabugal

Mapa 12 – Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais

QUADROS

Quadro 1 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Águas Belas

Quadro 2 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Aldeia do Bispo

Quadro 3 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Aldeia da Ponte

Quadro 4 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Aldeia da Ribeira

Quadro 5 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Aldeia de Santo António

Quadro 6 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Aldeia Velha

Quadro 7 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Alfaiates

Quadro 8 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Badamalos

Quadro 9 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Baraçal

Quadro 10 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Bendada

Quadro 11 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Bismula

Quadro 12 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Casteleiro

Quadro 13 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Cerdeira

Quadro 14 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Fóios

Quadro 15 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Forcalhos

Quadro 16 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Lageosa da Raia

Quadro 17 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Lomba

Quadro 18 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Malcata

Quadro 19 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Moita

Quadro 20 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Nave

Quadro 21 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Penalobo

Quadro 22 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Pousafoles do Bispo

Quadro 23 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Quadrazais

Quadro 24 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Quadro 25 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Rapoula do Côa

Quadro 26 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Rebolosa

Quadro 27 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Rendo

Quadro 28 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Ruivós

Quadro 29 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Ruvina

Quadro 30 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Sabugal

Quadro 31 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Santo Estevão

Quadro 32 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Seixo do Côa

Quadro 33 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Sortelha

Quadro 34 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Soito

Quadro 35 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Vale das Éguas

Quadro 36 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Vale de Espinho

Quadro 37 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Valongo do Côa

Quadro 38 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Vila Boa

Quadro 39 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Vila do Touro

Quadro 40 – Intervenção na Rede Secundária de FGC na freguesia de Vilar Maior

Quadro 41: Total de Intervenção da rede de FGC e MPGC

Quadro 42: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Águas Belas

Quadro 43: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia do Bispo

Quadro 44: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia da Ponte

Quadro 45: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia da Ribeira

Quadro 46: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia de Santo António

Quadro 47: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia Velha

Quadro 48: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Alfaiates

Quadro 49: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Badamalos

Quadro 50: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Baraçal

Quadro 51: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Bendada

Quadro 52: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Bismula

Quadro 53: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Casteleiro

Quadro 54: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Cerdeira

Quadro 55: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Fóios

Quadro 56: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Forcalhos

Quadro 57: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Lageosa da Raia

Quadro 58: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Lomba

Quadro 59: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Malcata

Quadro 60: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Moita

Quadro 61: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Nave

Quadro 62: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Penalobo

Quadro 63: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Pousafoles do Bispo

Quadro 64: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Quadrazais

Quadro 65: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Quadro 66: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rapoula do Côa

Quadro 67: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rebolosa

Quadro 68: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rendo

Quadro 69: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Ruivós

Quadro 70: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Ruvina

Quadro 71: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Sabugal

Quadro 72: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Santo Estevão

Quadro 73: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Seixo do Côa

Quadro 74: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Sortelha

Quadro 75: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Soito

Quadro 76: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vale das Éguas

Quadro 77: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vale de Espinho

Quadro 78: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Valongo do Côa

Quadro 79: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vila Boa

Quadro 80: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vila do Touro

Quadro 81: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vilar Maior

Quadro 82: Intervenção Total na (construção/manutenção) da rede viária florestal

Quadro 83: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Águas Belas

Quadro 84: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia do Bispo

Quadro 85: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia da Ponte

Quadro 86: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia da Ribeira

Quadro 87: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia de Santo António

Quadro 88: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia Velha

Quadro 89: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Alfaiates

Quadro 90: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Badamalos

Quadro 91: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Baraçal

Quadro 92: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Bendada

Quadro 93: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Bismula

Quadro 94: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Casteleiro

Quadro 95: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Cerdeira

Quadro 96: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Fóios

Quadro 97: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Forcalhos

Quadro 98: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Lageosa da Raia

Quadro 99: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Lomba

Quadro 100: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Malcata

Quadro 101: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Moita

Quadro 102: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Nave

Quadro 103: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Penalobo

Quadro 104: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Pousafoles do Bispo

Quadro 105: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Quadrazais

Quadro 106: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Quintas de São

Bartolomeu

Quadro 107: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rapoula do Côa

Quadro 108: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rebolosa

Quadro 109: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rendo

Quadro 110: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Ruivós

Quadro 111: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Ruvina

Quadro 112: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Sabugal

Quadro 113: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Santo Estevão

Quadro 114: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Seixo do Côa

Quadro 115: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Sortelha

Quadro 116: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Soito

Quadro 117: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vale das Éguas

Quadro 118: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vale de Espinho

Quadro 119: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Valongo do Côa

Quadro 120: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vila Boa

Quadro 121: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vila do Touro

Quadro 122: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vilar Maior

Quadro 123: Intervenção Total na (construção/manutenção) da rede de pontos de água

Quadro 124: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Águas Belas

Quadro 125: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia do Bispo

Quadro 126: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia da Ponte

Quadro 127: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia da Ribeira

Quadro 128: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia de Santo

António

Quadro 129: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia Velha

Quadro 130: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Alfaiates

Quadro 131: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Badamalos

Quadro 132: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Baraçal

Quadro 133: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Bendada

Quadro 134: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Bismula

Quadro 135: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Casteleiro

Quadro 136: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Cerdeira

Quadro 137: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Fóios

Quadro 138: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Forcalhos

Quadro 139: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Lageosa da Raia

Quadro 140: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Lomba

Quadro 141: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Malcata

Quadro 142: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Moita

Quadro 143: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Nave

Quadro 144: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Penalobo

Quadro 145: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Pousafoles do Bispo

Quadro 146: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Quadrazais

Quadro 147: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Quadro 148: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rapoula do Côa

Quadro 149: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rebolosa

Quadro 150: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rendo

Quadro 151: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Ruivós

Quadro 152: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Ruvina

Quadro 153: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Sabugal

Quadro 154: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Santo Estevão

Quadro 155: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Seixo do Côa

Quadro 156: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Sortelha

Quadro 157: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Soito

Quadro 158: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vale das Éguas

Quadro 159: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vale de Espinho

Quadro 160: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Valongo do Côa

Quadro 161: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vila Boa

Quadro 162: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vila do Touro

Quadro 163: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vilar Maior

Quadro 164: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Águas Belas

Quadro 165: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia do Bispo

Quadro 166: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia da Ponte

Quadro 167: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia da Ribeira

Quadro 168: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia de Santo António

Quadro 169: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia Velha

Quadro 170: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Alfaiates

Quadro 171: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Badamalos

Quadro 172: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Baraçal

Quadro 173: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Bendada

Quadro 174: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Bismula

Quadro 175: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Casteleiro

Quadro 176: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Cerdeira

Quadro 177: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Fóios

Quadro 178: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Forcalhos

Quadro 179: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Lageosa da Raia

Quadro 180: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Lomba

Quadro 181: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Malcata

Quadro 182: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Moita

Quadro 183: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Nave

Quadro 184: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Penalobo

Quadro 185: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Pousafoles do Bispo

Quadro 186: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Quadrazais

Quadro 187: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Quadro 188: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rapoula do Côa

Quadro 189: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rebolosa

Quadro 190: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rendo

Quadro 191: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Ruivós

Quadro 192: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Ruvina

Quadro 193: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Sabugal

Quadro 194: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Santo Estevão

Quadro 195: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Seixo do Côa

Quadro 196: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Sortelha

Quadro 197: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Soito

Quadro 198: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vale das Éguas

Quadro 199: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vale de Espinho

Quadro 200: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Valongo do Côa

Quadro 201: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vila Boa

Quadro 202: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vila do Touro

Quadro 203: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vilar Maior

Quadro 205 - Comportamentos de Risco

Quadro 206 – Fiscalização (2012/2013)

Quadro 207 – Fiscalização

Informação de Base

Quadro 208 – Sensibilização

Quadro 209 – Metas e Indicadores – Fiscalização

Quadro 210 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização

Quadro 211 – Orçamento – Fiscalização

Quadro 212 - Metas e Indicadores

Quadro 213 - Orçamento e Responsáveis

Quadro 214 - Quadro de competências das entidades intervenientes no SDFCI (Cont)

Quadro 215 - Cronograma de reuniões da CMDFCI

Quadro 216 - Principais responsabilidades de cada uma das entidades que constituem a CMDF

Quadro 217 - Principais ações a desenvolver no âmbito da atividade da CMDFCI

Quadro 218 – Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI do Concelho do Sabugal

CADERNO III – PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL

QUADROS

Quadro 1 - Entidades envolvidas em cada ação (Inventário de viaturas e equipamentos)

Quadro 2 - Meios complementares de apoio ao combate

Quadro 3 – Procedimento de atuação no alerta Amarelo

Quadro 4 – Procedimento de atuação no alerta Laranja e Vermelho

Quadro 5 - Lista Geral de Contatos

MAPAS

Mapa 1 – Rede de Vigilância e deteção de incêndios do concelho do Sabugal

Mapa 2 – Setores territoriais de DFCI e LEE – Vigilância e deteção

Mapa 3 – Setores territoriais de DFCI e LEE – 1ª Intervenção

Mapa 4 – Setores territoriais de DFCI e LEE – Combate

CAD – Cartografia de Apoio à Decisão

Esquema 1 – Esquema de comunicação dos alertas **Amarelo**, **Laranja** e **Vermelho** (1ª Intervenção) do concelho do Sabugal

Versão 3.0

A presente versão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho do Sabugal resulta da Revisão do Plano pré existente, que define as medidas necessárias para operacionalizar a nível local e municipal as normas contidas na legislação DFCl, em especial no Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho e legislação complementar, no Plano nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio) e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

O PMDFCI visa estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades e em reuniões efetuadas no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com as orientações emanadas pelo Guia Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, da autoria da Autoridade Florestal Nacional.

Este trabalho permite fazer o diagnóstico global e abrangente da floresta e das infraestruturas de prevenção e combate aos incêndios florestais no Concelho do Sabugal, para de forma integrada, atingir os objetivos propostos pelo **Decreto – Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.**

Estrutura do PMDFCI

O PMDFCI do concelho do sabugal é constituído por:

- Diagnóstico (informação de base) – Caderno I
- Plano de Ação - Caderno II
- Plano Operacional Municipal (POM) – Caderno III

Diagnóstico

Para uma abordagem coerente ao problema dos incêndios florestais a nível municipal é absolutamente necessário a elaboração do diagnóstico que caracterize as condições de ocorrência deste fenómeno. Este conhecimento permitirá definir uma estratégia de DFCI fundamentada, coesa e adaptada às particularidades do concelho, na prossecução dos objetivos do PNDFCI. Assim sendo, o Caderno I do PMDFCI do concelho do sabugal constitui uma base de informação, que se traduz num diagnóstico específico e que irá servir de apoio à decisão relativamente às propostas apresentadas no Caderno II do mesmo Plano.

O Diagnóstico caracterizará o território municipal consubstanciado na caracterização física, climática, população, ocupação do solo, análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais, etc.

1. Caracterização Física

1.1. Enquadramento Geográfico

O Concelho do Sabugal localiza-se na região da Beira Interior Norte e pertence ao Distrito da Guarda, da qual dista 32 km. Ocupa a parte meridional do território de Riba Côa, sendo atravessado de Sul para Norte pelo Rio Côa. Confinha com os Concelhos de Guarda e Almeida a Norte, com o Concelho de Belmonte a Oeste, com o Concelho do Fundão e de Penamacor a Sul e numa grande extensão a Este, com a Espanha.

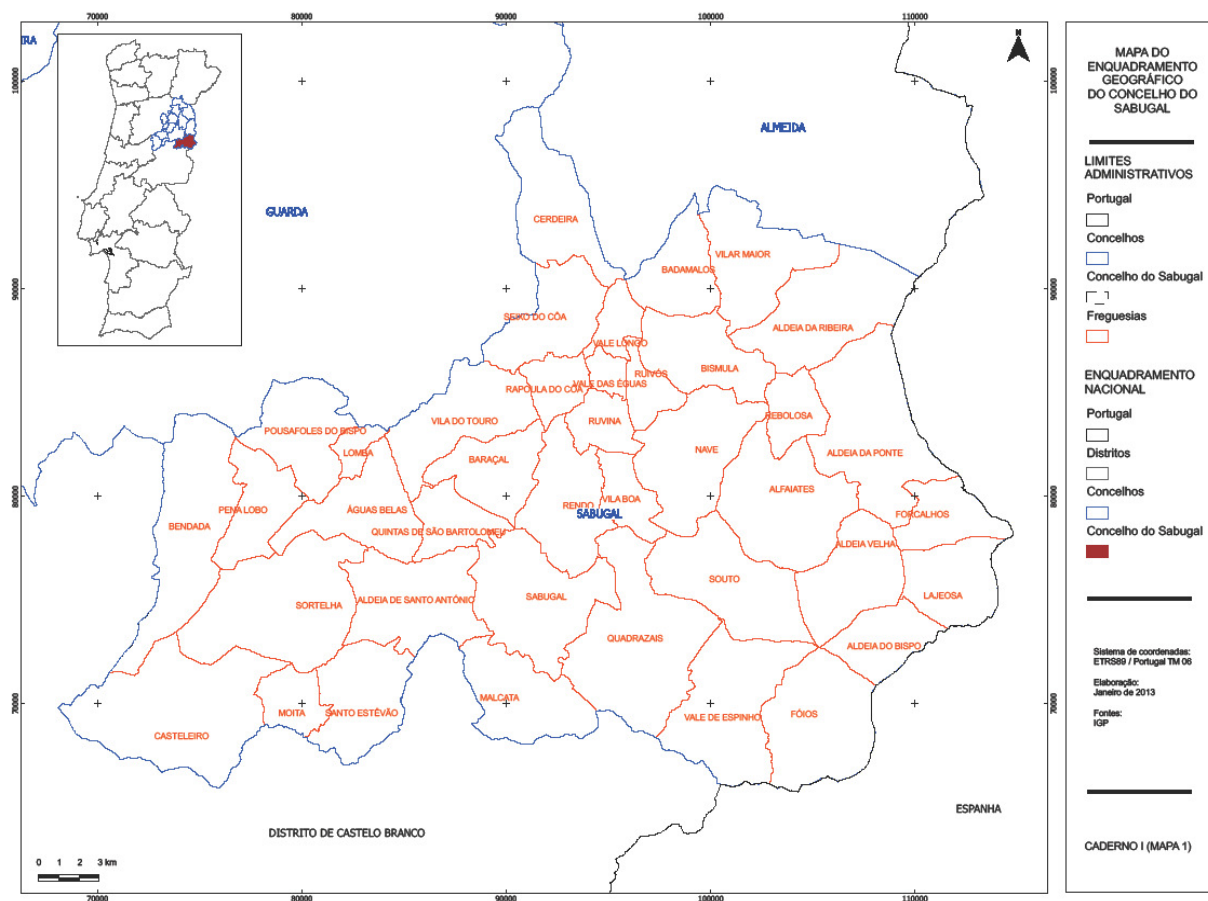


Figura 1 - Enquadramento Territorial

O Concelho ocupa uma área de **827 km²** e é composto por 40 freguesias: Águas Belas, Aldeia do Bispo, Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira, Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Alfaiates, Badamalos, Baraçal, Bendada, Bismula, Casteleiro, Cerdeira do Côa, Fóios, Forcalhos, Lageosa da Raia, Lomba, Malcata, Moita, Nave, Penalobo, Pousafoles do Bispo, Quadrazais, Quintas de São Bartolomeu, Rapoula do Côa, Rebolosa, Rendo, Ruivós, Ruvina, Sabugal, Santo Estêvão, Seixo do Côa, Sortelha, Soito, Vale das Éguas, Vale de Espinho, Valongo do Côa, Vila Boa, Vila do Touro e Vilar Maior.

O concelho do Sabugal está inserido na Direção Regional de Florestas do Centro, na Unidade de Gestão Florestal da Beira Interior Norte.

Em termos hipsométricos verificam-se grandes oscilações que vão desde altitudes inferiores a 500 metros até superiores a 1100 metros. As altitudes máximas ocorrem na Serra do Homem de Pedra, 1152 metros, e no alto da Serra das Mesas, com 1259 metros. Esta situação irá influenciar e modificar o ambiente em termos paisagísticos e de ocupação do solo.

Sinteticamente, pode-se considerar que, em termos morfológico-paisagísticos, o concelho se divide em três áreas de características diferentes: a parte Norte e Centro de características planálticas; a zona ocidental onde predominam vales escarpados, declives acentuados e linhas de água de regime torrencial; e, finalmente, a Serra da Malcata no Sudeste do concelho, com encostas mais ou menos suaves onde as altitudes ascendem aos 1100 metros.

A topografia é nitidamente mais suave nas zonas Norte e Centro do que nas áreas Sul e Ocidental, onde se encontram as encostas mais declivosas (declives superiores a 30%).

As serranias de São Cornélio, da Opa, da Quarta-Feira, de Penalobo, do Cabeço das Fráguas e da Bendada, constituem marcos notórios na transposição entre o planalto que se estende a partir da Guarda, e que marca a paisagem das zonas Norte e Centro do concelho, e a depressão da Cova da Beira. Já a Serra da Malcata, devido às suas dimensões, constitui uma vincada fronteira a Sudeste.

Esta variação acentuada, reflete a grande diversidade ao nível da vegetação e habitats, permitindo alguma diversidade na estrutura e composição do solo e da vegetação, tornando – se mais difícil prever o comportamento do fogo.

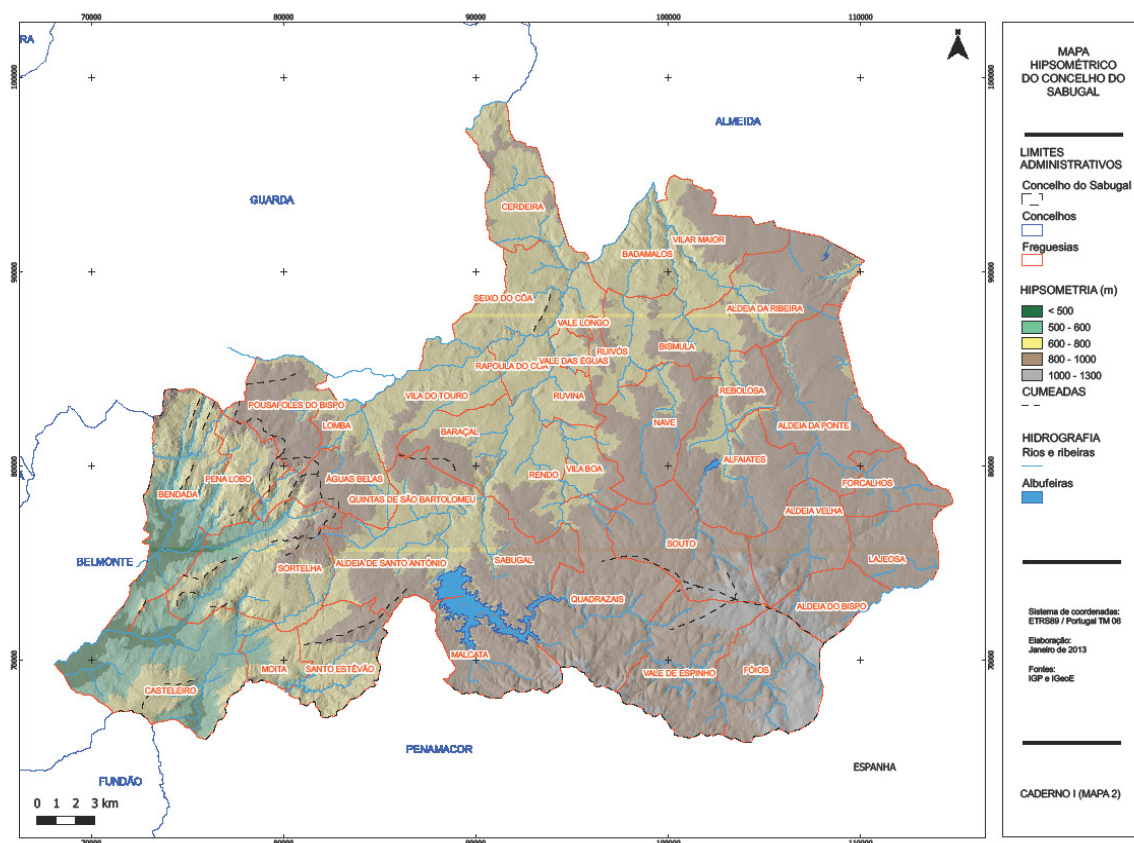


Figura 2 – Altimetria (altitude em metros)

1.3. Declive

O declive exerce uma influência considerável sobre a velocidade de propagação do fogo, sobretudo durante os primeiros estados de um incêndio.

Quadro 1 – Classificação dos Declives

Classes de Declives (%)	Área (ha)	Representatividade (%)
<5	23215	28,1
5-10	23043	27,8
10-20	24101	29,2
20-30	7830	9,4
>30	4674	5,6

No entanto a influência do declive no comportamento do fogo é variável consoante o complexo de combustível. Aplicar o mesmo coeficiente de ponderação à vegetação herbácea, arbustiva, arbórea ou a resíduos de exploração é uma

generalização que se destina a ponderar negativamente o aumento do declive relativamente ao perigo de incêndio, porque em igualdade de circunstâncias, os incêndios progridem mais rápido em vertentes de declives acentuados.

O declive está também diretamente relacionado com o risco de erosão e com a possibilidade de mecanização das operações florestais. Nas áreas envolventes das linhas de água, o risco de erosão é frequentemente muito elevado, uma vez que se trata de áreas de concentração de águas pluviais.

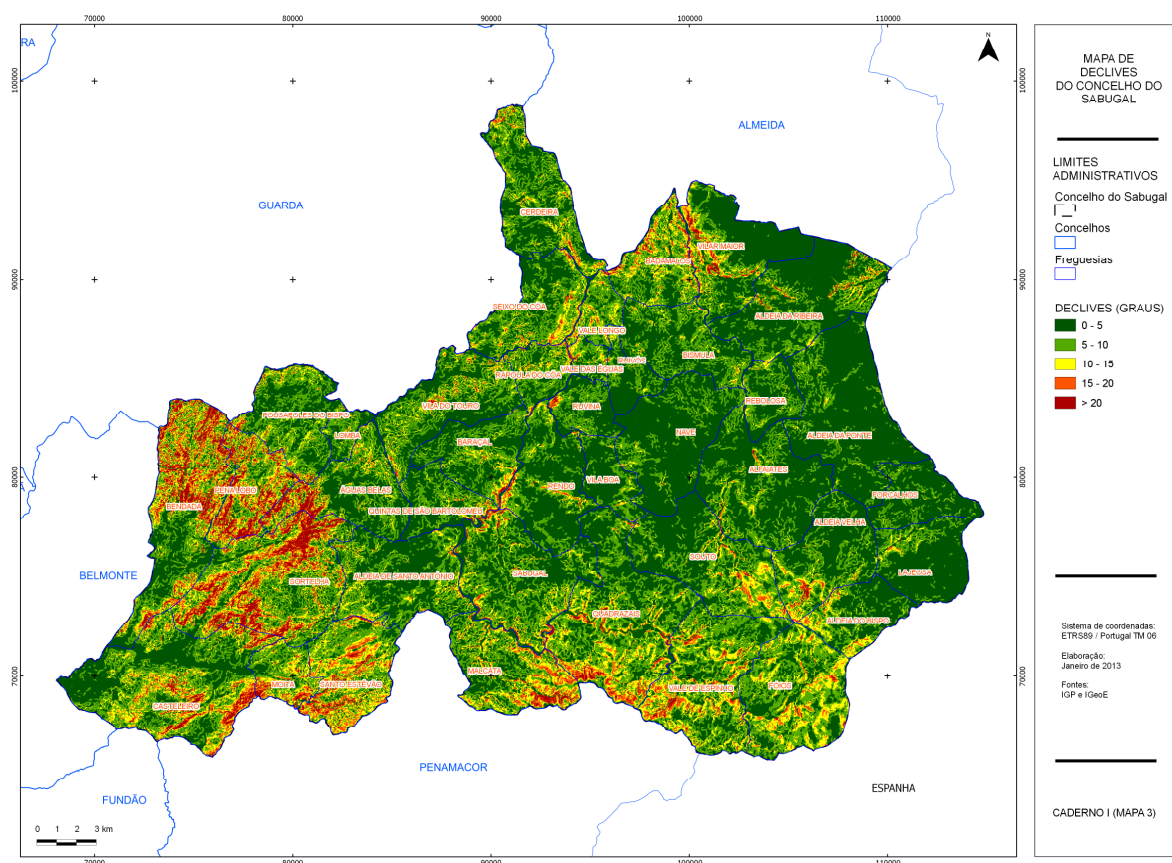


Figura 3 – Declives das Vertentes (inclinações em %)

1.4. Exposição

A exposição está relacionada com o grau de insolação e consequentemente com o teor de humidade e a sua inflamabilidade. Assim sendo, as encostas voltadas a Sul e a Oeste são as mais sensíveis ao aparecimento e propagação dos incêndios pois o facto de receberem as radiações solares mais cedo e ao longo de maior parte do dia, estimula nestas, temperaturas mais altas e humidades inferiores, estabelecendo condições ótimas para a eclosão e propagação de um incêndio.

Por sua vez, nas zonas orientadas a Norte e a Este dá-se o inverso que, devido ao facto de captarem menor insolação têm temperaturas mais baixas e humidades mais altas, mantendo – se a vegetação constantemente mais verde e menos sensível ao fogo.

Analisando a carta de exposições, verifica-se que as mais sensíveis à eclosão e propagação do fogo, são as encostas viradas a Sul e a Oeste. Estas são as que recebem mais radiação solar e têm por isso temperaturas mais elevadas e um menor teor de humidade. Devido às temperaturas mais elevadas os combustíveis secam mais cedo no ano, tornando-se mais suscetíveis à eclosão e propagação do fogo.

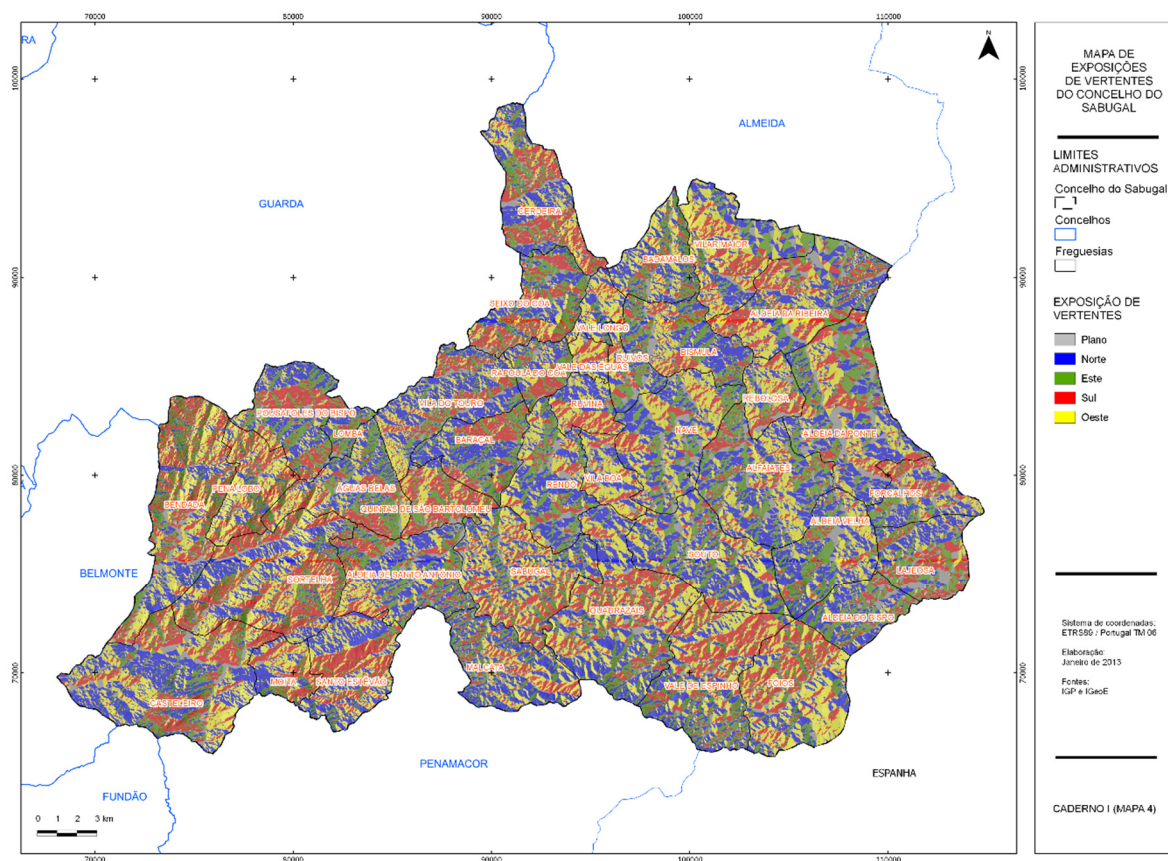


Figura 4 – Exposição das Vertentes

1.5. Hidrografia

Situado no sul da Beira Alta, o concelho ocupa a parte meridional da região de Ribacôa, sendo atravessado de Sul para Norte, pelo Rio Côa. Este rio, que nasce no extremo Sudeste do concelho (Serra das Mesas a Sul dos Fóios), junto à Serra da Malcata, constitui a linha de água mais importante de todo o território concelhio, e marca profundamente a paisagem das suas zonas sul e central.

Para além do rio Côa existem outras linhas de água de alguma importância que atravessam o concelho e que merecem destaque, nomeadamente:

O rio Noème, que atravessa Cerdeira do Côa; a Ribeira da Nave, que nasce junto ao Soito e que vai desaguar ao Côa, no extremo norte do concelho; a Ribeira de Alfaiates, que passa junto da povoação com o mesmo nome; e a Ribeira de Aldeia da Ponte, que atravessa Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira e Vilar Maior.

A Ribeira do Casteleiro, que nasce no centro da freguesia de Sortelha, e se encaminha para Sul em direção ao concelho de Penamacor, passando junto ao Casteleiro; as Ribeiras de Valverdinho e Quarta-feira que nascem nas serranias de Sortelha e atravessam o concelho em direção a Belmonte; e a Ribeira da Bendada, que nasce no extremo noroeste do município e vai desaguar à Ribeira da Quarta-Feira.

Podemos referir que o concelho do sabugal encontra-se com uma rede hidrográfica bem distribuída por todo o concelho, o que uma mais-valia para a DFCI.

Sendo de salientar que este concelho engloba uma importante massa de água que é a albufeira da Sabugal, importantíssima para abastecimento dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais.

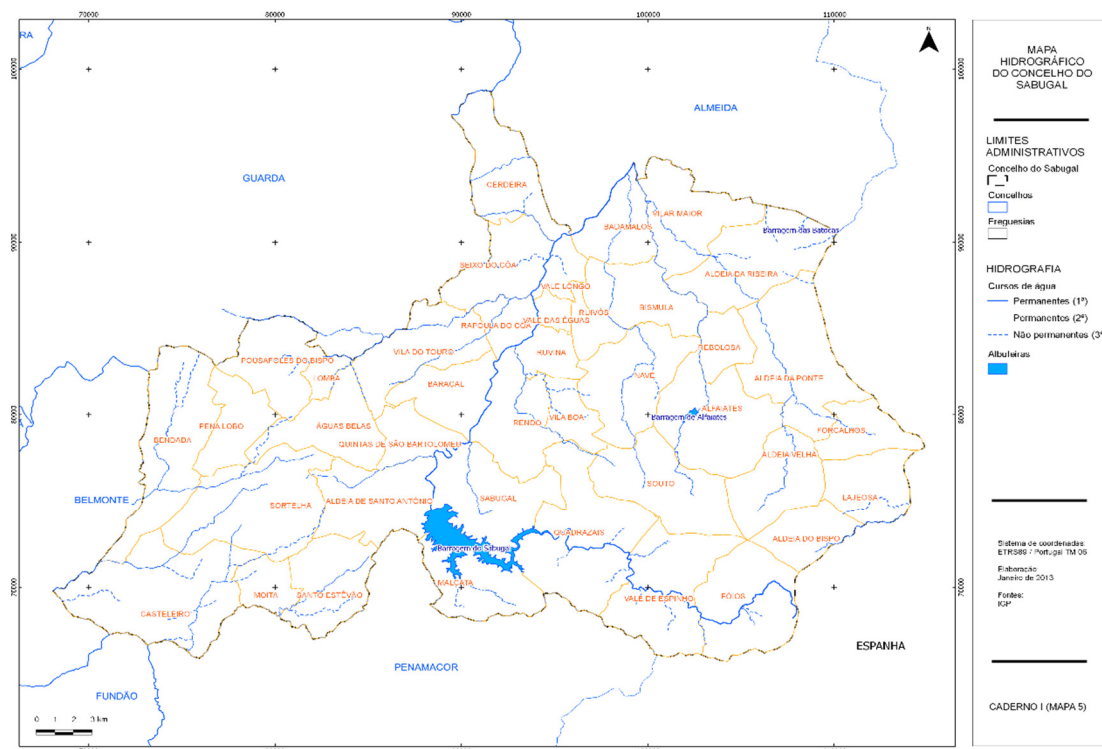


Figura 5 – Rede Hidrográfica

2 - Caracterização Climática

O clima é o elemento do meio natural sobre o qual o homem não tem controlo, sobretudo quando estão em causa áreas extensivas. Assim funciona como uma imposição, uma variável exógena relativamente aos sistemas florestais.

A floresta é composta por plantas vivas que, tal como todos os seres vivos estão adaptadas a determinadas condições climáticas para se desenvolverem e subsistirem. Deste modo, terá de existir um equilíbrio entre a gama de variação de elementos climáticos suportada por cada espécie, e as condições que esta encontra no ambiente que a rodeia, para que o seu desenvolvimento se processe com o mínimo de sobressaltos e se possam atingir os melhores desempenhos produtivos.

Por um lado devemos considerar uma ação direta do clima sobre a floresta - a ação do clima sobre os processos vitais das plantas. Mas, por outro lado, também devemos considerar a sua ação indireta sobre a floresta, que resulta do clima influenciar: os processos de erosão dos solos, a ocorrência de incêndios, e também o regime hidrológico das áreas florestais, três aspetos fortemente relacionados com as funções dos sistemas florestais.

A influência das características climáticas nos incêndios florestais, pode ser vista em termos indiretos, na medida em que afeta o crescimento e acumulação de carga de combustível e em termos diretos, no início e na propagação de um incêndio. Assim sendo, o clima afeta duas arestas do célebre “triângulo de comportamento do fogo” o qual é composto por três arestas: meteorologia, topografia e combustível.

Os fatores meteorológicos a ter em conta neste âmbito são: temperatura, humidade, precipitação, velocidade e direção dos ventos.

2.1. Rede Climatológica

Para a Caracterização Climática do Concelho foram considerados os dados climatológicos do Instituto de Meteorologia observados na Estação Climatológica da Guarda, com influência na área em estudo, a qual foi determinada tendo por base a proximidade, localização e a altitude em relação à área em estudo. De referir que para o efeito se utilizaram os registos médios anuais referentes ao período de 1961-1990.

2.2. Temperatura

O aumento da temperatura atmosférica tende a elevar a probabilidade de ignição. Ao subir a temperatura do ar, os combustíveis, especialmente os finos e mortos, tendem a perder humidade para alcançar o equilíbrio higroscópico com o ar com os rodeia, o que os deixa em condições mais favoráveis para que se inicie e se propague um incêndio.

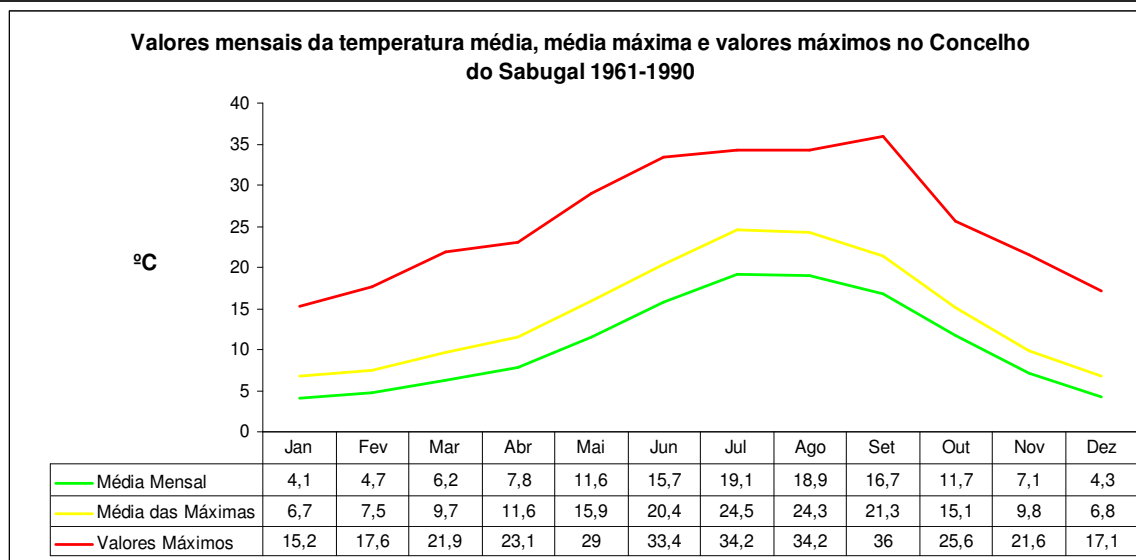


Gráfico 1 – Valores mensais da temperatura média, média máxima e valores máximo no Concelho do Sabugal

Observando o gráfico acima exposto, constata-se que as temperaturas médias mensais mais reduzidas registam-se, como seria de esperar, nos meses de Inverno (Dezembro, Janeiro e Fevereiro) e as mais elevadas em Julho, Agosto e Setembro. Relativamente às temperaturas mínimas e máximas mensais verifica-se que as médias mensais podem chegar ao valor de 4°C em Janeiro e de 24°C no Verão.

Deste modo, e uma vez que o aumento de temperatura leva à perda de humidade dos combustíveis florestais, os meses mais propícios para a ocorrência de incêndios são Julho e Agosto.

2.3. Precipitação e Humidade Relativa do Ar

A precipitação é fundamental para recarregar a reserva hídrica do solo e assim possibilitar o crescimento das plantas. Mas, se essa precipitação for com uma intensidade superior à capacidade de infiltração, verifica-se o escoamento superficial, e surge a erosão hídrica do solo.

O relevo e a continentalidade vão ter influência na distribuição da chuva. Assim as zonas de maior altitude, correspondem também às de maiores precipitações as quais poderão diminuir à medida que se caminha para o interior.

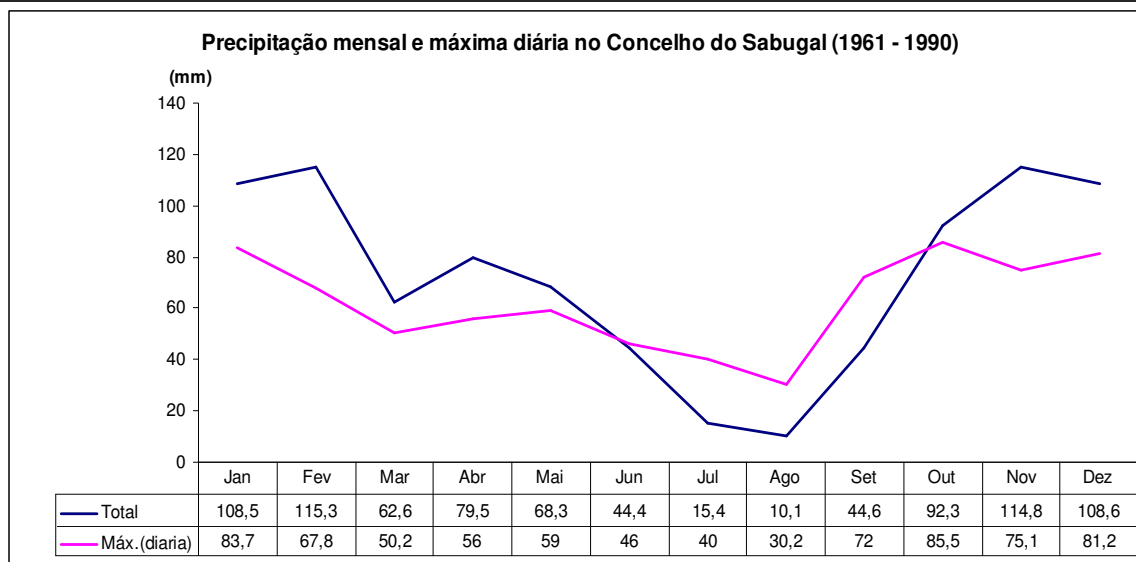


Gráfico 2 – Precipitação mensal e máxima diária no Concelho do Sabugal (1961 – 1990)

No tempo, a variação da precipitação é acentuada. Ao longo do ano, a precipitação concentra-se num semestre húmido (Outubro a Fevereiro) enquanto os meses mais secos são os de Verão (Julho e Agosto).

Quanto à humidade relativa, o seu aumento faz diminuir a possibilidade de início de incêndio, e dificulta a sua propagação, já que a atmosfera cede humidade aos combustíveis dificultando assim a sua combustão.

No Concelho, esta variável do clima apresenta uma variação diária normal, uma vez que os valores mais elevados verificam-se no decorrer da noite e primeiras horas da manhã, tornando-se mais moderada até às primeiras horas da tarde, começando a aumentar progressivamente até ao início da noite.

Analisando a variação da humidade relativa ao longo dos meses do ano, verifica-se uma vez mais a distinção entre Inverno e Verão. Nos meses de Inverno o ar é mais húmido, especialmente no período da manhã, enquanto nos meses de Verão o ar apresenta-se mais seco.

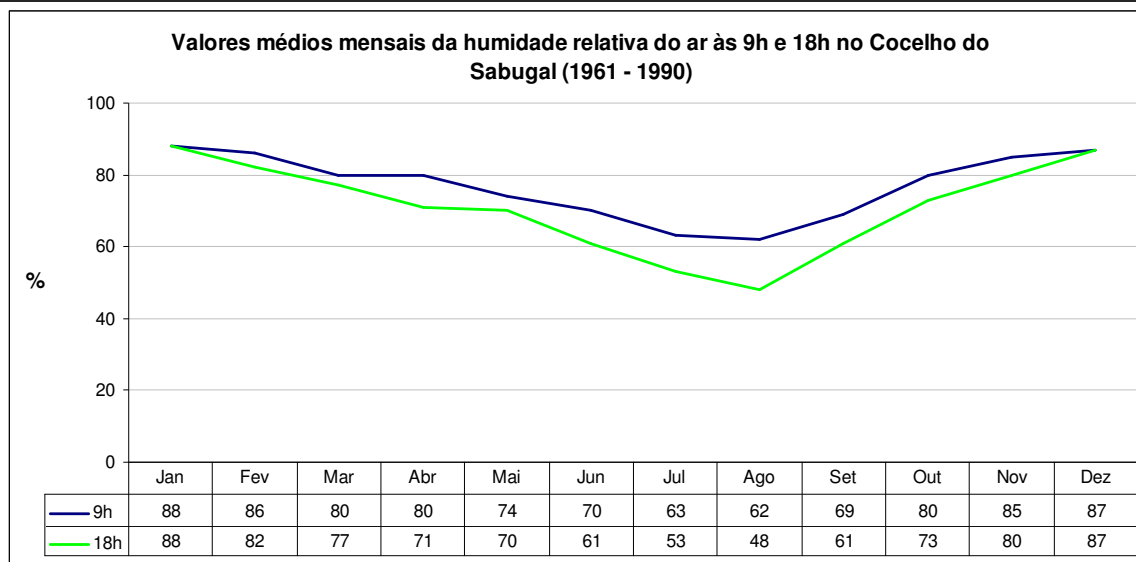


Gráfico 3 – Valores médios mensais da humidade do ar às 9h e 18h no Concelho do Sabugal (1961 – 1990)

2.4. Ventos Dominantes

O vento aumenta a velocidade de propagação dos incêndios, já que fornece oxigénio de combustão, transporta ar quente, seca os combustíveis e dispersa as partículas de ignição. Por outro lado, os ventos fortes limitam a produtividade florestal; ou por diminuírem a taxa de crescimento anual, ou por poderem provocar o derrube de árvores.

Os rumos mais importantes tomados pelo vento são do quadrante Norte (especialmente os de NE e NW) e SW. Enquanto na direção NW e S o vento sopra com as maiores velocidades 22,1 e 22,3 km/h respetivamente, no quadrante S observa-se as maiores frequências, isto é, o maior número de vezes que o vento sopra. É no Inverno que os ventos deste último rumo e em termos de frequência atingem o seu máximo. Não é de estranhar a importância assumida pelos quadrantes NE e SW uma vez que o Vale do Côa tem orientação NNE-SSW.

Existe uma grande preocupação com os ventos de leste, por estarem associados a aumentos de temperatura e por conseguinte maior número de incêndios florestais.

Quadro 2 – Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho do Sabugal (1961 – 1990)

Mês	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	
Janeiro	11,6	17,2	10,3	15,3	8,7	14,2	2,7	13,5	30,5	22,3	5,6	15,4	11,1	17,8	19,4	21,3	0,1
Fevereiro	13,1	16,2	12,0	15,4	14,1	17,3	3,7	17,9	10,9	21,5	3,7	16,0	10,3	20,7	22,1	21,2	0,2
Março	14,8	18,2	12,7	16,3	11,6	14,4	5,0	16,7	19,2	18,4	3,6	18,5	11,6	17,5	21,0	20,0	0,5
Abril	19,8	15,1	13,2	14,6	9,4	15,0	2,0	10,2	21,1	19,7	1,6	12,3	10,4	15,0	22,5	18,5	0,0
Maio	16,3	15,5	8,8	13,5	10,6	17,1	2,0	12,9	23,2	20,4	3,4	16,8	12,5	16,2	23,0	18,2	0,0
Junho	17,7	13,0	11,9	13,3	11,8	13,2	2,5	11,4	18,8	15,1	2,5	15,2	9,6	15,0	24,4	17,8	0,5
Julho	19,7	13,8	12,3	13,4	6,0	10,2	2,3	13,0	16,7	15,4	2,1	14,1	7,9	14,9	33,0	17,5	0,0
Agosto	20,1	13,5	12,1	14,6	8,2	11,9	3,5	11,4	14,3	15,8	2,3	13,3	9,5	14,5	29,8	17,5	0,1
Setembro	17,1	13,6	9,8	11,6	6,9	10,3	2,3	10,6	21,9	16,5	4,3	12,4	10,4	12,7	26,8	16,8	0,4
Outubro	13,6	13,5	8,9	13,8	7,2	11,7	3,9	18,6	34,0	18,1	5,9	12,4	9,5	15,1	16,9	18,4	0,1
Novembro	12,2	16,0	12,1	14,7	6,9	14,6	2,0	18,6	31,9	19,6	5,9	17,5	10,2	15,4	18,5	21,7	0,3
Dezembro	13,6	17,2	13,7	17,3	12,6	14,8	5,1	17,6	22,8	20,8	6,3	15,6	8,9	17,4	17,0	22,1	0,1

f = frequência média (%) e v = velocidade média do vento (Km/h)

c = situação em que não há movimento apreciável do ar, a velocidade não ultrapassa 1 Km/h

3. Caracterização da População

3.1. População Residente por Censo e Freguesia (1991/2001/2011) e Densidade Populacional (2011)

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 2011 (INE), residem no Concelho do Sabugal **12 544 habitantes**. Tendo em conta que a população residente no Concelho em 1991 era de 16 919 habitantes pode conferir-se que esta sofreu uma variação negativa, tendo o concelho perdido nos últimos 30 anos 4375 habitantes. Verifica-se ainda que 25,3 % da população (3 170 habitantes) está concentrada na cidade do Sabugal e na vila do Soito.

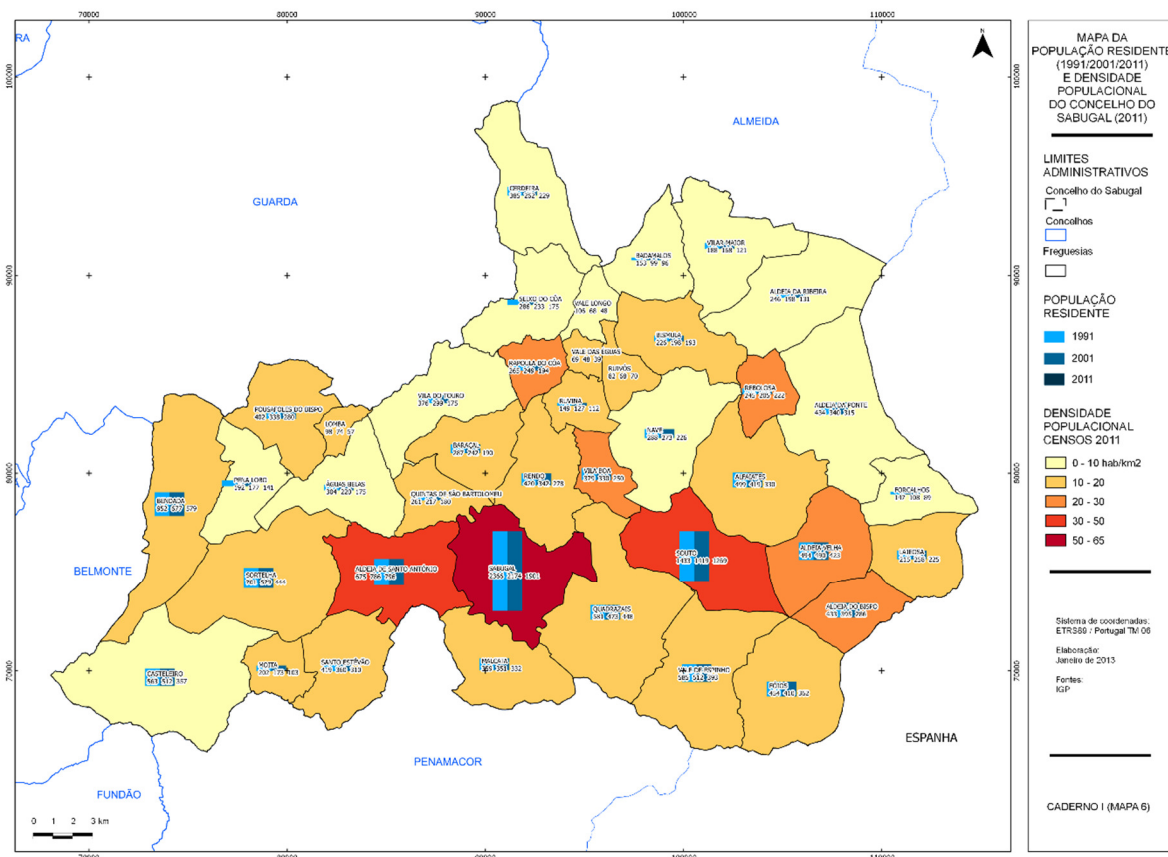


Figura 6 – População residente por freguesia

Pode-se afirmar que a perda de população se tem estendido a todas as freguesias do concelho, à exceção da freguesia de Aldeia de Santo António que teve um crescimento de 121 habitantes nos últimos 30 anos (675, 786 e 796). Por outro lado, na Lageosa, Rebolosa e Ruivós houve um decréscimo da população de 1991 para 2001, no entanto nos últimos censos houve um acréscimo em relação a 1991. Nas restantes freguesias do concelho, a perda de habitantes é muito significativa. A freguesia com menos habitantes é Vale das Éguas com 39 habitantes.

A região raiana portuguesa apresenta aspetos preocupantes de abandono dos territórios de cultivo e ocupação tradicionais, desindustrialização, despovoamento e emigração para cidades vizinhas ou mais longínquas à procura de “melhoras

oportunidades”, movimento que tem condicionado fortemente o desenvolvimento económico e a vida social e comunitário do Sabugal e dos concelhos vizinhos.

Deste fraco povoamento resulta uma menor vigilância da área florestal levando a que pequenos focos de incêndio se transformem em grandes incêndios sem a intervenção pronta da população.

3.2. Índice De Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua Evolução (1991-2011)

O Sabugal é um dos concelhos mais envelhecidos da região da Beira Interior. Este, não foge à tendência geral do País que também é afetado pelo fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento dos residentes idosos e pela diminuição da população jovem.

O Concelho, de acordo com os resultados do Instituto Nacional de Estatística (INE), apresenta 41,21% de habitantes residentes com 65 ou mais anos.

Concomitantemente, apresenta também a percentagem mais reduzida de população residente dos 0 aos 14 anos, sendo de 8% no Sabugal.

Sabugal	Total de Pop. Residente	Até 14 anos	65 ou + anos
	12544	1003	5169

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Censos, 2011)

A grande maioria das freguesias apresenta uma estrutura etária envelhecida, em que mais de 30% da população tem mais de 65 anos. Em freguesias como Aldeia da Ponte, Lageosa, Quadrazais e Vila do Touro, esse valor ultrapassa os 55%. No que respeita à população jovem, a situação é a oposta, pois as freguesias apresentam valores muito baixos, destacando-se a freguesia de Vale das Éguas que não regista qualquer indivíduo neste grupo funcional.

De fato, a freguesia de Vale das Éguas, mas também Badamalos, Lomba, Ruivós e Valongo, são das freguesias mais fragilizadas do concelho, pois, em termos de população residente, não chegam a ultrapassar os 100 habitantes.

No que respeita à estrutura etária, o Sabugal encontra-se num processo de envelhecimento, pela base, em que a população jovem diminui (em 1991, o peso da população com menos de 14 anos era de 14,1% descendo em 2001, para 9,9% e em 2011 encontra-se nos 8%), e pelo topo, em que as faixas etárias superiores a 65 anos aumentam o seu peso no total da população (em 1991, o peso da população com mais de 65 anos era de 30,3% e, em 2001, essa percentagem ascende a 37,6% e atualmente atinge os 41,21%).

A situação atual já era “prevista” na análise dos censos de 2001, pois a população com idades compreendidas entre os 60 e os 74 anos em 2001, correspondia a mais de um terço (36,6%) do total da população residente.

Situação muito preocupante porque um concelho com uma população mais envelhecida é mais propício à ocorrência dos incêndios florestais, tendo em conta que há uma menor resposta a atividades agrícolas e florestais e por outro lado, o abandono dos campos cultivados implica aumento das áreas de matos. Uma população jovem é muito mais ativa e dinâmica, com mais capacidade de resposta.

A população encontra-se mais envelhecida o que vai ter implicações na defesa da floresta contra incêndios, visto que esta se torna menos ativa no meio rural levando a um progressivo abandono das áreas agrícolas e todo o sistema agroflorestal, do qual aumenta a carga combustível.

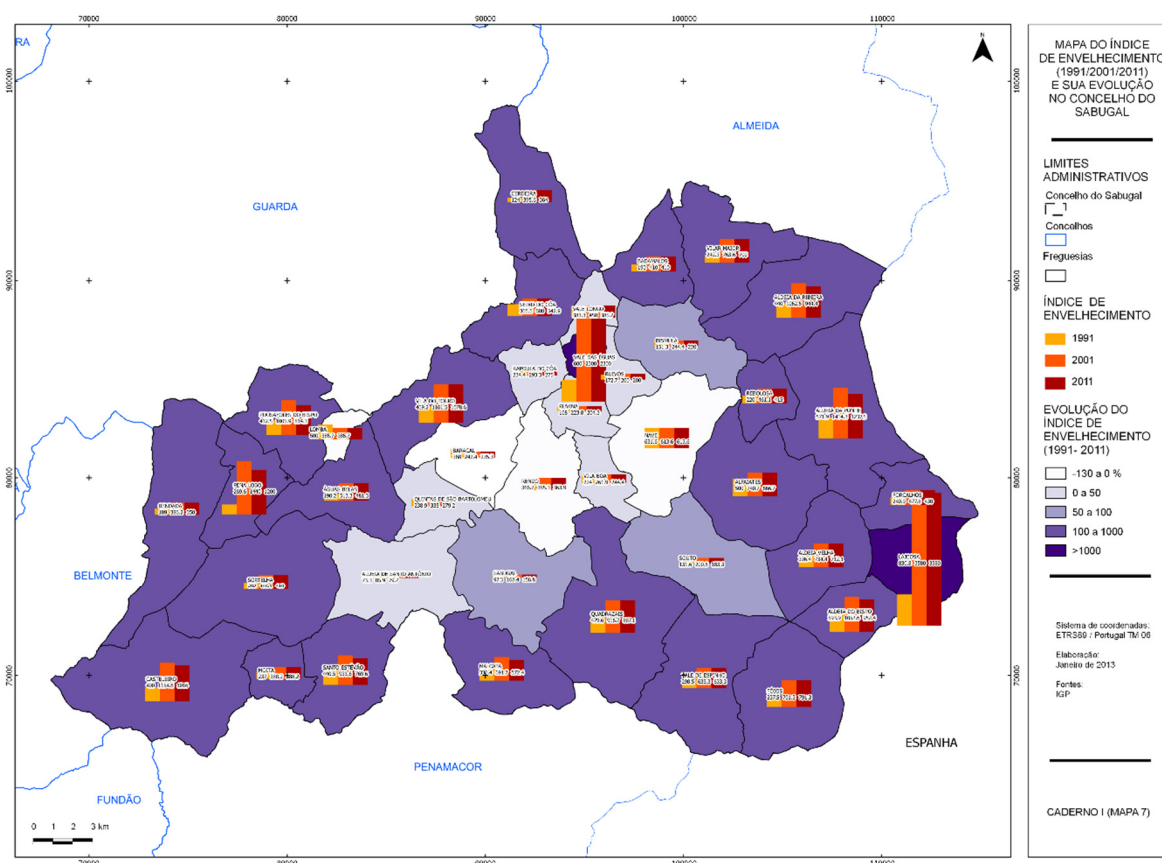


Figura 7 – Índice de Envelhecimento

3.3. População Por Setor de Atividade (%) 2011

O Concelho do Sabugal tem características marcadamente rurais, aliando a importantes valores naturais uma paisagem pouco humanizada, cujas tendências de evolução recente no domínio económico, são características de territórios de baixa densidade, nomeadamente:

- Predominância das atividades agrícolas de subsistência com base numa estrutura fundiária de pequena dimensão e fragmentada em parcelas;

- Fragilidade da base económica local, assente em setores tradicionais, dirigidos maioritariamente para o mercado local/regional e com uma fraca mobilização de fatores dinâmicos de competitividade;
- Sub-aproveitamento económico do potencial dos recursos endógenos, nomeadamente de um vasto património natural e também histórico-cultural;

Setor primário

As atividades primárias desempenharam tradicionalmente um papel estruturante no Concelho, e, embora se tenha assistido à crescente terciarização da economia e a perda de importância económica e empregadora destas atividades, com o consequente abandono dos campos, elas permaneceram bastante enraizadas na população, sobretudo numa vertente de produção para autoconsumo e enquanto importante fonte complementar de rendimentos.

De acordo com os dados do último Recenseamento Agrícola, em 2009, existiam 1352 explorações agrícolas, o que representa a perda de quase metade das explorações apenas numa década.

No entanto, observa-se um aumento da dimensão média das explorações existentes em quase 5ha, assim como o aumento do número de agricultores a tempo completo nas explorações.

A atividade agrícola do Sabugal assenta, desta forma, sobretudo em pequenas explorações e hortas familiares destinadas ao autoconsumo, sendo constituída essencialmente por produtores singulares autónomos, com explorações pequenas e muito pequenas, com um perfil fortemente envelhecido e um baixo nível de habilitações.

As principais culturas do Concelho são: as culturas forrageiras, os cereais para grão e a batata, dentro das culturas temporárias; e a vinha e o olival dentro das culturas permanentes; estas últimas culturas têm tradição em algumas zonas do Concelho, destacando-se a produção de maçã e azeitona, sendo produções certificadas a Maçã da Beira Alta – IGP e o azeite da Beira Baixa – DOP. A atividade pecuária tem igualmente, um peso significativo no Concelho, designadamente a criação de ovinos, de caprinos e de bovinos, destacando-se o Borrego e o Cabrito da Beira (IGP).

A silvopastorícia constitui uma das principais aptidões do Concelho - as pastagens ou prados permanentes ocupam 18.140ha (mais de 60% de SAU), sendo o planalto Sabugal/Almeida caracterizado pela atividade polipequária extensiva e de leite.

No passado recente, a atividade pecuária do Concelho do Sabugal era caracterizada pela dominância da Bovinicultura de leite em explorações familiares de pequena dimensão. Em resultado das exigências higio-sanitárias da produção de leite, os produtores pecuários mudaram para a exploração de bovinos de carne (p.e., cruzados de Charolês e Limousine) e para os pequenos ruminantes. Os subsídios da PAC contribuíram de forma importante ao incentivarem a extensificação da agricultura, desempenhando um papel importante nas mudanças operadas.

Em síntese, o setor primário do concelho do Sabugal apresenta, um conjunto de características que condicionam o seu desenvolvimento, onde se sublinham:

- O perfil dos agricultores que, na sua maioria, têm uma idade muito avançada, baixas habilitações e são pouco abertos à inovação e ao associativismo;
- A incapacidade de atração de jovens para o setor;
- A reduzida dimensão das explorações agrícolas, que dificulta a mecanização e a introdução de novos métodos produtivos e de novas culturas, o que é acentuado em alguns casos pela topografia do terreno.

Estas limitações inibem um maior desenvolvimento da atividade agrícola no Concelho, a qual, grosso modo, gera rendimentos reduzidos. O setor agrícola pode, no entanto, vir a desempenhar um papel importante no desenvolvimento do concelho do Sabugal, se se apostar nas áreas onde tem potencialidades e se houver dinamismo empresarial e capacidade de inovação, através da aposta na modernização e na conjugação da produção com a transformação contribuindo, deste modo também para a mudança de imagem que o setor tem atualmente e, em última análise, atraindo jovens para a agricultura.

O renovado interesse pelas atividades primárias com instalação de novos agricultores no Concelho e um conjunto considerável de investimentos nas modernizações das explorações existentes, poderá ser potenciado por uma utilização mais dinâmica dos recursos do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira/Albufeira do Sabugal (Bloco do Sabugal, com 122ha) e do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale da Ribeira de Alfaiates (104ha), com alargamento das áreas regadas, p.e., em culturas de primores que beneficiem das condições edafo-climáticas locais e de oportunidades de mercado associadas à qualidade dessas culturas e produções.

Setor Secundário

Já as atividades afetas ao sector secundário são responsáveis por cerca de 26,9% do emprego, tendo inclusivamente, registado uma diminuição relativamente aos censos de 2001 (em 1991 representavam 26,2% e em 2001 32,2%).

O concelho do Sabugal evidencia assim, uma atividade industrial pouco desenvolvida, que assenta na mão-de-obra barata como fator chave de competitividade, ou seja, salvo raras exceções, não tem apostado na sua modernização, estando dependente de uma oferta de matérias-primas e de uma procura local, predominado as micro e pequenas empresas. Estas características do tecido industrial, associadas ao fato da indústria estar direccionada para o mercado local são fatores que contribuem para uma fraca aposta em processos de modernização e inovação organizacional e produtiva, sendo reduzidos o recurso aos sistemas de incentivos á indústria.

Apesar da pouca tradição e reduzida importância deste setor no Concelho, e tentando dotar o Concelho de espaços infraestruturados atos a oferecer às empresas condições atrativas para se manterem/instalarem no Concelho, dinamizando assim a atividade industrial do Concelho, existe a zona Industrial do Sabugal e a Zona Industrial do Alto Espinhal.

Setor Terciário

De acordo com os dados de 2011 da distribuição da população ativa por setores de atividade verifica-se que o setor terciário absorve mais mão-de-obra (57,6%), sendo estas predominantes na freguesia do Sabugal, como seria de esperar pelas suas

funções de sede de concelho, seguindo-se a freguesia do Soito e Aldeia de Santo António. Esta distribuição da população por setor de atividade também se verifica tanto na NUT III – Beira Interior Norte como na região Centro.

Tendo em conta a distribuição da população segundo o setor de atividade económica verifica-se, diferenças significativas entres freguesias. Em Águas Belas, Aldeia do Bispo, Alfaiates, Cerdeira, Forcalhos, Lageosa, Lomba, Malcata, Moita, Rapoula do Côa, Ruvina, Seixo do Côa, Vale das Éguas, Valongo, Vila Boa e Vila do Touro o setor primário apresenta valores inferiores a 5%, logo seguido do setor secundário, sendo o terciário o setor com mais expressão com valores superiores a 50% nas freguesias de Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Bendada, Cerdeira, Malcata, Sabugal, Sortelha e Soito, o que decorre da concentração de serviços.

Em traços gerais, a estrutura económica do concelho está assente no setor terciário, situação que está associada ao fenómeno de terciarização da economia, extensivo à generalidade do país. Mas, de um modo geral, o concelho do Sabugal carece de uma diversificação e qualificação neste setor, uma vez que a atividade terciária se concentra em torno de um comércio tradicional que incide, particularmente, nos bens alimentares.

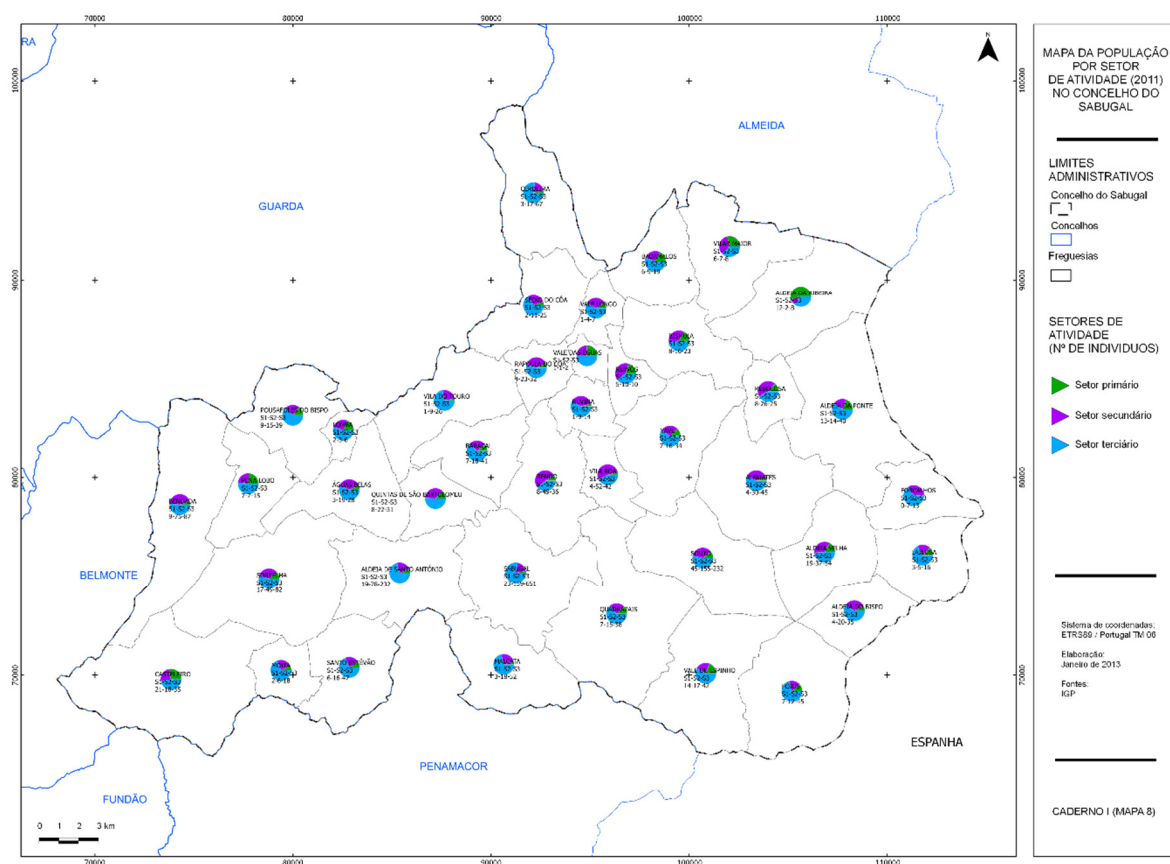


Figura 8 – População por setor de atividade

3.4. Taxa de Analfabetismo (1991/2001/2011)

A análise do grau de instrução da população revela-se fundamental na definição de estratégias de sensibilização.

Apesar de se registar uma diminuição, a taxa de analfabetismo continua a ser elevada, influenciada principalmente pelo peso dos idosos no concelho, mas que, mesmo assim, não deixa de ser preocupante.

A população sem nenhum grau de ensino atingia cerca de 23,2% em 2001. Por outro lado, observa-se que 62,2% da população apenas cumpriu o ensino básico, valor muito próximo do apresentado pela sub-região da Beira Interior Norte. Assim, mais de 80% da população do Sabugal apenas tem a escolaridade obrigatória ou não possui qualquer grau de ensino. Entre 1991 e 2001 houve um aumento no ensino secundário e superior, sendo que este último ainda tem pouca expressão no concelho (4,6%).

O grau de qualificação e as habilitações literárias são um fator primordial no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento

De acordo com os Censos de 2011 verifica-se que:

- O analfabetismo afeta sobretudo a população idosa e adulta, o que se deve à escolarização obrigatória dos mais novos;
- A freguesia com taxa de analfabetismo mais elevada em 2011 é o Casteleiro com 41,7% respetivamente, por sua vez a freguesia que apresenta valores mais baixos é o Sabugal (5,2%) como seria de esperar, pelo cariz mais urbano da freguesia, assim como pelo fato de possuir uma população mais jovem.

De fato, a taxa de analfabetismo no concelho diminuiu consideravelmente passando de valores de 24% (1991) para 20,8% (2001) e nos Censos de 2011 atinge o valor de 15,6%. Já em 2011 atinge à semelhança do que aconteceu em toda a Beira Interior Norte, à exceção do concelho de Meda. Todavia, a taxa de analfabetismo continua mais elevada do que a registada na Sub-região.

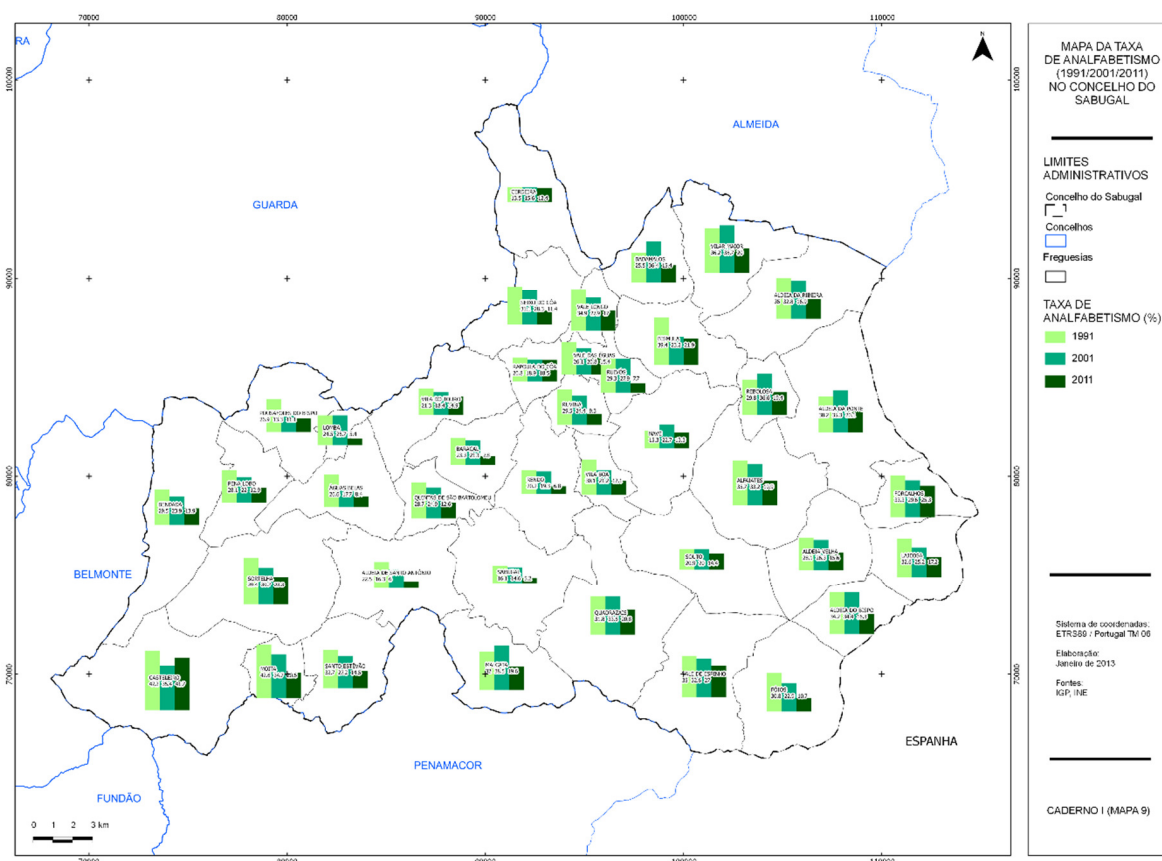


Figura 9 – Taxa de Analfabetismo

3.5. Romarias e Festas

As festas e romarias são locais e alturas privilegiadas para o lançamento de foguetes e fogo-de-artifício. Neste sentido importa conhecer e espacializar todos estes festejos.

Como se pode visualizar através do mapa que se segue, todo o concelho se encontra “salpicado” por festas e romarias, durante todo o ano.

Na verdade, todas as freguesias do concelho estão associadas uma festa religiosa, sendo no entanto o mês de Agosto aquele em que se verifica o aumento exponencial do número de festas, associado também ao fato de ser nesta altura do ano que a população do concelho triplica com a vinda dos emigrantes.

Assim sendo é perfeitamente justificável, que seja durante este período que se verifica um elevado número de pessoas em espaços rurais, tornando-se assim no período mais problemático. Importa salientar que, segundo o DL 124/2006 de 28 de Junho com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009 de 14 de Janeiro, é proibido o lançamento de balões com mecha acesa e de qualquer tipo de foguetes durante o período crítico.

Assim sendo tornasse necessário dinamizar ações de sensibilização, tendo em vista as boas práticas de utilização dos espaços no sentido de minimizar riscos de incêndios florestais.

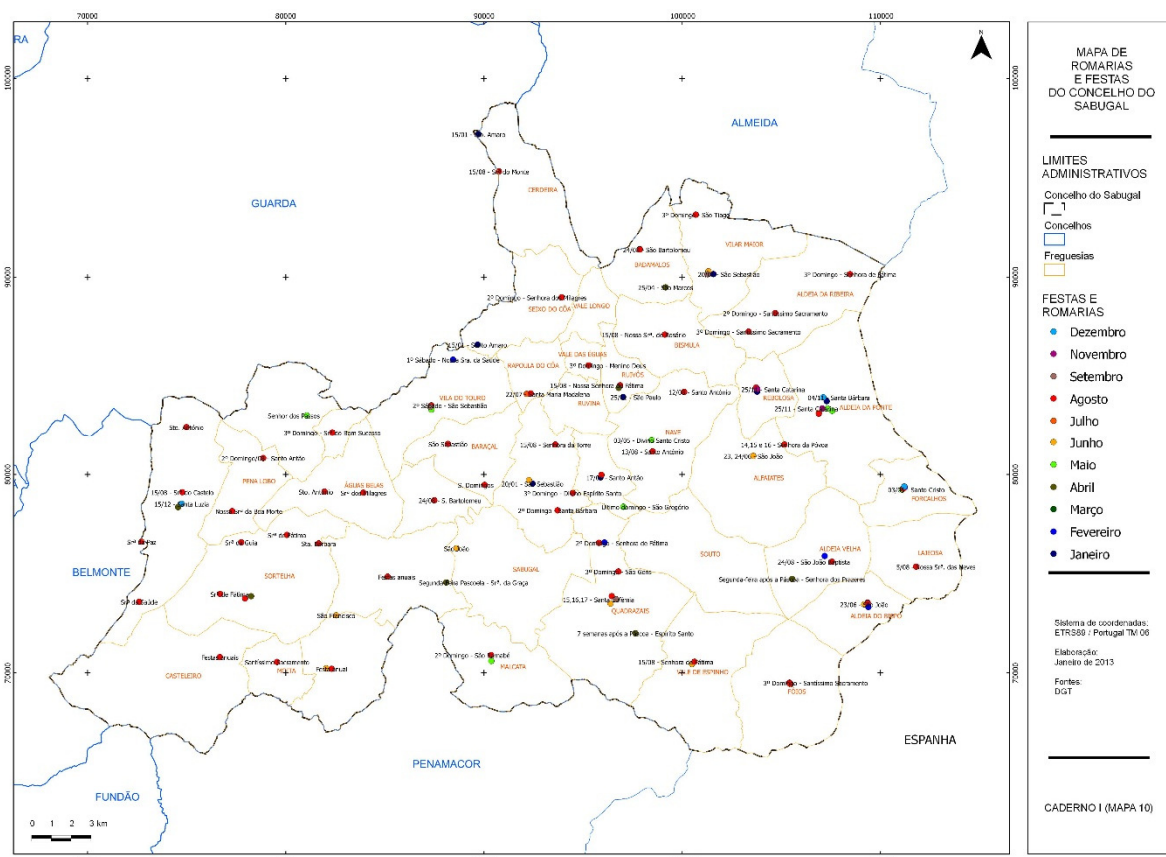


Figura 10 – Romarias e Festas

4. Caraterização da Ocupação do Solo e Zonas Especiais

4.1. Ocupação do Solo

A Carta de Ocupação do Solo foi realizada a partir de informação disponibilizada pela DGT Direção Geral do Território, referente ao ano de 2007.

A floresta constitui uma componente importante do uso do solo e desempenha um papel estruturante no mosaico agro-silvo-pastoril que caracteriza a paisagem do Concelho do Sabugal. Apesar das condições ecológicas do Planalto Beirão se apresentarem menos favoráveis para o desenvolvimento dos sistemas florestais de produção lenhosa, cerca de 26.000ha do território (31,3%) está ocupado por floresta, com as principais áreas florestais concentradas a Sul (Serra da Malcata e zonas de altitude adjacentes) e a Leste (manchas de grande dimensão de carvalho-negral e de azinheira, associadas a sistemas extensivos agro-silvo-pastoris) e na envolvência do Rio Côa, complementares da atividade agro-pecuária.

As áreas com aptidão e ocupação agrícola (28,7%), encontram-se dispersas pelo concelho em especial ao longo dos vales, junto das linhas de água associadas a terrenos de aluviões e na envolvente dos aglomerados populacionais. Apesar do concelho do Sabugal ter uma elevada tradição em termos agrícolas com a perda de mão-de-obra devido às fortes emigrações ocorridas na década de 60, muitas das tradicionais culturas anuais foram desaparecendo do concelho, nomeadamente o centeio e o trigo.

Por sua vez as áreas ardidas e o abandono da atividade agrícola têm contribuído em grande escala para o aumento da superfície de matos e incultos. Estas extensas áreas de matos e incultos, 25.880ha (31,3%) vão aumentando à custa dos grandes incêndios ocorridos sobretudo no Verão e do sucessivo abandono dos terrenos devido à forte emigração que ocorreu na década de 60. A extensão destas manchas de matos e incultos no território do Concelho, associado a um estudo das cartas de aptidão do solo, leva a admitir que existe uma grande possibilidade de (re) utilizar essas áreas para uso florestal.

Incultos

Os incultos encontram-se dispersos um pouco por todo o concelho, com mais representatividade em algumas zonas.

Os matos mais comuns são de pequeno a médio porte, apresentando diversas espécies arbustivas, tais como: Carqueja (*Pterospartium tridentatum*), Tojo (*Ulex Sp.*), Urze (*Erica australis*), Giestas (*Cytisus striatus*) e (*Cytisus multiflorus*), Feto (*Pteridium aquilinum*), Silvas (*Rubus sp.*) e Torga (*Calluna vulgaris*), Rosmaninhos (*Lavandula luizieri*), Sargaço de flor branca (*Cistus salvifolius*) e o Sargaço de flor amarela (*Cistus striatus*).

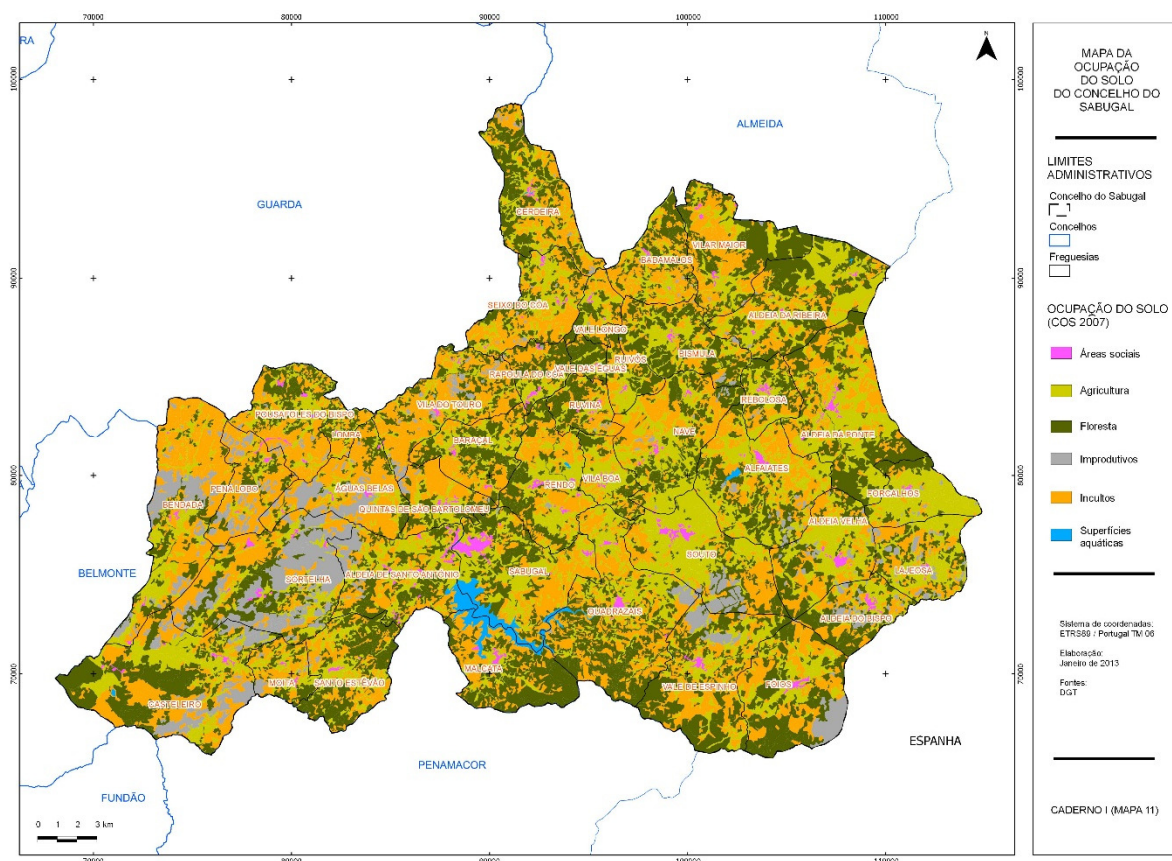


Figura 11 – Carta de Ocupação do Solo

Quadro 3 – Ocupação e Usos do Solo no Concelho

Freguesias	Áreas sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies aquáticas
Águas Belas	22,2	299	287,1	387,3	1061,2	0
Aldeia do Bispo	27,8	305,8	505	134,1	341	0
Aldeia da Ponte	45,7	1453	1213,6	0	956,8	0
Aldeia da Ribeira	13,5	1227,6	1149,4	10	591,6	2,2
Aldeia de Santo António	74,3	843,1	777,4	189,1	651,3	100,4
Aldeia Velha	38,4	858,2	544,3	75,4	571,5	0
Alfaiates	29,1	1293	789,2	77,6	932,4	22,2
Badamalos	7,9	362,3	490	11	630	3,2
Baraçal	15,1	439	625,4	0	524	0
Bendada	29,6	750,1	463,7	528,5	1687,9	0
Bismula	13,3	566,7	885,5	30,8	416,7	0
Casteleiro	29,4	999,7	1574	584,5	1256,4	6,2
Cerdeira	17,8	552,6	960,7	28,8	779,6	3,4
Fóios	27,8	604,9	1132,5	263	802,7	0
Forcalhos	15,7	897,2	209,4	19,4	99,0	0
Lageosa	25,1	724,6	347	129,7	425,8	0
Lomba	4,2	98,8	137,4	1,9	140,7	0
Malcata	27,5	203,8	1108	0	602,5	183,1
Moita	10	218,2	241,2	48,9	327,1	0

Freguesias	Áreas sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies aquáticas
Nave	25,3	1053,6	767,4	35	831,3	0
Penalobo	13,8	169,3	227,5	266,6	798,2	0
Pousafoles do Bispo	34,4	467,7	562,0	42,1	851,7	0
Quadrazais	44,0	1056,8	1495,3	89,1	1326,8	50,2
Quintas de São Bartolomeu	17,4	266,2	287,7	32,4	460,1	0
Rapoula do Côa	21,1	174,4	378,1	4,8	215,5	0
Rebolosa	19,3	302,9	343	9,5	222,9	0
Rendo	35,0	791,6	621,5	7,0	691,3	4,8
Ruivós	8,8	258,9	231,4	0	183,8	0
Ruvina	15,3	169,8	345,2	9,6	268,0	0
Sabugal	130,2	958,5	820,0	3,9	833,1	252,5
Santo Estêvão	11,9	493,3	972,4	10,5	566,7	0
Seixo do Côa	20,7	570,4	473,7	19,3	784,5	3,2
Sortelha	43,0	594,0	951,0	1430,5	945,2	0
Soito	70,9	1445,0	469,1	221,4	602,6	0
Vale das Éguas	4,4	65,6	246,1	0	35,5	0
Vale de Espinho	27,5	653,1	1296,0	197,0	986,8	0,63
Valongo do Côa	8,2	169,5	225,6	1,9	221,9	3,9
Vila Boa	20,3	424,5	229,5	0	187,2	0
Vila do Touro	23,0	383,7	508,1	155,6	1260,9	0
Vilar Maior	20,0	545,3	1018,2	11,0	785,2	0
TOTAL	1088,9	23711,7	25909,6	5067,2	25857,4	635,93

4.2. Povoamentos Florestais

O carvalho negral constitui o principal património florestal do Sabugal e ocorre, sobretudo, sobre a forma de povoamentos puros jovens, em alto fuste irregular, com densidades muito variáveis. Este recurso ocupa 66% do coberto florestal, encontrando-se disseminado por todo o Concelho tirando partido da elevada capacidade de regeneração após qualquer alteração do uso do solo: corte raso, incêndio, abertura de clareiras, etc...

Os carvalhais apresentam um elevado valor ambiental, embora também sejam suscetíveis de aproveitamento madeireiro (lenhas e madeira). Todavia, a mais-valia destes bosques reside na exploração multifuncional dos produtos não lenhosos – caça, silvopastorícia, cogumelos silvestres, etc. – em complementaridade com a atividade agrícola e pecuária. Atualmente, a obtenção de lenhas a partir do corte raso das árvores e o suporte à atividade cinegética constituem os principais usos do carvalho negral.

Tendo em conta as potencialidades da região, é de salientar a sua vocação para a produção de Castanheiro (*Castanea sativa*) pela qualidade da sua madeira, sendo o Castanheiro a primordial cultura arbórea, pelo que promove a diversificação das áreas florestais, com diminuição das resinosas.

O Castanheiro é uma espécie que aparece isoladamente em diversas zonas do Concelho, nomeadamente nos Fóios, Quadrazais, Malcata, Pousafoles do Bispo e Sabugal. No entanto, também é possível visualizar em algumas freguesias como povoamento puro, nomeadamente no Baldio de Aldeia Velha, Quadrazais, Pousafoles do Bispo, Vale de Espinho e Fóios.

Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)

O pinheiro bravo representa 26,5% da ocupação florestal, ocorrendo, sobretudo, em pequenas bolsas de povoamentos puros em alto fuste irregular, dispersas pelo território e, de uma forma geral, sem gestão ativa; as unidades de baldio do Perímetro Florestal do Alto Côa e terrenos privados adjacentes, concentram as principais manchas de pinhal bravo do Concelho. Esta cultura florestal, tradicionalmente encarada como um complemento da exploração agro-pecuária, tem vindo a perder interesse e relevância nas contas económicas dos agricultores quer em resultado dos incêndios florestais, quer pela redução da procura de madeira de pinho pela indústria da primeira transformação (serrações e fábricas de paletes) e pela desvalorização contínua do preço da madeira.

Ao fazer uma visita pelo Concelho, é possível constatar o abandono de muitos pinhais em resultado desses fatores, com consequências no agravamento do risco de incêndio e de incidência de agentes bióticos nocivos, na perda de produtividade e comprometendo a qualidade do material lenhoso a obter no corte final. A valorização económica através do aproveitamento bioenergético dos sobrantes da gestão (desbastes e desramações) e de exploração florestal poderia constituir um fator de indução para o investimento produtivo do pinheiro bravo.

Outras Resinosas

Estes povoamentos são compostos por diferentes espécies de resinosas, tais como, Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*), Pinheiro – larício (*Pinus nigra*), entre outras menos representativas como ex. o Pinheiro-Silvestre (*Pinus sylvestris*).

Na generalidade estes povoamentos apresentam um bom estado fitossanitário, mas uma parte significativa necessitam de intervenções, principalmente desbastes e/ou limpezas de matos.

Nos baldios de Aldeia Velha, Fóios e Quadrazais é possível verificar povoamentos puros de Pseudotsuga que foram plantados na década de 80, apresentando uma idade compreendida entre os 25 e os 30 anos.

Esta espécie no seu todo apresenta um ordenamento razoável, no entanto existe uma boa parte a necessitar de desramação nas árvores de futuro e corte cultural.

O eucalipto e as demais essências florestais presentes no coberto florestal detêm uma expressão residual, pese embora os povoamentos florestais de resinosas exóticas de altitude justifiquem uma análise mais detalhada na perspetiva da diversificação da produção florestal.

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROFBIN), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º12/2006, de 24 de Julho, o território do Concelho do Sabugal está dividido em duas sub-regiões homogéneas: Raia Norte e Malcata, sub-região que incide em exclusivo, no território da Reserva Natural da Serra da Malcata. Estas sub-regiões apresentam um ordenamento funcional distinto que retrata o enquadramento dos recursos florestais do Sabugal no binómio “ativo económico/património natural”.

Quadro 4 - Macrozonagem funcional do território do Concelho do Sabugal

Priorização das Funções (PROF)	Sub-região homogénea da Raia Norte	Sub-região homogénea Malcata
1.º	Silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Recreio, enquadramento e estética da paisagem
2.º	Proteção	Conservação dos habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos
3.º	Produção	Silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores

Fonte: PROFBIN

Na Macrozonagem territorial do PROFBIN é sinalizado o bom potencial vegetativo no Concelho do Sabugal para os carvalhos caducifólios (carvalho-negral e carvalho-alvarinho, embora com limitações) e para o castanheiro. A cultura do castanheiro para a produção de fruto (castanha da variedade Rebordã) é emblemática em algumas freguesias do Concelho do Sabugal, nomeadamente Santo Estevão, Aldeia de Santo António, Soito, Quadrazais e Fóios. No entanto, as plantações de castanheiro instaladas na última década para fins de produção de madeira têm registado uma elevada mortalidade, o que suscita reservas justificadas da parte dos proprietários florestais na sua utilização em novas arborizações.

Quadro 5 – Distribuição das espécies florestais (ha) do concelho do Sabugal

Freguesias	Carvalhos	Castanheiro	Outras Folhosas	Pinheiro bravo	Eucalipto	Outras Resinosas	Azinhreira/Sobreiro
Águas Belas	215,1	0	10,0	56,1	0	0	0
Aldeia do Bispo	69,5	0	0	190,9	45,4	19,4	0
Aldeia da Ponte	918,3	0	40,9	47,4	0	0	186,4
Aldeia da Ribeira	782,0	0	27,2	157,4	0	0	177,6
Aldeia de Santo António	469,3	0,74	2,93	250,3	0	2,0	0
Aldeia Velha	302,9	0	0	81,5	0	27,9	0
Alfaiates	651,0	0	11,7	95,6	0	0	13,4
Badamalos	428,1	0	21,0	21,1	0	0	1,6
Baraçal	556,7	0	16,1	38,0	0	0	0
Bendada	130,2	0	36,7	282,0	0	0	12,1
Bismula	604,3	0	9,9	271,3	0	0	0
Casteleiro	504,5	0	36,1	594,7	0	0	4,4
Cerdeira	494,2	0	13,8	34,0	0	0	0
Fóios	65,3	27,4	2,2	813,0	0	82,0	0
Forcalhos	194,0	0	0	7,2	0	0	1,8

Freguesias	Carvalhos	Castanheiro	Outras Folhosas	Pinheiro bravo	Eucalipto	Outras Resinosas	Azinheira/Sobreiro
Lageosa	243,4	0	7,7	56,4	0	0	0
Lomba	122,7	0	3,9	8,3	0	0	0
Malcata	149,5	0	0	384,2	0	223,8	0
Moita	63,5	0	1,1	172,1	0	0	0
Nave	538,9	0	5,1	135,0	0	0	0
Penalobo	122,3	0	7,9	95,2	0	0	0
Pousafoles do Bispo	366,0	24,3	4,7	123,7	0	0	0
Quadrazais	753,1	4,9	48,6	144,0	0	154,3	0
Quintas de São	180,1	0	10,0	96,1	0	0	0
Rapoula do Côa	329,5	0	20,2	28,3	0	0	0
Rebolosa	288,6	0	5,6	44,3	0	0	0
Rendo	482,0	2,2	33,1	85,6	0	0	0
Ruivós	196,2	0	0	35,2	0	0	0
Ruvina	306,7	0	8,5	16,7	0	0	0
Sabugal	424,7	0	12,9	138,2	0	0	0
Santo Estêvão	302,0	0	1,4	335,8	64,0	0	20,3
Seixo do Côa	399,9	3,1	21,5	44,9	0	0	0
Sortelha	530,3	0	6,0	318,0	2,2	0	13,3
Soito	312,5	0	0	34,6	0	7,5	0
Vale das Éguas	236,5	0	3,2	6,4	0	0	0
Vale de Espinho	273,7	12,3	20,0	303,3	0	57,0	0
Valongo do Côa	197,3	0	5,6	21,7	0	1,0	0
Vila Boa	126,2	0	0,24	90,8	0	0	0
Vila do Touro	404,3	0	17,4	77,2	0	0	0
Vilar Maior	934,5	4,4	21,0	37,6	0	0	0
TOTAL	14669,8	79,34	494,17	5774,1	111,6	574,9	430,9

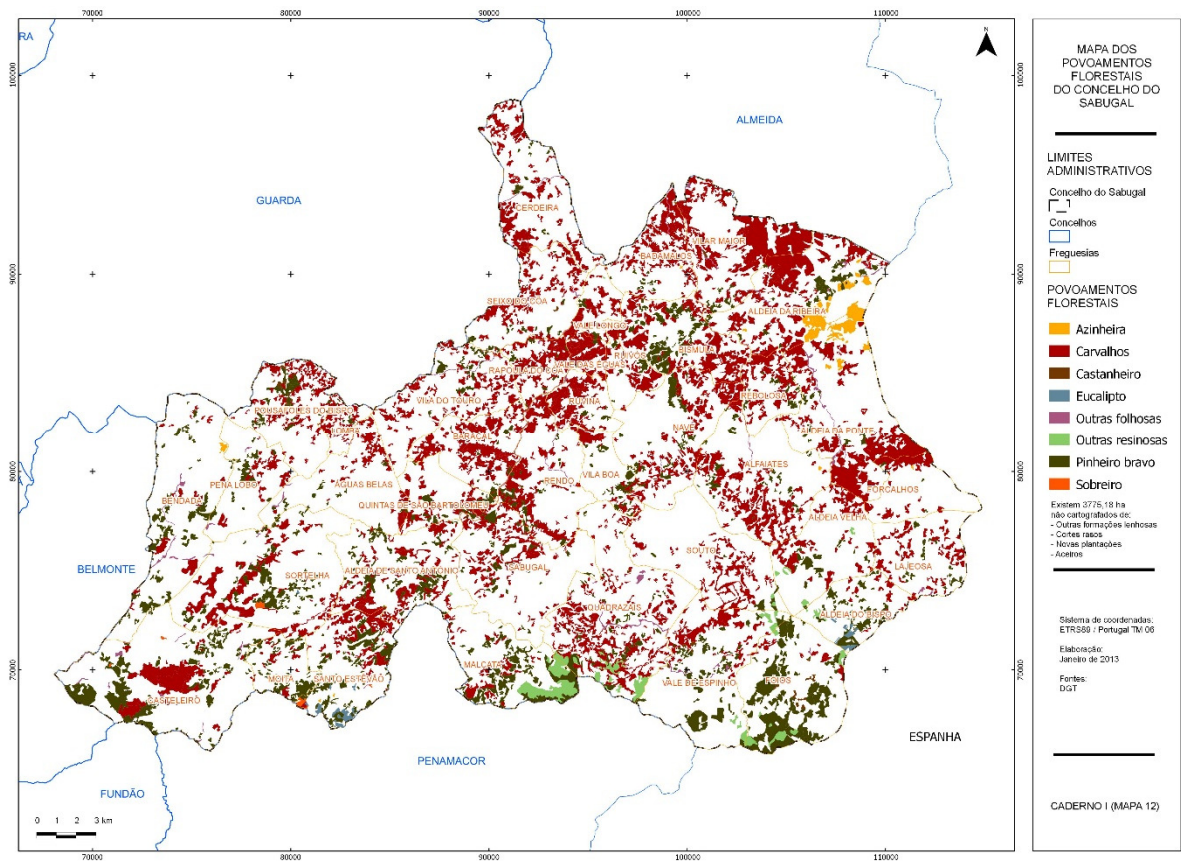


Figura 12 – Mapa dos Povoamentos Florestais

4.3. Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 (ZPE + ZEC) e Regime Florestal

A Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata (RNSM) foi criada pelo DL n.º 294/81 de 16 de Outubro, e reclassificada, mantendo o mesmo estatuto mas passando a designar-se somente Reserva Natural, através do Decreto Regulamentar n.º 28/99 de 30 de Novembro, com o objetivo principal de defender os valores florísticos e faunísticos encontrados no seu território, nomeadamente o emblemático Lince. Segundo este DL n.º 294/81: “A Serra da Malcata constitui um dos últimos refúgios naturais do território português guardando no seu interior valores botânicos e faunísticos que a fazem num ecossistema privilegiado e especialmente importante”.

Com efeito, ali se encontra uma vegetação extraordinariamente rica e variada, designadamente ao longo das linhas de água, e uma fauna variada que inclui o javali, o gato-bravo, o lobo e as aves de rapina (ainda que pouco frequentes), para além do lince-ibérico, hoje em perigo de extinção. A RNSM encontra-se inserida em diversas Redes Internacionais de Conservação: **Rede Europeia de Reservas Biogenéticas, Zona de Proteção Especial para a Avifauna (ZPE) e Sítio de Importância Comunitária** proposto para integrar a Rede Ecológica Europeia de Zonas Especiais de Conservação.

Em 1993, através da Portaria n.º 874/93 de 14 de Setembro, é criada uma zona interdita ao exercício da caça em áreas da Reserva, pela extrema importância dos valores faunísticos, e consequentemente, pela necessidade de definir um regime cinegético adequado às especificidades desta área, garantindo a salvaguarda de um património natural tão importante.

A Reserva Natural da Serra da Malcata com uma área aproximada de 16 348ha, ocupa a zona Sul/Sudoeste do concelho e abrange ainda o concelho de Penamacor e as freguesias de Penamacor, Meimoa, Meimão, Malcata, Quadrazais, Vale de Espinho e Fóios, localizando-se junto à fronteira com as províncias espanholas de Estremadura e Castilla y Leon, entre as latitudes Norte 40º 11'13' e 40º 19'40' e longitude Oeste 6º 54'10" e 7º 09'14".

A Serra da Malcata é uma área de bosques de carvalho-negral, azinhais, sobreirais e também de matos. As áreas de mosaico com pastagens e matos são o suporte de habitat do coelho, presa principal do lince-ibérico que é o mamífero mais ameaçado do país e da Europa. Observando a matriz de habitats é notório o peso das áreas florestais, com particular destaque para os carvalhais bem como para as áreas de agricultura extensiva e pastagens. A Malcata é a zona mais a sul em termos de ocorrência frequente de lobo (*Canis lupus*).

Os incêndios florestais, a degradação da qualidade da água e das galerias ripícolas, a intensificação da agricultura, parâmetro que reflete o abandono das práticas agrícolas tradicionais, a pressão da caça e a perturbação provocada pelas atividades humanas têm um peso muito significativo em Malcata.

Realizando uma abordagem global poder-se-ão enumerar alguns grandes grupos de ameaças:

- ✓ Diminuição da área dos povoamentos florestais com folhosas de crescimento lento, com particular ênfase para os carvalhais de folha caduca e persistente;
- ✓ Perda de habitats pelo abandono da agricultura tradicional;
- ✓ Perturbação devido a atividades humanas, sobretudo durante os períodos de nidificação;
- ✓ Degradação das linhas de água e das galerias ripícolas;
- ✓ Incêndios florestais.

Em relação à Rede Natura 2000, esta resulta de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens – Diretiva das Aves, e a Diretiva n.º 92/43/CEE de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens – Diretiva Habitats. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-lei n.º 226/97 de 27 de Agosto, que estabelecia a criação de ZEC – Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de importância comunitária – SIC) e as ZPE – Zonas de Proteção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da lista nacional de sítios (1ª fase – SIC), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto. Posteriormente, com o Decreto-lei n.º 140/99 de 24 de Abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva das Aves e da Diretiva Habitats foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas diretivas.

Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 de 5 de Julho e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial – ZPE para o Continente com o Decreto-lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro. O planeamento e ordenamento da Rede Natura 2000 estão sujeitos ao disposto no n.º 2 a 6 do art.º 7º do DL n.º 140/99 de 24 de Abril. No caso concreto das áreas abrangidas pelo concelho do Sabugal é à Reserva Natural que compete essa gestão. O concelho do Sabugal é abrangido por um Sítio de Importância Comunitária: Malcata (79 079 ha) – Sítio n.º PTCON0004.

Em relação ao Regime Florestal, no caso do Concelho do Sabugal, existem 4 zonas com regime florestal parcial, localizado no Baldio dos Fóios, Aldeia Velha, Quadrazais e Malcata.

O regime florestal parcial aplica-se em áreas não pertencentes ao domínio do Estado, em que a existência da floresta é subordinada a determinados fins de utilidade pública.

O Regime Florestal, segundo o decreto de 1901, é o ...” *conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo*”.

Este regime visa assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola nacional, mas também o revestimento florestal de terrenos cuja arborização seja de utilidade pública e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa de várzeas, para a valorização de áreas áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo de montanhas e areias do litoral marítimo.

O Perímetro Florestal do Alto Côa ocupa cerca de 2090ha repartidos em termos administrativos pelas freguesias de Aldeia Velha, Fóios, Malcata e Quadrazais.

Esta unidade de gestão é composta por quatro unidades de baldio, conforme descrito no quadro seguinte. Cada unidade de baldio pertence à respetiva freguesia do mesmo nome, existindo assim as unidades de baldio de Aldeia Velha, Fóios, Malcata e Quadrazais, que no seu todo constituem o Perímetro Florestal do Alto Côa, criado através do Decreto n.º 40 522 de 3 de Fevereiro de 1956, Diário do Governo I, série n.º 26.

Todas as unidades de baldio têm assembleia de compartes constituída, e em todas ela se optou pelo regime de cogestão entre o Estado e os Compartes, estes últimos representados pelas Juntas de Freguesia, presentemente designadas Freguesias, com exceção do Baldio de Aldeia Velha, que é através do Conselho Diretivo. Todo o Perímetro é administrado de acordo com a alínea b) do art.º 9 do DL 39/76.

Unidade de Gestão:		
Perímetro Florestal do Alto Côa		
Localização		
NUT III: Beira Interior Norte	Distrito (s): Guarda	
Concelho (s): Sabugal	Freguesias (s): Aldeia Velha; Fóios, Malcata e Quadrazais	Cartas Militares: 226, 227, 237, 238

Quadro 6 – Identificação da Unidade de Gestão

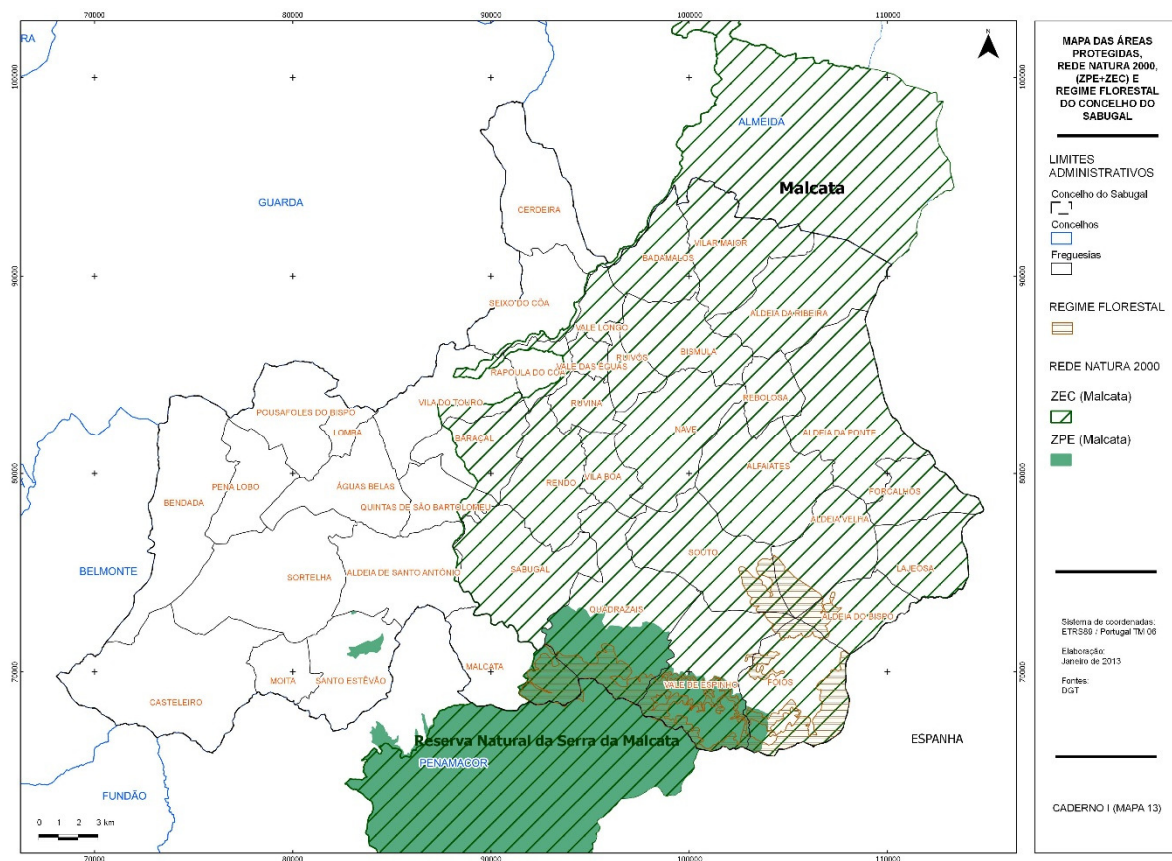


Figura 13 – Mapa das Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal

4.4. Instrumentos de Planeamento Florestal

A necessidade de uma gestão florestal sustentável, multidisciplinar e profissional, tem vindo a refletir-se desde há alguns anos na legislação em vigor (Lei de bases da Política Florestal Lei nº 33/96 de 17 de Agosto), caracterizando-se o atual sistema de planeamento florestal nacional pela existência de uma vasta lista de instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, sectorial, regional e local.

Os Planos de Gestão Florestal (PGF), as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os Fundos de Investimento Imobiliário Florestal (FIIF), constituem, respetivamente, alguns exemplos de gestão Operacional, Territorial e Financeiro, do espaço florestal nacional.

Os Planos de Gestão Florestal têm que obrigatoriamente que seguir os princípios orientadores vertidos nos planos de nível superior, bem como ter presente toda a informação oficial disponível para o local. Assim sendo, terá que estar vertida a informação referente a Estratégia Florestal Nacional, a Lei de Bases da Política Florestal, o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte e o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata.

De acordo com a informação prestada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), os Planos de Gestão Florestal cobrem cerca de 2000ha de espaços florestais privados no Concelho do Sabugal e foi constituída em Janeiro de 2011, uma Zona de Intervenção Florestal – ZIF Malcata, que engloba uma área de 1457,5ha no extremo sul da freguesia de Malcata e tem como entidade gestora – AFLOESTRELA – Associação de Produtores Florestais da Beira Alta, sediada na Guarda. Esta ZIF não dispõe Plano de Gestão Florestal aprovado, nem de Plano Especifico de Intervenção Florestal (PEIF, destinado ao planeamento das intervenções de DFCI e prevenção/controlo de agentes bióticos). A ZIF de Malcata não se encontra demarcada no mapa em anexo, tendo em conta que esta não possui Plano de Gestão Florestal aprovado.

O Perímetro Florestal do Alto Côa, criado a 3 de Fevereiro de 1956, constitui um elemento importante no contexto da Silvicultura no Concelho do Sabugal. Composto por 4 unidades de Baldio, pertencente à respetiva freguesia - Aldeia Velha, Fóios, Malcata e Quadrazais. Este perímetro florestal ocupa cerca de 2090ha e é administrado em regime de cogestão entre o Estado (ICNF) e os Compartes. O Plano de Gestão Florestal permitiu incutir uma nova visão na gestão, tendo sido identificadas as seguintes funcionalidades principais: produção de madeira, suporte à pastorícia e à caça e à produção de cogumelos.

A floresta cobre mais de 60% da área do Perímetro Florestal do Alto Côa. Os povoamentos de *Pseudotsuga* e de Pinheiro bravo constituem o coberto florestal mais representativo. O Pinheiro larício também ocupa uma área significativa, com povoamentos bem adaptados às estações de maior altitude (e de solos mais pobres).

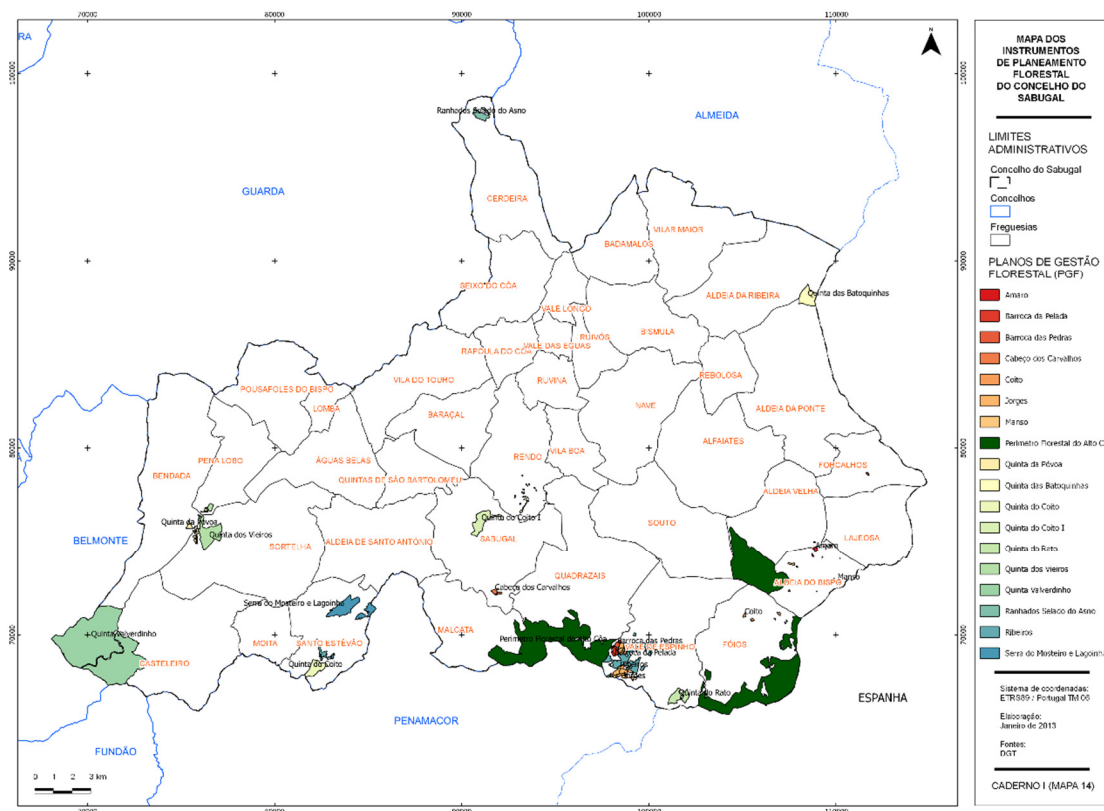


Figura 14 – Mapa dos Instrumentos de Gestão Florestal

4.5. Equipamentos Florestais de Recreio, Caça e Pesca

4.5.1. Equipamentos Florestais de Recreio

Os espaços florestais são por excelência lugares com fortes aptidões recreativas, contribuindo assim, para o bem-estar físico e psíquico das populações. Nos últimos anos, tem havido uma procura crescente dos espaços florestais/rurais para o recreio e lazer. No concelho existem as seguintes zonas de recreio e lazer:

- 2 Parques de Merendas em Sortelha
- 2 Parques de Merendas no Soito
- Parque de Merendas de Aldeia de Santo António
- Parque de Merendas de Malcata
- Parque de Merendas da Rapoula do Côa
- Parque de Merendas de Badamalos
- Parque de Merendas da Bismula
- Parque de Merendas de Ruivós
- 2 Parques de Merendas em Quadrazais
- 2 Parques de Merendas nos Fóios
- Parque de Merendas de Aldeia Velha (Sabugal Velho)
- Parque de Merendas da Lageosa
- Parque de Merendas dos Forcalhos
- Parque de Merendas de Aldeia da Ponte
- Parque de Merendas da Nave
- Parque de Merendas de Alfaiates

4.5.2. Caça e Pesca

A atividade cinegética e a pesca de águas interiores constituem as principais valências no domínio da valorização multifuncional dos espaços florestais do Sabugal, contribuindo para a dinamização económica e turística.

A política cinegética nacional está orientada para o ordenamento de todo o território com aptidão cinegética, a qual se alia a preocupação de conservação do meio ambiente, preceitos que estão contemplados na Lei n.º 173/99 de 21 de Setembro – Lei de Bases Gerais da Caça.

Esta lei contempla assim os princípios orientadores que devem nortear a atividade cinegética nas suas diferentes vertentes, com especial enfoque para a conservação da natureza, criação e melhoria das condições que possibilitem o fomento das espécies cinegéticas e a exploração racional da caça, na perspetiva da gestão sustentável dos recursos cinegéticos.

A Lei de Bases Gerais da Caça está atualmente regulamentada pelo DL 202/2004 de 18 de Agosto, com a nova redação conferida pelo DL 201/2005 de 24 de Novembro. Entre as matérias regulamentadas destacam-se as normas reguladoras da conceção e criação e criação de zonas de caça e as obrigações das entidades gestoras, ao nível dos planos de gestão, planos de ordenamento e exploração cinegética e planos anuais de exploração.

Decorrente do ordenamento cinegético da quase totalidade do território nacional, a exploração cinegética passou a assumir contornos diferentes, mediante a limitação do número de caçadores por determinada área e do número de peças abatidas por cada caçador em cada dia de caça. Para além disso as entidades gestoras passam a implementar ações de ordenamento no intuito de aumentar o efetivo cinegético, tais como sementeiras, abertura e limpeza de charcas e pontos de água, instalação de comedouros e bebedouros, controle de predadores e repovoamentos.

O território do Concelho do Sabugal apresenta elevada aptidão cinegética, decorrente da diversidade paisagística e do reticulado de ocupação do solo. O Concelho está ordenado em 86% da sua área, distribuído por 33 zonas de caça, com prevalência do associativismo cinegético (27 zonas de caça associativas) que incide sobre uma área de 42528ha; a restante área está concessionada em 5 zonas de caça municipais e uma zona de caça turística (ZCT das Batoquinhos, com 168ha).

As **Zonas de Caça Associativa (ZCA)** são as de maior representatividade com 27 ZCA. Estas zonas são constituídas com o intuito de incrementar e manter o associativismo dos caçadores, conferindo-lhes desta forma, a possibilidade de exercerem a atividade cinegética, através do pagamento de quotas.

As **Zonas de Caça Municipais (ZCM)** são criadas para proporcionar a prática da caça a um número maximizado de caçadores em condições mais acessíveis. No concelho 3 das ZCM'S são geridas pelo Município do Sabugal num total de 18 077ha.

As profundas alterações ocorridas no coberto vegetal nas últimas décadas potenciaram um aumento significativo das populações de javali, tendo proporcionado elevada notoriedade no meio cinegético as montarias realizadas no concelho do Sabugal. O abandono da agricultura tem motivado, entretanto, a diminuição das principais espécies cinegéticas sedentárias (coelho-bravo, lebre e perdiz).

O corço começa a ser avistado com alguma frequência nas zonas de caça envolventes ao Perímetro Florestal do Alto Côa, fruto de reintroduções recentes efetuados pelos Serviços Florestais. Tendo presente a aptidão do território para esta espécie cinegética de caça maior (abundância de bosques de carvalho negral, num mosaico Agro-Florestal), existe potencial para o desenvolvimento futuro da sua exploração.

Em suma, a atividade cinegética constitui um importante fator de desenvolvimento rural no Concelho do Sabugal, sobretudo devido às sinergias que gera na economia local. Um exemplo da dinâmica gerada em torno da caça reside nas conceções de caça sob a gestão do Município (Sabugal Oeste, Médio Côa e Serra do Homem de Pedra) que cobrem 18077ha e que, desde a época cinegética 2005/2006 mobilizaram 1408 caçadores, dos quais 972 (69%) residem fora do concelho.

A caça, como todas as atividades lúdicas, constituem um valioso recurso natural, quer do ponto de vista económico, quer social e cultural, sendo necessário que a sua gestão, proteção, manutenção e utilização sejam orientadas por princípios de sustentabilidade e de conservação da biodiversidade.

Como tal, a proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público.

Ao longo das últimas décadas, devido ao abandono da agricultura, aos incêndios florestais, às doenças, em particular às do coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus algirus*), o panorama cinegético tem vindo a alterar. Esta alteração passa essencialmente pela diminuição das espécies sedentárias e pelo aumento dos predadores e do javali.

A bacia hidrográfica do rio Côa apresenta um elevado potencial para o desenvolvimento da pesca desportiva de ciprinídeos e de salmonídeos, tendo-se realizado neste rio provas do campeonato nacional de pesca à truta. Em 2011 foi atribuída a concessão da pesca num troço do rio Côa com 7,5km de extensão.

Encontrando-se o concelho do sabugal todo ordenado cinegeticamente, é uma mais-valia para a proteção e defesa da floresta contra incêndios, tendo em conta que se verifica uma dinâmica no planeamento de ações de ordenamento do território.

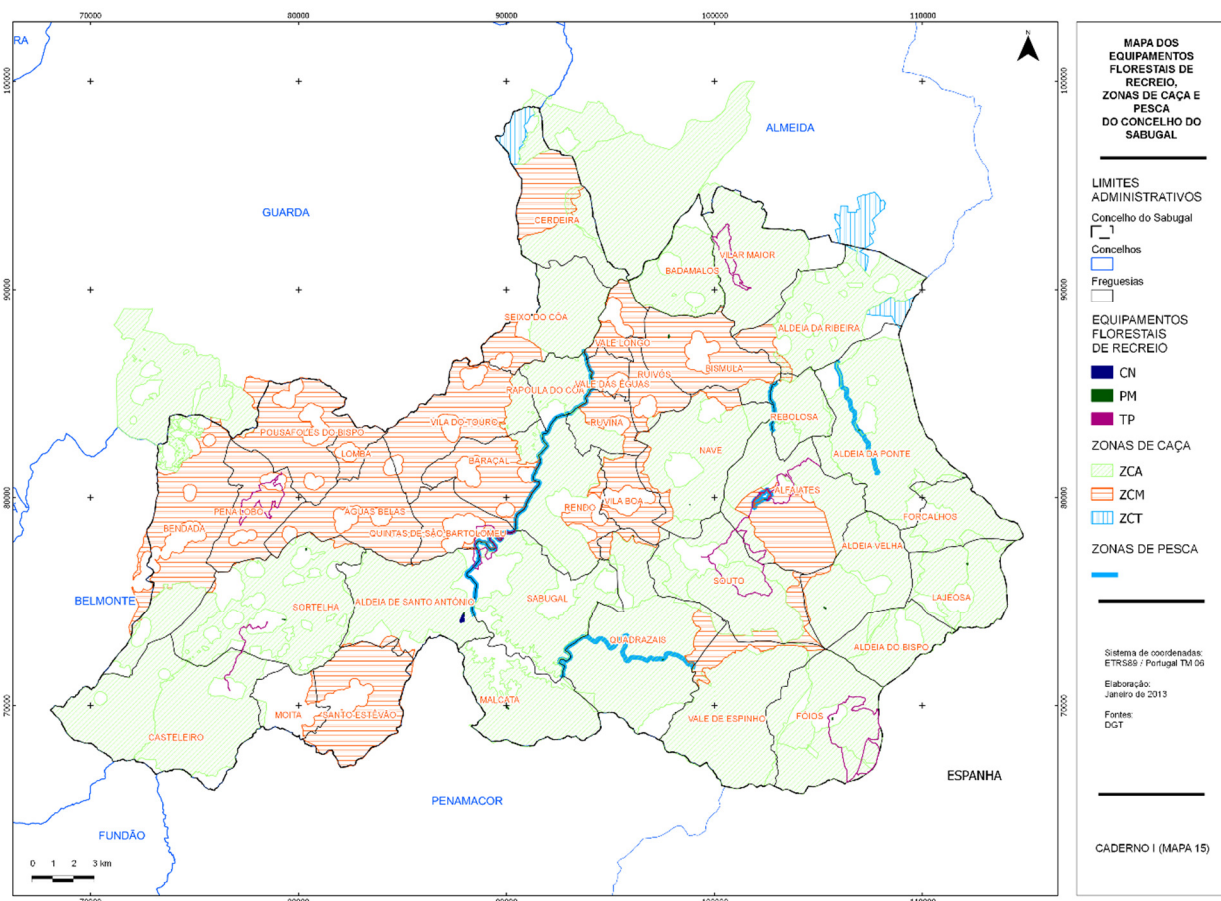


Figura 15 – Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e pesca

5. Análise do Histórico e Causalidade dos Incêndios Florestais

O Concelho do Sabugal tem cerca de 60% do seu território ocupado por espaços florestais, estando parte deles classificados como área protegida. Entende-se por espaços florestais os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas.

Para análise do histórico e da causalidade dos incêndios no Concelho do Sabugal foram analisados os dados fornecidos no *site* do Instituto de Conservação da Natureza e da Florestas (ICNF). Contudo há que ter em consideração que os valores apresentados, apenas consideram as áreas ardidas de matos e povoamentos.

5.1. Distribuição Anual dos Incêndios

Ao analisar a dinâmica dos incêndios entre 2001 e 2010 constata-se que nos últimos dez anos temos assistido a oscilações na área ardida e no n.º de ocorrências. Entre 2003 e 2008 a área ardida diminui, à exceção do ano 2007 que atingiu os 586,8ha. Entre 2005 e 2010 o concelho manifesta valores de área ardida relativamente modestos. O ano de 2009 atinge o topo deste decénio com um total de área ardida de 8834,5ha para 159 ocorrências. Salienta-se que este ano ficou marcado

por condições atmosféricas extremas, com temperaturas elevadas, humidades relativas baixas e ventos predominantes do quadrante leste, originando condições propícias para a deflagração de incêndios.

Relativamente ao número de ocorrências verifica-se que têm tido um comportamento irregular ao longo dos últimos 10 anos.

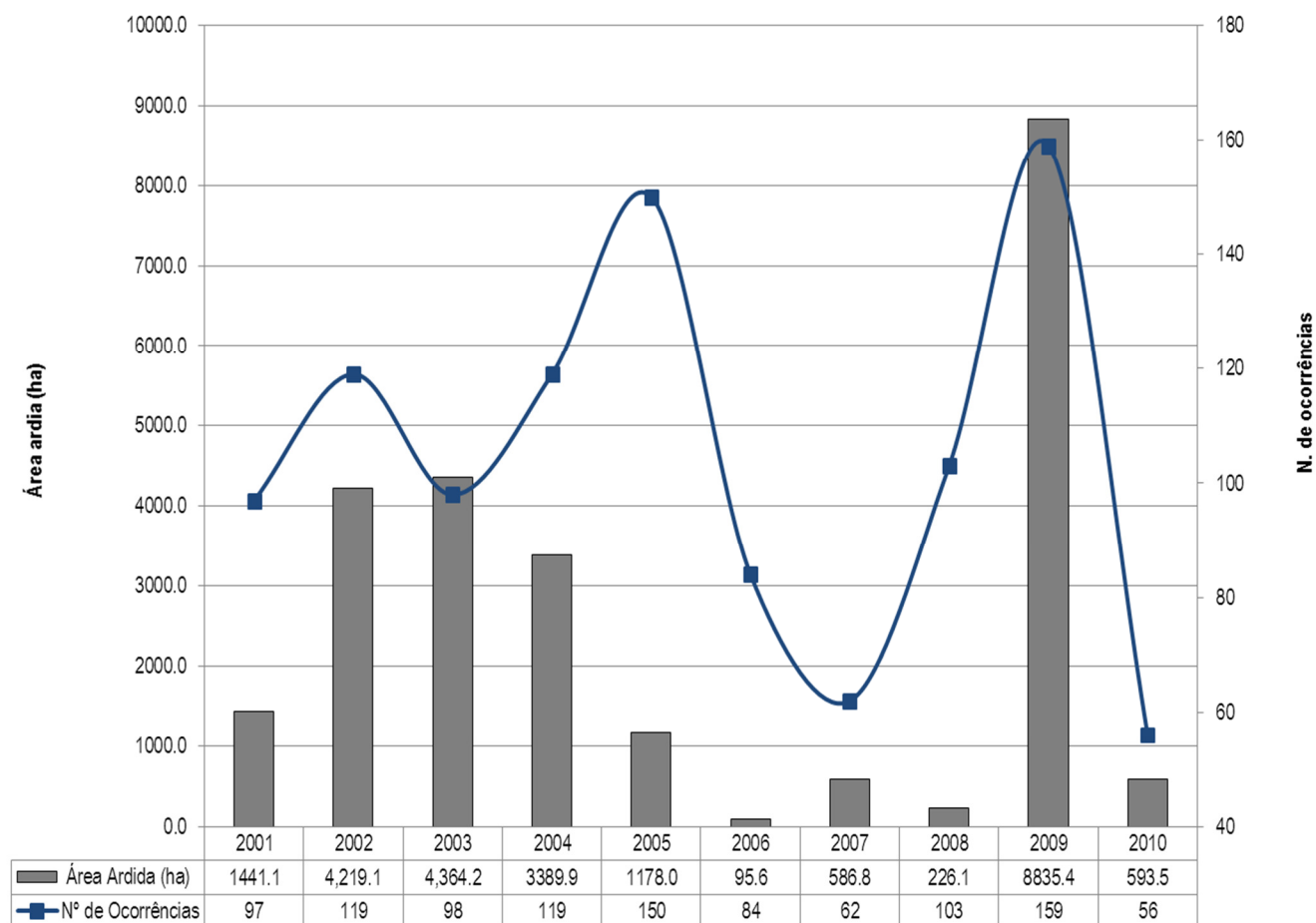
Esta dinâmica do comportamento dos incêndios pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- Abandono das áreas agrícolas e consequente diminuição da população nas freguesias mais rurais;
- A pressão urbana e agrícola sobre os espaços florestais;

O abandono das zonas agrícolas leva ao aumento considerável da carga combustível facilitando assim o risco de ignição e propagação de incêndios. Por sua vez, a realização de queimadas ilegais durante o período crítico e próximo de povoamentos florestais, são uma causa comum para esta situação, sendo pertinente sensibilizar as populações para o risco que representam.

Os incêndios florestais são a catástrofe que mais afeta, de forma negativa, a floresta portuguesa, não só pela elevada frequência com que ocorrem e a extensão que alcançam, como pelos efeitos destrutivos que causam. Para além dos prejuízos económicos e ambientais, constituem uma fonte de perigo para as populações e bens

Gráfico 4 - Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências em 2001 e 2010



5.2. Distribuição Espacial dos Incêndios

Analisando a distribuição espacial dos incêndios no Concelho do Sabugal, a freguesia com mais área ardida em 2010 é o Casteleiro com 1127ha e 24 ocorrências, seguindo-se a Bendada com 436ha e 4 ocorrências. Nos últimos 5 anos a média da área ardida, concentra-se na freguesia de Sortelha com 1509ha e 7 ocorrências, seguindo-se o Casteleiro com 227ha e 5 ocorrências.

Facilmente se consegue verificar que, o Casteleiro é a freguesia mais fustigada pelos incêndios nos últimos 10 anos, facto que não é alheio a grande percentagem de espaços florestais associado a esta freguesia. A freguesia do Casteleiro e Sortelha são as que ocupam maior área de espaços florestais com 3163,6 e 3127,9 respetivamente.

No que diz respeito ao n.º de ocorrências em 2010 o Casteleiro continua no topo com 24 ocorrências e Quadrazais surge com 11 no quinquénio 2005-2009.

Nesse mesmo período foram três as freguesias onde não ocorreu nenhum incêndio, sendo elas: Aldeia da Ponte, Lomba e Valongo do Côa.

Gráfico 5 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

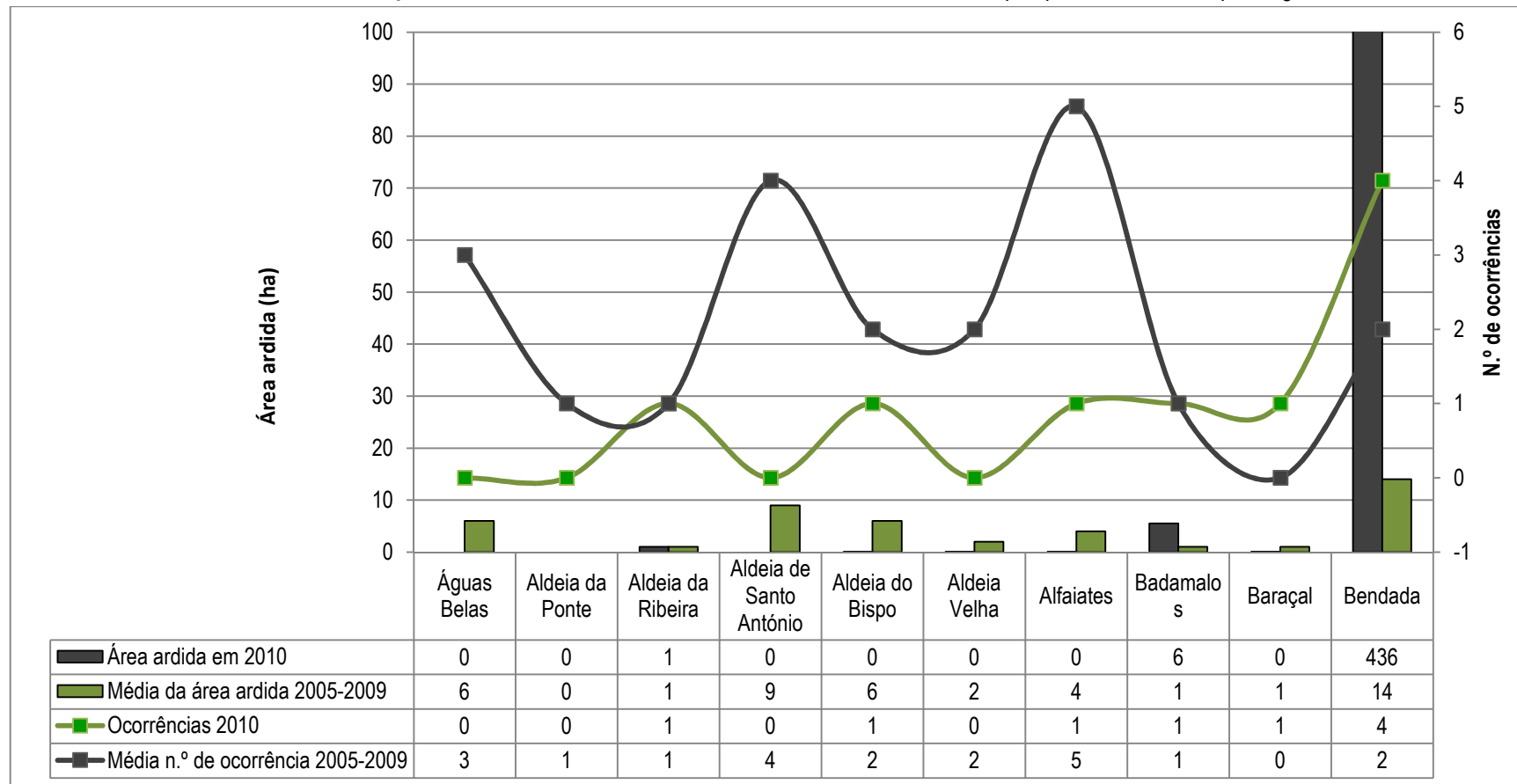


Gráfico 5A - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

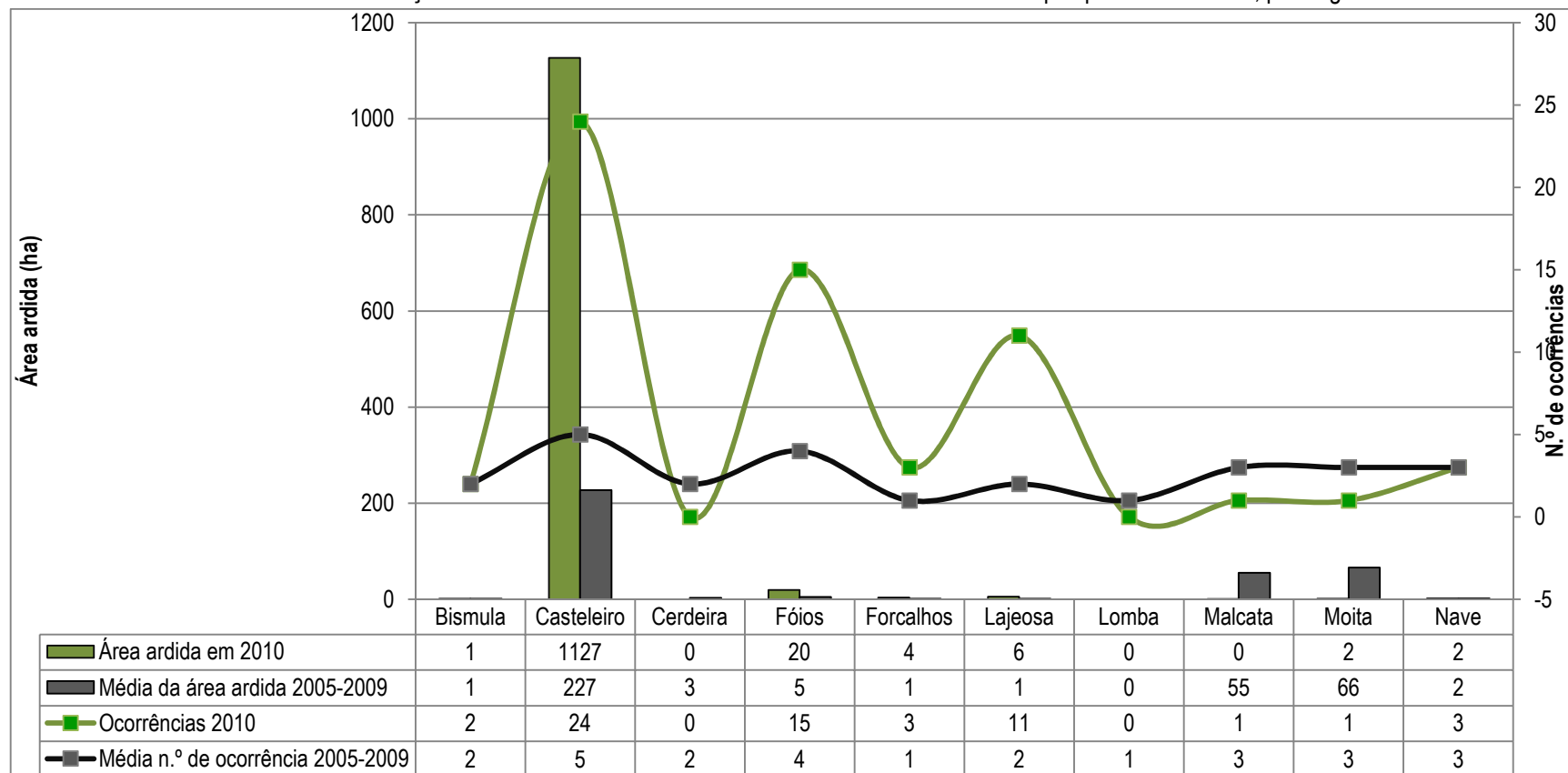


Gráfico 5B - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia

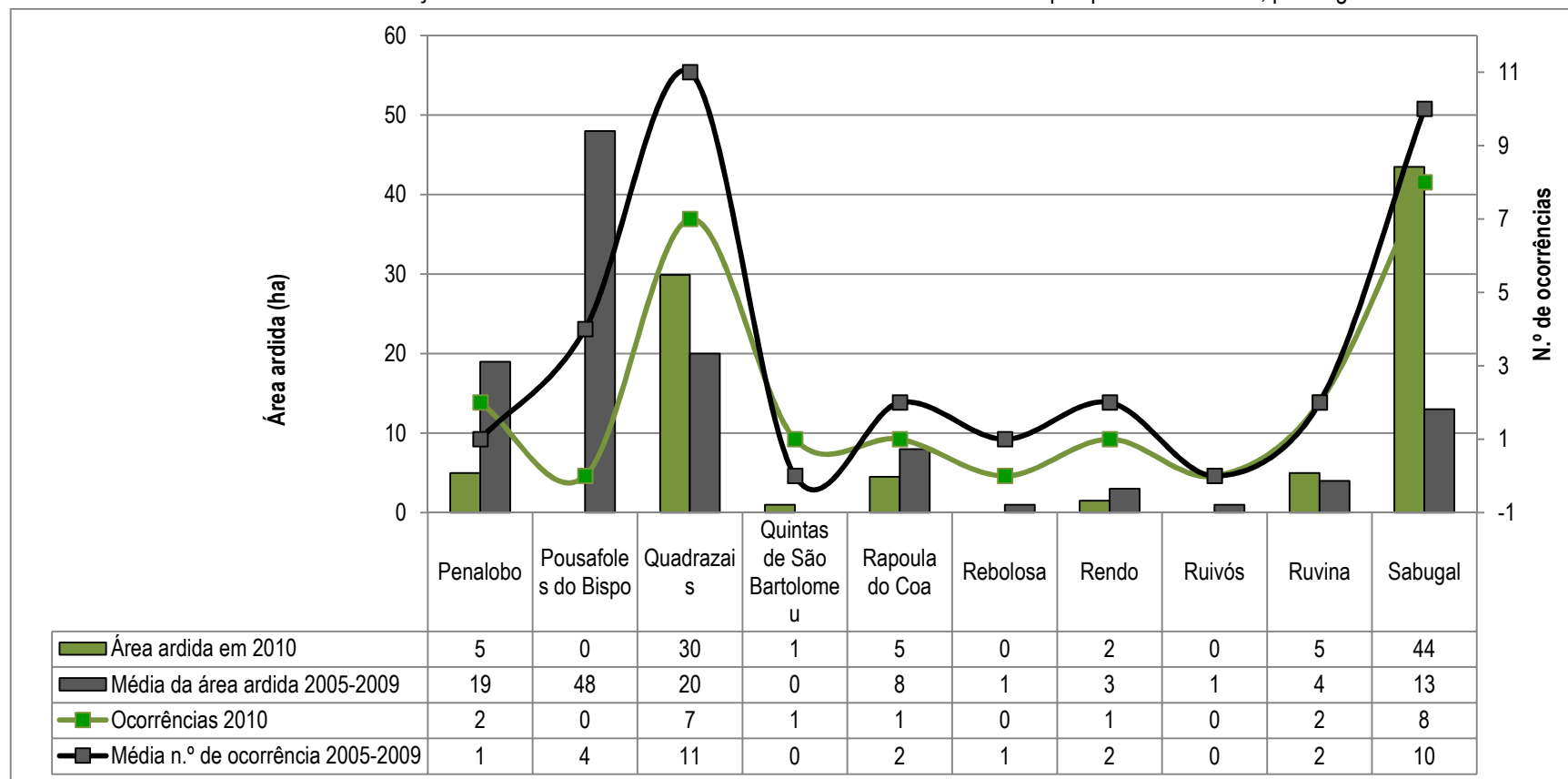
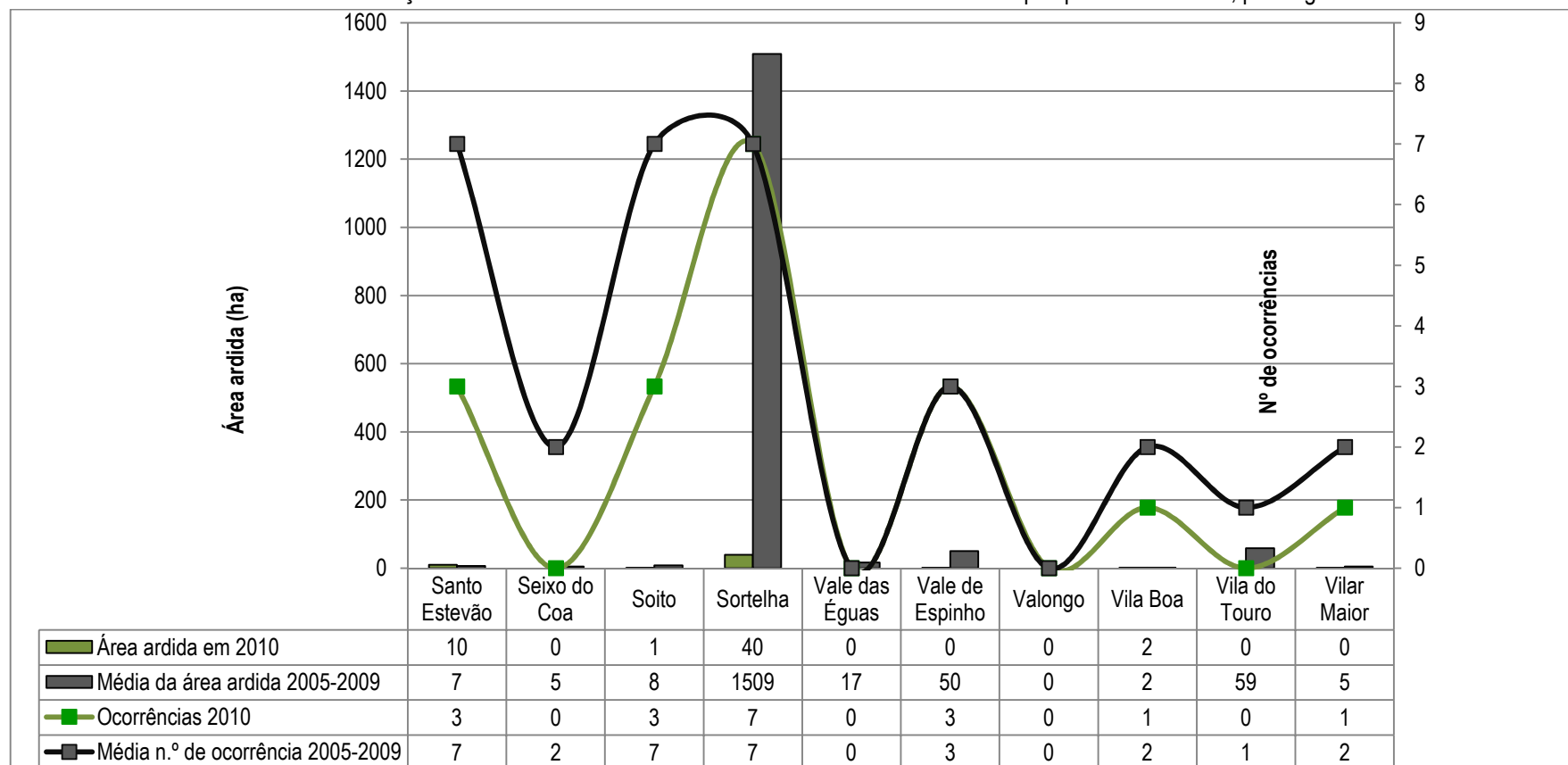


Gráfico 5C - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por freguesia



5.3. Área Ardida e Ocorrências

Distribuição Anual

A figura representa graficamente a distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2010 e média do quinquénio 2005 a 2009, por espaços florestais em cada 100ha, por freguesia. Nesta observa-se que relativamente a 2010, Bendada apresenta uma maior área ardida em 2010/ha em cada 100ha (36,91ha), e a freguesia de Sabugal com um maior número de ocorrências em 2010/ha em cada 100ha (0,76).

No quinquénio 2005 a 2009, a maior área ardida regista-se na freguesia de Sortelha (55,10ha), enquanto o maior número de ocorrências é registado no Sabugal com 1,12.

Gráfico 6 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100 hectares

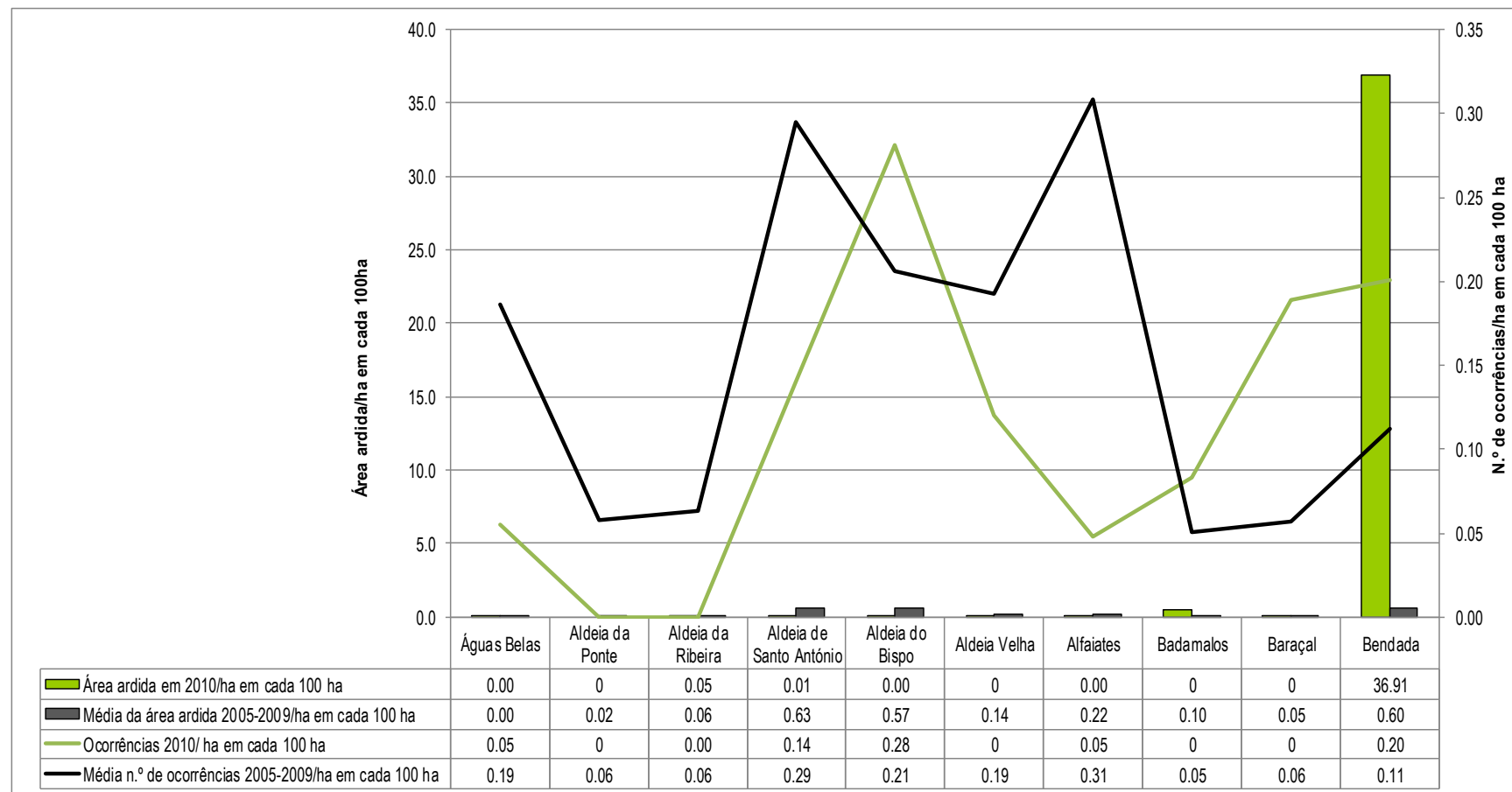


Gráfico 6A - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100 hectares

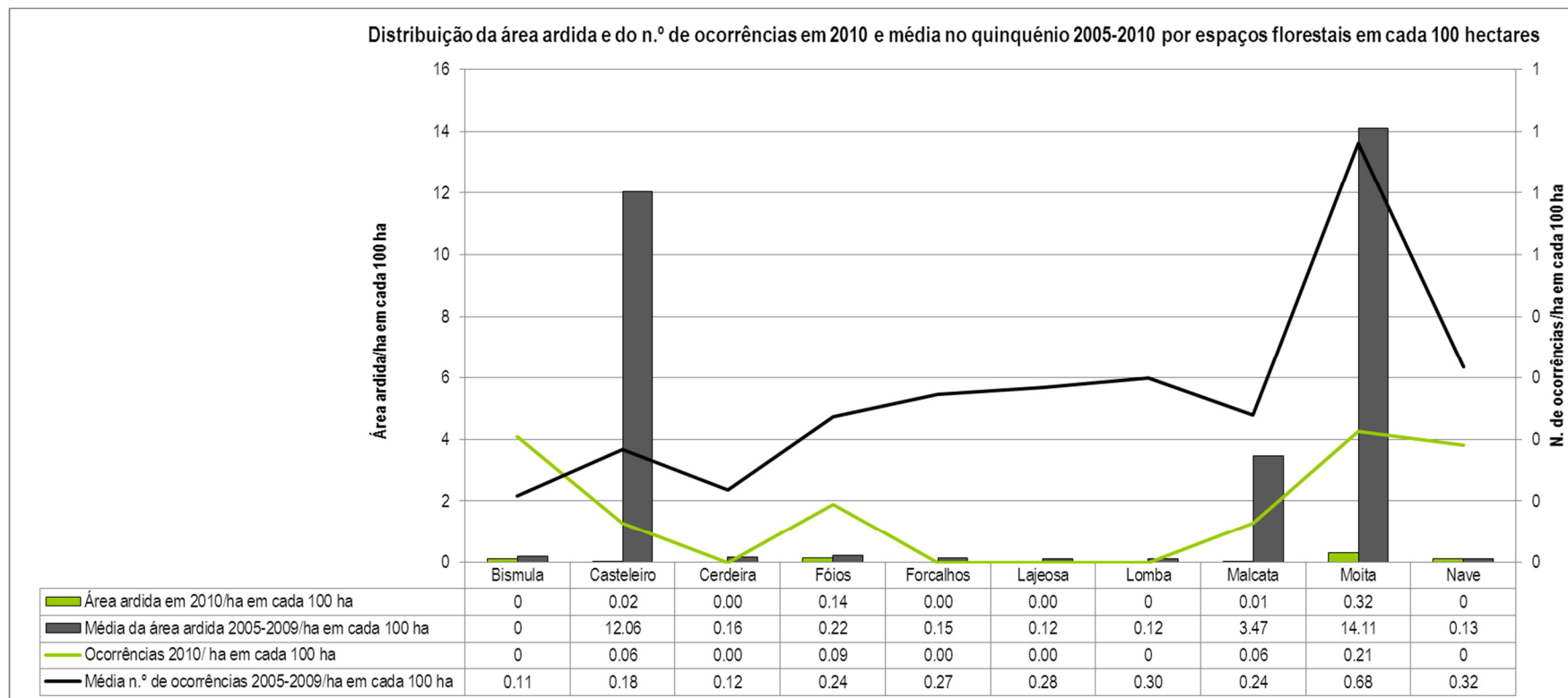


Gráfico 6B - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100 hectares

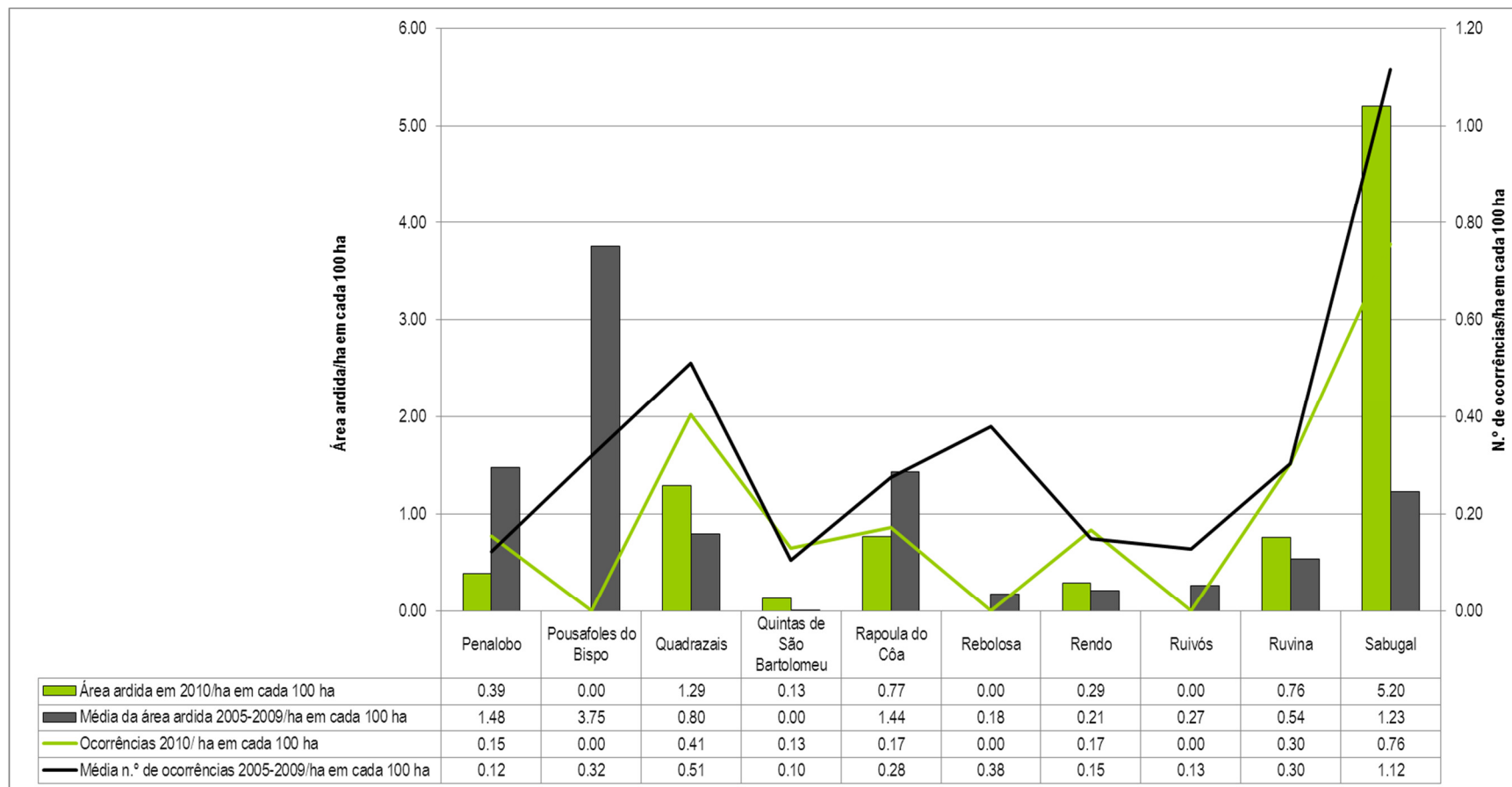
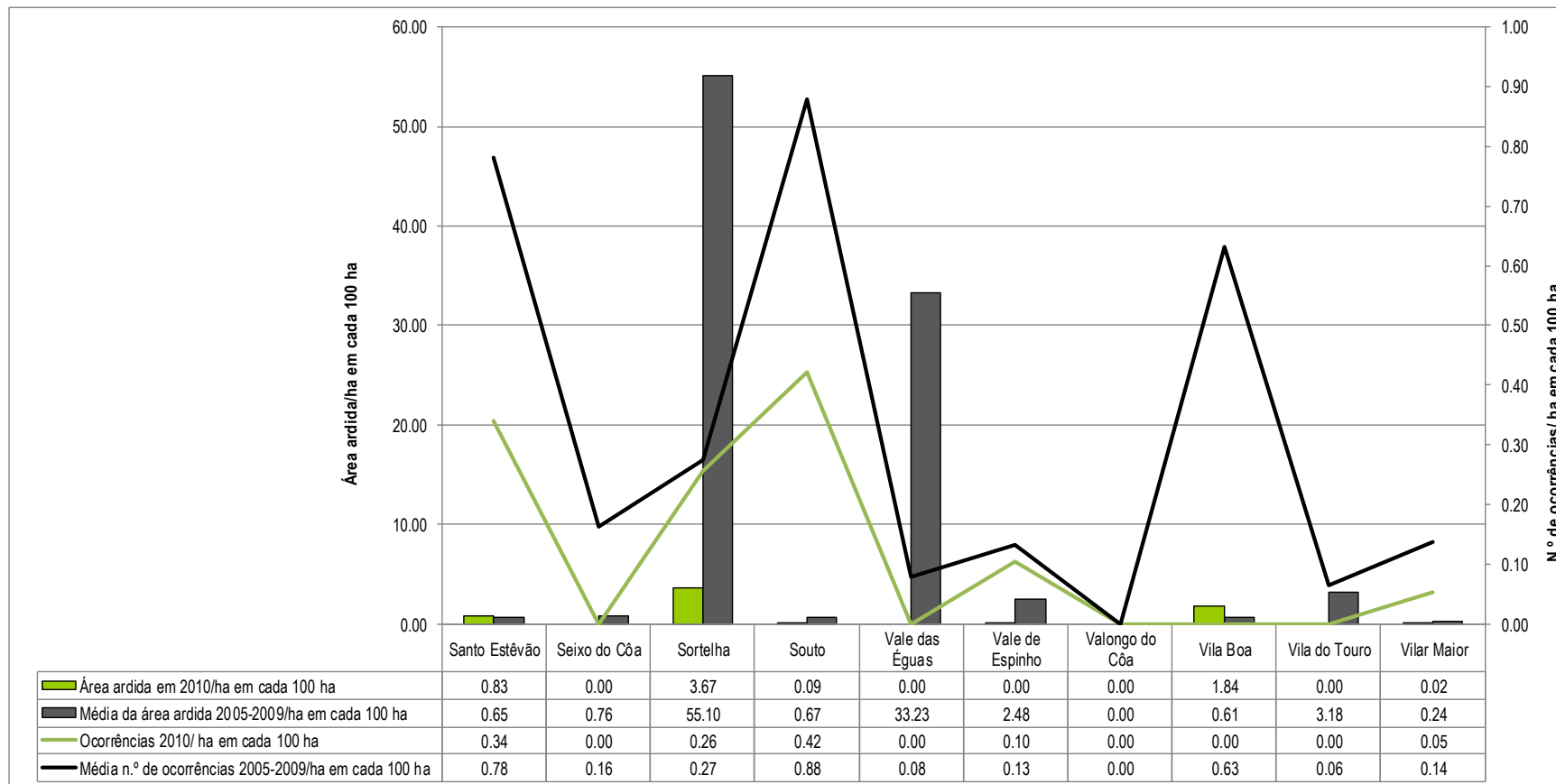


Gráfico 6C - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média no quinquénio 2005-2009, por espaços florestais em cada 100 hectares



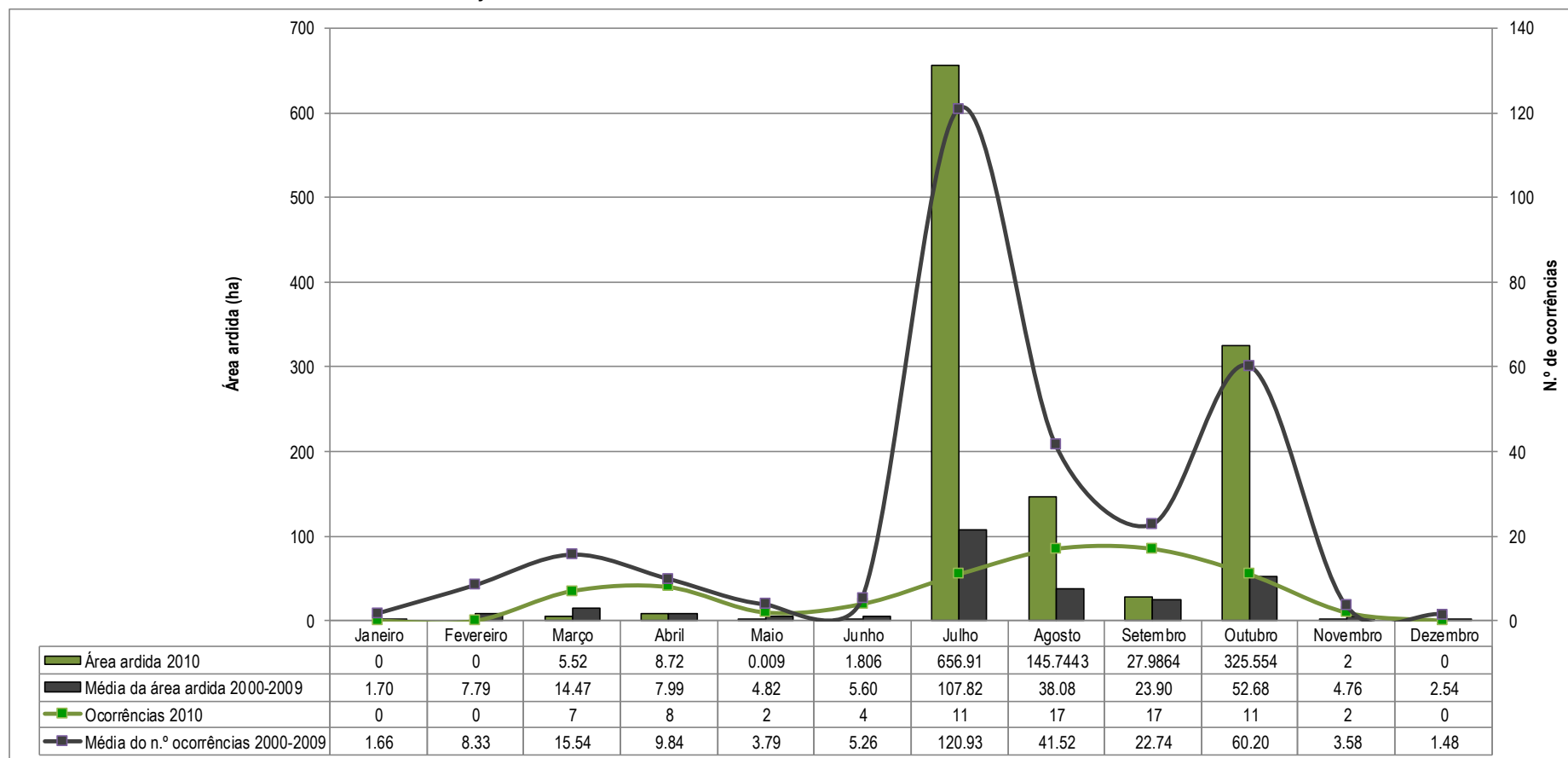
5.4. Distribuição Mensal

A análise da distribuição temporal dos incêndios florestais permite reconhecer quais os meses, dias e horas mais contingentes, possibilitando uma melhor conformidade das medidas preventivas e de combate necessárias a programar. Os dados utilizados para fazer esta avaliação referem-se ao período de 2000 a 2010.

Segundo o gráfico 4 e analisando a média dos últimos 10 anos, a maior área ardida ocorre durante os meses de **Julho e Outubro**. A maior área ardida em 2010 ocorreu nos mesmos meses, tendo sido o valor superior às médias de 2000-2009, mantendo-se a tendência da maior perigosidade nos meses de **Julho e Outubro**.

Relativamente ao número de ocorrências, mantem-se o mesmo panorama com o mês de Julho e Outubro a ocuparem o topo da lista e em relação ao ano de 2010 sobressai o mês de Agosto e Setembro com 17 ocorrências, respetivamente. É durante o período de Verão que se verifica maior área ardida e maior número de ocorrências de incêndios florestais. Há que destacar o mês de Outubro que altera este panorama aumentando a propensão para o Outono.

Gráfico 7 – Distribuição Mensal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média 2000-2009

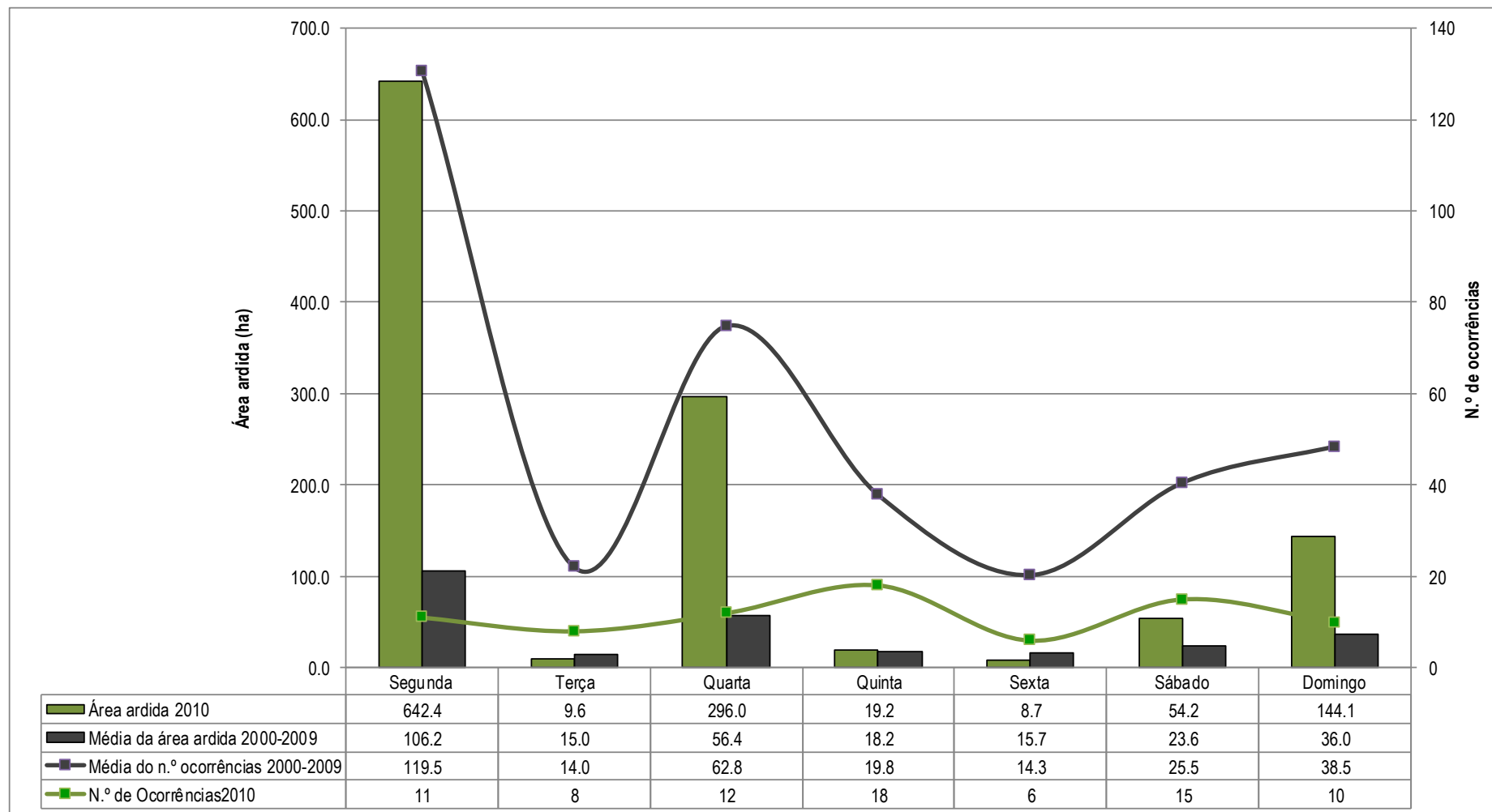


5.5. Distribuição Semanal

Relativamente à distribuição semanal, o gráfico 5 revela que o dia semana com maior número de ocorrências é a **Segunda-Feira**. Os valores do número de ocorrências variam entre as 120 ocorrências de segunda-feira com as 14 de terça-feira. Em relação à média da área ardida no período de 2000-2009 o valor mais elevado é também à segunda-feira (106,2) muito superior às médias dos restantes dias da semana, cujo valor mais baixo corresponde a 15ha.

No concelho do Sabugal existem mais incêndios durante a semana, mais especificamente à segunda-feira com mais área ardida, sendo o dia mais crítico da semana.

Gráfico 8 - Distribuição Semanal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2010 e média 2000-2009



5.6. Distribuição Diária

Os valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências para o período de 2000 a 2010, estão representados no gráfico 9, em que se evidencia os dias em que houve maior área ardida, a 30 Agosto (7083,1ha), 19 Setembro (1573,7ha) e 21 Agosto (1334,4ha).

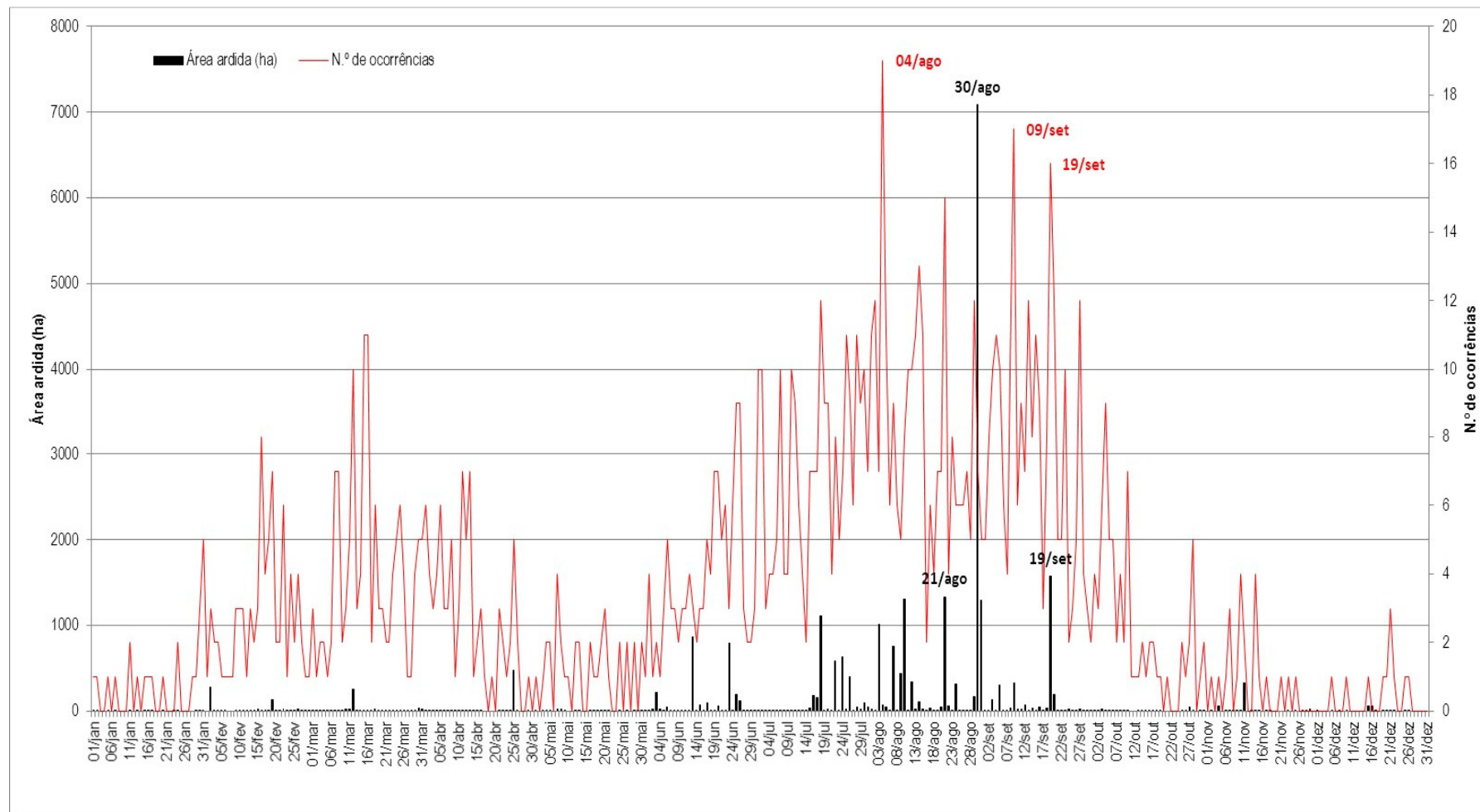
A área ardida nestes 3 dias representa 38,8% da área ardida total durante este período de tempo.

Relativamente ao número de ocorrências os dias mais críticos foram 04 Agosto (19 ocorrências), 09 Setembro (17 ocorrências) e 19 Setembro (16 ocorrências).

O total de ocorrências destes dias representa 4,3% do valor total.

É claramente perceptível através da informação da distribuição diária que é no período de verão que o n.º de ocorrências e a área ardida apresentam valores mais elevados. Situação que se deve ao aumento de temperatura, diminuição da humidade relativa, em que a probabilidade de ocorrerem incêndios florestais é superior. Por outro lado, durante o mês de setembro é muito comum a prática de queimadas, sem os responsáveis terem a devida cautela e em certas situações, não requerem licenciamento à Câmara Municipal.

Gráfico 9 - Distribuição Diária acumulados da área ardida e do número de ocorrências (2000-2010)



5.7. Distribuição Horária

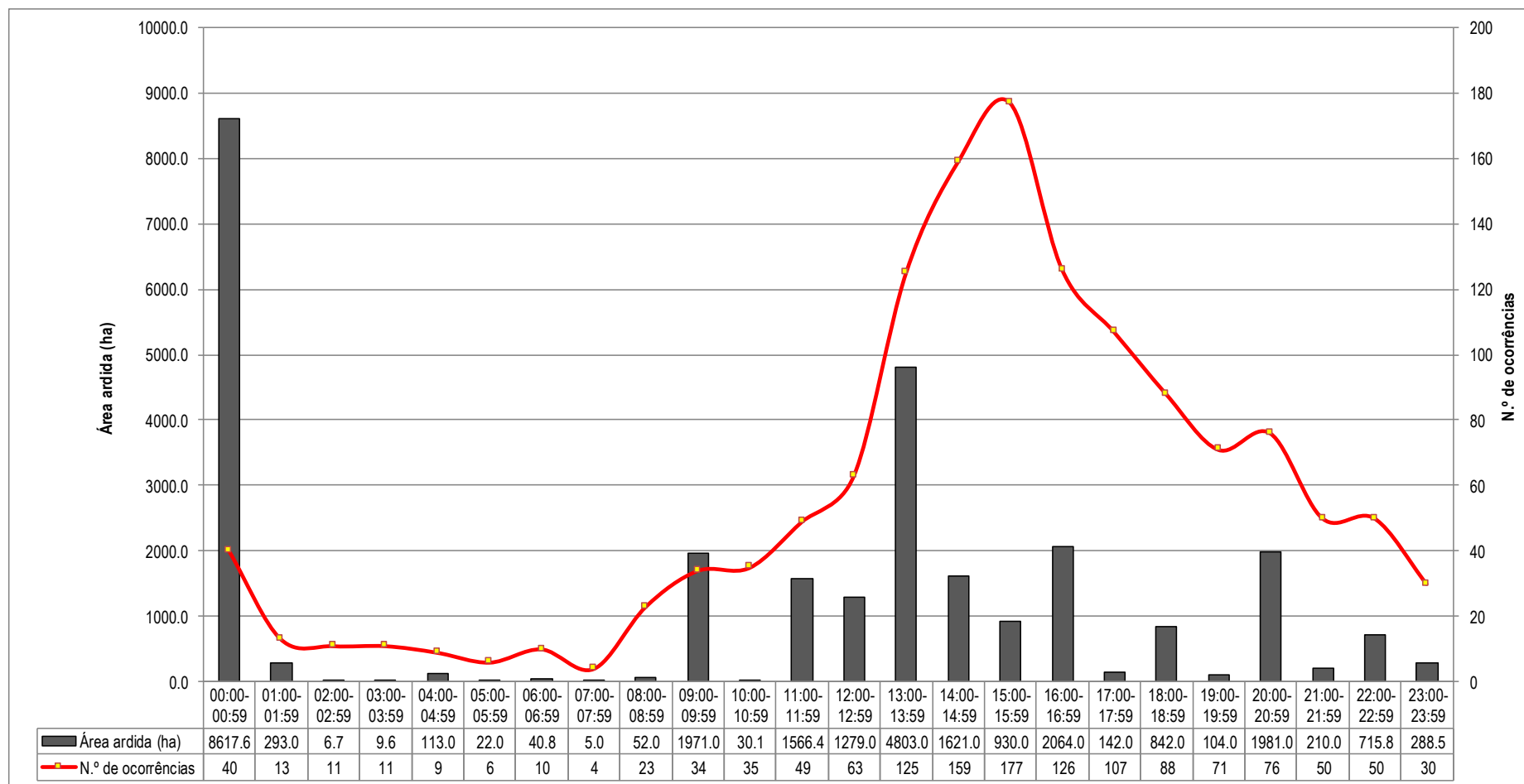
Relativamente à distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências para o período de 2000 a 2010 (gráfico 10), verifica-se que no período horário entre 0.00h e a 00.59h regista-se o maior número de área ardida e no período das 15.00 às 15.59h regista-se o maior número de ocorrências.

O que se concluiu que neste período horário deverá ser reforçado o sistema de vigilância e alerta na época de incêndios.

É neste período do dia que as temperaturas atingem valores mais elevados o que implica maior n.º de ocorrências. No período da meia-noite a área ardida atingiu o valor de 8617.6ha estando principalmente relacionado com o grande incêndio que ocorreu em 2009 e que veio “alterar” o panorama dos incêndios florestais.

Podemos ainda verificar através do tratamento destes dados, que nem sempre o número elevado de ocorrências implica o maior número de área ardida.

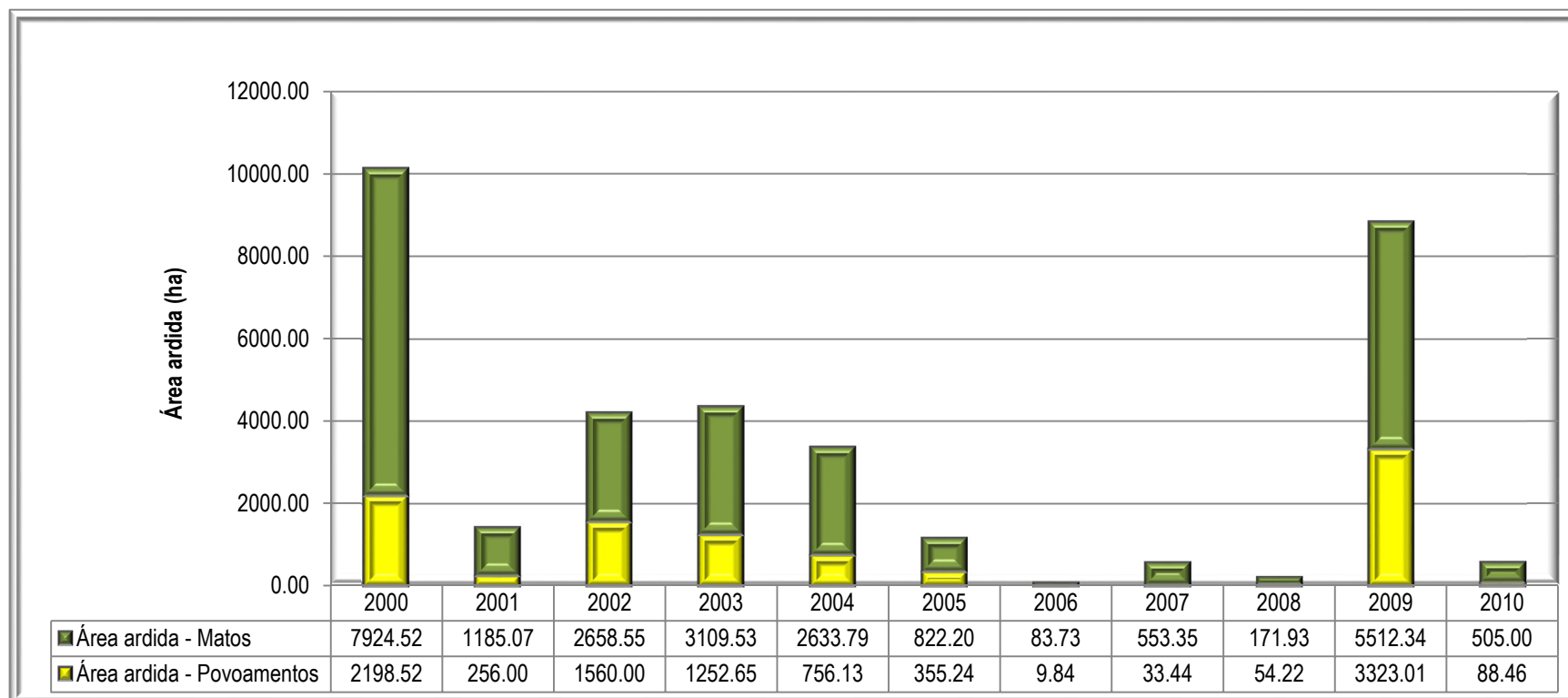
Gráfico 10 - Distribuição Horária da área ardida e do n.º de ocorrências (2000-2010)



5.8. Área Ardida em Espaços Florestais

No que concerne, à distribuição dos incêndios por tipo de coberto vegetal no Concelho do Sabugal, as zonas de mato são as que apresentam mais suscetibilidade à deflagração de incêndios. Em todos os anos, desde 2000 a 2010, a área ardida de matos foi sempre superior à de povoamentos. As áreas de mato ardido, representam 75% (22501,2ha) do total ardido enquanto as áreas de povoamentos correspondem a 25% (9887,51ha).

Gráfico 11 – Distribuição da área ardida por espaços florestais (2000-2010)

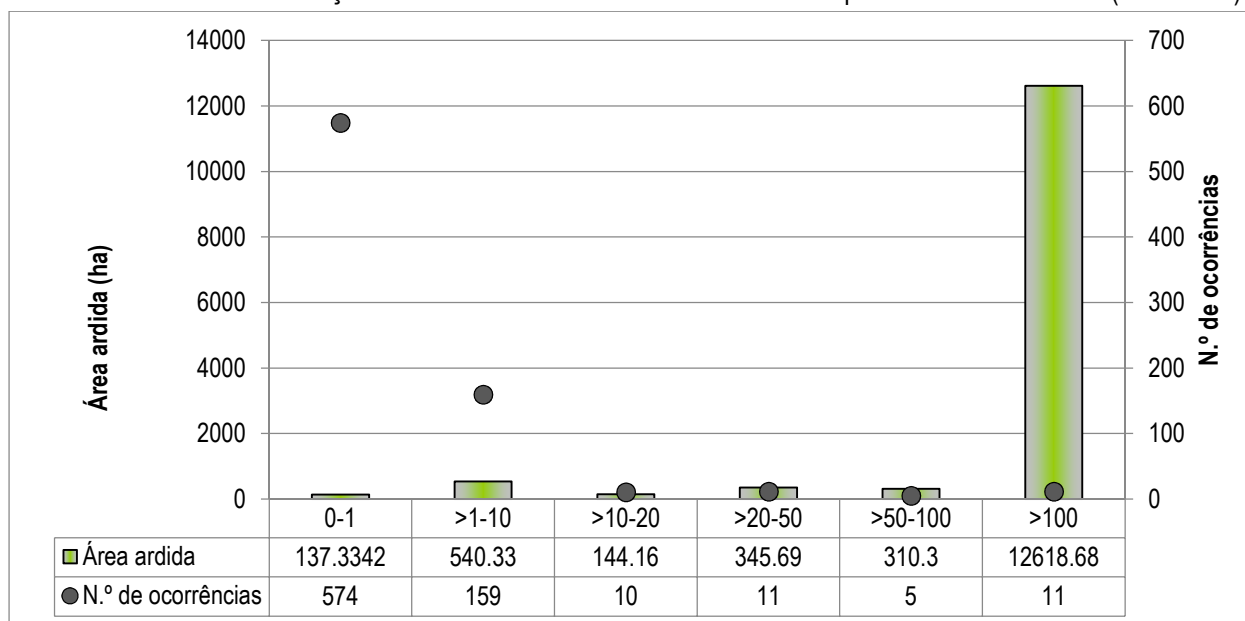


5.9. Área Ardida e n.º de Ocorrências por Classes de Extensão

Pela interpretação do **gráfico 12**, que mostra a Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (2005-2010) podemos concluir que o número máximo de ocorrências se verifica para áreas ardidas inferiores a 1ha. Existe também um grande número de ocorrências verificadas para áreas ardidas entre 1 e 10ha, sendo o número de ocorrências associadas a áreas ardidas superiores a 10ha relativamente baixo.

Neste sentido, a baixa percentagem de grandes incêndios ocorridos no Concelho do Sabugal são responsáveis pela maior área ardida, situação verificada também a nível nacional.

Gráfico 12 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (2005-2010)



5.10. Pontos de Início e Causas

No quadro que se segue está representado o número total de incêndios e causas por freguesia de 2008 a 2012.

Quadro 7 – Nº total de incêndios e causas por freguesia (2008-2012).

Freguesia	Causas	Incêndios
Águas Belas	Uso do Fogo	11
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	1
	Indeterminadas	1
	Sub-total	14
Aldeia da Ponte	Uso do Fogo	8
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	8
Aldeia do Bispo	Uso do Fogo	7
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	1
	Indeterminadas	0
	Sub-total	8
Aldeia da Ribeira	Uso do Fogo	4
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	4
Aldeia de S.to António	Uso do Fogo	7
	Acidentais	1
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0
	Indeterminadas	2
	Sub-total	11
Aldeia Velha	Uso do Fogo	11
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	11
Alfaiates	Uso do Fogo	22
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0

	Indeterminadas	0
	Sub-total	22
Badamalos	Uso do Fogo	6
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	1
	Indeterminadas	0
	Sub-total	7
Baraçal	Uso do Fogo	5
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	7
Bendada	Uso do Fogo	20
	Acidentais	3
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	23
Bismula	Uso do Fogo	5
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	6
Casteleiro	Uso do Fogo	19
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	2
	Sub-total	23
Cerdeira do Côa	Uso do Fogo	2
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	1
	Sub-total	5
Fóios	Uso do Fogo	18
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	6
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	24
Forcalhos	Uso do Fogo	0
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0

	Indeterminadas	0
	Sub-total	0
Lageosa	Uso do Fogo	3
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	2
	Indeterminadas	0
	Sub-total	5
Lomba	Uso do Fogo	0
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	0
Malcata	Uso do Fogo	10
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	4
	Naturais	1
	Indeterminadas	1
	Sub-total	16
Moita	Uso do Fogo	6
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	3
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	9
Nave	Uso do Fogo	18
	Acidentais	1
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	1
	Indeterminadas	1
	Sub-total	22
Pena Lobo	Uso do Fogo	8
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	8
Pousafoles	Uso do Fogo	8
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	1
	Sub-total	11
Quadrazais	Uso do Fogo	44
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	11
	Naturais	0

	Indeterminadas	1
	Sub-total	56
Q. S. Bartolomeu	Uso do Fogo	2
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	1
	Sub-total	3
Rebolosa	Uso do Fogo	9
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	9
Rapoula do Côa	Uso do Fogo	9
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	10
Rendo	Uso do Fogo	4
	Acidentais	2
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	7
Ruivós	Uso do Fogo	2
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	2
Ruvina	Uso do Fogo	7
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	7
Sabugal	Uso do Fogo	63
	Acidentais	1
	Estruturais	3
	Incendiarismo	4
	Naturais	0
	Indeterminadas	1
	Sub-total	72
Santo Estêvão	Uso do Fogo	10
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0

	Indeterminadas	1
	Sub-total	12
Seixo do Côa	Uso do Fogo	8
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	8
Sortelha	Uso do Fogo	27
	Acidentais	2
	Estruturais	0
	Incendiarismo	4
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	33
Soito	Uso do Fogo	47
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	49
Vale das Éguas	Uso do Fogo	2
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	2
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	4
Vale de Espinho	Uso do Fogo	22
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0
	Indeterminadas	1
	Sub-total	24
Valongo do Côa	Uso do Fogo	1
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	1
Vila Boa	Uso do Fogo	6
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	0
	Indeterminadas	0
	Sub-total	6
Vila do Touro	Uso do Fogo	3
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	1
	Naturais	0

	Indeterminadas	0
	Sub-total	4
Vilar Maior	Uso do Fogo	6
	Acidentais	0
	Estruturais	0
	Incendiarismo	0
	Naturais	1
	Indeterminadas	0
	Sub-total	7

Uso do Fogo	470
Acidentais	10
Estruturais	3
Incendiarismo	54
Naturais	8
Indeterminadas	13
TOTAL	558

Da análise do quadro apresentado constata-se que para um universo de 558 incêndios, o peso da causa uso do fogo, ocupa 84,2% seguido de causa de incendiarismo com 9,7%.

Sabendo-se que uma das causas mais importantes de ocorrência de incêndios no concelho é a realização de queimadas é pertinente sensibilizar as populações para o risco que elas representam

5.11. Número de Ocorrências por Fonte de Alerta

O gráfico 13 apresenta a distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta no período 2005 a 2010:

- Postos de Vigia
- CDOS
- Populares
- 117
- Sapadores
- Outros

Os **“Populares”** foi a fonte de alerta que durante este período registou um maior número de ocorrências atingindo os 53% o que equivale a 402 ocorrências, seguindo-se os **“Outros”** com 19% do total de alertas, para 145 ocorrências.

De seguida aparece o **117** com 16%, os **PV** ocupam 10%, os **Sapadores** 2% e por fim o **CDOS** com 0 ocorrências.

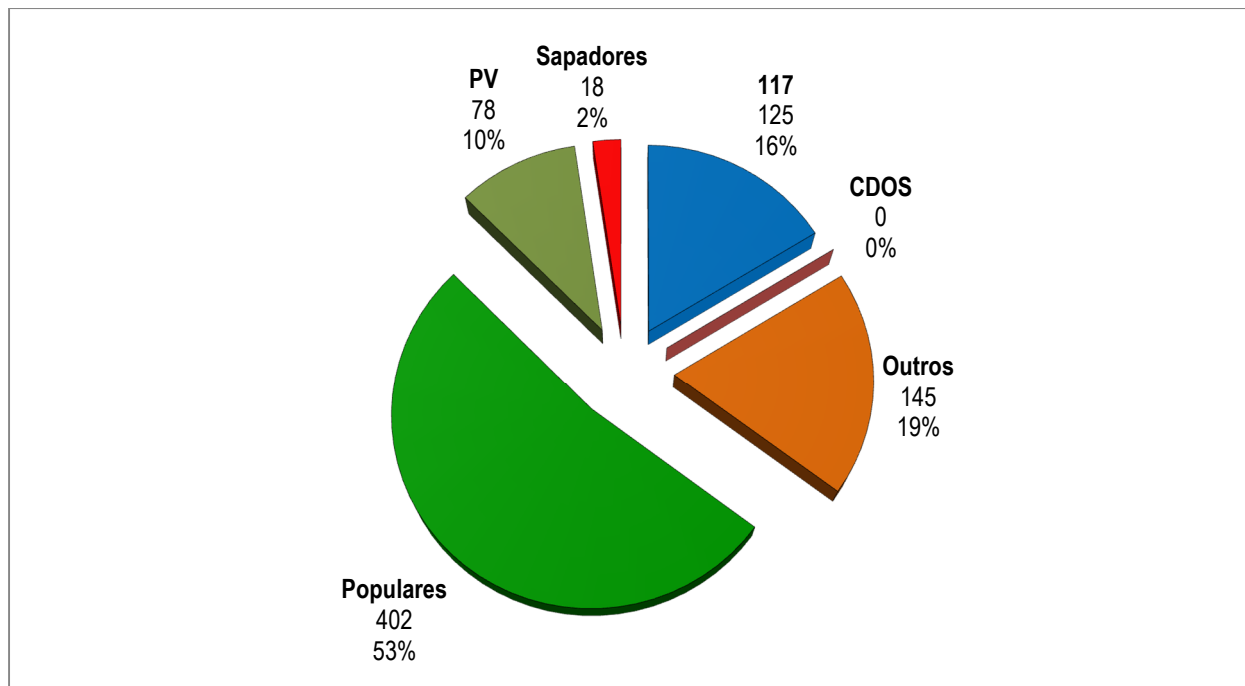


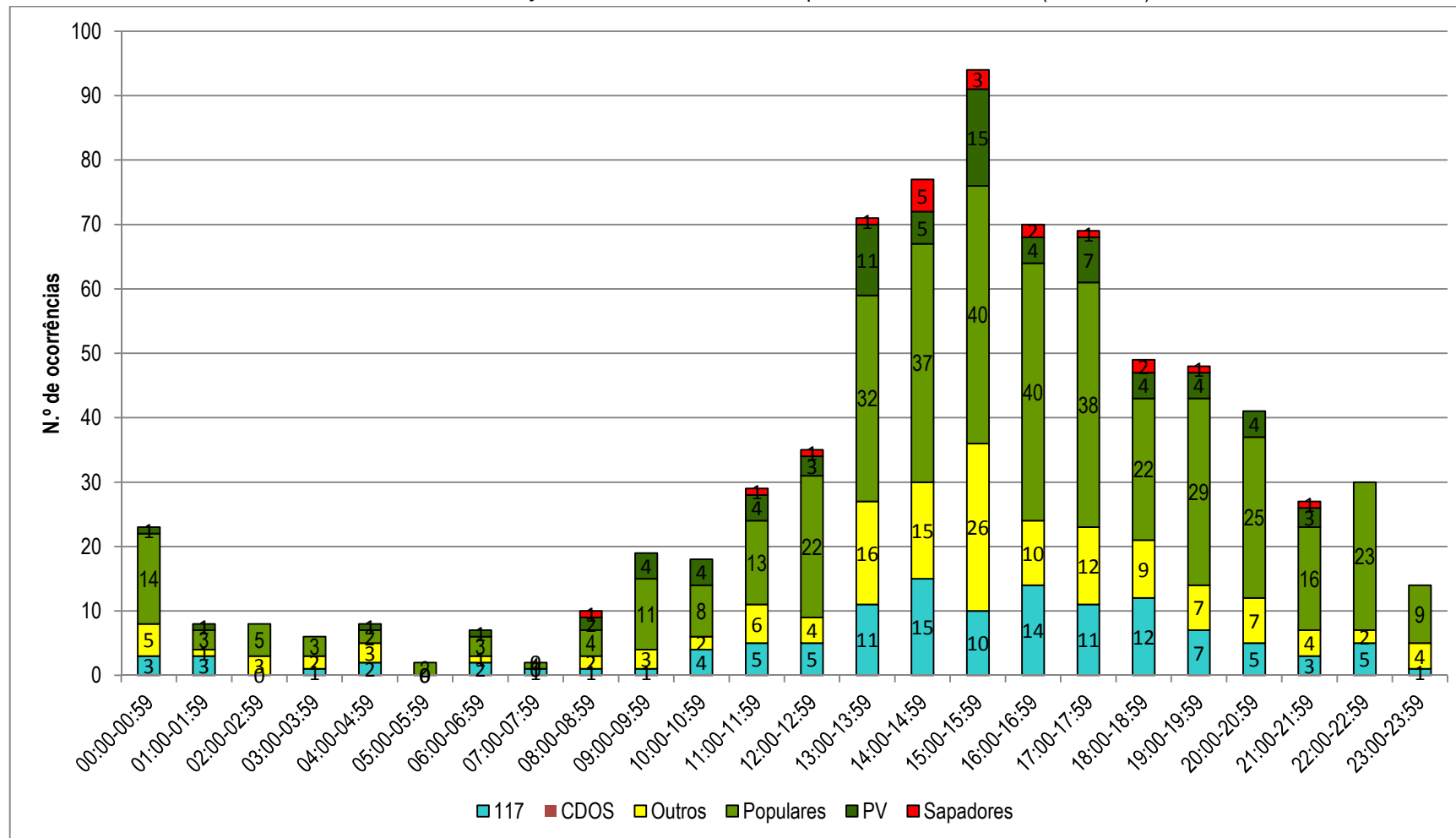
Gráfico 13 – Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2005-2010)

O estudo da distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta, é apresentado pelo gráfico 14.

Observa-se que, o período de tempo mais provável para existirem ocorrências no concelho do Sabugal é entre 15.00h e as 15.59h, altura em que as temperaturas são mais elevadas e a humidades relativa mais baixa.

Por sua vez, o período inverso é entre as 5.00h e as 5.59h. Na maioria das situações, são também os “Populares” os que mais fazem o alerta para ocorrências de incêndio a qualquer hora do dia e da noite.

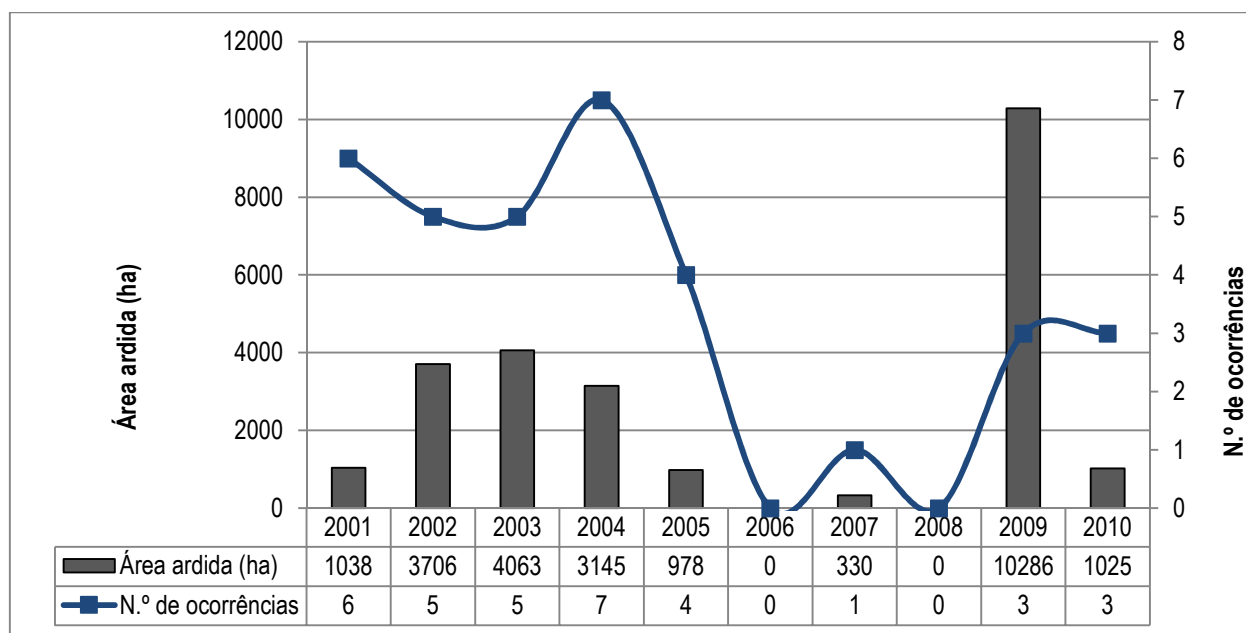
Gráfico 14 – Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta (2005-2010)



5.12. Grandes Incêndios (área > 100 ha) - Distribuição Anual

Considerando que são os grandes incêndios (áreas ardidas superiores a 100ha) que mais contribuem para os valores totais de área ardida no Concelho do Sabugal, apresenta-se em seguida uma análise para o período de 2001-2010 dos grandes incêndios que deflagraram no concelho.

Gráfico 15 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)



Pela análise do gráfico anterior verifica-se que os anos em que os grandes incêndios mais contribuíram para a área ardida foram: 2009 (10286ha), 2003 (4063ha) e 2002 (3706ha) perfeitamente justificado, tendo em conta a existência dos grandes incêndios ocorridos no concelho do Sabugal, durante este período.

Os anos em que o número de ocorrências foi maior em relação aos grandes incêndios foram: 2004 e 2001 com 7 e 6 ocorrências, respetivamente.

É de realçar o facto de em 2006 e 2008 não se ter verificado nenhum grande incêndio no concelho do Sabugal.

Quadro 7 – Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área.

Classes de área (ha)	100-500	500-1000	>1000	TOTAL
Ano				
2001	6	0	0	6
2002	2	1	2	5
2003	2	1	2	5
2004	5	1	1	7
2005	4	0	0	4
2006	0	0	0	0
2007	1	0	0	1
2008	0	0	0	0
2009	1	0	2	3
2010	2	1	0	3
TOTAL	23	4	7	

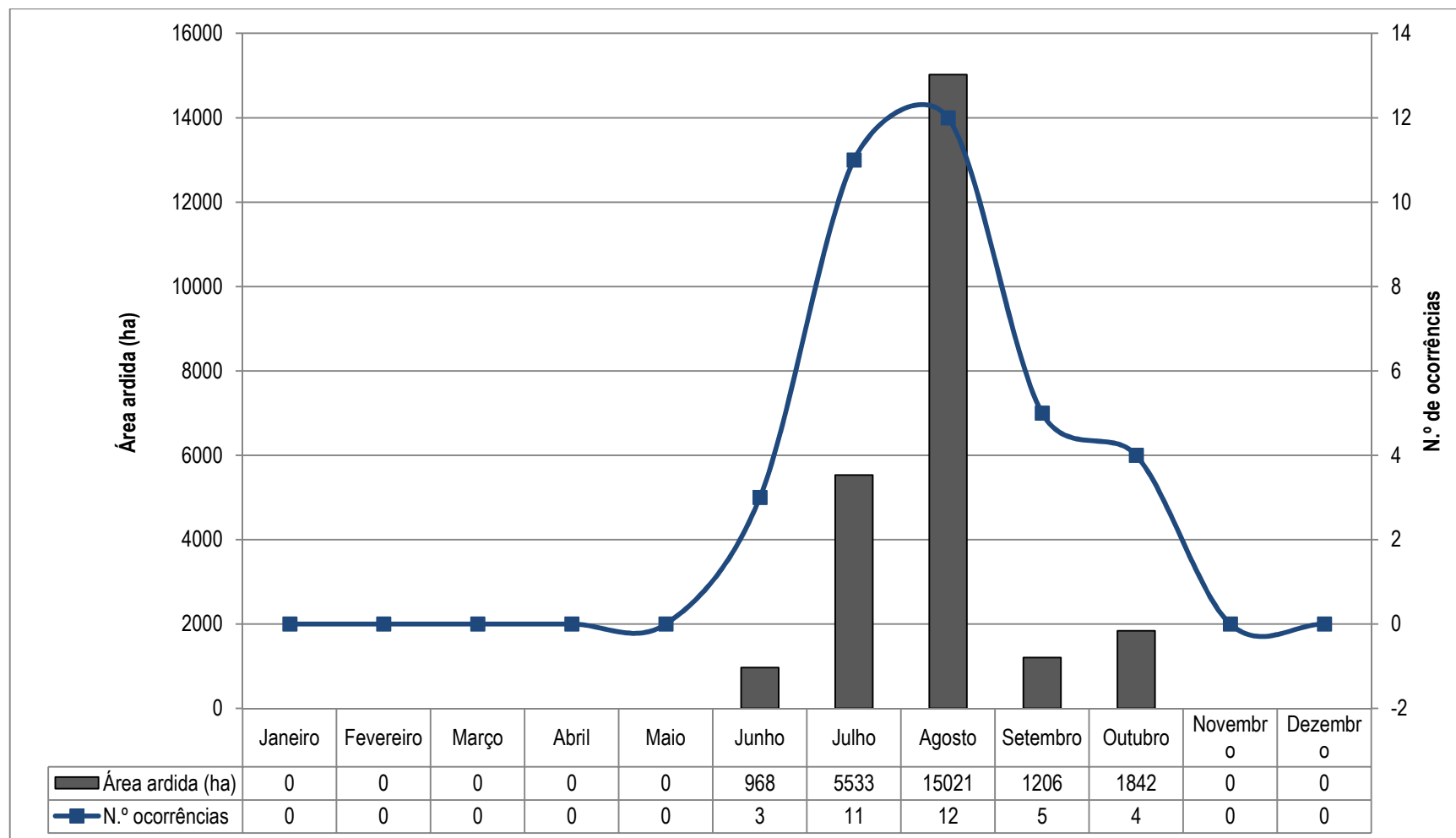
Observando o quadro anterior verifica-se que a classe de área com maior número de ocorrências é a que engloba incêndios com uma área ardida superior a 100 ha e inferior a 500 ha. Em relação às outras duas classes de áreas, 500-1000 e >1000, o número de ocorrências é de 4 e 7, respetivamente. Além disso, o ano que houve maior número de grandes incêndios foi o ano 2004, seguindo-se o ano de 2001.

Através do Mapa em anexo, verifica-se que os grandes incêndios (> 1000ha) ocorrem nas freguesias de Aldeia Velha e Moita em 2002, na Bendada e Badamalos em 2003, em 2004 foi na freguesia de Vila do Touro e o grande incêndio de 2009 em Sortelha e Casteleiro.

5.13. Grandes Incêndios (área> 100 ha) - Distribuição Mensal

No que concerne à distribuição mensal dos grandes incêndios, e tendo em consideração o gráfico que se segue, verifica-se que os meses de Julho e Agosto são os que apresentam ocorrências e área ardida mais elevada. Este é o período do ano que todos os meios têm que estar 100% operacionais, de forma a evitar que os incêndios atinjam valores tão elevados de área ardida.

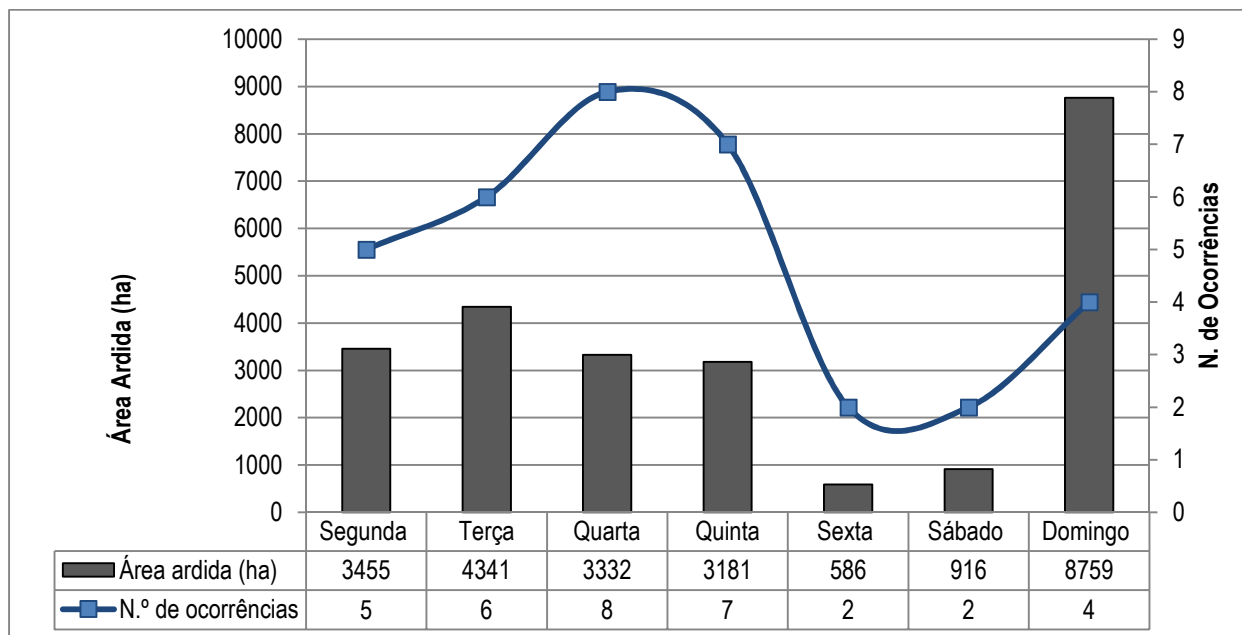
Gráfico 16 – Distribuição Mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)



5.14. Grandes Incêndios (área> 100 ha) - Distribuição Semanal

Pela observação do **gráfico 17** é possível apurar que o dia da semana mais crítico a nível de distribuição semanal da área ardida para grandes incêndios, é o **Domingo** com valores atingir os 8759ha. Por outro lado, a **Quarta-feira** apresenta-se o dia da semana cujas ocorrências atingem as 8 para áreas superiores a 100ha.

Gráfico 17 – Distribuição Semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)

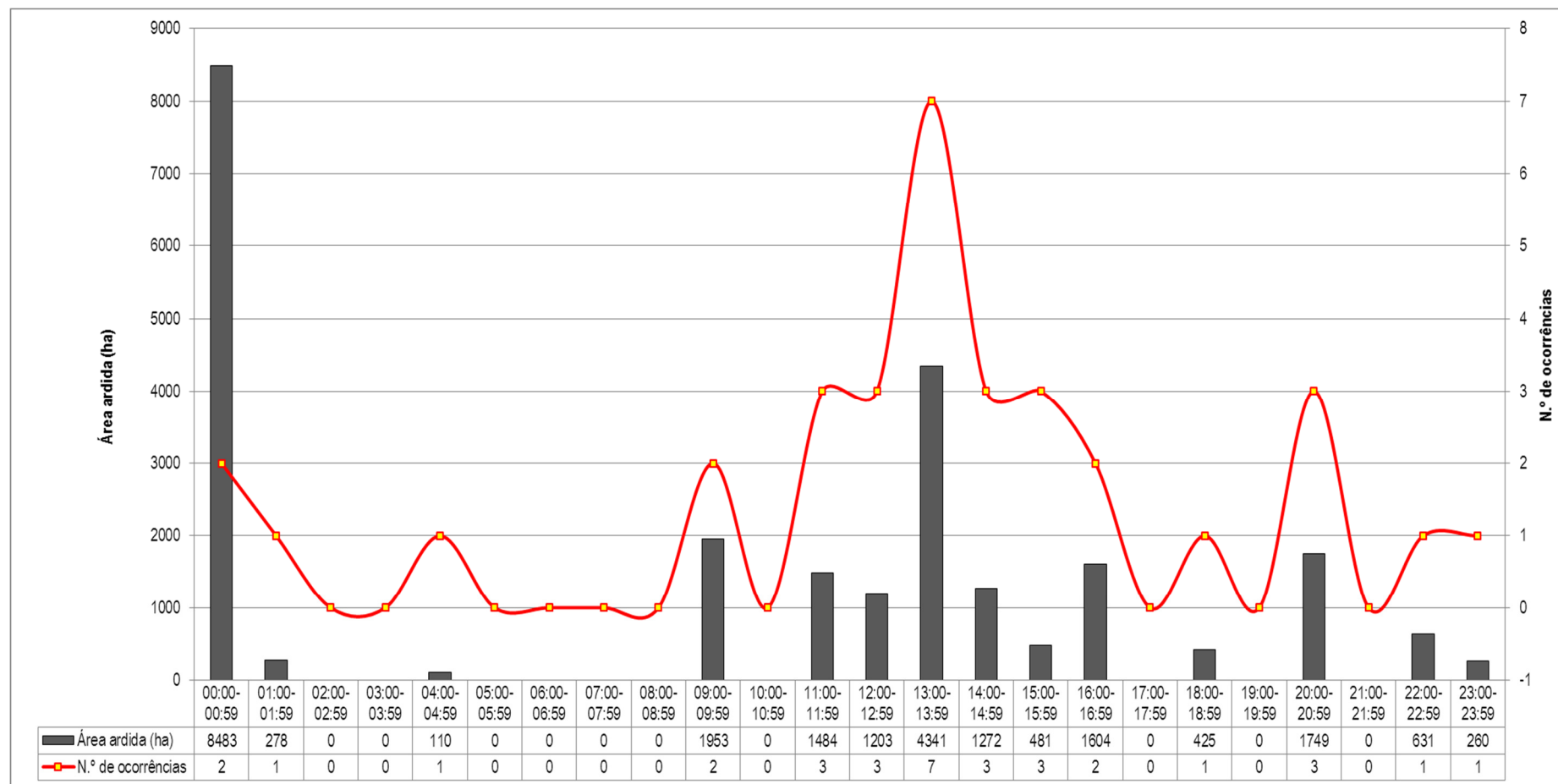


5.15. Grandes Incêndios (área> 100 ha) - Distribuição Horária

No que diz respeito à distribuição horária dos grandes incêndios entre 2001 e 2010, a análise do gráfico revela que:

- Entre as 0:00h e as 00:59h com apenas 2 ocorrências a área ardida atinge o valor de 8483ha com os incêndios de 2007 e 2009, ambos na freguesia de Sortelha; o incêndio de 2007 com 330ha e o 2009 com 8153ha sendo o valor mais elevado dos últimos 10 anos.
- Os incêndios tiveram o seu início maioritariamente entre as 13:00h-13:59h. É neste período de tempo que se regista uma significativa subida do número de ocorrências, assim como de área ardida coincidindo, do ponto de vista meteorológico, com o período do dia mais propício à deflagração de incêndios.

Gráfico 18 – Distribuição Horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2010)



2. Fontes de Informação

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

PDM (Junho, 2004) – Plano Diretor Municipal de Sabugal – Análise e Diagnóstico, Volume I, Câmara Municipal de Sabugal

AFN (Abril, 2012) – Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, AFN – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

PGF (2008) – Perímetro Florestal do Alto Côa, DGRF – Núcleo Florestal da Beira Interior Norte, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

ICNB () – Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

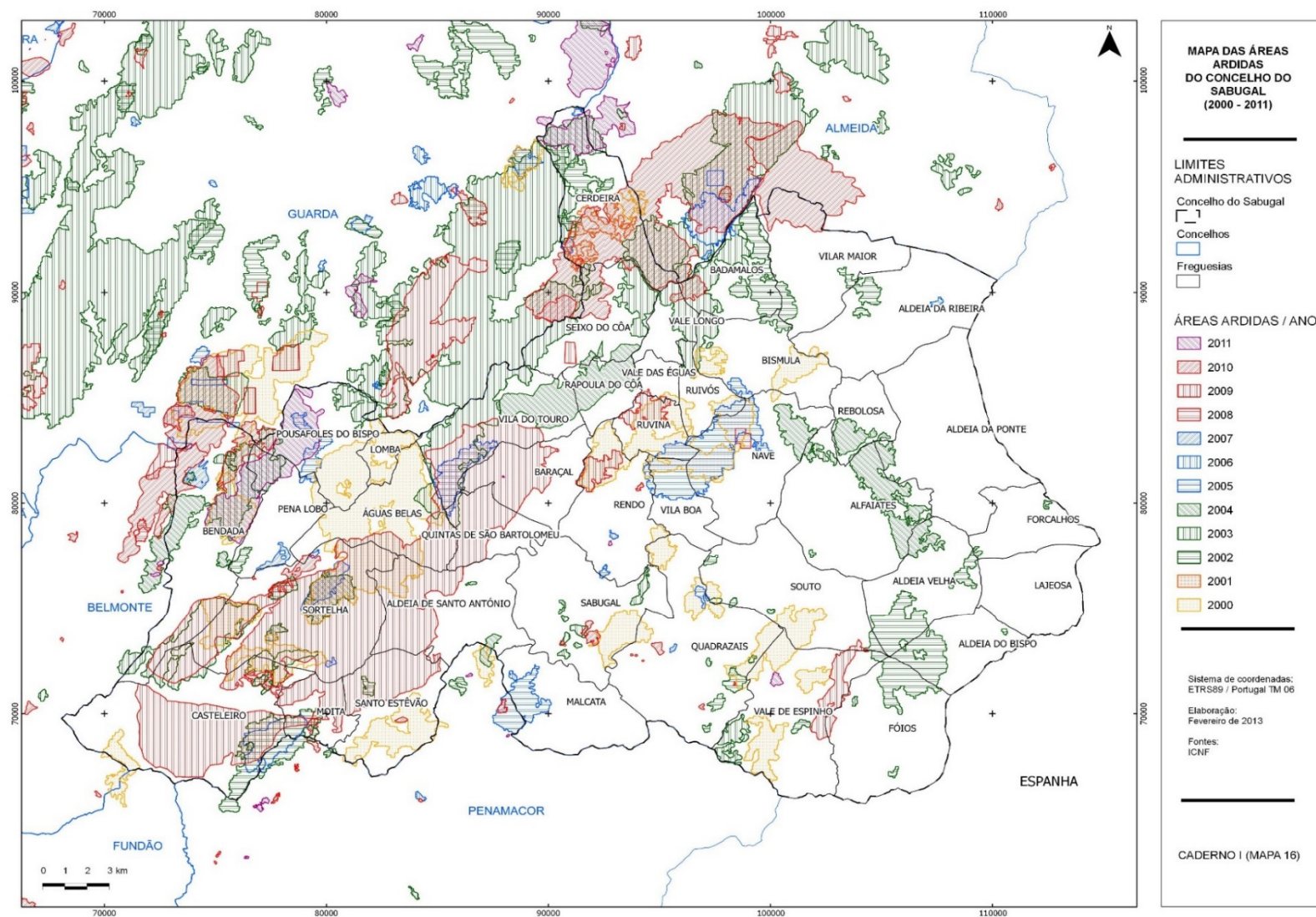
FONTES WEBGRÁFICAS

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
<http://www.icnf.pt>

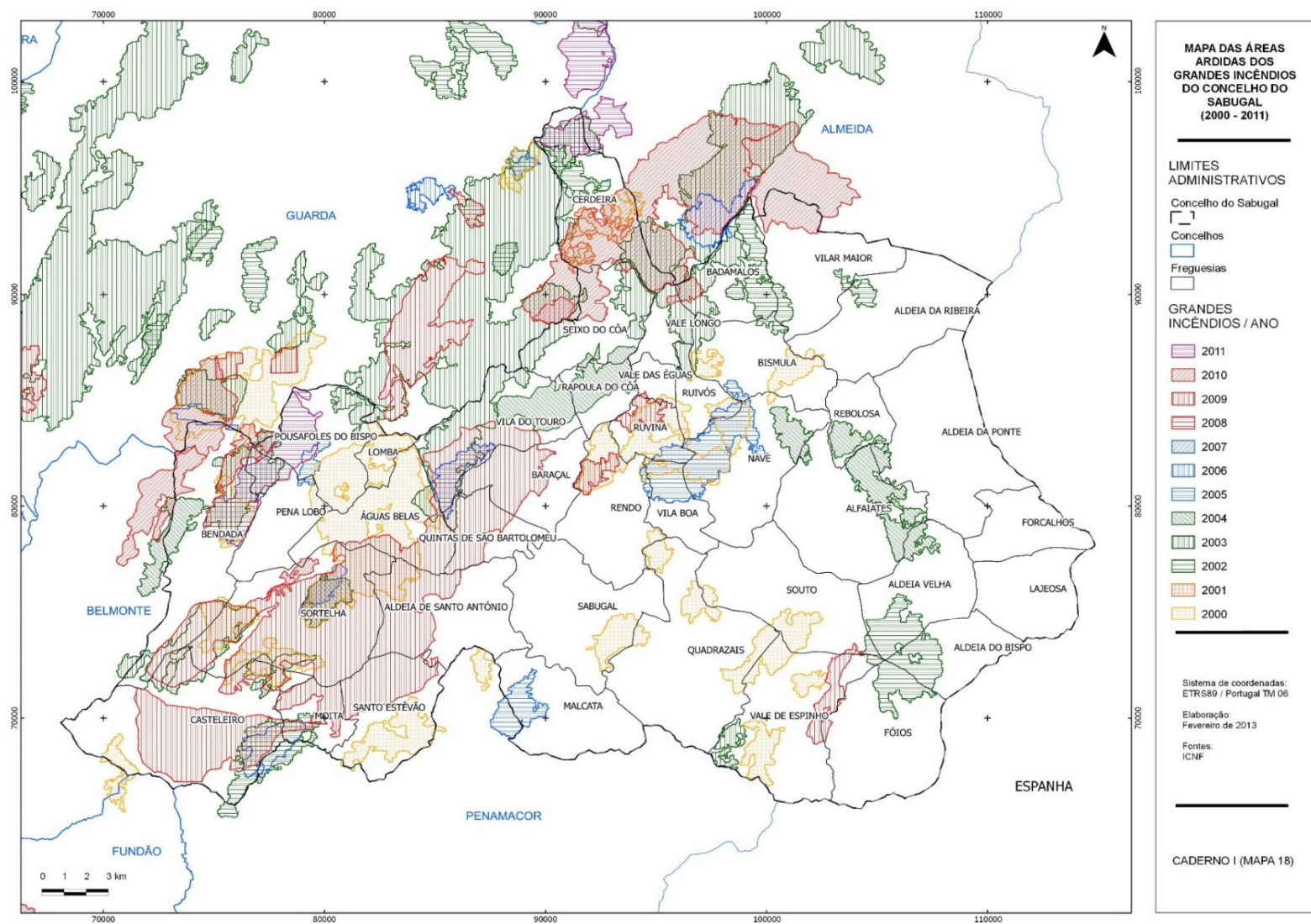
Instituto Nacional de Estatística
<http://www.ine.pt>

Direção Geral do Território
<http://www.dgterritorio.pt>

Anexo I – Mapa das áreas ardidas do concelho do Sabugal (2000-2011)



Anexo II – Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios do concelho do Sabugal (2000-2011)





Plano Municipal DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

MUNICÍPIO DO SABUGAL



CADERNO II PLANO DE AÇÃO

Gabinete Técnico
Florestal

Abril de 2014

1. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Os resultados do Inventário Florestal Nacional¹ evidenciam que a floresta nacional continua centrada em três espécies principais: o sobreiro, o pinheiro bravo e o eucalipto, apresentando, entre os dois últimos inventários, uma tendência para a diminuição da superfície ocupada por folhosas de folha caduca.

Os espaços silvestres, floresta e matos, ocupam 5.5 milhões de hectares (60% do território continental), o que aliado à diversidade do País, ao nível geográfico, climático, social, cultural e infra-estrutural, ao despovoamento do interior e ao envelhecimento das populações, às alterações relativas ao aproveitamento e exploração da floresta, às alterações climáticas e à acumulação de material lenhoso no solo, podem criar condições para o desenvolvimento de incêndios florestais complexos e violentos.

Portugal na Europa, é o país mais afetado pelos incêndios florestais. Os valores dos últimos anos relativamente às áreas ardidas e o número de ignições, são avassaladores. Comparando com os restantes países da bacia mediterrânica, Espanha, França, Itália e Grécia, Portugal é o único país em que a média da área ardida tem aumentado desde 1980. Igualmente a média anual do número de incêndios entre 1980 e 2003 ultrapassa as 16.500 enquanto nos outros países os valores encontram – se todos abaixo desta fasquia (European Commission, 2004).

Num passado não muito longínquo, antes da década de 40/50, os incêndios não eram considerados um problema para a floresta em Portugal. O agricultor, pastor, coexistia em harmonia com o fogo, com sabedoria realizava queimadas dos resíduos de exploração agrícola, queimava para renovar pastagens, e quando alguma se descontrolava, havia uma entre ajuda dos habitantes da aldeia e arredores para que o fogo não alastrasse. As décadas de 1940-1950, caracterizavam-se por aumentar a acumulação de combustível nas florestas devido à proibição das “queimadas tradicionais”, do “pastoreio” e pela de “corte de matos para a cama dos gados” provocada pelo êxodo rural. Igualmente a campanha de florestação das serras em larga escala com o pinheiro bravo criava povoamentos contínuos e muito sensíveis ao fogo (Rego, 2001).

Paralelamente existe todo um sistema que falha na organização de determinados pontos fulcrais e vitais para proteção e conservação da floresta tais como, a gestão e conservação florestal, nomeadamente a limpeza e desbastes das matas, a implementação de uma boa rede viária e divisional, bem como a sua manutenção periódica e a existência de pontos de água fiáveis e distribuídos estrategicamente no território.

A gravidade dos incêndios florestais nas últimas décadas afetou significativamente todo o património florestal, em Portugal e no concelho do Sabugal, o que contribui para criar uma imagem de altos riscos associada ao investimento e gestão da floresta.

O PMDFCI do concelho do Sabugal foi elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROFBIN), sendo a sua estrutura tipo estabelecida pelo Despacho n.º 4345/2012 do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

O PMDFCI foi aprovado pela Autoridade Florestal Nacional e a sua coordenação e gestão é da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal.

Este plano contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente através de planos de prevenção, de sensibilização, de deteção, de supressão, e de coordenação dos meios e agentes envolvidos, com um planeamento integrado das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, dando cumprimento ao contemplado no DL n.º 124/ de 28 de Junho de 2006, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009 de 14 de Janeiro.

Este plano com um período de vigência de 5 anos, tem como principais objetivos:

- Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais no Concelho;
- Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios;
- Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, deteção e combate existentes;
- Com o propósito de reduzir o número de incêndios e a superfície da área ardida, elaborar uma proposta de ações práticas que permitam melhorar a situação atual em termos de prevenção, deteção e combate de incêndios florestais;
- Fornecimento de uma cartografia atualizada e detalhada, onde estejam representadas as infra-estruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.

1.1. Articulação do PMDFCI com o PDM

O regime jurídico dos diversos Instrumentos de gestão Territorial, designadamente, dos Planos diretores Municipais encontra-se definido na seguinte moldura legal:

- Lei n.º 48/98, de 08 de Agosto – Lei de bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo;
- Decreto-lei n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste quadro legal, encontra-se estabelecido que os Planos Municipais de Ordenamento do Território, e entre estes, os Planos Diretores Municipais, devem acautelar, nomeadamente, a programação e a concretização das políticas com incidência no território, promovidas pela Administração Central através de Planos Sectoriais.

Embora se constate que os Planos Municipais de Defesa e Combate aos Incêndios Florestais não se encontrem enquadrados pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o fato é que por força das disposições legais que os enquadram, transferem para os Planos Diretores Municipais um conjunto de obrigações.

Estas obrigações podem ser sintetizadas nos seguintes itens:

- A classificação e qualificação do solo definida no âmbito dos IGT deve refletir a cartografia de risco;
- As Cartas da Rede Regional de defesa da floresta contra incêndios e de risco de incêndio, constantes do PMDFCI devem ser delimitadas e regulamentadas nos respetivos PMOT, e
- A construção de edificações destinadas a uso habitacional, industrial e de serviços fica interdita nos terrenos classificados como risco de incêndio elevado e muito elevado no PMDFCI.

Salienta-se que exclui-se do âmbito de aplicação do DL n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009 de 14 de Janeiro, todos os PMOT que tenham sido objeto de Discussão Pública.

Na certeza de que deve o PDM incorporar as medidas do PMDFCI aplicáveis ao território municipal, existem contudo um conjunto de incongruências encerradas na Lei que competirá ao PMDFCI e ao PDM sanar na respetiva sede.

De fato, existe antes de mais uma diferença substancial no âmbito temporal destes Planos que condiciona a aplicabilidade direta do PMDFCI sobre o PDM.

De acordo com a Lei específica, os Planos Diretores devem ser revistos num prazo máximo de 10 anos, na generalidade, não podendo sofrer alterações num prazo inferior a três anos.

Ora acontece que nos termos da Portaria n.º1139/2006, de 25 de Outubro, O Plano Operacional municipal (POM) do PMDFCI deve se revisto anualmente.

Uma vez que o POM inclui, entre outros elementos, a Carta de Risco de Incêndio, a qual deve constar do PDM, tal obrigaria a uma revisão anual do PDM, o que se afigura legalmente impossível.

Assim, a se concretizar esta Carta no PDM, deve o PDM do Sabugal representar o PMDFCI em planta desdobrada, devendo o Regulamento do PDM remeter para a revisão anual do POM, que pode eventualmente modificar os elementos que constam do PDM.

Outra situação que se deve acautelar devidamente no PMDFCI e no PDM, é a relativa aos aglomerados populacionais.

O artigo 3.º do DL 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º17/2009 de 14 de Janeiro, define em rigor o que se deve entender por aglomerados populacionais.

Deve ser desde já salientado que esta definição corresponde tão-somente a áreas habitacionais consolidadas, que corresponderão no PDM a solo urbano – áreas urbanizada, pelo que, de forma alguma, deverão ser entendidas como Perímetro Urbano.

Compete assim ao PDM, nos termos da legislação específica definir o solo urbano, não podendo ser prejudicado pela delimitação das zonas construídas/aglomerado populacional definidos em sede de PMDFCI.

2. Metodologia

Numa 1ª fase, recolheu-se informação sobre o tema nomeadamente com a análise do DL 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º17/2009 de 14 de Janeiro, que estabelece as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, onde se enquadram os objetivos deste PMDFCI.

A sua organização, provem do Guia Técnico para a Elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) a cargo da Autoridade Florestal Nacional, através do apoio aos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF).

Através da junção de toda a informação espacial e alfanumérica, construiu-se uma base de informação geográfica que auxiliasse a caracterização da situação de referência. A análise e o cruzamento dos dados, através de operações de análise espacial em ambiente SIG, serviram de apoio à elaboração do trabalho.

Neste Plano foi ainda elaborada cartografia temática para diversos níveis de informação, nomeadamente:

Níveis de Informação
Modelos de Combustíveis Florestais
Perigosidade de Incêndio Florestal
Risco de Incêndio Florestal
Faixas de gestão de combustível dos aglomerados populacionais e edifícios integrados em espaços rurais; parques e polígonos industriais e aterros sanitários; rede viária florestal
Rede viária
Rede de pontos de água

Para a elaboração da carta de combustíveis florestais, a caracterização das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, 2003.

A atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas, foi elaborada com recurso a determinados critérios pré-definidos e à chave para identificação de modelos de combustível (DGRF, 2006).

Os critérios para a seleção do modelo de combustível foram:

- 1) Determinar a classe potencial de combustível em termos gerais. Por Ex: herbáceas, arbustivo, manta morta, resíduos lenhosos, etc.
- 2) Centrar a atenção sobre a classe de combustível que está a arder ou que é provável que o fogo se propague. Por Ex, se o incêndio ocorre num terreno arborizado, mas muito aberto e no qual existe pasto, a folhada será escassa e o estrato de combustível que propaga será o pasto. Neste caso deve considerar-se o modelo 2. Ma mesma área, se a erva está dispersa, a folhada poderia ser o estrato que propaga o fogo, e nesse caso seria de considerar o modelo 9.
- 3) Observar a altura e compactação geral do combustível, especialmente nos modelos de herbáceas e bosque.
- 4) Determinar quais as classes de combustíveis presentes e estimar a sua influência no comportamento do fogo. Por ex., pode existir combustível verde, mas este terá influência no comportamento do fogo? Podem existir combustíveis grossos, porém estes estão podres ou decompostos? Deve observar –se os combustíveis finos e escolher um modelo que represente a sua altura, grau de compactação, e de algum modo, a quantidade de combustível vivo e a sua contribuição para a propagação do fogo.

Há que evitar deixar-se confundir pelo nome do modelo, o qual é apenas indicativo.

Os modelos de vegetação foram ordenados segundo classes de risco atribuindo maior valor a ocupações que apresentem maior inflamabilidade.

A carta de risco de incêndio recorre a variáveis fisiográficas que podem explicar de forma mais relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal para o concelho. Os critérios ponderados, apresentados segundo o grau de importância para o risco de incêndio potencial, foram: ocupação do solo, os declives, a rede viária, as exposições, a densidade demográfica e a visibilidade dos postos de vigia.

Esta carta tem por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção de fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infra-estruturas disponíveis para defesa e combate a nível da área em causa.

Para a elaboração da cartografia do risco de incêndio florestal, teve-se em conta as componentes do Modelo de Risco:

Probabilidade X Suscetibilidade
Perigosidade
Vulnerabilidade X Valor Económico
Dano Potencial
RISCO

No cálculo da cartografia de risco, recorreu-se a um levantamento de elementos em risco aos quais se associou uma vulnerabilidade e valor económico. Esses elementos, introduzidos no cálculo, passam a integrar o mapa de risco mas não ficam, nesse mapa, claramente identificados.

Deste modo, os principais elementos em risco, considerados prioritários, ilustram-se no mapa de prioridades de defesa, com as localizações e limites bem definidos.

3. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais

3.1. Carta dos Combustíveis Florestais

Dos três elementos presentes no triângulo do fogo - energia, oxigénio e combustível – o último é o único cuja gestão é da responsabilidade direta do homem e, consequentemente, onde as medidas preventivas se enquadram.

Na seleção do complexo combustível que melhor descreve determinada situação no campo, além das espécies arbóreas presentes, devem ser tidos em conta os parâmetros físicos do complexo combustível, tal como as características dos combustíveis de superfície, a densidade do povoamento e a altura da base da copa. O sistema de classificação dos combustíveis florestais utilizados no presente plano baseia-se na definição do combustível responsável pela propagação e estratos combustíveis envolvidos nos processos de combustão. Foram tipificados quatro grupos de formações combustíveis: Herbáceo, Arbustivo, Manta Morta e Resíduos Lenhosos.

Herbáceas

A propagação do fogo depende dos combustíveis herbáceos que se encontram secos. Em condições normais o fogo propaga-se rapidamente neste complexo combustível. No entanto a carga baixa que caracteriza estas formações origina intensidades de frente de chamas moderadas. A presença de algumas árvores ou arbustos dispersos não tem influência significativa no comportamento do fogo.

Arbustivo

O fogo propaga-se principalmente pelo mato, ou pela folhada debaixo do mato. As velocidades de propagação esperadas e as intensidades de fogo (comprimento da chama) são moderadas a altas.

Arbustos com altura inferior a 0,6 metros

Esta formação combustível representa extensões contínuas de matos, situação característica de sucessão ecológica em áreas ardidas. Normalmente nesta formação combustível não existem árvores, ou se existem não têm influência no comportamento do fogo. Os arbustos têm cerca de 0,6m, com cargas ligeiras de folhada do próprio mato por baixo. Esta folhada pode propagar o fogo, especialmente com vento fraco.

Arbustos com altura entre 0,6 e 1,2 metros

A altura e o grau de coberto dificultam bastante a deslocação no interior do complexo combustível. As cargas elevadas e a grande quantidade de combustíveis mortos fazem com que, mesmo em situações sem vento, o fogo evidencie intensidades e velocidades de propagação elevada.

Arbustos com altura superior a 2 metros

Formação combustível caracterizada por arbustos altos. As cargas de combustível existentes e a densidade impossibilitam a deslocação no interior do complexo combustível e tornam ineficaz o combate direto ao fogo. Esperam-se fogos muito intensos, com altas velocidades de propagação.

Manta Morta

O fogo propaga-se principalmente pela folhada debaixo das árvores. As velocidades de propagação são baixas ou moderadas; a intensidade do fogo (comprimento da chama) pode variar de baixa a alta.

Resíduos Lenhosos

Formação combustível resultante de operações de exploração florestal ou de operações silvícolas. O comportamento do fogo caracteriza-se pela intensidade de frente de fogo elevada devido à quantidade de biomassa acumulada e ao reduzido teor de humidade dos combustíveis expostos diretamente à radiação solar.

Foi elaborada a Carta de Ocupação do Solo para todo o concelho do sabugal onde são considerados os estratos de vegetação.

Os modelos de vegetação foram ordenados segundo classes de risco atribuindo maior valor a ocupações que apresentem maior inflamabilidade. Os combustíveis florestais mais inflamáveis são a vegetação arbustiva e os povoamentos de resinosas. As áreas urbanas e os espaços agrícolas são considerados de baixo risco de inflamabilidade.

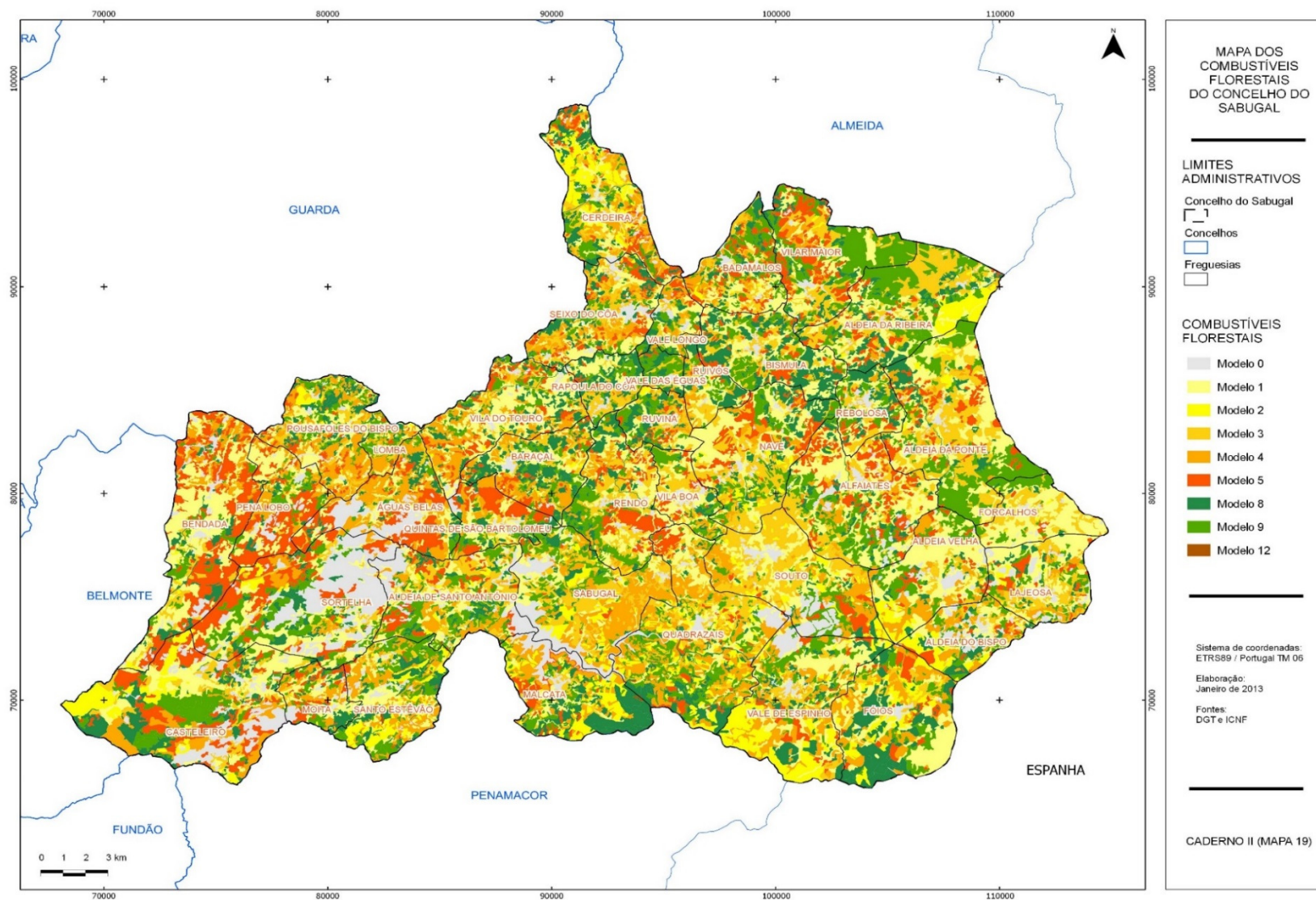
A leitura da Carta de Combustíveis Florestais permite-nos tirar algumas conclusões:

- A manta morta (51,1%) é bastante representativa com folhadas principalmente de Carvalho negral e Pinheiro bravo.
- O estrato herbáceo ocupa 40,8% sendo característico principalmente de um pasto fino, seco e baixo, que cobre a totalidade do solo. Os matos e as árvores cobrem menos 1/3 da superfície, sendo as pastagens com espécies anuais exemplos típicos.
- O estrato arbustivo (24,4%) predomina em toda a área o que conduz a uma acrescida dificuldade de rescaldo. Entre este grupo de combustíveis, predominam os matos densos mas baixos ou sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Com representatividade aparecem as áreas ocupadas por matos de urze, torga e giestas muito inflamáveis.

Sendo um dos fatores que influencia o comportamento do fogo, os combustíveis florestais devem ser alvo de um tratamento mais detalhado. A sua redução pode ser realizada através de um conjunto de ações em locais estratégicos.

Assim, esta peça cartográfica permite que se efetuem modelos de simulação do comportamento do fogo, sendo útil para definição da localização de infra-estruturas de defesa da floresta contra incêndios, sendo também uma ferramenta importante relativamente à decisão de áreas prioritárias de silvicultura preventiva no âmbito da DFCI.

Mapa 1 – Mapa dos combustíveis florestais do concelho do Sabugal



A cartografia de risco de incêndio florestal tem por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais

3.2.1 Perigosidade de Incêndio Florestal

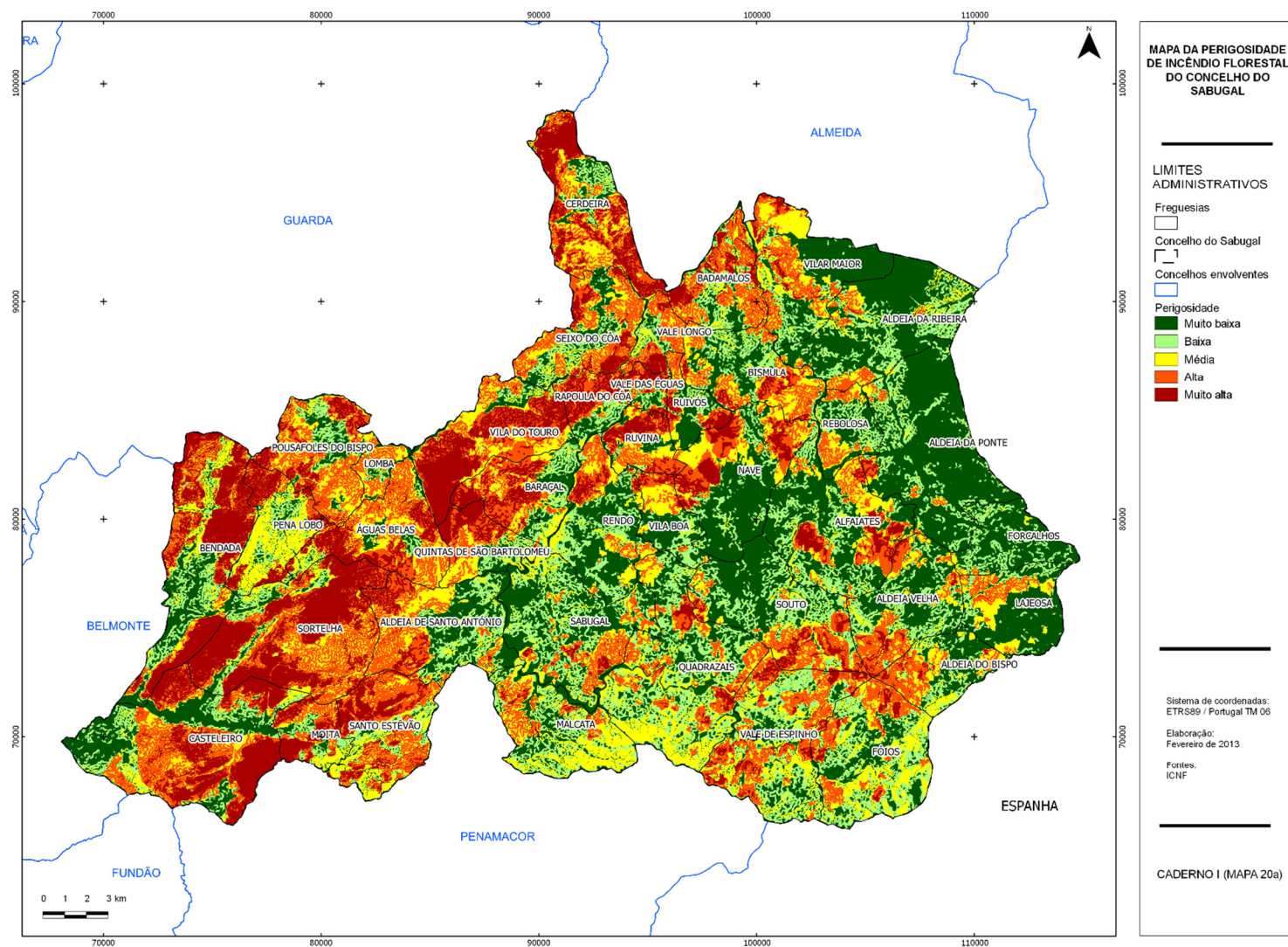
A perigosidade de incêndio florestal traduz a probabilidade de ocorrência de fogo em determinado local, mediante determinadas condições.

A perigosidade é o produto da probabilidade e da suscetibilidade. A perigosidade poderá ser definida como a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso.

O abandono das terras tem motivado o crescimento desordenado dos espaços florestais e o aumento da **perigosidade** dos **incêndios florestais**, o que constituem uma ameaça significativa ao património florestal do Concelho, nomeadamente para os povoamentos de resinosas (Pinhal bravo) e que têm condicionado o investimento privado na gestão produtiva dos recursos florestais.

De acordo com a carta de perigosidade, o centro e o oeste do Concelho correspondem aos territórios que apresentam maior suscetibilidade aos incêndios florestais, enquanto a sul (Serra da Malcata e zona envolvente) os maiores declives e a maior concentração de combustíveis, criam maior vulnerabilidade.

As áreas classificadas com esta perigosidade, devem ser sujeitas a vários tipos de intervenções no âmbito da DFCL.



3.2.2. Carta de Risco de Incêndio Florestal

O risco de um incêndio florestal é a “probabilidade de um incêndio florestal ocorra num local específico, sob determinadas circunstâncias, e as suas consequências esperadas, caracterizadas pelos impactes nos outros objetos afetados” (Bachmenn e Allgowerm, 1988).

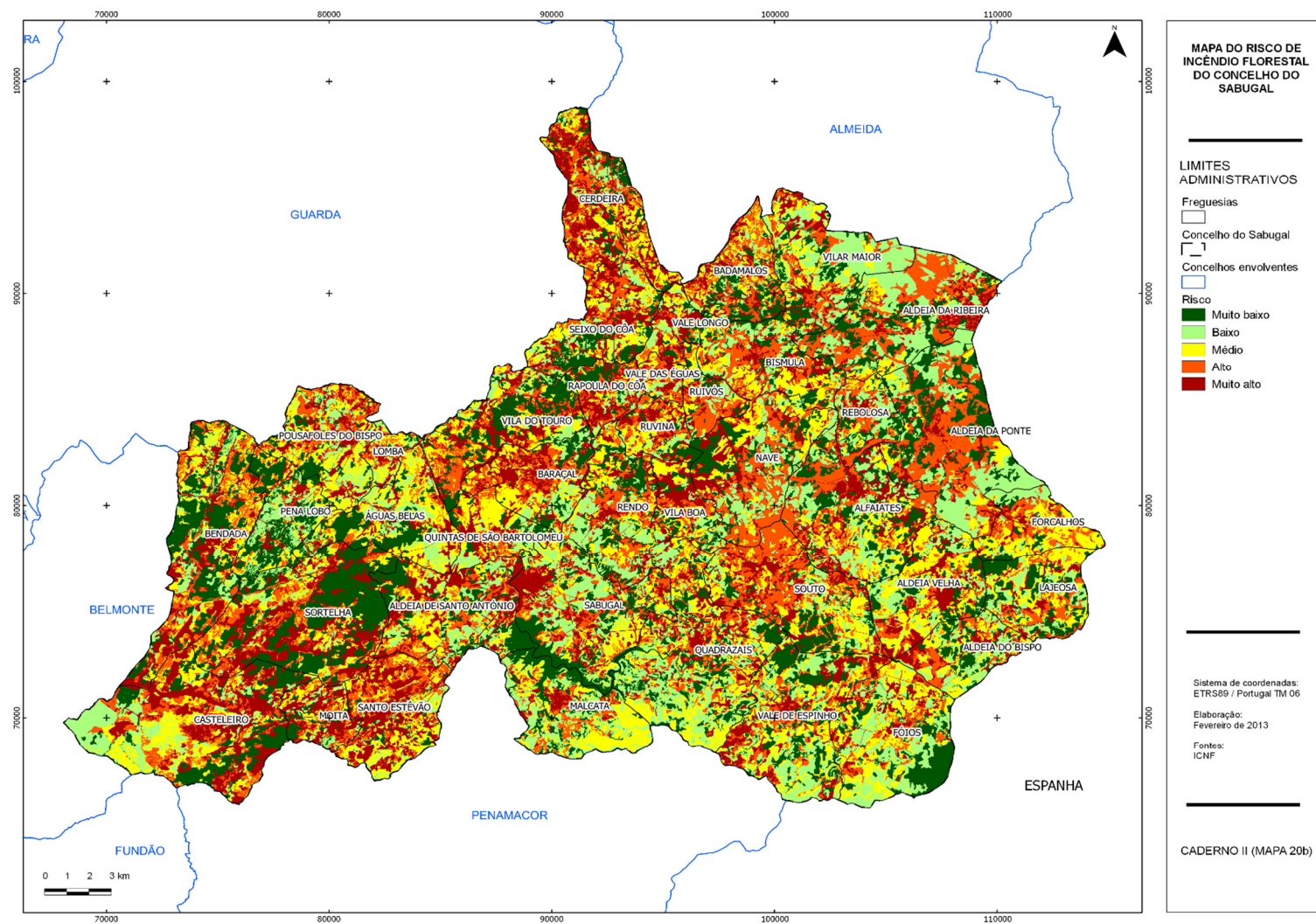
O risco pode ainda ser definido como a “probabilidade de uma perda, o que depende de três coisas: perigosidade, vulnerabilidade e valor económico.

Esta análise conjuga o perigo de incêndio com a probabilidade de arder, associados ao valor intrínseco do povoamento.

Em termos de risco de incêndio, o Concelho do Sabugal apresenta índices muito elevados na zona Oeste e no Centro do Concelho. Algumas destas zonas, já foram percorridas por incêndios florestais, mais precisamente em 2001 e 2002.

Na zona da raia o risco de incêndio é mais baixo, devido à complementaridade existente entre os carvalhais de folha marcescente e os lameiros, criando por si manchas de descontinuidade. Por outro lado, o risco de incêndio é mais baixo também em áreas de ocupação de solo agrícola e de zonas fustigadas pelos incêndios dos últimos anos.

Fazendo a leitura em simultâneo do mapa de perigosidade com o mapa de risco de incêndio, verifica-se a necessidade para ações de prevenção na zona centro e a oeste do concelho e para o planeamento de ações de supressão.



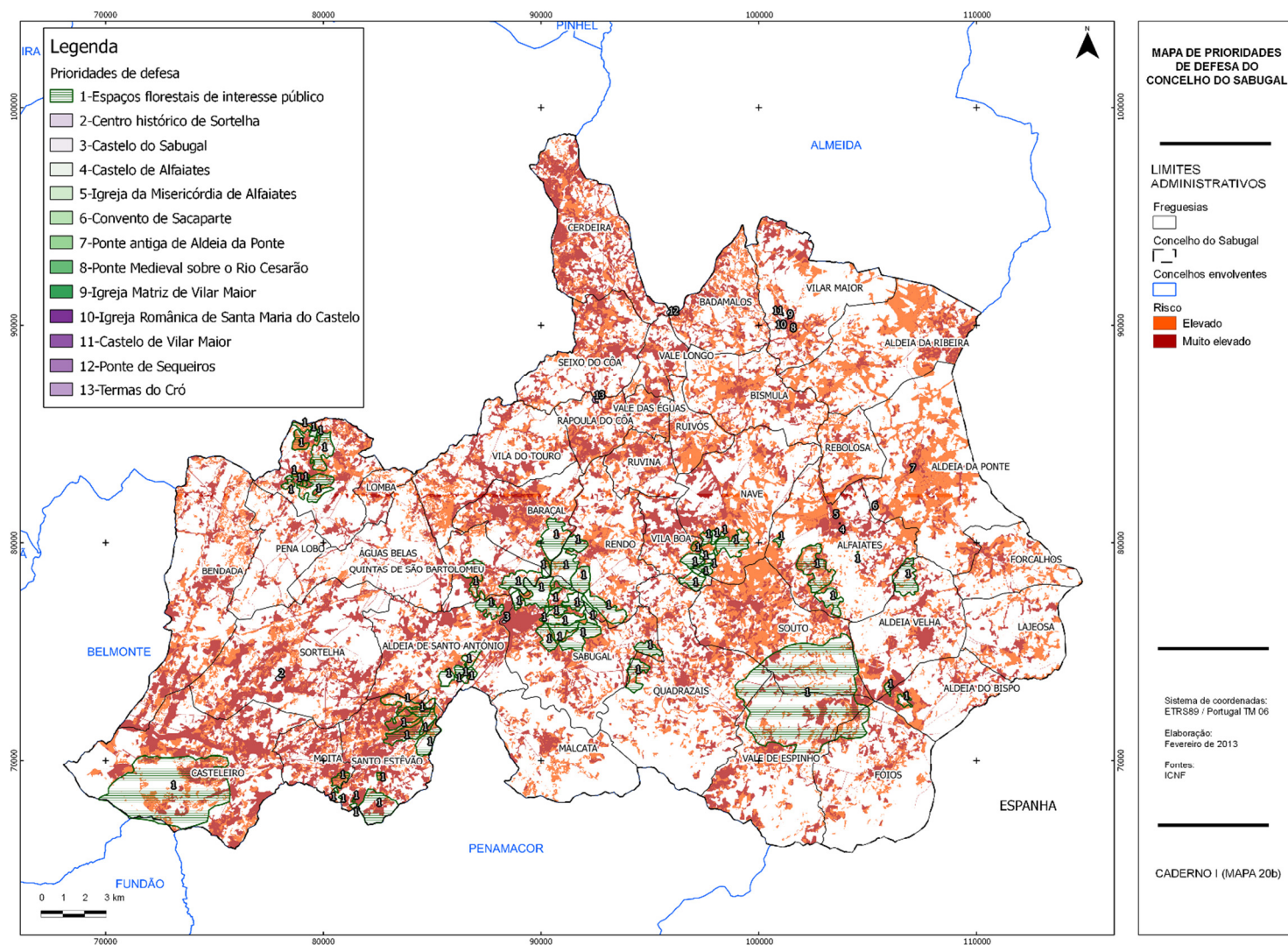
3.3. Carta de Prioridades de Defesa

A carta de prioridades de defesa tem como objetivo identificar claramente quais os elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal elevado e muito elevado sobre as quais se desenharam os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.

São exemplos de prioridade de defesa (Mapa 4) os espaços florestais de interesse público, os espaços culturais, os de interesse e valor arquitetónico e social.

Como ex. encontramos o centro histórico de Sortelha, o castelo do Sabugal, o Convento de Sacaparte, as Termas do Cró, etc.

É de salientar também, o facto de algumas dessas zonas a proteger se encontrarem inseridas em risco de incêndio alto e muito alto, o que implica uma maior importância e prioridade, quer em ações de silvicultura preventiva, quer ao nível da sensibilização da população.



4. Objetivos e Metas do PMDFCI do Sabugal

Com o intuito de cumprir o preconizado no PNDFCI, é necessário definir neste Plano um conjunto de objetivos e metas que assumam as diretrizes da estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

Esta definição de objetivos, de prioridades e de intervenções foram orientadas para responder de forma adequada às características do concelho de Sabugal, nomeadamente no que diz respeito às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida. Como já foi mencionado, a gravidade dos incêndios florestais cria um clima de desconfiança associada à falta de investimento e gestão da floresta.

Num horizonte de médio e longo prazo, a confirmarem-se as previsões de evolução do clima, aumentam os fatores potenciadores do risco de incêndios de grande dimensão, que são os responsáveis pelos maiores impactes no património florestal.

Os objetivos e metas definidos para o concelho de Sabugal, apresentados no Quadro seguinte, constituem uma tentativa de acompanhar metas e objetivos nacionais definidos no PNDFCI.

Até 2016	Para além de 2016
Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha	Em 2018 verificar uma área ardida anual inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos.
Ausência de incêndios com áreas superiores a 100 ha	
Redução da área ardida para menos de 10 ha/ano em 2016	Eliminação até 2018 do número de incêndios ativos com duração superior a 12 horas
1.ª Intervenção em menos de 10 minutos em 90 % das ocorrências.	
Ausência de tempos de intervenção superiores a 45 minutos	Diminuição para menos de 0,5 % do número de reacendimentos.
Ausência de incêndios ativos com duração superior a 24 horas	
Redução do número de reacendimentos para menos de 1 % das ocorrências totais	

O êxito dos objetivos e metas propostas está diretamente relacionado com o alcance e aplicação que este PMDFCI consiga ter, e mais concretamente, com o grau de sucesso obtido nas atividades preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PMDFCI, apresentados nos próximos capítulos.

De realçar neste âmbito, que a concretização das ações preconizadas, só será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta (públicos e privados).

Assim, pretende-se estabelecer um conjunto de orientações para a proteção e promoção da área florestal no concelho do Sabugal, avaliando a vulnerabilidade do concelho aos incêndios florestais, nomeadamente através de planos de prevenção com medidas e ações de curto, médio e longo prazo, no âmbito da prevenção e do combate, para a defesa da floresta contra os incêndios florestais.

5 - EIXOS ESTRATÉGICOS

1º - Eixo Estratégico

5.1. Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

É fundamental definir uma linha de ação que objetive a gestão multifuncional dos espaços rurais e introduza, em simultâneo, princípios de DFCl de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

O **objetivo estratégico** para este eixo será o de promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas; e como **objetivos operacionais** proteger as zonas de interface urbano/floresta e implementar programa de redução de combustíveis.

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

5.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCl) concretiza territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturação dos espaços rurais decorrentes da estratégia do planeamento de defesa da floresta contra incêndios.

No âmbito da prevenção e do combate a incêndios florestais, foi elaborada cartografia referente às principais infra-estruturas existentes no concelho (*ver cartografia em anexo*).

- Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC)
- Rede Viária Florestal (RVF)
- Rede de Pontos de Água (RPA)
- Silvicultura no âmbito da DFCl
- Rede de vigilância e deteção de fogos
- Rede de infra-estruturas de combate

5.1.1.1. Rede de FGC e MPGC

A alínea n) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2009, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, define como << **gestão de combustível**>> a criação e manutenção da descontinuidade horizontal e vertical da carga de combustível nos espaços rurais, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal, nomeadamente por pastoreio, corte e ou remoção, empregando as técnicas mais recomendadas com a intensidade e frequência adequadas à satisfação dos objetivos dos espaços intervencionados.

O objetivo principal das **Faixas de Gestão de Combustível** (FGC) é o de reduzir o perigo de incêndio, em que se pode atuar com a remoção parcial do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos povoamentos - Faixa de Redução de Combustível (FRC); ou ainda pode-se proceder à remoção total do combustível - Faixa de Interrupção de Combustível (FIC).

As FGC são as faixas de redes secundárias que vêm referidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, nomeadamente rede viária, linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, edificações, aglomerados populacionais e parques industriais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras.

Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível de 10 m para cada um dos lados do traçado das linhas. Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão foi estabelecida uma faixa de gestão de combustível de 7 m para cada um dos lados do traçado das linhas.

Na rede viária de 1.ª e 2.ª ordem, providenciou-se a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m.

Os parques industriais e aterros sanitários também foram digitalizados conforme o anteriormente descrito e foi delimitada uma faixa de proteção de 100 m em volta destes. A responsabilidade da execução dos trabalhos recai sobre a entidade gestora.

A faixa de gestão de combustível dos edifícios integrados em espaços rurais, funciona como uma circular externa de proteção para segurança de pessoas e bens, quando as referidas edificações se encontrem circunscritas por um incêndio florestal. Desta forma, os bombeiros poderão efetuar um combate mais eficaz e com mais segurança numa propriedade alvo de GC. Quando o fogo atinge estas áreas, baixa a sua intensidade devido à diminuição de combustível para queimar. A sua casa está em maior segurança.

A gestão de combustíveis existentes nos espaços rurais é realizada através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e à remoção total ou parcial da biomassa presente, cumprindo assim, um importante papel na prevenção de incêndios.

Gerir o combustível no terreno envolvente à edificação é a sua melhor proteção

- Dificulta a propagação do fogo;
- Diminui a intensidade do fogo (quantidade de calor libertado por minuto e por cada metro da frente de fogo);
- Diminui a inflamabilidade dos combustíveis;
- Evita que as chamas atinjam zonas inflamáveis da sua habitação (portadas e janelas de madeira, algerozes, etc.).

Como fazer a Gestão de Combustível?

1º O coberto arbóreo deve sempre que possível ter copas que se distanciem entre si pelo menos 4m e ter a base das copas à altura mínima de 4m. Em árvores com altura inferior a 8m a desramação deverá ser metade da sua altura;

2º Deverá ser construída uma zona pavimentada de 1 a 2m de largura, em torno da edificação;

3º Deverá ser criada uma faixa de 10m (a té 20m nas situações de maior declive) desprovida de combustível, constituindo uma faixa de interrupção de combustível. Esta faixa poderá ter, excecionalmente, alguns exemplares arbóreos ou arbustivos isolados, desde que estejam a mais de 5m da edificação, sejam regados e de espécies pouco inflamáveis e não estabeleçam continuidade horizontal e vertical de combustível;

4º Esta faixa de 10m deverá estar livre de quaisquer outras acumulações de matéria combustível, como lenha, madeira, etc.;

5º Durante o período crítico só é permitido empilhamento de produtos resultantes de corte ou extração (estilha, rolaria, madeira, cortiça e resina) desde que seja salvaguardada uma Faixa de Gestão de Combustíveis (FGC) de 50m em seu redor. Nesta FGC os primeiros 10m não podem conter vegetação e os restantes 40m têm de cumprir o ponto 1;

6º Deverão ser removidas as ervas secas, folhas mortas, caruma dos pinheiros e ramos que se encontrem no chão, na cobertura dos edifícios, caleiras, algerozes e passadiços de madeira;

A melhor altura do ano para implementar ou manter a FGC é fora do período crítico, nomeadamente entre Novembro e Março. Deste modo estamos também a evitar a propagação de pragas e doenças como o Nemátodo da Madeira do Pinheiro, pois não estamos a trabalhar durante o período de voo de maioria dos insetos.

A delimitação de cada aglomerado populacional e dos edifícios integrados em espaços rurais, foi feita através da definição de áreas perimetrais a esse espaço, de acordo com as orientações emanadas pelo Guia Técnico para a Elaboração do PMDFCI.

Assim, no caso dos aglomerados populacionais, foi criada uma faixa de gestão de combustível exterior ao polígono criado anteriormente, de largura não inferior a 100 metros e de 50 metros no caso das edificações ou instalações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos) inseridos nos espaços rurais. Esta faixa é medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

Para isso efetuou – se a análise de proximidade por distâncias (*buffer*) de 100 metros para os aglomerados populacionais e de 50 metros no que diz respeito aos edifícios integrados em espaços rurais.

A cada faixa de gestão de combustível exterior aos aglomerados populacionais, foi definida uma tabela de atributos, com vários parâmetros, nomeadamente o tipo de FGC, o comprimento, largura, área, etc. O critério utilizado para a definição de intervenção e das áreas a intervir, nas faixas de redução de combustível, depende do tipo e quantidade de combustíveis, junto dos mesmos.

Os edifícios integrados em espaços rurais, presenciamos dois tipos de situações:

- a) Aqueles que já foi submetido a uma FGC através de notificações efetuadas pela Câmara Municipal ou pelo SPNA
- b) Não foi efetuada a sua validação, ficando assim, o tipo de intervenção sujeito a identificação e da iniciativa por parte dos proprietários com edifícios em perigo.

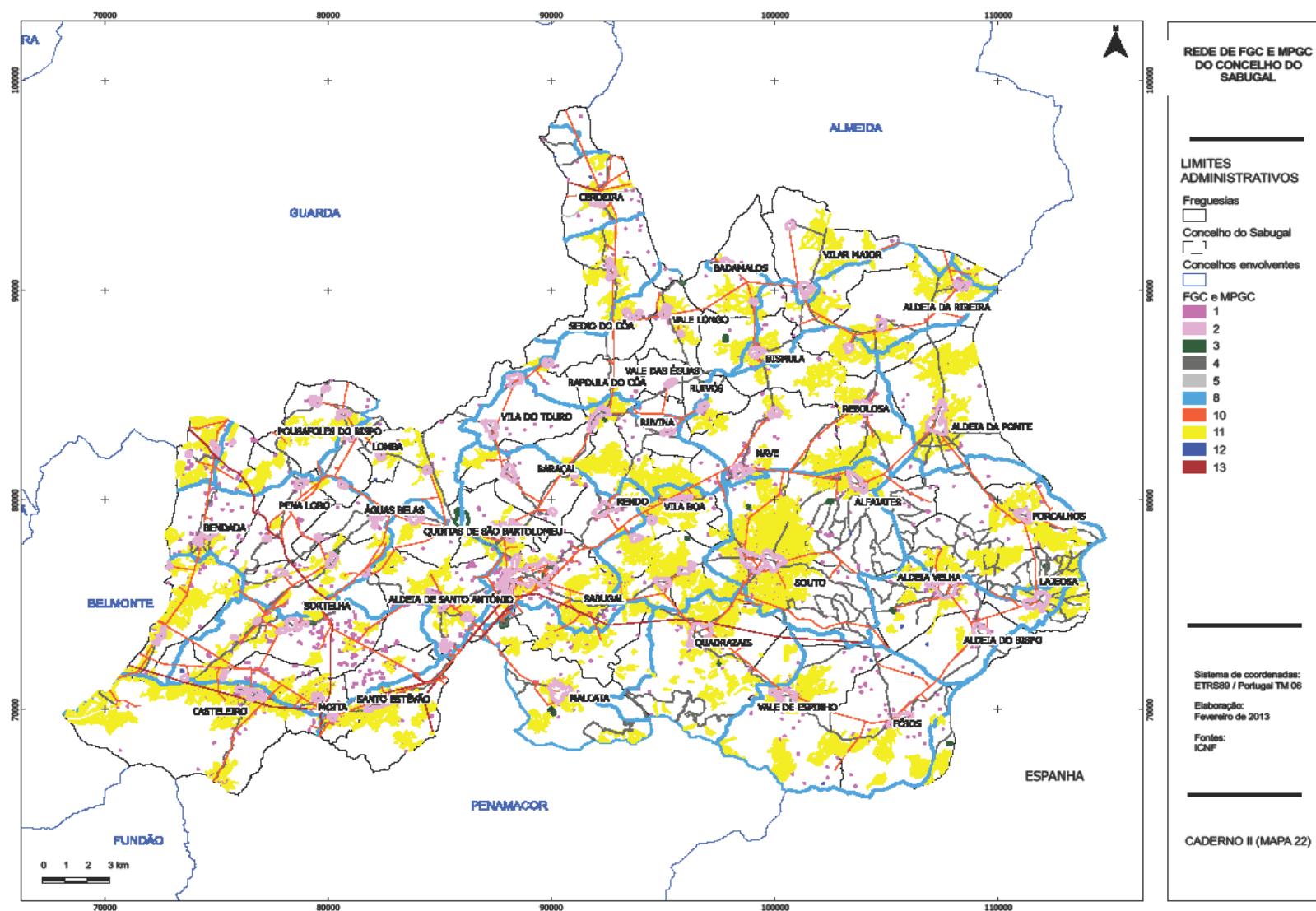
No entanto, após uma análise espacial e o cruzamento de informação, podemos identificar áreas prioritárias de atuação dentro destas mesmas faixas e áreas de tratamento diferencial.

Entende-se por «Mosaico de parcelas de gestão de combustível» o conjunto de parcelas do território no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundária, estrategicamente localizadas, onde, através de ações de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais, com o objetivo primordial de defesa da floresta contra incêndios.

Os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), considerados neste Plano foram os terrenos agrícolas, as superfícies aquáticas, as áreas sociais, os parques eólicos e as áreas ardidas dos 2 últimos anos. Para além destes mosaicos, e no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), Subprograma 2. Sustentabilidade do Espaço Rural, Medida 2.3. Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal, Ação 2.3.1. Minimização de Riscos e Subacção 2.3.1.1. Defesa da Floresta contra Incêndios foram delimitados mosaicos de parcelas com o objetivo primordial de defesa da floresta contra incêndios.

O resultado do levantamento das redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível no concelho do Sabugal pode ser visualizado no Mapa 5. A partir da análise do mesmo, verifica-se que uma grande % do território está ocupado com FGC e MPGC (37,5%), em que se torna necessário proceder à gestão de combustível de forma a diminuir o risco de incêndio.

Mapa 5 – Representação das FGC e MPGC



5.1.1.2. Rede Viária Florestal (RVF)

Os espaços florestais devem estar equipados com uma rede viária que, para além de via de apoio às operações silvícolas (plantações, manutenções e extrações de material lenhoso), deve servir igualmente de acesso para o combate a incêndios florestais (Lourenço *et al.*, 2001; Silva e Lima, 2002).

Para uma eficiente manutenção, os caminhos florestais devem apresentar um bom sistema de drenagem (valetas, aquedutos, drenos transversais de superfície e inclinações transversais das faixas de rodagem), assistidos com a regularidade necessária à sua permanente transitabilidade.

De acordo com Silva e Lima (2002), a densidade de caminhos de acesso poderá variar entre 2,5 e 5m/ha, dependendo do risco local de incêndio.

A existência de estradas e caminhos florestais, bem como a manutenção e limpeza, permitem uma maior acessibilidade aos locais, com aumento da capacidade de resposta em caso de incêndio. Os locais de difícil acesso podem ser mais perigosos, quer nas situações de incêndio, quer nas intervenções silvícolas, aumentando sempre os custos de intervenção, com redução do valor monetário a extrair, o que desvaloriza o próprio valor fundiário (Alves, 1988).

A rede viária é então um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implementação e eficiência dos restantes componentes DFCI.

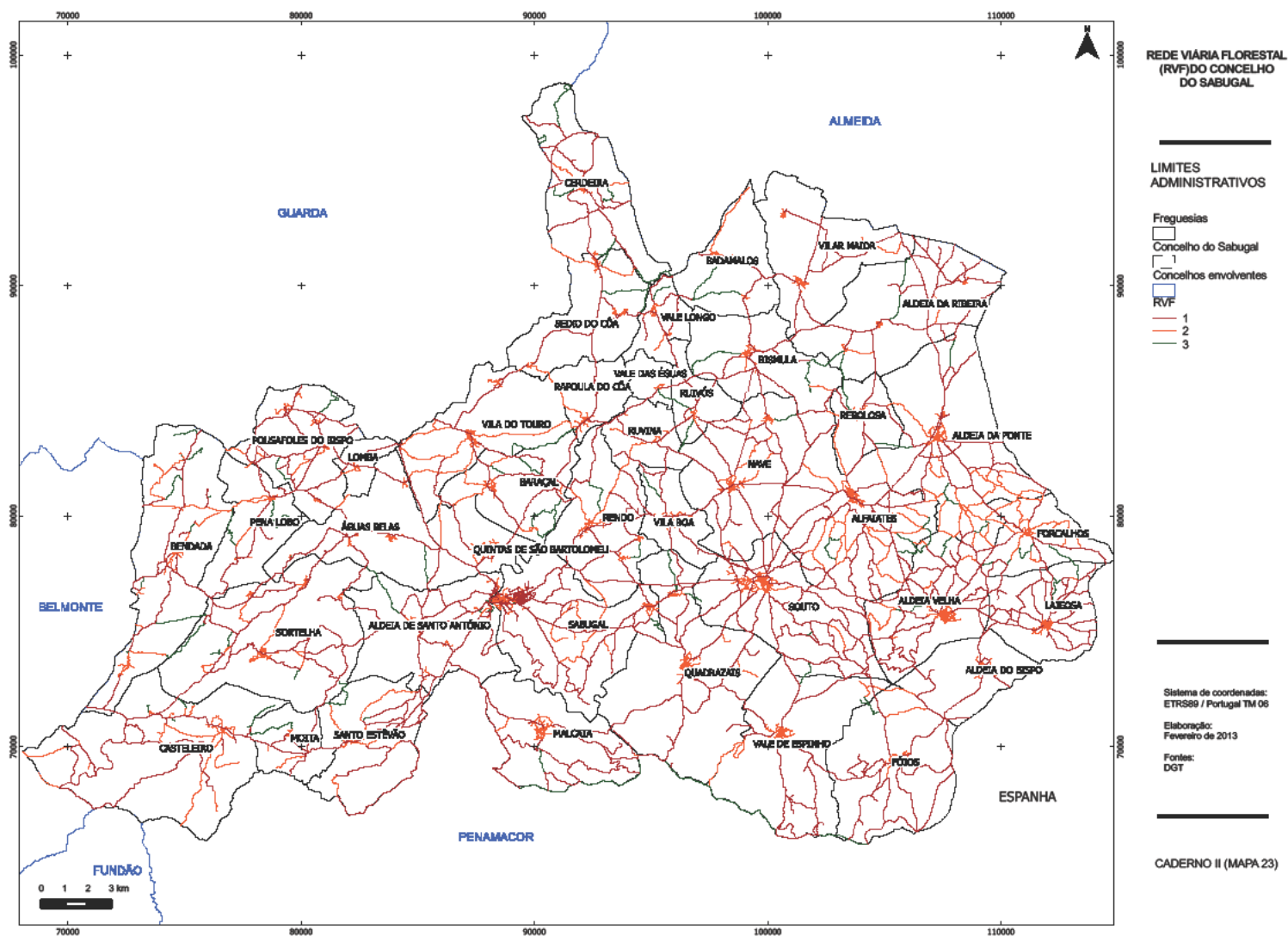
No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções apta a assegurar:

- a) A circulação de patrulhas móveis, encarregadas da vigilância dos povoamentos e do ataque inicial de pequenos incêndios;
- b) O acesso rápido dos veículos de combate a todos focos de incêndios;
- c) A constituição de uma linha de luta, sobre a qual os veículos de combate poderão tomar posição, para combater um incêndio de maiores dimensões;
- d) O acesso a pontos de água

É assim importante possuir de modo contínuo, uma informação sistematizada e atualizada.

A partir das suas características, a rede viária florestal (RVF) foi classificada como: rede viária florestal de 1.^a ordem (Plano Rodoviário Nacional); rede viária florestal de 2.^a ordem (Rede de Estradas Municipais) e rede viária florestal complementar (Caminhos Florestais) (ICNF, 2012) que estão representadas no mapa 6.

O Mapa 6 apresenta a distribuição da rede viária florestal e informa que o concelho de Sabugal apresenta 1612km de rede viária florestal, nomeadamente 961km de rede viária florestal de 1.^a ordem, 514km de rede viária florestal de 2.^a ordem e 137km de rede viária florestal complementar (3.^a ordem).



5.1.1.3. Rede de Pontos de Água (RPA)

Os pontos de água são estruturas de armazenamento de água, construídas ou colocadas no interior dos povoamentos florestais, com o objetivo de melhorar as condições de combate a incêndios e, em simultâneo, contribuir para o aumento das potencialidades intrínsecas das matas no sentido de uma maior diversidade.

Por sua vez, a água é o produto mais utilizado na extinção de fogos, desde tempos imemoriais, em virtude da sua capacidade de retenção de calor, da sua fluidez, que permite fácil transporte, e ainda da sua relativa abundância, embora possa escassear juntos aos locais de incêndio, nas épocas normais de fogos. A ação humectante da água sobre o combustível, antes de este entrar em ignição, tornando – o menos vulnerável, atrasando o momento em que ele atingirá a temperatura de ignição.

As estruturas de armazenamento de água (cisternas) podem ser fixas (tanques de alvenaria ou betão e reservatórios metálicos (enterrados ou não), piscinas, poços, etc.) ou móveis (cisternas em metal ou tecido impermeável).

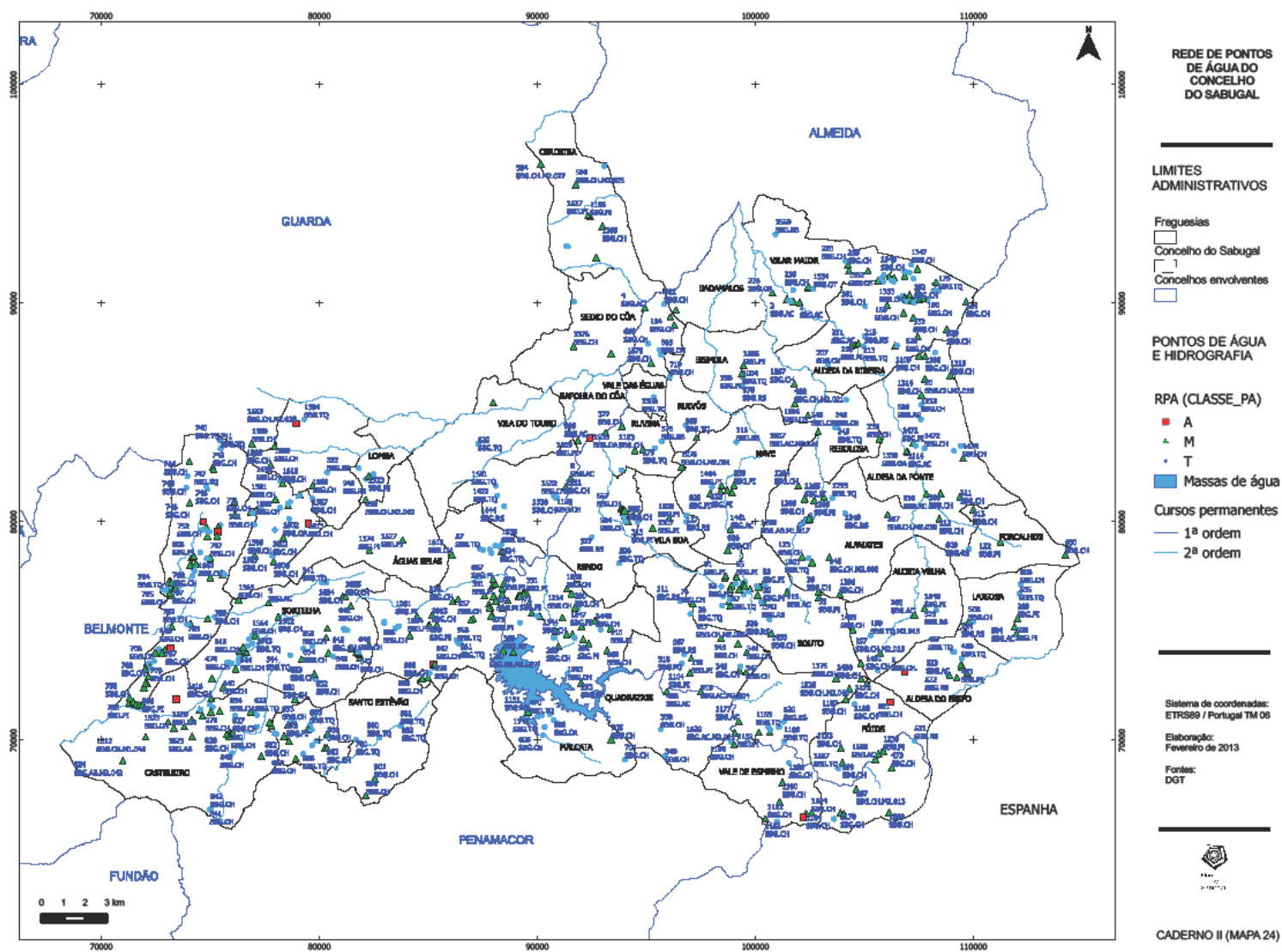
Os planos de água são naturais (lagos, rios e outros cursos de água, estuários, oceano) ou artificiais (albufeiras, açudes, canais de rega, charcas escavadas).

As tomadas de água podem estar ligadas em redes públicas de abastecimento de água potável, a redes privadas de rega ou a pontos de água existentes no próprio maciço.

O sucesso das operações de combate aos incêndios depende, em grande parte, da existência de pontos de água operacionais e com boas condições de acesso, tanto para meios aéreos como terrestres.

No concelho de Sabugal fez-se um levantamento de 1706 pontos de água (11 aéreos, 367 mistos e 1328 terrestres). No entanto, no mapa que se segue apenas estão representados os pontos de água de cariz rural/florestal que possam ser usados pelas equipas de apoio ao combate.

Mapa 7 – Representação da Rede de Pontos de Água



5.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI

Dos fatores que determinam o comportamento do fogo – meteorologia, topografia e vegetação (dita combustível) – a ação humana apenas pode condicionar o último, pelo que as ações de silvicultura preventiva e de gestão de combustível deverão logicamente constituir uma peça chave da proteção contra incêndios.

Em silvicultura preventiva agrupa-se um conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais que visam dificultar a progressão do fogo e diminuir a sua intensidade, limitando os danos causados no arvoredo. Assim, os povoamentos são mais resistentes à passagem do fogo reduzindo a dependência das forças de combate para a sua proteção.

Numa mancha florestal a preocupação fundamental da silvicultura preventiva é evitar que um fogo de superfície transite para o copado das árvores, pelo que, e correspondendo às etapas de desenvolvimento do fogo, é desejável que a sequência operacional siga a seguinte ordem de prioridades (Finney e Cohen, 2003; Graham, 2004):

- 1 Reduzir ou modificar estruturalmente o combustível superficial (manta morta e vegetação sob coberto), a fim de limitar a intensidade potencial do fogo;
- 2 Desramar as árvores e eliminar andares intermédios de vegetação que com elas estabeleçam continuidade, minimizando (com o procedimento anterior) a possibilidade de desenvolvimento vertical do fogo;
- 3 Desbastar ou efetuar limpeza do povoamento para diminuir a concentração de biomassa e assim dificultar a transmissão do fogo entre árvores contíguas

Assim, procura-se gerar e manter descontinuidades verticais e horizontais entre os diferentes tipos de combustível, por exemplo eliminando o sub-coberto arbustivo ou subindo a altura das copas. Um dos benefícios que devemos esperar da gestão de combustíveis, é que esta aumentará as opções de combate ao incêndio. Este desenlace é fruto da redução da intensidade do fogo para níveis compatíveis com um combate eficiente.

Dependendo da (s) espécie (s) dominante (s) e das suas características de resistência passiva e (ou) resposta ao fogo, a diminuição da intensidade do incêndio poderá viabilizar a persistência da floresta. Em condições extremas de propagação do fogo a gestão de combustíveis pode não ter um reflexo na extensão da área ardida, mas seguramente mitigará os impactos ambientais, sociais e económicos dos incêndios nas áreas em que a vegetação for reduzida/modificada ou convertida.

Numa zona predominantemente florestal, entende-se por faixa de gestão de combustível, uma parcela de território mais ou menos linear onde se garante a remoção parcial da biomassa florestal, com o objetivo principal de reduzir o perigo de incêndio.

As faixas dividem-se em:

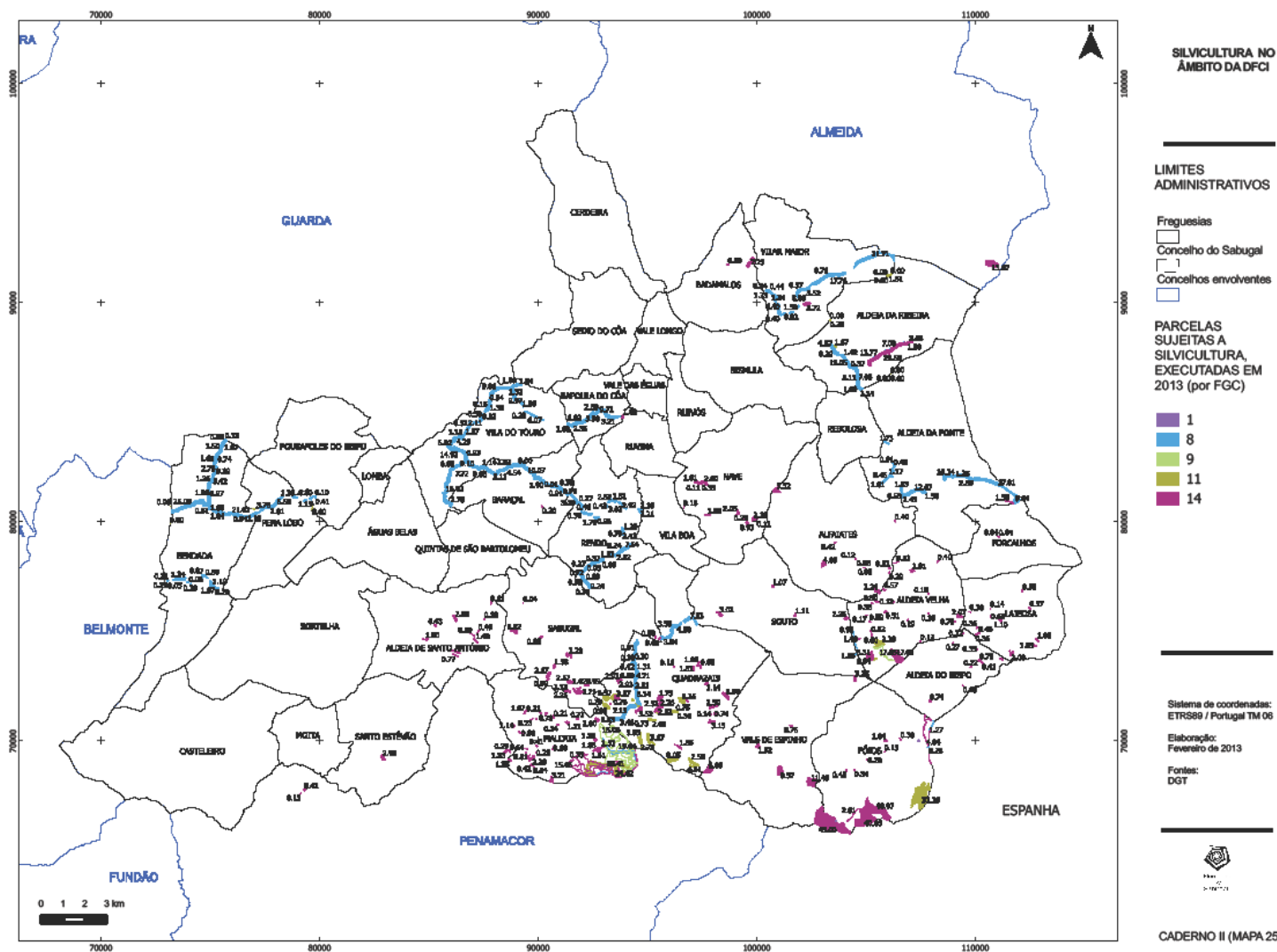
Faixas de Redução de Combustíveis (FRC), em que se procede à remoção do combustível de superfície (herbáceo, sub-arbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos povoamentos.

Faixas de Interrupção de Combustíveis (FIC), como os tradicionais aceiros e arrifes – em que se procede à remoção total dos combustíveis.

No mapa seguinte estão demarcadas as áreas parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCl, executadas no último ano, nomeadamente:

- i) rede primária
- ii) Mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis
- iii) áreas efetuadas pelas equipas de sapadores florestais no âmbito da DFCl

Mapa 7A – Silvicultura no âmbito da DFCI



5.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

O Plano de Ação aqui apresentado, pretende contribuir para a definição de um conjunto de ações, com vista a quebrar o ciclo vicioso em que a floresta se encontra e que tem vindo a fomentar o sucessivo abandono das terras, a diminuir a capacidade de gestão dos espaços florestais, criando condições propícias para a ocorrência, a prazo, de fogos mais severos e de maiores dimensões.

A gravidade dos incêndios florestais nas últimas décadas, afetou significativamente o património florestal e contribui para criar uma imagem de altos riscos associada ao investimento e gestão da floresta.

A construção de um território menos vulnerável e com maior capacidade de regeneração face aos incêndios florestais, é fundamental para a resolução do problema, devendo consubstanciar-se no tratamento do território através da gestão florestal ativa, da intervenção em áreas estratégicas e garantir que o nível de investimento na arborização e gestão florestal é superior aos poucos milhares de hectares de arborização líquida anual.

O Plano de Ação, aspira desenvolver-se num horizonte temporal de 5 anos (2014-2018). Foi compilado de acordo com as orientações do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o objetivo de aumentar a resiliência do território municipal face aos incêndios florestais e paralelamente fomentar o papel económico do setor florestal.

No que se refere aos meios de execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, estas deverão ser, na sua maioria, intervencionadas, no que se refere à gestão de combustíveis, pelos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades, que no concelho de Sabugal têm a obrigatoriedade da sua execução. Serão a EDP Distribuição - Energia, S.A., EP - Estradas de Portugal, S. A., C.P. – Linhas ferroviárias, Câmara Municipal de Sabugal em parceria com as Organizações de Produtores Florestais e as Juntas de Freguesia.

Assim sendo, propõe-se:

1. Manter redes de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), intervindo, prioritariamente nas zonas que apresentam maior vulnerabilidade aos incêndios; Limpeza de zonas prioritárias (faixas);
Proceder-se-á, à construção e manutenção das faixas de gestão de combustível junto aos aglomerados populacionais e nos edifícios integrados em espaços rurais, com a intervenção dos proprietários e outros produtores florestais, com a obrigatoriedade que têm na gestão de combustível, e sua manutenção, através de contatos feitos na Câmara Municipal, através das Juntas de Freguesia e ainda junto das Organizações de Produtores Florestais através das equipas de sapadores florestais;
2. Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível; Criar zonas de descontinuidade nas manchas florestais;
3. Promover ações de gestão de combustível e de pastagens;

4. Criar e manter a rede de infra-estruturas existente (rede viária e rede de pontos de água); Beneficiação das infra-estruturas integradas na floresta (pontos de água, rede viária).

Também se deve destacar a importância do tratamento das FGC no planeamento da rede viária estruturante, nacional, regional e local. Esta tem como objetivos diminuir a probabilidade de deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascente e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

Finda a delimitação das áreas de intervenção em que urge atuar, segue-se a definição de uma metodologia que vise atingir os objetivos propostos.

Independentemente do tipo de vegetação, deverão ser executadas técnicas silvícolas, que incidem sobre as árvores, a fim de aumentar a resistência dos povoamentos e das formações vegetais ao fogo. Estas técnicas poderão ser manuais, mecânicas, por recurso ao uso do fogo controlado ou ainda da atividade silvopastoril.

Estas operações deverão ser feitas antes do período crítico.

Desbaste

No planeamento do desbaste dever-se-á ter em conta o espaçamento entre as copas das árvores, sempre superior a 4m.

No caso de pequenos grupos de árvores (2 a 3), estas poderão ser considerados como uma única árvore, sendo o espaçamento deste conjunto à árvore mais próxima igualmente superior a 4m.

Não deverá ser descurada a preservação dos elementos com melhor desenvolvimento vegetativo, eliminando prioritariamente as árvores decrépitas e doentes.

Poderá ser feito com **motosserra** em árvores de pequeno a grande porte. Em árvores que rebentam facilmente de touça (folhosas diversas, tais como carvalhos, castanheiros, eucaliptos, etc.), dever-se-á arrancar o cepo com uma máquina ou desvitalizar.

Desramação

Para árvores superiores a 8m a desramação deverá ir até 4m do solo. Para árvores inferiores a 8m a desramação deverá ser executada até metade da altura da árvore.

O corte poderá ser realizado com motosserra ou preferencialmente com machado bem afiado, de modo a que a superfície de corte fique lisa. Torna-se assim menos suscetível ao ataque de doenças, proporcionando uma melhor e mais rápida cicatrização.

• Redução de Combustível com equipamentos motomanuais:

Em locais que apresentem declives acentuados, elevada pedregosidade, ou que se situem na proximidade de determinadas infra-estruturas ou edificações que possam, eventualmente, ser danificadas com a utilização de outros meios, a limpeza das matas com recurso a equipamentos motomanuais é a forma mais adequada.

A realização de operações motomanuais, para além da redução do material combustível existente, é a única forma de reduzir a densidade de povoamentos florestais e de proceder a desramações.

Serão necessários recursos humanos especializados na execução deste tipo de operações.

- Redução de Combustível com meios mecânicos:

Em locais que apresentem declives reduzidos, pouca pedregosidade, ou que apresentem áreas de dimensão considerável, a limpeza das matas com recurso a equipamentos mecânicos é a forma mais adequada.

O equipamento mecânico não é utilizado, normalmente, no âmbito da redução de densidades excessivas, em povoamentos florestais.

Serão utilizados os seguintes meios, tratores com corta-mato de facas ou correntes.

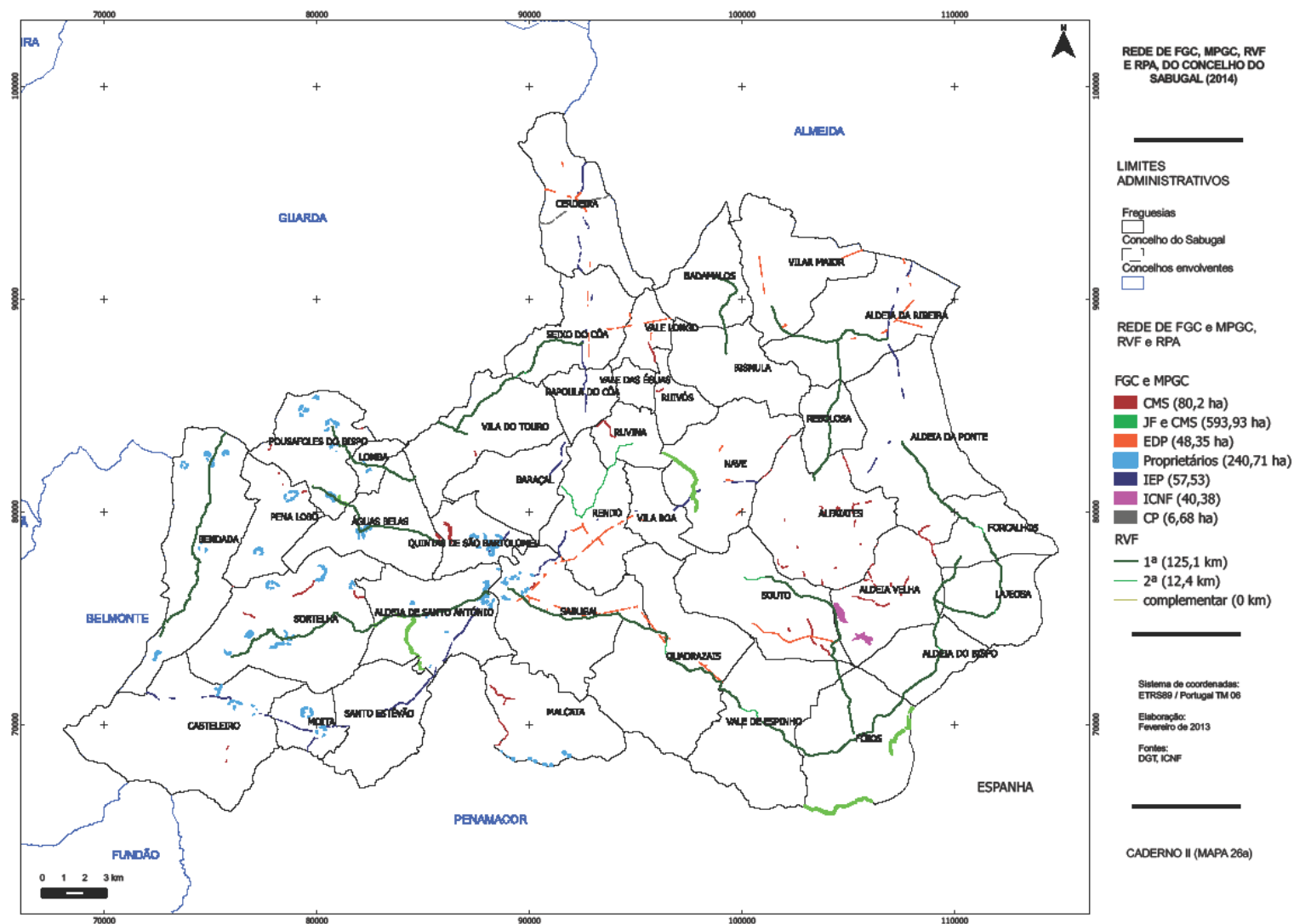
Sobrantes

O material lenhoso retirado poderá ser vendido para estilha, como biomassa vegetal ou simplesmente ser queimado em local seguro e fora do período crítico.

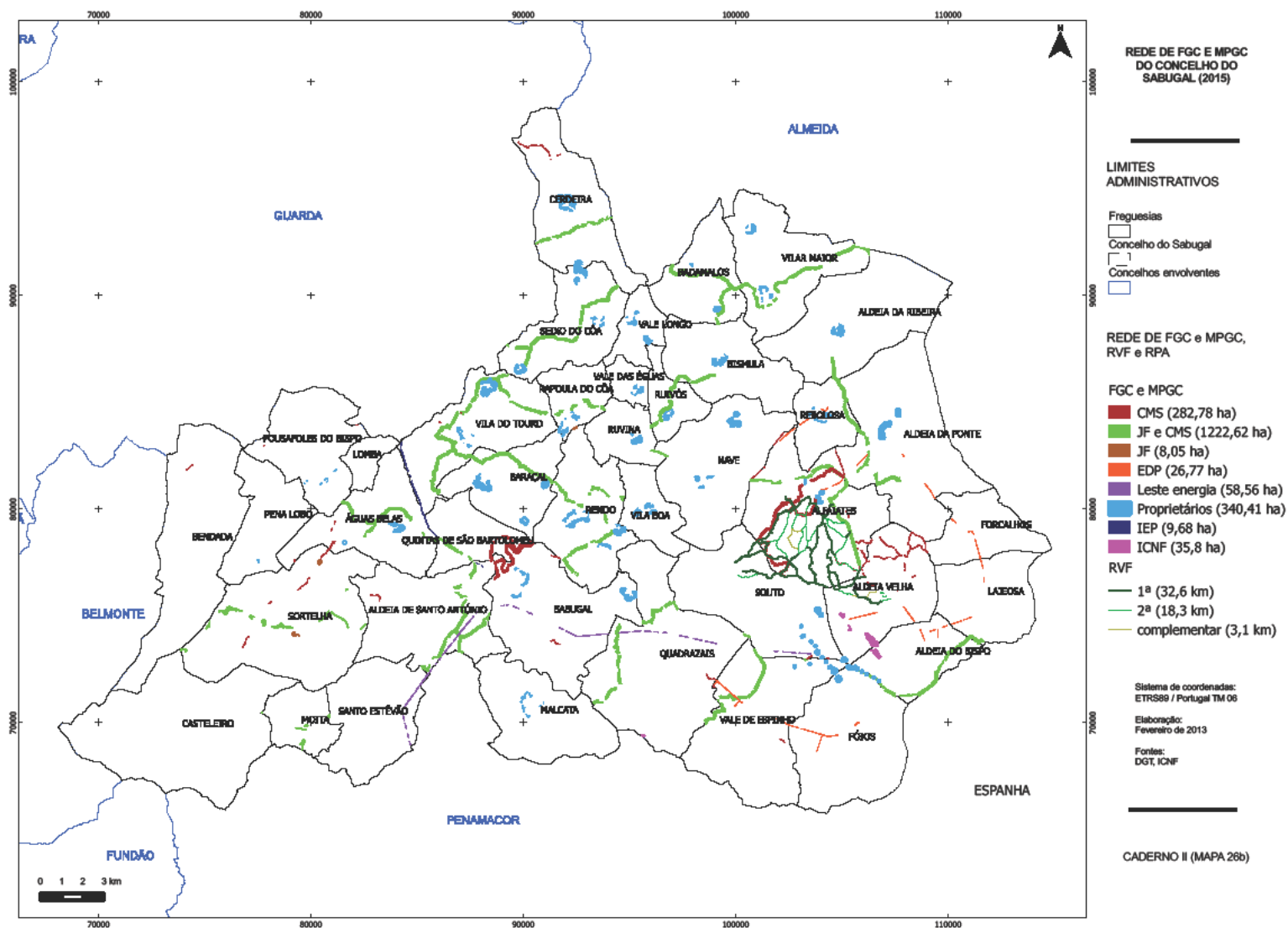
A atividade Silvopastoril

Vários estudos desenvolvidos vêm comprovar a eficiência da atividade silvopastoril na prevenção de incêndios florestais, através da redução de combustíveis com pastoreio ordenado. Deste modo garantem uma gestão de mato, associado a um conjunto de benefícios económicos, sociais e ambientais.

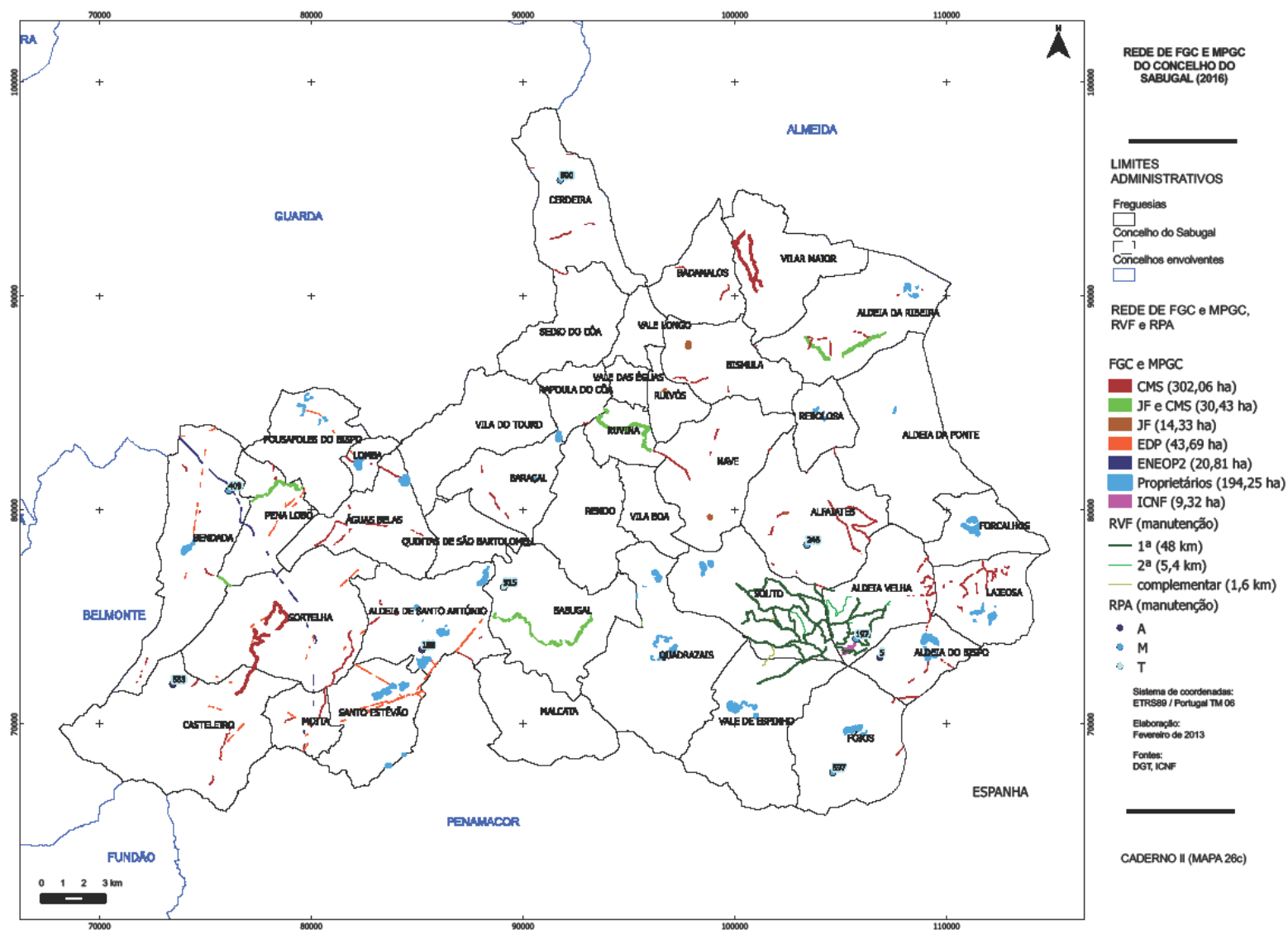
Mapa 8A – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2014)



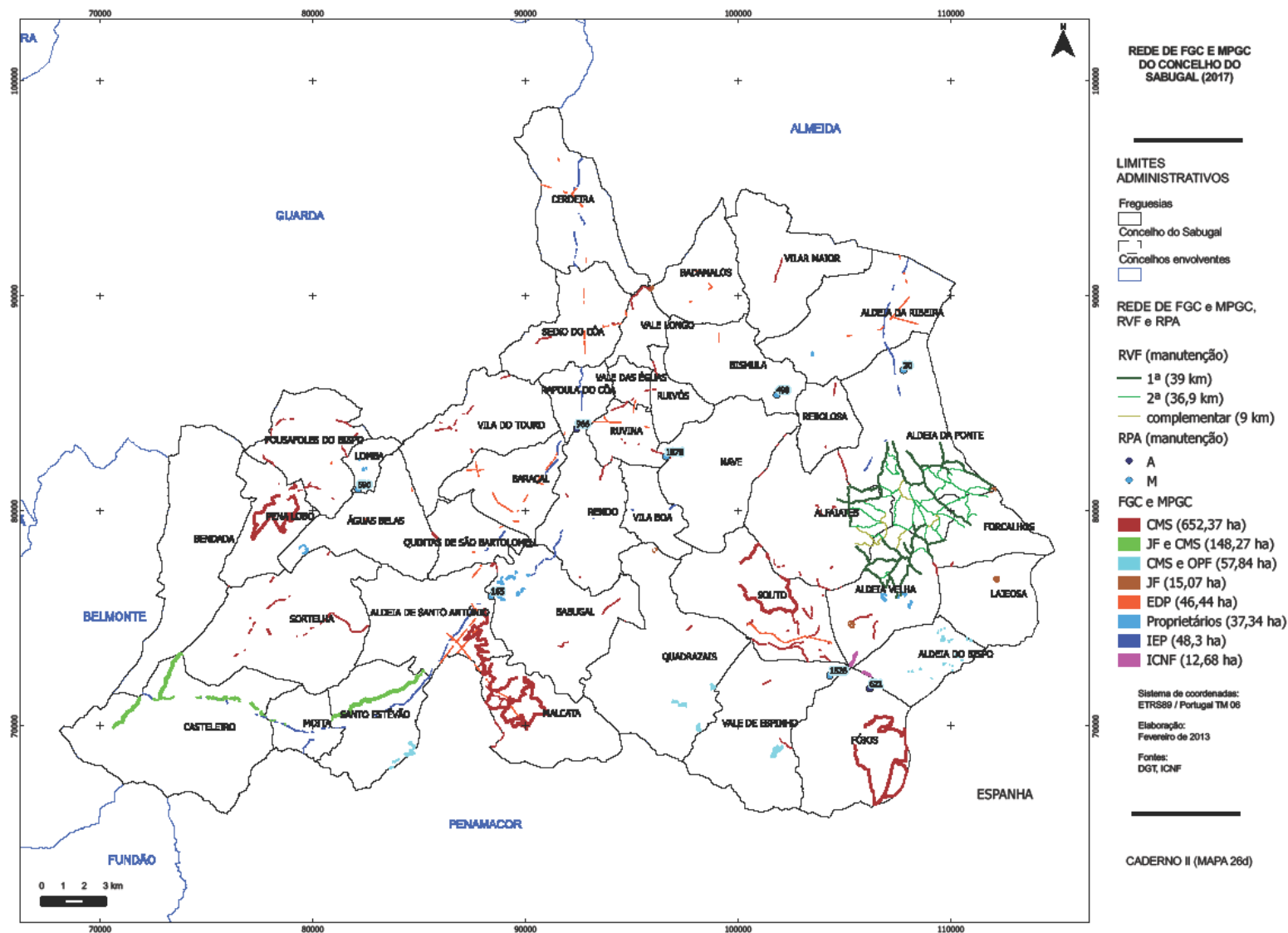
Mapa 8B – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2015)



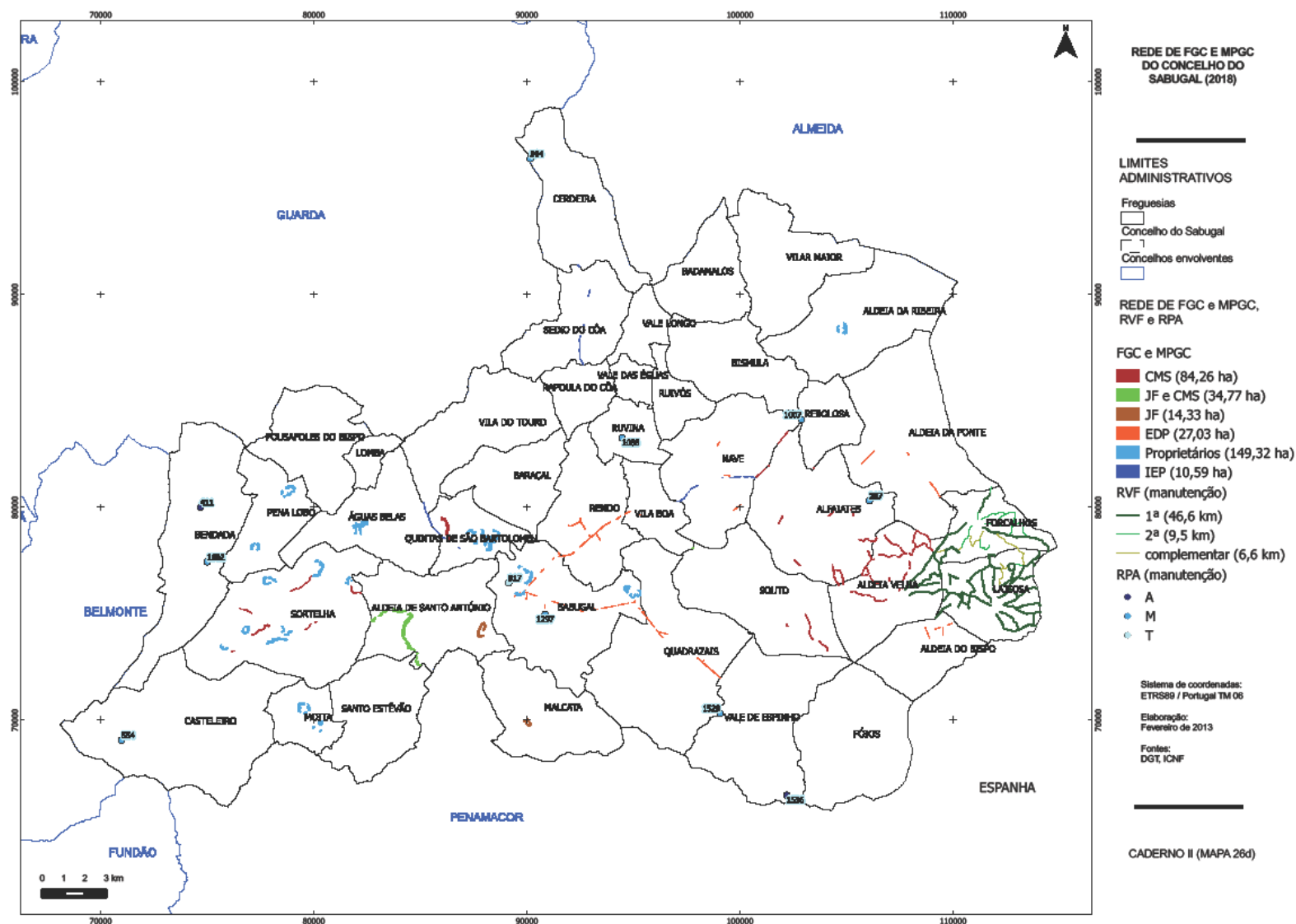
Mapa 8C – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2016)



Mapa 8D – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2017)



Mapa 8E – Planeamento da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2018)



Quadro 1: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Águas Belas

					Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Águas Belas	1	Edificações	Proprietários	30,4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	67,4	14,8	52,6	10,6	56,7	8,8	58,6	3,5	63,9	14,8	52,6
	3	Equipamentos florestais de recreio (ZLE)	JF/CM	4,6	2,4	2,2	0	4,6	0	4,6	2,4	2,2	0	4,6
	4	Rede viária florestal	EP	2,1	0	2,1	1,8	0,3	0	2,1	0	2,1	1,8	0,3
			CM	42,0	0	42,0	2,7	39,3	16,3	25,7	0	42,0	0	42,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	103,1	0	103,1	62,5	40,6	0	103,1	0	103,1	0	103,1
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	22,6	0,7	21,9	0	22,6	0	22,6	0,7	21,9	0	21,9
	11	MPGC	CM/OPF (TA)	121,3	0	121,3	0	121,3	0	121,3	0	121,3	0	121,3
Sub-Total (ha)				393,5	17,9	345,2	77,6	285,4	25,1	338,0	6,6	354,4	16,6	345,8

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 2: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Aldeia do Bispo

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia do Bispo	1	Edificações	Proprietários	19,9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	34,0	0	34,0	0	34,0	1,7	32,2	0	34,0	0	34,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	21,4	0	21,4	0	21,4	7,4	14,0	0	21,4	0	21,4
	8	Rede 1ª	JF/CM	90,7	0	90,7	57,3	33,4	0	90,7	0	90,7	0	90,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	10,7	0	10,7	2,2	8,5	0	10,7	0	10,7	2,2	8,5
	11	MPGC	CM/OPF	152,9	13,8	139,1	4,7	148,2	3	149,9	11,9	141,0	0	152,9
Sub-Total (ha)				329,6	13,8	295,9	64,2	245,5	12,1	297,5	11,9	297,8	2,2	307,5

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 3: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Aldeia da Ponte

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia da Ponte	1	Edificações	Proprietários	97,2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	53,7	0	53,7	13,5	40,2	2,8	50,9	0	53,7	0	53,7
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	10,0	0	10,0	0	10,0	0	10,0	8,6	1,4	0	10,0
	4	Rede viária florestal	EP	21,5	4,1	17,4	0	21,5	0	21,5	4,1	17,4	0	21,5
			CM	58,5	4,7	53,8	0	58,5	0	58,5	4,7	53,8	0	58,5
	8	Rede 1ª	JF/CM	140,2	0	140,2	43,7	96,5	0	140,2	0	140,2	0	140,2
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	13,9	0	13,9	2,8	11,2	0	13,9	0	13,9	2,8	11,2
	11	MPGC (TAgrícolas)	CM/OPF	556,4	0	556,4	0	556,4	0	556,4	0	556,4	0	556,4
Sub-Total (ha)				951,4	8,8	845,4	60,0	794,3	2,8	851,4	17,4	836,8	2,8	851,5

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 4: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Aldeia da Ribeira

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia da Ribeira	1	Edificações	Proprietários	78,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	52,5	0	52,5	7,7	44,8	7,0	45,5	1,8	50,7	7,7	44,8
	4	Rede viária florestal	EP	13,9	5,0	8,9	0	13,9	0	13,9	5,0	8,9	0	13,9
			CM	32,5	0	32,5	0	32,5	8,4	24,2	0	32,5	0	32,5
	8	Rede 1ª	JF/CM	212,4	0	212,4	10,5	201,9	46,8	165,6	0	212,4	0	212,4
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	18,0	5,0	13,0	0	18,0	0	18,0	5,0	13,0	0	18,0
	11	MPGC (Agricultoras)	CM/OPF	529,4	0	529,4	0	529,4	0	529,4	0	529,4	0	529,4
Sub-Total (ha)				937,0	10,0	848,7	18,2	840,5	62,2	796,6	11,8	846,9	7,7	751,0

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 5: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Aldeia de Santo António

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia de Santo António	1	Edificações	Proprietários	179,1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	133,0	25,4	107,6	0	133,0	22,5	110,4	0	133,0	0	133,0
	3	Equipamentos florestais de recreio (CN;PM;TP)	JF/CM	119,7	0	119,7	0	119,7	0	119,7	75,3 (Prota)	22,3 (Prota)	10,3 (PM)	11,8 (PM)
	4	Rede viária florestal	EP	20,6	5,0	15,6	0	20,6	0	20,6	5,0	15,6	0	20,6
			CM	53,2	0	53,2	1,9	51,3	4,0	49,2	0	53,2	0	53,2
	8	Rede 1ª	JF/CM	195,2	36,7	158,5	89,6	105,6	0	195,2	0	195,2	0	195,2
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	36,7	10,2	26,5	0	36,7	1,6	35,1	10,2	26,5	0	36,7
	11	MPGC	CM/OPF (Tagricolas)	314,5	0	314,5	0	314,5	0	314,5	0	314,4	0	314,5
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	19,1	0	19,1	7,0	12,1	5,7	13,4	0	19,1	19,1	7,0
Sub-Total (ha)				1071,1	77,3	814,7	98,5	793,4	33,8	858,1	90,5	779,3	29,4	772,0

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 6: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Aldeia Velha

					Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia Velha	1	Edificações	Proprietários	60,7	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	37,7	0	37,7	0	37,7	0	37,7	12,3	25,4	0	37,7
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	7,3	0	7,3	0	7,3	0	7,3	4,7 PM	2,6 PM	0	7,3
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	129,0	29,3	99,7	12,3	116,7	7,7	121,3	29,3	99,7	0	129,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	98,0	0	98,0	0	98,0	0	98,0	0	98,0	0	98,0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	11,0	0	11,0	3,3	7,7	0	11,0	0	11,0	0	11,0
	11	MPGC	CM/OPF	360,7	40,4	320,4	25,5	335,2	15,0	345,7	8,2	352,6	0	360,7
Sub-Total (ha)				704,4	69,7	574,1	41,1	602,6	22,7	621,0	54,5	589,3	0	643,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 7: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Alfaiates

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Alfaiates	1	Edificações	Proprietários	127,6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	34,1	0	34,1	5,5	28,7	0	34,1	0	34,1	0	34,1
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	145,3	0	145,3	121,2 (Prota)	17,0 (Prota)	0,9 (PM)	6,2 (PM)	0	145,3	0	145,3
	4	Rede viária florestal	EP	15,6	2,2	13,4	0	15,6	0	15,6	2,2	13,4	0	15,6
			CM	156,3	28,9	127,4	8,5	147,8	26,9	129,4	21,4	134,9	0	156,3
	8	Rede 1ª	JF/CM	130,7	0	130,7	86,6	44,0	0	130,7	0	130,7	0	130,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	21,4	0	21,4	3,0	18,4	0	21,4	0	21,4	0	21,4
	11	MPGC	CM/OPF	473,7	0	473,7	0	473,7	0	473,7	0	473,7	0	473,7
Sub-Total (ha)				1104,7	31,1	946,0	224,8	745,2	27,8	811,1	23,6	953,5	0	977,1

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS.

Quadro 8: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Badamalos

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Badamalos	1	Edificações	Proprietários	33,2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	26,1	0	26,1	3,94	22,2	0	26,1	0	26,1	0	26,1
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	2,0	0	2,0	0	2,0	0	2,0	1,9	0,1	0	2,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	16,0	0	16,0	0	16,0	2,68	13,3	0	16,0	0	16,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	80,5	0	80,5	70,4	10,1	0	80,5	0	80,5	0	80,5
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	11,8	0	11,8	0	11,8	0	11,8	1,4	10,4	0	11,8
	11	MPGC	CM/OPF TA; Aardida	219,5	0	219,5	0	219,5	0	219,5	0	219,5	0	219,5
Sub-Total (ha)				389,1	0	355,9	74,34	281,6	2,68	353,2	3,3	352,6	0	355,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 9: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Baraçal

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Baraçal	1	Edificações	Proprietários	44,5	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	49,7	0	49,7	24,6	25,1	3,9	45,8	0	49,7	0	49,7
	3	Equipamentos florestais de recreio (P_rota)	JF/CM	0,07	0	0,07	0,07	0	0	0,07	0	0,07	0	0,07
	4	Rede viária florestal	EP	16,2	2,9	13,3	0	16,2	0	16,2	2,9	13,3	0	16,2
			CM	15,4	0	15,4	0	15,4	3,8	11,6	0	15,4	0	15,4
	8	Rede 1ª	JF/CM	59,5	0	59,5	59,5	0	0	59,5	0	59,5	0	59,5
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	16,1	0	16,1	0	16,1	0	16,1	7,2	8,9	0	16,1
	11	MPGC	CM/OPF TA; Aardida	77,9	0	77,9	0	77,9	0	77,9	0	77,9	0	77,9
Sub-Total (ha)				279,37	2,9	231,9	84,2	150,7	7,7	227,2	10,1	224,8	0	234,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 10: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Bendada

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Bendada	1	Edificações	Proprietários	253,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	100,9	26,4	74,5	0	100,9	11,8	89,1	0	100,9	0	100,9
	4	Rede viária florestal	EP	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7
			CM	47,9	0,4	47,5	0	47,9	3,0	44,9	0	47,9	0	47,9
	8	Rede 1ª	JF/CM	165,2	0	165,2	0	165,2	0	165,2	0	165,2	0	165,2
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	36,0	0	36,0	0	36,0	4,1	31,9	0	36,0	0	36,0
	11	MPGC TA	CM/OPF	1777,6	0	1777,6	0	1777,6	0	1777,6	0	1777,6	0	1777,6
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	16,0	0	16,0	0	16,0	10,4	5,6	0	16,0	0	16,0
Sub-Total (ha)				2400,3	26,8	2120,5	0	2147,3	29,3	2118,0	0	2147,3	0	2147,3

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 11: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Bismula

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Bismula	1	Edificações	Proprietários	61,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	23,8	0	23,8	6,8	17,0	0	23,8	0	23,8	0	23,8
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	8,3	0	8,3	0	8,3	8,3	0	0	8,3	0	8,3
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	25,0	0	25,0	0	25,0	3,3	21,7	0	25,0	0	25,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	105,7	0	105,7	24,4	81,3	0	105,7	0	105,7	0	105,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	4,7	0	4,7	0	4,7	0	4,7	0,6	4,1	0	4,7
	11	MPGC TA	CM/OPF	319,7	0	319,7	0	319,7	0	319,7	0	319,7	0	319,7
Sub-Total (ha)				548,2	0	487,2	31,2	456,0	11,6	475,6	0,6	486,6	0	487,2

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 12: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Casteleiro

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Casteleiro	1	Edificações	Proprietários	203,8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	67,1	11,8	55,3	0	67,1	0	67,1	0	67,1	0	67,1
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	24,9	0	24,9	0	24,9	16,7	8,2	0	24,9	0	24,9
	4	Rede viária florestal	EP	19,6	13,9	5,7	0	19,6	0	19,6	5,7	13,9	0	19,6
			CM	23,7	0,5	23,2	0	23,7	5,6	18,1	0	23,7	0	23,7
	8	Rede 1ª	JF/CM	198,0	0	198,0	0	198,0	0	198,0	80,1	117,9	0	198,0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	27,2	0	27,2	0	27,2	1,9	25,3	0	27,2	0	27,2
	11	MPGC TA	CM/OPF	837,6	0	837,6	0	837,6	0	837,6	0	837,6	0	837,6
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	15,6	0	15,6	0	15,6	1,1	14,5	0	15,6	0	15,6
Sub-Total (ha)				1417,5	14,4	1187,5	0	1213,7	25,3	1188,4	85,8	1127,9	0	1213,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 13: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Cerdeira

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Cerdeira	1	Edificações	Proprietários	105,7	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	38,3	0	38,3	22,0	16,3	0	38,3	0	38,3	0	38,3
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	0,5	0	0,5	0	0,5	0	0,5	0	0,5	0	0,5
	4	Rede viária florestal	EP	18,4	5,8	12,6	0	18,4	0	18,4	5,8	12,6	0	18,4
			CM	25,8	0	25,8	7,4	18,5	6,0	19,8	0	25,8	0	25,8
	5	Rede ferroviária	CP	9,6	6,7	2,9	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6
	8	Rede 1ª	JF/CM	117,6	0	117,6	28,3	88,9	0	117,6	0	117,6	0	117,6
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	23,5	2,3	21,2	0	23,5	0	23,5	2,3	21,2	0	23,5
	11	MPGC	CM/OPF	1521,0	0	1521,0	0	1521,0	0	1521,0	0	1521,0	0	1521,0
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7	1,7	2,0	0	3,7
Sub-Total (ha)				1864,1	14,8	1743,6	57,7	1700,4	6,0	1752,4	9,8	1748,6	0	1758,4

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 14: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Fóios

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Fóios	1	Edificações	Proprietários	49,2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	35,0	0	35,0	0	35,0	15,0	20,0	0	35,0	0	35,0
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM;PR)	JF/CM	156,6	0	156,6	136,8 (Prota)	19,8 (Prota)	0	156,6	136,8 (Prota)	19,8 (Prota)	0	156,6
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	41,3	0	41,3	0	41,3	1,5	39,8	0	41,3	0	41,3
	8	Rede 1ª	JF/CM	130,4	75,5	54,9	10,4	120,0	0	130,4	0	130,4	0	130,4
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	17,6	0	17,6	5,0	12,6	0	17,6	0	17,6	0	17,6
	11	MPGC TA;Peólicos	CM/OPF	378,0	0	378,0	14,2	363,8	0	378,0	0	378,0	0	378,0
Sub-Total (ha)				674,0	75,5	683,4	166,4	592,5	16,5	742,4	136,8	622,1	0	758,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 15: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Forcalhos

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Forcalhos	1	Edificações	Proprietários	38,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	26,1	0	26,1	0	26,1	9,3	16,8	0	26,1	0	26,1
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	2,1	0	2,1	0	2,1	0	2,1	0,2	1,9	0	2,1
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	40,0	1,8	38,2	0	40,0	0	40,0	1,8	38,2	0	40,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	59,6	16,9	42,7	0	59,6	0	59,6	0	59,6	0	59,6
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	10,8	0	10,8	2,4	8,4	0	10,8	0	10,8	0	10,8
	11	MPGC TAgrícolas	CM/OPF	308,1	0	308,1	0	308,1	0	308,1	0	308,1	0	308,1
Sub-Total (ha)				485,0	18,7	428,0	2,4	444,3	9,3	437,4	2,0	444,7	0	446,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 16: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Lageosa da Raia

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Lageosa da Raia	1	Edificações	Proprietários	15,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	42,2	0	42,2	0	42,2	16,1	26,1	0	42,2	0	42,2
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	6,0	0	6,0	0	6,0	0	6,0	5,1	0,9	0	6,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	109,4	0	109,4	0	109,4	20,9	88,5	0	109,4	0	109,4
	8	Rede 1ª	JF/CM	139,9	0	139,9	9,2	130,8	0	139,9	0	139,9	0	139,9
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	10,1	0	10,1	2,3	7,8	0	10,1	0	10,1	0	10,1
	11	MPGC TAgropecuárias	CM/OPF	427,3	0	427,3	0	427,3	0	427,3	0	427,3	0	427,3
Sub-Total (ha)				750,2	0	734,9	11,5	723,5	37,0	697,9	5,1	729,8	0	734,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 17: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Lomba

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Lomba	1	Edificações	Proprietários	13,8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	16,0	2,6	13,4	0	16,0	3,5	12,4	2,6	13,4	0	16,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	5,1	0	5,1	0	5,1	1,9	3,1	0	5,1	0	5,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	1,1	0	1,1	0	1,1	0,7	0,4	0	1,1	0	1,1
	11	MPGC	CM/OPF	54,4	0	54,4	0	54,4	0	54,4	0	54,4	0	54,4
Sub-Total (ha)				90,7	2,6	74,0	0	76,6	6,1	70,3	2,6	74,0	0	76,6

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 18: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Malcata

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Malcata	1	Edificações	Proprietários	30,4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	42,4	0	42,4	7,1	35,3	0	42,4	0	42,4	0	42,4
	3	Equipamentos florestais de recreio PM; PR	JF/CM	170,0	0	170,0	0	170,0	0	170,0	165,3 (Prota)	4,7 (Prota)	4,1 (PM)	165,9 (PM)
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	17,1	6,1	11,0	0	17,1	0	17,1	6,1	11,0	0	17,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	131,3	0	131,3	0	131,3	0	131,3	0	131,3	0	131,3
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	8,2	0	8,2	0	8,2	0	8,2	3,2	5,0	0	8,2
	11	MPGC	CM/OPF	226,9	11,3	215,6	0	226,9	0	226,9	0	226,9	0	226,9
	Sub-Total (ha)			626,3	17,4	578,5	7,1	588,8	0	595,9	174,6	421,3	4,1	591,8

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 19: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Moita

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Moita	1	Edificações	Proprietários	94,9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	33,2	14,8	18,4	0	33,2	0	33,2	0	33,2	14,8	18,4
	4	Rede viária florestal	EP	15,1	5,3	9,8	0	15,1	0	15,1	5,3	9,8	0	15,1
			CM	13,5	0	13,5	0	13,5	6,5	7,0	0	13,5	0	13,5
	8	Rede 1ª	JF/CM	57,5	0	57,5	23,1	34,3	1,4	56,1	0	57,5	0	57,5
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	12,6	0	12,6	0	12,6	2,2	10,4	0	12,6	0	12,6
	11	MPGC TA	CM/OPF	191,1	0	191,1	0	191,1	0	191,1	0	191,1	0	191,1
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	14,2	0	14,2	0	14,2	1,8	12,5	0	14,2	0	14,2
Sub-Total (ha)				432,1	20,1	317,1	23,1	314,0	11,9	325,4	5,3	331,9	14,8	322,4

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 20: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Nave

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Nave	1	Edificações	Proprietários	115,5	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	53,7	0	53,7	15,5	38,2	0	53,7	0	53,7	0	53,7
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	4,2	0	4,2	0	4,2	2,8	1,4	0	4,2	0	4,2
	4	Rede viária florestal	EP	12,3	4,2	8,1	0	12,3	0	12,3	0	12,3	4,2	8,1
			CM	37,7	0	37,7	0	37,7	7,7	30,0	0	37,7	0	37,7
	8	Rede 1ª	JF/CM	128,5	0	128,5	0	128,5	0	128,5	0	128,5	0	128,5
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	22,9	1,4	21,5	0	22,9	0	22,9	0	22,9	1,4	21,5
	11	MPGC (270,7 área ardida)	CM/OPF	653,0	0	653,0	0	653,0	0	653,0	0	653,0	0	653,0
Sub-Total (ha)				1027,8	5,6	906,7	15,5	896,8	10,5	901,8	0	912,3	5,6	906,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 21: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Penalobo

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Penalobo	1	Edificações	Proprietários	45,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	28,0	13,9	14,1	0	28,0	0	28,0	0	28,0	13,9	14,1
	3	Equipamentos florestais de recreio (TP)	JF/CM	105,9	0	105,9	0	105,9	0	105,9	93,5	12,4	0	105,9
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	29,9	29,0	0,9	0	29,9	1,5	28,4	29,0	0,9	0	29,9
	8	Rede 1ª	JF/CM	42,3	0	42,3	0	42,3	31,5	10,8	0	42,3	0	42,3
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	13,9	0	13,9	0	13,9	2,9	10,9	0	13,9	0	13,9
	11	MPGC	CM/OPF (PEólicos)	374,0	0	374,0	0,9	373,2	0	374,0	0	374,0	0	374,0
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	7,6	0	7,6	0	7,6	2,8	4,9	0	7,6	0	7,6
Sub-Total (ha)				646,9	42,9	558,7	0,9	600,8	38,7	562,9	122,5	479,1	13,9	587,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 22: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Pousafoles do Bispo

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Pousafoles do Bispo	1	Edificações	Proprietários	47,8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	79,1	28,1	51,0	0	79,1	14,2	64,9	0	79,1	0	79,1
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	51,2	1,1	50,1	0,2	51,0	0	51,2	10,5	40,7	0	51,2
	8	Rede 1ª	JF/CM	91,7	0	91,7	0	91,7	0	91,7	0	91,7	0	91,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	17,2	0	17,2	0	17,2	1,6	15,6	0,2	17,0	0	17,2
	11	MPGC	CM/OPF (Peólicos)	801,6	0	801,6	2,2	799,2	0	801,6	0	801,6	0	801,6
Sub-Total (ha)				1088,6	29,2	1011,6	2,4	1038,2	15,8	1025,0	10,7	1030,1	0	1040,8

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 23: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Quadrazais

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Quadrazais	1	Edificações	Proprietários	105,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	77,0	0	77,0	0	77,0	22,0	55,0	0	77,0	0	77,0
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM)	JF/CM	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1	0,9	9,2	0	10,1
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	96,1	0	96,1	1,6	94,5	0	96,1	0,5	95,6	0	96,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	179,8	0	179,8	71,9	107,8	0	179,8	0	179,8	0	179,8
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	14,3	4,5	9,8	0	14,3	0	14,3	0	14,3	4,5	9,8
	11	MPGC (FC; terrenos b)	CM/OPF	895,0	0	895,0	1,1	893,9	0	895,0	18,0	877,0	0	895,0
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	15,6	0	15,6	7,3	8,3	0	15,6	0	15,6	0	15,6
Sub-Total (ha)				1393,2	4,5	1283,4	81,9	1205,9	22,0	1265,9	19,4	1268,5	4,5	1283,4

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 24: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Quintas de São Bartolomeu	1	Edificações	Proprietários	32,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	70,7	32,5	38,2	0	70,7	0	70,7	0	70,7	32,5	38,2
	3	Equipamentos florestais de recreio ZLE;PR	JF/CM	65,0	20,8(ZLE)	44,2	34,3 (Prota)	30,7	0	65,0	0	65,0	20,8(ZLE)	44,2
	4	Rede viária florestal	EP	15,6	1,1	14,5	1,7	13,9	0	15,6	1,1	14,5	1,7	13,9
			CM	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8
	8	Rede 1ª	JF/CM	50,0	0	50,0	14,6	35,3	0	50,0	0	50,0	0	50,0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	8,9	0	8,9	0	8,9	0	8,9	0,4	8,5	0	8,9
	11	MPGC (TA)	CM/OPF	98,2	0	98,2	0	98,2	0	98,2	0	98,2	0	98,2
Sub-Total (ha)				348,2	54,4	261,8	50,6	265,5	0	316,2	1,5	314,7	55,0	261,2

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 25: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Rapoula do Côa

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rapoula do Côa	1	Edificações	Proprietários	25,9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	34,4	0	34,4	14,6	19,8	0	34,4	0	34,4	0	34,4
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	6,4	0	6,4	0	6,4	0,5	5,9	0	6,4	0	6,4
	4	Rede viária florestal	EP	11,4	3,6	7,8	0	11,4	0	11,4	3,6	7,8	0	11,4
			CM	2,6	0	2,6	0	2,6	0,42	2,2	0	2,6	0	2,6
	8	Rede 1ª	JF/CM	38,7	0	38,7	18,1	20,5	0	38,7	0	38,7	0	38,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	7,6	0	7,6	0	7,6	0	7,6	0,1	7,5	0	7,6
	11	MPGC (TA)	CM/OPF	72,1	0	72,1	0	72,1	0	72,1	0	72,1	0	72,1
Sub-Total (ha)				199,1	3,6	169,6	32,7	140,4	0,92	172,3	3,7	169,5	0	173,2

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 26: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Rebolosa

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rebolosa	1	Edificações	Proprietários	32,3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	30,0	0	30,0	7,3	22,7	5,9	24,1	0	30,0	0	30,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	20,3	0	20,3	0	20,3	0	20,3	0	20,3	0	20,3
	8	Rede 1ª	JF/CM	31,8	0	31,8	29,3	2,4	0	31,8	0	31,8	0	31,8
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	6,0	0	6,0	1,5	4,5	0	6,0	0	6,0	0	6,0
	11	MPGC (TA)	CM/OPF	179,8	0	179,8	0	179,8	0	179,8	0	179,8	0	179,8
Sub-Total (ha)				300,2	0	267,9	38,1	229,7	5,9	262,0	0	267,9	0	267,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 27: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Rendo

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rendo	1	Edificações	Proprietários	72,8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	62,7	0	62,7	29,1	33,6	0	62,7	0	62,7	0	62,7
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	1,6	0	1,6	1,3	0,3	0	1,6	0	1,6	0	1,6
	4	Rede viária florestal	EP	13,9	2,3	11,6	0	13,9	0	13,9	2,3	11,6	0	13,9
			CM	38,5	0	38,5	2,0	36,5	0	38,5	2,3	36,2	0	38,5
	8	Rede 1ª	JF/CM	143,0	0	143,0	60,6	82,4	0	143,0	0	143,0	0	143,0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	12,0	6,7	5,3	0	12,0	0	12,0	0	12,0	6,7	5,3
	11	MPGC (TA)	CM/OPF	546,4	0	546,4	0	546,4	0	546,4	0	546,4	0	546,4
Sub-Total (ha)				890,9	9,0	809,1	93,0	725,1	0	818,1	4,6	813,5	6,7	811,4

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 28: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Ruivós

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Ruivós	1	Edificações	Proprietários	18,7	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	16,7	0	16,7	8,0	8,7	0	16,7	0	16,7	0	16,7
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	7,1	0	7,1	0	7,1	1,8	5,3	0	7,1	0	7,1
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	20,9	0,5	20,4	0	20,9	0	20,9	1,5	19,3	0	20,9
	8	Rede 1ª	JF/CM	35,3	0	35,3	27,4	7,9	0	35,3	0	35,3	0	35,3
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2
	11	MPGC TA; áardida	CM/OPF	77,5	0	77,5	0	77,5	0	77,5	0	77,5	0	77,5
Sub-Total (ha)				177,4	0,5	158,2	35,4	123,3	1,8	156,9	1,5	157,1	0	158,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 29: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Ruvina

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Ruvina	1	Edificações	Proprietários	24,5	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	24,9	0	24,9	3,7	21,2	0	24,9	0	24,9	0	24,9
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	25,1	3,4	21,7	0	25,1	0	25,1	4,9	20,2	0	25,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	68,7	0	68,7	5,9	62,8	0	68,7	0	68,7	0	68,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	7,2	0	7,2	0	7,2	0	7,2	3,1	4,1	0	7,2
	11	MPGC	CM/OPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-Total (ha)				150,4	3,4	122,5	9,6	116,3	0	125,9	8,0	117,9	0	125,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 30: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Sabugal

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Sabugal	1	Edificações	Proprietários	173,9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	86,7	17,2	69,5	23,8	62,9	0	86,7	17,2	69,5	23,8	62,9
	3	Equipamentos florestais de recreio (TP)	JF/CM	70,0	0,5	69,4	48,4 (P_rota)	21,5 (P_rota)	0	70,0	0	70,0	0	70,0
	4	Rede viária florestal	EP	12,5	1,7	10,8	0	12,5	0	12,5	1,7	10,8	0	12,5
			CM	45,6	0	45,6	2,6	43,0	0	45,6	3,7	41,9	0	45,6
	8	Rede 1ª	JF/CM	144,9	0	144,9	0	144,9	44,0	144,9	0	144,9	0	144,9
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	40,9	8,5	32,4	0	40,9	0	40,9	0	40,9	8,5	32,4
	11	MPGC	CM/OPF	700,6	0	700,6	0	700,6	0	700,6	0	700,6	0	700,6
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	14,7	0	14,7	7,1	7,6	0	14,7	0	14,7	0	14,7
Sub-Total (ha)				1289,8	27,9	1087,9	81,9	1033,9	44,0	1115,9	22,6	1093,3	32,3	1083,6

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 31: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Santo Estevão

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Santo Estevão	1	Edificações	Proprietários	164,9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	32,3	0	32,3	0	32,3	0	32,3	0	32,3	0	32,3
	4	Rede viária florestal	EP	15,9	4,9	11,0	0	15,9	0	15,9	4,9	11,0	0	15,9
			CM	1,3	0	1,3	0	1,3	0,4	0,9	0	1,3	0	1,3
	8	Rede 1ª	JF/CM	73,2	0	73,2	0	73,2	66,5	6,7	0	73,2	0	73,2
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	21,2	0	21,2	0	21,2	10,2	11,0	0	21,2	0	21,2
	11	MPGC Eólicas;TA	CM/OPF	329,5	0	329,5	0	329,5	5,4	324,1	0	329,5	0	329,5
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	23,5	0	23,5	7,9	15,6	7,1	16,4	0	23,5	0	23,5
Sub-Total (ha)				661,8	4,9	492,0	7,9	489,0	89,6	407,3	4,9	492,0	0	496,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 32: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Seixo do Côa

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Seixo do Côa	1	Edificações	Proprietários	47,2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	62,7	0	62,7	22,0	40,7	0	62,7	0	62,7	0	62,7
	4	Rede viária florestal	EP	14,4	2,9	11,5	0	14,4	0	14,4	0	14,4	2,9	11,5
			CM	22,3	0,2	22,1	0	22,3	0	22,3	2,4	19,9	0	22,3
	8	Rede 1ª	JF/CM	116,9	0	116,9	92,0	24,9	0	116,9	0	116,9	0	116,9
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	11,5	3,3	8,2	0	11,5	0	11,5	3,3	8,2	0	11,5
	11	MPGC TA	CM/OPF	487,0	0	487,0	0	487,0	0	487,0	0	487,0	0	487,0
Sub-Total (ha)				762,0	6,4	708,4	114,0	600,8	0	714,8	5,7	709,1	2,9	711,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 33: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Sortelha

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Sortelha	1	Edificações	Proprietários	252,4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	101,0	41,7	59,3	0	101,0	0	101,0	0	101,0	41,7	59,3
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM;TP)	JF/CM	103,9	0	103,9	7,0	96,9	68,1	35,8	0	103,9	0	103,9
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	84,5	10,8	73,7	5,1	79,3	9,7	74,7	16,1	68,3	10,8	73,7
	8	Rede 1ª	JF/CM	228,3	0	228,3	44,0	184,3	0	228,3	0	228,3	0	228,3
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	47,4	0	47,4	0	47,4	4,7	42,7	0	47,4	0	47,4
	11	MPGC TA; eólicas; ardidas	CM/OPF	619,1	0	619,1	0	619,1	0	619,1	0	619,1	0	619,1
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	16,3	0	16,3	0	16,3	5,9	10,4	0	16,3	0	16,3
Sub-Total (ha)				1452,9	0	1148,0	56,1	1144,4	88,4	1112,0	16,1	1184,3	52,5	1148,0

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 34: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Soito

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Soito	1	Edificações	Proprietários	163,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	79,6	0	79,6	0	79,6	4,8	74,8	0	79,6	0	79,6
	3	Equipamentos florestais de recreio (PM;TP)	JF/CM	99,4	0	99,4	72,0 (Prota)	27,4	0,8 (PM)	98,6	72,0 (Prota)	27,4	0	99,4
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	123,3	6,2	117,1	1,0	122,3	0	123,3	25,6	97,7	6,2	117,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	185,6	0	185,6	0	185,6	61,0	124,6	0	185,6	0	185,6
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	28,6	6,5	22,0	0	28,6	0	28,6	6,5	22,0	0	28,6
	11	MPGC TA; eólicas	CM/OPF	1092,4	0	1092,4	30,4	1062	0	1092,4	0	1092,4	0	1092,4
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	7,5	0	7,5	3,4	4,1	0	7,5	0	7,5	0	7,5
Sub-Total (ha)				1779,4	12,7	1603,6	106,8	1509,6	66,6	1549,8	104,1	1512,2	6,2	1610,2

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 35: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Vale das Éguas

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vale das Éguas	1	Edificações	Proprietários	6,5	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	15,8	0	15,8	4,5	11,2	0	15,8	0	15,8	0	15,8
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	3,0	0	3,0	0	3,0	0,1	2,9	0	3,0	0	3,0
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	3,0	0	3,0	0	3,0	0,11	2,9	0	3,0	0	3,0
	8	Rede 1ª	JF/CM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	0,9	0	0,9	0	0,9	0	0,9	0,4	0,5	0	0,9
	11	MPGC	CM/OPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-Total (ha)				29,2	0	22,7	4,5	18,1	0,21	22,5	0,4	22,3	0	22,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 36: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Vale de Espinho

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vale de Espinho	1	Edificações	Proprietários	69,4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	54,2	0	54,1	0	54,2	18,6	35,6	0	54,2	0	54,2
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	35,9	0,5	35,4	1,1	34,9	0	35,9	2,3	33,7	0	35,9
	8	Rede 1ª	JF/CM	144,7	0	144,7	58,0	86,6	0	144,7	0	144,7	0	144,7
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	8,6	0	8,6	4,3	4,3	0	8,6	0	8,6	0	8,6
	11	MPGC eólicas	CM/OPF	546,8	0	546,8	15,4	531,4	0	546,8	15,4	531,4	0	546,8
	13	Rede elétrica de alta tensão	EDP	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9
Sub-Total (ha)				861,5	0,5	791,5	78,8	713,3	18,6	773,5	17,7	774,5	0	869,5

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 37: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Valongo do Côa

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Valongo do Côa	1	Edificações	Proprietários	12,1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	31,0	0	31,0	11,9	19,1	0	31,0	0	31,0	0	31,0
	3	Equipamentos florestais de recreio	JF/CM	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9	0	1,9
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	16,2	2,3	13,9	0	16,2	0	16,2	5,2	11,0	0	16,2
	8	Rede 1ª	JF/CM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	55,0	3,1	51,9	0	55,0	0	55,0	3,1	51,9	0	55,0
	11	MPGC TA; área ardida	CM/OPF	105,4	0	105,4	0	105,4	0	105,4	0	105,4	0	105,4
Sub-Total (ha)				221,6	5,4	204,1	11,9	197,6	0	209,5	8,3	201,2	0	209,5

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 38: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Vila Boa

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vila Boa	1	Edificações	Proprietários	59,4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	41,9	0	41,9	14,9	27,0	0	41,9	0	41,9	0	41,9
	4	Rede viária florestal	EP	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8
			CM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	Rede 1ª	JF/CM	33,8	0	33,8	0	33,8	0	33,8	0	33,8	0,2	33,6
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	5,8	1,0	4,8	0	5,8	0	5,8	0	5,8	1,0	4,8
	11	MPGC	CM/OPF	312,6	0	312,6	0	312,6	0	312,6	0	312,6	0	312,6
	Sub-Total (ha)			461,3	1,0	400,9	14,9	387,0	0	401,9	0	401,9	1,2	400,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 39: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Vila do Touro

Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
					Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vila do Touro	1	Edificações	Proprietários	33,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	58,3	0	58,3	0	58,3	0	58,3	0	58,3	0	58,3
	4	Rede viária florestal	EP	10,6	0	10,6	0	10,6	0	10,6	0	10,6	0	10,6
			CM	23,1	0	23,1	0	23,1	0	23,1	0	23,1	0	23,1
	8	Rede 1ª	JF/CM	176,6	0	176,6	0	176,6	0	176,6	0	176,6	0	176,6
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	8,3	0	8,3	0	8,3	0	8,3	0	8,3	0	8,3
	11	MPGC	CM/OPF	61,0	0	61,0	0	61,0	0	61,0	0	61,0	0	61,0
	Sub-Total (ha)			370,9	0	337,9	0	337,9	0	337,9	0	337,9	0	337,9

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 40: Intervenção na rede 1ª e rede secundária de FGC na freguesia de Vilar Maior

					Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
Freguesia	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Responsáveis	Área total da FGC (ha)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vilar Maior	1	Edificações	Proprietários	50,0	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	2	Aglomerados populacionais	Proprietários	40,8	0	40,8	0	40,8	0	40,8	0	40,8	0	40,8
	3	Equipamentos florestais de recreio (TP)	JF/CM	89,5	0	89,5	0	89,5	0	89,5	0	89,5	0	89,5
	4	Rede viária florestal	EP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			CM	27,6	0	27,6	0	27,6	0	27,6	0	27,6	0	27,6
	8	Rede 1ª	JF/CM	109,3	0	109,3	0	109,3	0	109,3	0	109,3	0	109,3
	10	Rede elétrica de média tensão	EDP	12,7	0	12,7	0	12,7	0	12,7	0	12,7	0	12,7
	11	MPGC	CM/OPF	718,8	0	718,8	0	718,8	0	718,8	0	718,8	0	718,8
Sub-Total (ha)				1048,7	0	998,7	0	998,7	0	998,7	0	998,7	0	998,7

* A execução desta FGC é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários e usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos confinantes a estas edificações, à medida que essa indicação chega à CMS

Quadro 41: Total de Intervenção da rede 1ª e secundária de FGC e MPGC

			Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)										
	Código descrição da faixa	Descrição faixa/Mosaico	Área total da FGG (ha)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
				Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Total 1			3088,2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Total 2			1994,7	229,2	1765,4	257,0	1737,6	167,9	1826,8	37,4	1957,3	149,2	1845,5
Total 3			1231,3	23,7	1207,6	421,1	810,3	100,0	1131,3	560,7	670,6	41,4	1190,0
Total 4		EP	261,1	64,9	196,2	3,5	192,7	0	261,1	49,6	211,5	10,6	250,5
		CM	1586,0	125,7	1460,3	46,4	1539,6	145,7	1440,3	167,3	1418,7	17,0	1569,0
Total 8			4469,8	129,1	4340,7	1095,8	3374,0	251,2	4218,6	80,1	4389,7	0	4469,8
Total 10			775,4	53,2	722,2	26,8	748,6	29,9	745,5	47,7	727,7	27,1	748,3
Total 11			17518,8	65,5	17452,7	94,4	17424,4	33,8	17485,0	53,5	17465,3	0	17518,8
Total 13			155,7	0	155,7	32,7	123,0	34,8	120,9	1,7	154,0	19,1	136,6
Total de FGC e MPGC (ha)			31081,0	691,3	27955,4	1977,7	25950,2	763,3	27229,5	998,0	26994,8	264,4	27728,5

5.1.2.2. Rede Viária Florestal

Pela elevada densidade de rede viária que caracteriza o concelho, conclui-se que não é necessária qualquer construção, sendo antes essencial assegurar a beneficiação e a manutenção da rede viária existente. Assim, entre 2014 - 2018 deverá proceder-se à sua beneficiação com regularização de piso e alargamento se necessário, pois deverá ter-se em consideração que estas vias deverão ter largura suficiente para permitirem a passagem de auto- tanque.

Quadro 42: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Águas Belas

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Águas Belas	1ª ordem	7,5	9,9	17,5	7,5	9,9	0	17,5	0	17,5	0	17,5	0	17,5
	2ª ordem	0	5,7	5,7	0	5,7	0	5,7	0	5,7	0	5,7	0	5,7
	3ª ordem	0	2,0	2,0	0	2,0	0	2,0	0	2,0	0	2,0	0	2,0
	Sub-Total (km)	7,5	17,6	25,2	7,5	17,5	0	15,2	0	17,5	0	17,5	0	17,5

Quadro 43: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia do Bispo

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia do Bispo	1ª ordem	5,3	6,2	11,5	4,8	7,1	0	11,5	0	11,5	0	11,5	0,5	11,1
	2ª ordem	0,5	5,9	6,3	0,5	5,9	0	6,3	0	6,3	0	6,3	0	6,3
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	5,8	12,1	16,8	5,3	10,7	0	17,8	0	17,8	0	17,8	0,5	17,4

Quadro 44: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia da Ponte

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia da Ponte	1ª ordem	21,2	14,9	36,1	4,6	31,6	0	36,1	0	36,1	16,6	19,5	0	36,1
	2ª ordem	24,5	15,2	39,8	0	39,8	0	39,8	0	39,8	24,5	15,2	0	39,8
	3ª ordem	2,8	2,0	4,8	0	4,8	0	4,8	0	4,8	2,8	2,0	0	4,8
	Sub-Total (km)	48,5	32,1	80,7	4,6	76,2	0	76,2	0	76,2	43,9	36,7	0	80,7

Quadro 45: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia da Ribeira

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia da Ribeira	1ª ordem	6,7	33,9	33,9	6,7	27,1	0	33,9	0	33,9	0	33,9	0	33,9
	2ª ordem	0	6,9	6,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9
	3ª ordem	0	5,0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0
	Sub-Total (km)	6,7	45,8	45,8	6,7	39,0	0	45,8	0	45,8	0	45,8	0	45,8

Quadro 46: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia de Santo António

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia Sto António	1ª ordem	6,0	31,0	36,9	6,0	31,0	0	36,9	0	36,9	0	36,9	0	36,9
	2ª ordem	0	7,2	7,2	0	7,2	0	7,2	0	7,2	0	7,2	0	7,2
	3ª ordem	0	3,7	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7	0	3,7
	Sub-Total (km)	6,0	41,9	47,8	6,0	41,9	0	47,8	0	47,8	0	47,8	0	47,8

Quadro 47: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Aldeia Velha

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Aldeia Velha	1ª ordem	44,7	1,2	45,9	4,0	41,8	4,4	41,4	15,1	30,8	13,6	32,3	7,6	38,3
	2ª ordem	8,1	12,0	20,1	0	20,1	1,9	18,2	3,9	16,2	2,3	17,8	0	20,5
	3ª ordem	4,0	0,1	4,1	0	4,1	1,2	2,8	0	4,1	2,8	1,2	0	4,1
	Sub-Total (km)	56,8	13,3	70,1	4,0	66,0	7,5	62,4	19,0	51,1	18,7	51,3	7,6	62,9

Quadro 48: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Alfaiates

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Alfaiates	1ª ordem	29,4	14,5	43,9	1,3	42,5	21,0	22,9	0	43,9	7,1	36,8	0	43,9
	2ª ordem	21,4	12,2	33,6	0	33,6	15,4	18,2	0	33,6	6,0	27,6	0	33,6
	3ª ordem	5,2	0,6	5,8	0	5,8	1,8	4,0	0	5,8	4,0	1,8	0	5,8
	Sub-Total (km)	56,0	27,3	83,3	1,3	81,9	38,2	45,1	0	83,3	17,1	66,2	0	83,3

Quadro 49: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Badamalos

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Badamalos	1ª ordem	4,0	2,9	6,9	4,0	2,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9
	2ª ordem	0	7,9	7,9	0	7,9	0	7,9	0	7,9	0	7,9	0	7,9
	3ª ordem	0	4,4	4,4	0	4,4	0	4,4	0	4,4	0	4,4	0	4,4
	Sub-Total (km)	4,0	15,2	19,2	4,0	15,2	0	19,2	0	19,2	0	19,2	0	19,2

Quadro 50: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Baraçal

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Baraçal	1ª ordem	0	16,7	16,7	0	16,7	0	16,7	0	16,7	0	16,7	0	16,7
	2ª ordem	0	8,8	8,8	0	8,8	0	8,8	0	8,8	0	8,8	0	8,8
	3ª ordem	0	10,1	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1
	Sub-Total (km)	0	35,6	35,6	0	35,6	0	35,6	0	35,6	0	35,6	0	35,6

Quadro 51: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Bendada

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Bendada	1ª ordem	11,4	12,3	23,8	11,4	12,3	0	23,8	0	23,8	0	23,8	0	23,8
	2ª ordem	0	23,7	23,7	0	23,7	0	23,7	0	23,7	0	23,7	0	23,7
	3ª ordem	0	8,4	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4
	Sub-Total (km)	11,4	44,4	55,9	11,4	44,4	0	55,9	0	55,9	0	55,9	0	55,9

Quadro 52: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Bismula

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Bismula	1ª ordem	1,2	16,1	17,3	1,2	16,1	0	17,3	0	17,3	0	17,3	0	17,3
	2ª ordem	0	6,5	6,5	0	6,5	0	6,5	0	6,5	0	6,5	0	6,5
	3ª ordem	0	5,5	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5
	Sub-Total (km)	1,2	29,1	29,3	1,2	29,1	0	29,3	0	29,3	0	29,3	0	29,3

Quadro 53: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Casteleiro

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Casteleiro	1ª ordem	0	37,6	37,6	0	37,6	0	37,6	0	37,6	0	37,6	0	37,6
	2ª ordem	0	24,7	24,7	0	24,7	0	24,7	0	24,7	0	24,7	0	24,7
	3ª ordem	0	3,0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0
	Sub-Total (km)	0	65,3	65,3	0	65,3	0	65,3	0	65,3	0	65,3	0	65,3

Quadro 54: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Cerdeira

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Cerdeira	1ª ordem	0	28,4	28,4	0	28,4	0	28,4	0	28,4	0	28,4	0	28,4
	2ª ordem	0	10,7	10,7	0	10,7	0	10,7	0	10,7	0	10,7	0	10,7
	3ª ordem	0	10,3	10,3	0	10,3	0	10,3	0	10,3	0	10,3	0	10,3
	Sub-Total (km)	0	49,4	49,4	0	49,4	0	49,4	0	49,4	0	49,4	0	49,4

Quadro 55: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Fóios

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Fóios	1ª ordem	9,3	28,6	37,9	9,3	28,6	0	37,9	0	37,9	0	37,9	0	37,9
	2ª ordem	0,8	11,8	12,0	0,2	11,8	0	12,0	0	12,0	0	12,0	0	12,0
	3ª ordem	0	2,7	2,7	0	2,7	0	2,7	0	2,7	0	2,7	0	2,7
	Sub-Total (km)	10,1	43,1	52,6	9,5	43,1	0	52,6	0	52,6	0	52,6	0	52,6

Quadro 56: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Forcalhos

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Forcalhos	1ª ordem	12,2	1,0	13,2	2,9	10,3	0	13,2	0	13,2	1,7	11,5	9,3	3,9
	2ª ordem	13,8	4,2	18,0	0,7	17,3	0	18,0	0	18,0	4,1	13,9	9,0	9,0
	3ª ordem	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9	3,9	0
	Sub-Total (km)	29,9	5,2	35,1	3,6	31,5	0	35,1	0	35,1	5,8	29,3	22,2	12,9

Quadro 57: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Lageosa da Raia

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Lageosa da Raia	1ª ordem	35,2	0,4	35,6	6,0	29,6	0	35,6	0	35,6	0	35,6	29,2	6,4
	2ª ordem	0,8	7,8	8,6	0,3	8,2	0	8,6	0	8,6	0	8,6	0,5	8,1
	3ª ordem	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8	2,8	0
	Sub-Total (km)	38,8	8,2	47,0	6,3	40,6	0	47,0	0	47,0	0	47,0	32,5	14,5

Quadro 58: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Lomba

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Lomba	1ª ordem	1,7	2,6	4,3	1,7	2,6	0	4,3	0	4,3	0	4,3	0	4,3
	2ª ordem	0	2,6	2,6	0	2,6	0	2,6	0	2,6	0	2,6	0	2,6
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	1,7	5,2	6,9	1,7	5,2	0	6,9	0	6,9	0	6,9	0	6,9

Quadro 59: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Malcata

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Malcata	1ª ordem	0	30,6	30,6	0	30,6	0	30,6	0	30,6	0	30,6	0	30,6
	2ª ordem	0	9,6	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6
	3ª ordem	0	7,4	7,4	0	7,4	0	7,4	0	7,4	0	7,4	0	7,4
	Sub-Total (km)	0	47,6	47,6	0	47,6	0	47,6	0	47,6	0	47,6	0	47,6

Quadro 60: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Moita

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Moita	1ª ordem	0	10,2	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2
	2ª ordem	0	3,9	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9	0	3,9
	3ª ordem	0	2,5	2,5	0	2,5	0	2,5	0	2,5	0	2,5	0	2,5
	Sub-Total (km)	0	16,6	16,6	0	16,6	0	16,6	0	16,6	0	16,6	0	16,6

Quadro 61: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Nave

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Nave	1ª ordem	0	10,2	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2	0	10,2
	2ª ordem	0	15,5	15,5	0	15,5	0	15,5	0	15,5	0	15,5	0	15,5
	3ª ordem	0	1,7	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7
	Sub-Total (km)	0	27,4	27,4	0	27,4	0	27,4	0	27,4	0	27,4	0	27,4

Quadro 62: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Penalobo

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Penalobo	1ª ordem	0	11,6	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6
	2ª ordem	0	7,8	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8	0	7,8
	3ª ordem	0	4,5	4,5	0	4,5	0	4,5	0	4,5	0	4,5	0	4,5
	Sub-Total (km)	0	23,9	23,9	0	23,9	0	23,9	0	23,9	0	23,9	0	23,9

Quadro 63: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Pousafoles do Bispo

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Pousafoles do Bispo	1ª ordem	11,0	78,0	89,0	11,0	78,0	0	89,0	0	89,0	0	89,0	0	89,0
	2ª ordem	0,12	13,3	13,5	0,12	13,3	0	13,5	0	13,5	0	13,5	0	13,5
	3ª ordem	0	5,9	5,9	0	5,9	0	5,9	0	5,9	0	5,9	0	5,9
	Sub-Total (km)	11,12	97,2	108,4	11,12	97,2	0	108,4	0	108,4	0	108,4	0	108,4

Quadro 64: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Quadrazais

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Quadrazais	1ª ordem	4,2	31,8	36,0	4,2	31,8	0	36,0	0	36,0	0	36,0	0	36,0
	2ª ordem	0,9	15,8	16,8	0,9	15,8	0	16,8	0	16,8	0	16,8	0	16,8
	3ª ordem	0	5,1	5,1	0	5,1	0	5,1	0	5,1	0	5,1	0	5,1
	Sub-Total (km)	5,1	52,7	57,9	5,1	52,7	0	57,9	0	57,9	0	57,9	0	57,9

Quadro 65: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Quintas de São Bartolomeu	1ª ordem	0	9,7	9,7	0	9,7	0	9,7	0	9,7	0	9,7	0	9,7
	2ª ordem	0	10,1	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1	0	10,1
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	0	19,8	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8

Quadro 66: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rapoula do Côa

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rapoula do Côa	1ª ordem	0	4,7	4,7	0	4,7	0	4,7	0	4,7	0	4,7	0	4,7
	2ª ordem	0	5,5	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5	0	5,5
	3ª ordem	0	0,2	0,2	0	0,2	0	0,2	0	0,2	0	0,2	0	0,2
	Sub-Total (km)	0	10,4	10,4	0	10,4	0	10,4	0	10,4	0	10,4	0	10,4

Quadro 67: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rebolosa

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rebolosa	1ª ordem	3,9	5,7	9,6	3,9	5,7	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6
	2ª ordem	0	9,5	9,5	0	9,5	0	9,5	0	9,5	0	9,5	0	9,5
	3ª ordem	0	2,8	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8	0	2,8
	Sub-Total (km)	3,9	18,0	21,9	3,9	18,0	0	21,9	0	21,9	0	21,9	0	21,9

Quadro 68: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Rendo

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Rendo	1ª ordem	0	24,6	24,6	0	24,6	0	24,6	0	24,6	0	24,6	0	24,6
	2ª ordem	5,4	10,5	15,8	5,4	10,5	0	15,8	0	15,8	0	15,8	0	15,8
	3ª ordem	0	3,0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0	0	3,0
	Sub-Total (km)	5,4	38,1	43,4	5,4	38,1	0	43,4	0	43,4	0	43,4	0	43,4

Quadro 69: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Ruivós

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Ruivós	1ª ordem	0	8,6	8,6	0	8,6	0	8,6	0	8,6	0	8,6	0	8,6
	2ª ordem	0	2,2	2,2	0	2,2	0	2,2	0	2,2	0	2,2	0	2,2
	3ª ordem	0	2,4	2,4	0	2,4	0	2,4	0	2,4	0	2,4	0	2,4
	Sub-Total (km)	0	13,2	13,2	0	13,2	0	13,2	0	13,2	0	13,2	0	13,2

Quadro 70: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Ruvina

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Ruvina	1ª ordem	0	9,3	9,3	0	9,3	0	9,3	0	9,3	0	9,3	0	9,3
	2ª ordem	2,0	112,0	114,0	2,0	112,0	0	114,0	0	114,0	0	114,0	0	114,0
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	2,0	121,3	123,3	2,0	121,3	0	123,3	0	123,3	0	123,3	0	123,3

Quadro 71: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Sabugal

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Sabugal	1ª ordem	7,4	53,2	60,6	7,4	53,2	0	60,6	0	60,6	0	60,6	0	60,6
	2ª ordem	0	25,5	25,5	0	25,5	0	25,5	0	25,5	0	25,5	0	25,5
	3ª ordem	0	1,7	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7	0	1,7
	Sub-Total (km)	7,4	80,4	87,8	7,4	80,4	0	87,8	0	87,8	0	87,8	0	87,8

Quadro 72: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Santo Estevão

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Santo Estevão	1ª ordem	0	27,1	27,1	0	27,1	0	27,1	0	27,1	0	27,1	0	27,1
	2ª ordem	0	13,9	13,9	0	13,9	0	13,9	0	13,9	0	13,9	0	13,9
	3ª ordem	0	3,1	3,1	0	3,1	0	3,1	0	3,1	0	3,1	0	3,1
	Sub-Total (km)	0	44,1	44,1	0	44,1	0	44,1	0	44,1	0	44,1	0	44,1

Quadro 73: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Seixo do Côa

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Seixo do Côa	1ª ordem	3,8	7,6	11,4	3,8	7,6	0	11,4	0	11,4	0	11,4	0	11,4
	2ª ordem	0,5	10,8	10,8	0,5	10,3	0	10,8	0	10,8	0	10,8	0	10,8
	3ª ordem	0	4,3	4,3	0	4,3	0	4,3	0	4,3	0	4,3	0	4,3
	Sub-Total (km)	4,3	22,7	26,5	4,3	22,7	0	26,5	0	26,5	0	26,5	0	26,5

Quadro 74: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Sortelha

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Sortelha	1ª ordem	8,9	32,1	41,0	8,9	32,1	0	41,0	0	41,0	0	41,0	0	41,0
	2ª ordem	0	19,8	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8	0	19,8
	3ª ordem	0	6,3	6,3	0	6,3	0	6,3	0	6,3	0	6,3	0	6,3
	Sub-Total (km)	8,9	58,2	67,1	8,9	58,2	0	67,1	0	67,1	0	67,1	0	67,1

Quadro 75: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Soito

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Soito	1ª ordem	43,8	21,1	64,9	6,4	58,5	7,2	57,6	30,2	34,7	0	64,9	0	64,9
	2ª ordem	3,7	18,5	22,2	1,1	21,2	1,1	21,2	1,5	20,7	0	22,2	0	22,2
	3ª ordem	1,2	0,4	1,6	0	1,6	0	1,6	1,2	0,4	0	1,6	0	1,6
	Sub-Total (km)	48,7	40,0	88,7	7,5	81,3	8,3	80,4	32,9	55,8	0	88,7	0	78,7

Quadro 76: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vale das Éguas

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vale das Éguas	1ª ordem	0	1,1	1,1	0	1,1	0	1,1	0	1,1	0	1,1	0	1,1
	2ª ordem	0	1,5	1,5	0	1,5	0	1,5	0	1,5	0	1,5	0	1,5
	3ª ordem	0	0,8	0,8	0	0,8	0	0,8	0	0,8	0	0,8	0	0,8
	Sub-Total (km)	0	3,4	3,4	0	3,4	0	3,4	0	3,4	0	3,4	0	3,4

Quadro 77: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vale de Espinho

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vale de Espinho	1ª ordem	7,3	21,2	28,5	4,6	23,9	0	28,5	2,7	25,8	0	28,5	0	28,5
	2ª ordem	1,5	17,5	19,0	1,5	17,5	0	19,0	0	19,0	0	19,0	0	19,0
	3ª ordem	0,4	5,5	5,9	0	5,9	0	5,9	0,4	5,5	0	5,9	0	5,9
	Sub-Total (km)	9,2	44,2	53,4	6,1	47,3	0	53,4	3,1	50,3	0	53,4	0	47,3

Quadro 78: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Valongo do Côa

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Valongo do Côa	1ª ordem	0	9,2	9,2	0	9,2	0	9,2	0	9,2	0	9,2	0	9,2
	2ª ordem	0	4,2	4,2	0	4,2	0	4,2	0	4,2	0	4,2	0	4,2
	3ª ordem	0	1,2	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2	0	1,2
	Sub-Total (km)	0	14,6	14,6	0	14,6	0	14,6	0	14,6	0	14,6	0	14,6

Quadro 79: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vila Boa

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vila Boa	1ª ordem	0	11,6	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6	0	11,6
	2ª ordem	0	5,0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0	0	5,0
	3ª ordem	0	1,4	1,4	0	1,4	0	1,4	0	1,4	1,4	1,4	0	1,4
	Sub-Total (km)	0	18,0	18,0	0	18,0	0	18,0	0	18,0	1,4	18,0	0	18,0

Quadro 80: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vila do Touro

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vila do Touro	1ª ordem	5,6	9,3	14,9	5,6	9,3	0	14,9	0	14,9	0	14,9	0	14,9
	2ª ordem	0	24,9	24,9	0	24,9	0	24,9	0	24,9	0	24,9	0	24,9
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	5,6	34,2	39,8	5,6	34,2	0	39,8	0	39,8	0	39,8	0	39,8

Quadro 81: Intervenção (construção/manutenção) na rede viária florestal na freguesia de Vilar Maior

Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)														
Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento com necessidade de intervenção (km)	Comprimento sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
Vilar Maior	1ª ordem	1,8	16,9	18,7	1,8	16,9	0	18,7	0	18,7	0	18,7	0	18,7
	2ª ordem	0	9,6	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6	0	9,6
	3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-Total (km)	1,8	26,5	28,3	1,8	26,5	0	28,3	0	28,3	0	28,3	0	28,3

Quadro 82: Intervenção Total na (construção/manutenção) da rede viária florestal

				Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (km)										
	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Comprimento <u>com</u> necessidade de intervenção (km)	Comprimento <u>sem</u> necessidade de intervenção (km)	Comprimento Total (km)	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
					Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção	Área com intervenção	Área sem intervenção
	Total 1.ª ordem	293,5	703,6	997,1	129,0	868,1	32,6	964,5	48,0	949,1	39,0	958,1	46,6	950,5
	Total 2.ª ordem	83,02	540,7	623,72	13,22	610,5	18,4	605,32	5,4	618,32	36,9	586,82	9,5	614,22
	Total 3.ª ordem	20,3	118,0	138,3	0	138,3	3,0	135,3	1,6	136,7	11,0	127,3	6,7	131,6
	Sub-Total (km)	396,82	1362,3	1759,12	142,22	1616,9	54,0	1705,12	55,0	1704,12	86,9	1672,22	62,8	1696,32

5.1.2.3. Rede Pontos de Água

Nos próximos quadros vamos encontrar a distribuição por freguesia das intervenções na rede de pontos de água para o período de 2014 a 2018.

Quadro 83: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Águas Belas

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Águas Belas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 84: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia do Bispo

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia do Bispo	5	214	Charca Escavada	14023,02	-	-	M	-	-
	Sub-Total		1	14023,02					

Quadro 85: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia da Ponte

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ponte	20	214	Charca Escavada	9246,9	-	-	-	M	-
	Sub-Total		1	9246,9					

Quadro 86: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia da Ribeira

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ribeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 87: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia de Santo António

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia de S. António	165	212	Açude	4995	-	-	-	M	-
	180	214	Charca Escavada	2791	-	-	M	-	-
	Sub-Total		2						

Quadro 88: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Aldeia Velha

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia Velha	197	214	Charca Escavada	15027,83	-	-	M	-	-
	206	212	Açude	3225,68	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	18253,51					

Quadro 89: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Alfaiates

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Alfaiates	246	214	Charca Escavada	9662,63	-	-	M	-	-
	287	214	Açude	8587,1	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	18249,73					

Quadro 90: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Badamalos

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Badamalos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 91: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Baraçal

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Baraçal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 92: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Bendada

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bendada	409	214	Charca Escavada	2712,96	-	-	M	-	-
	411	214	Charca Escavada	3772,08	-	-	-	-	M
	445	214	Charca Escavada	1300	-	-	-	M	-
	1662	214	Charca Escavada	4500	-	-	-	-	M
	Sub-Total		4	12285,04					

Quadro 93: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Bismula

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bismula	498	241	Charca Escavada	1407,77	-	-	-	M	-
	Sub-Total		1	1407,77					

Quadro 94: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Casteleiro

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Casteleiro	553	214	Charca Escavada	37492	-	-	M	-	-
	554	211	Albufeira	385352	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	422844					

Quadro 95: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Cerdeira do Côa

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Cerdeira do Côa	590	214	Charca Escavada	7971,6	-	-	M	-	-
	594	214	Charca Escavada	1134,32	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	9105,92					

Quadro 96: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Fóios

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Fóios	597	214	Charca Escavada	803,84	-	-	M	-	-
	599	214	Charca Escavada	1576,51	-	-	-	-	M
	621	214	Charca Escavada	3251,91	-	-	-	M	-
	1661	214	Charca Escavada	366,0	-	-	-	-	M
	Sub-Total		4	5998,3					

Quadro 97: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Forcalhos

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Forcalhos	630	214	Charca Escavada	1493,86	-	-	M	-	-
	Sub-Total		1	1493,86					

Quadro 98: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Lageosa da Raia

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lageosa Da Raia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 99: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Lomba

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lomba	690	214	Charca Escavada	2889,49	-	-	-	M	-
	Sub-Total		1	2889,49					

Quadro 100: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Malcata

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Malcata	704	214	Charca Escavada	357,02	-	-	M	-	-
	705	214	Charca Escavada	1523,91	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	1493,86					

Quadro 101: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Moita

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Moita	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 102: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Nave

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Nave	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 103: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Penalobo

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Penalobo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 104: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Pousafoles do Bispo

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Pousafoles do Bispo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 105: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Quadrazais

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Quadrazais	915	214	Charca Escavada	8295,55	-	-	M	-	-
	917	214	Charca Escavada	12880,72	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	21176,27					

Quadro 106: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Quintas S.

Bartolomeu

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Quintas S. Bartolomeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 107: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rapoula do Côa

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rapoula do Côa	966	212	Albufeira de Açude	9508	-	-	-	M	-
	Sub-Total		1	9508,0					

Quadro 108: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rebolosa

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rebolosa	1007	212	Albufeira de Açude	3995,25	-	-	-	-	M
	Sub-Total		1	3995,3					

Quadro 109: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Rendo

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 110: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Ruivós

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruivós	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 111: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Ruvina

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruvina	1076	214	Charca Escavada	3155,25	-	-	-	M	-
	1086	214	Charca Escavada	22955,09	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	26110,34					

Quadro 112: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Sabugal

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sabugal	1214	214	Charca Escavada	5196,43	-	-	-	M	-
	1297	214	Charca Escavada	6378,47	-	-	-	-	M
	Sub-Total		2	11574,9					

Quadro 113: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Santo Estevão

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Santo Estevão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 114: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Seixo do Cão

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Seixo do Cão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 115: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Sortelha

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sortelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 116: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Soito

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Soito	1455	214	Charca Escavada	9564,83	-	-	-	M	-
	Sub-Total		1	9564,83					

Quadro 117: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vale das Éguas

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vale das Éguas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 118: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vale de Espinho

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vale de Espinho	1526	214	Charca Escavada	15454,33	-	-	-	M	-
	1529	212	Açude	1322,45	-	-	-	-	M
	1534	214	Charca Escavada	81191,7	-	-	-	M	-
	1536	214	Charca Escavada	11780,56	-	-	-	-	M
	Sub-Total		4	109749,04					

Quadro 119: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Valongo do Côa

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Valongo do Côa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 120: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vila Boa

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vila Boa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 121: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vila do Touro

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vila do Touro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 122: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água na freguesia de Vilar Maior

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vilar Maior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total		-	-					

Quadro 123: Intervenção (construção, manutenção) na rede de pontos de água

Total	38	716 755,7							
--------------	-----------	------------------	--	--	--	--	--	--	--

5.1.2.4. Proposta de Medidas Especiais de Prevenção dos Riscos de Incêndio em Edifícios Situados em Espaço Rural

O Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios deve assumir estrategicamente duas dimensões: a defesa das pessoas e bens sem prejuízo da defesa dos recursos florestais.

Estas duas dimensões que coexistem, devem ser assentes em normas para a proteção de ambas, de acordo com os objetivos definidos no DL n.º 124/2006 de 28 de Junho, agora alterado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

Pretende-se, identificar e definir as regras a implementar nas edificações situadas em espaço rural, ao nível do município, designadamente no domínio da prevenção dos incêndios florestais, conforme o definido no artigo 16.º do DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações estipuladas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

A existência de edificações nos espaços rurais (agrícolas, florestais, naturais), constitui um fator adicional de aumento do risco de incêndio, entendendo – se neste caso, o risco de incêndio como o produto da perigosidade pelo dano económico.

Por outro lado, também se reconhece que a desertificação do espaço rural, tem contribuído para o aumento da suscetibilidade dos incêndios florestais, sobretudo porque tem acelerado a transformação do tradicional mosaico agro-silvo-pastoril e o abandono de infra-estruturas agrícolas e florestais (caminhos, sistemas de regadio, etc.)

A tradição da edificação em meio rural, quando associada à atividade agrícola, pecuária ou mesmo em relação ao turismo, pode assumir – se em algumas circunstâncias como fator de risco, mas também de prevenção de incêndios.

Assim, interessa defender modelos de localização de atividades e funções no espaço rural, que de forma equilibrada e ambientalmente sustentável, não reprimam a presença humana nestes espaços, seja pelas práticas agro-silvo-pastoris, seja pelas construções habitacionais ou turísticas, não ignorando o essencial do objetivo da defesa da floresta contra incêndios.

Ainda que as questões da edificação se insiram no âmbito mais vasto do ordenamento do território, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal, o instrumento mais adequado para enquadrar esta questão, entende – se que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, deve fixar desde já, um conjunto de regras de proteção dos edifícios e defesa da floresta contra incêndios que se adapte ao modelo tradicional de construção no espaço rural.

Assim, propõe – se o seguinte quadro de medidas a aplicar às edificações localizadas em espaços rurais, designadamente no que se refere à faixa especial de proteção contra incêndios e às condições especiais de resistência aos fogos desses edifícios.

Conceitos

a) Áreas edificadas consolidadas

Áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edificados, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares;

Fonte: DL n.º 124/2006. De 28 de Junho, alterado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

b) Áreas urbanas consolidadas

A zona caracterizada por uma densidade de ocupação que permite identificar uma malha ou estrutura urbana já definida, onde existem as infra-estruturas essenciais e onde se encontram definidos os alinhamentos dos planos marginais por edificações em continuidade.

Fonte: DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro.

c) Edificação

Atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência.

Nota: Para efeitos estatísticos considera – se edifício e edificação com acesso independente.

Fonte: DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro/Instituto Nacional de Estatística, 2004.

d) Edifício

Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação, com um ou mais alojamentos/fogos ou outros fins relacionados com o comércio e os serviços.

Fonte: Instituto Nacional de estatística, 2004.

e) Incêndio em espaço rural

Qualquer incêndio, que decorra em espaços rurais (florestais e ou agrícolas), não planeado e não controlado e que independentemente da fonte de ignição requer ações de supressão.

Fonte: Glossário de Proteção Civil, Autoridade Nacional da Proteção Civil, 2008.

f) Rede viária florestal fundamental

As vias que garantem o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infra-estruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, incluindo designadamente:

- a) Vias classificadas pelo plano rodoviário nacional, definido no DL n.º 222/98, de 17 de Julho, e legislação complementar.
- b) Vias classificadas no plano das estradas e caminhos municipais, definido na Lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961, e legislação complementar;
- c) Outras vias do domínio público;
- d) Vias do domínio privado, incluindo as vias do domínio florestal do estado e as dos terrenos comunitários.

Faixas de Proteção

O DL 17/2009 de 14 de Janeiro que veio alterar o DL 124/2006 de 28 de Junho, define no n.º 3 do art. 16.º que os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios devem definir as regras de

construção fora dos espaços urbanos definidos nos Planos Diretores Municipais e fora das áreas identificadas com risco de Incêndio Florestal Alto ou Muito Alto.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de Incêndio das classes Alta ou Muito Alta, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Nestes termos, é permitida a construção de novas edificações em áreas de risco de incêndio médio, baixo e muito baixo, desde que cumpram as regras definidas no PMDFCI:

- a) As novas edificações em espaço florestal¹ (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴) têm de salvarguardar na sua implantação no terreno, a garantia à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50m, a qual, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) Em espaço rural, não florestal a construção de novas edificações nas zonas de perigosidade Muito Baixa, deve cumprir com o afastamento mínimo de 5 metros à extrema da propriedade, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴).
- c) Em espaço rural, não florestal a construção de novas edificações nas zonas de perigosidade Baixa, deve cumprir com o afastamento mínimo de 10 metros à extrema da propriedade, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴).
- d) Em espaço rural, não florestal a construção de novas edificações nas zonas de perigosidade Média, deve cumprir com o afastamento mínimo de 20 metros à extrema da propriedade, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴).
- e) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação;
- f) Se a faixa de proteção da nova edificação confinar com espaços exteriores, designadamente redes viárias de carácter nacional, municipal e arruamentos urbanos, ou quaisquer outros espaços públicos, tais como largos ou praças pavimentadas com características suscetíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, essas áreas serão contabilizadas na área da FGC e deverão ser referenciados e caracterizados nos elementos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas;

- 1) **Espaços Florestais** – Terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional.
- 2) **Floresta** – Terreno onde se verifica a presença de árvores florestais que tenham atingido, ou que pelas suas características ou forma de exploração venham a atingir, uma altura superior a 5m e cujo grau de coberto seja maior ou igual a 10%.
- 3) **Matos, incluindo formações vegetais espontâneas** – Terreno onde se verifica a ocorrência de vegetação espontânea composta por matos ou por formações arbustivas com mais de 25% de coberto e altura superior a 50cm. As árvores eventualmente presentes têm sempre um grau de coberto inferior a 10% podendo estar dispersas, constituindo bosquetes ou alinhamentos.
- 4) **Pastagens** – Terreno ocupado com vegetação predominantemente herbácea espontânea, destinada a pastoreio *in situ*, mas que acessoriamente pode ser cortada em determinados períodos do ano.

Para efeitos das disposições do presente PMDFCI, por “novas edificações nos espaços florestais e rurais”, devem entender-se apenas aquelas que, comprovadamente, foram construídas de raiz, ou, no caso de construções pré-existentes, objeto de “obras de ampliação” em que se verifica, ou verificou, aumento da “área de implantação”, posteriormente à entrada em vigor do DL 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009 de 14 de Janeiro, e, cumulativamente cumprem as demais regras aplicáveis em matérias urbanística, designadamente as constantes no Plano Diretor Municipal e Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Faixa Especial de Proteção Contra Incêndios dos Edifícios Localizados em Espaços Rurais

O n.º 2 do artigo 15º do DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, refere que os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos conftantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50m à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, de acordo com as normas constantes do Anexo do DL n.º 124/2006, de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009 de 14 de Janeiro), nomeadamente:

- 1- No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4m e a desramação deve ser de 50% da altura das árvores até que esta atinja os 8m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4m acima do solo.
- 2- No estrato arbustivo e subarbustivo, o fitovolume total não pode exceder 2000 m³/ha, devendo simultaneamente ser cumpridas as seguintes condições:
 - a) Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre as infra-estruturas e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis;
 - b) A altura máxima da vegetação é a constante do quadro seguinte, variando em função da percentagem de cobertura do solo.

Percentagem de coberto no solo	Altura máxima da vegetação (em centímetros)
Inferior 20.....	100
Entre 20 e 50.....	40
Superior a 50.....	20

- 3- O estrato arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescente devem ser organizados espacialmente de forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.
- 4- As copas das árvores e dos arbustos deverão estar distanciadas no mínimo 5m da edificação e nunca se poderão projetar sobre o seu telhado.
- 5- Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1m a 2m de largura, circundando todo o edifício.
- 6- Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

Condições Especiais a Verificar nos Edifícios Localizados em Espaços Rurais

Nas novas construções, na alteração de edificações existentes, e em todos os edifícios localizados no espaço rural, deverão ser tomadas as seguintes medidas destinadas a aumentar a resistência dos edifícios aos incêndios, de carácter obrigatório nas edificações a licenciar a partir desta data.

A resistência dos edifícios aos incêndios determina a utilização de materiais de construção e arranjo/manutenção das áreas circundantes nas seguintes condições:

i) Telhado

O telhado é a parte do edifício mais vulnerável aos incêndios. Num fogo, faúlhas podem ser projetadas, caindo no telhado e atingindo a estrutura de suporte, onde pode ocorrer a ignição e a propagação do fogo ao interior da casa. Evitar esta situação depende em grande medida dos materiais utilizados na sua construção, que devem ser não combustíveis ou resistentes à passagem do fogo. Assim, recomendam – se nas novas construções a utilização de estruturas em betão, materiais cerâmicos e chapa quinada.

Nas construções antigas, as vigas e barrotes de madeira devem ser protegidas com retardantes, a renovar periodicamente.

ii) Paredes Exteriores

As paredes exteriores ficam suscetíveis à propagação do fogo essencialmente por efeito de radiação e convecção de calor. Apesar de, dependendo dos materiais de construção, o fogo não penetrar a parede, pode a partir desta, estender – se para áreas mais vulneráveis como as torças, janelas, estores, portadas ou outras.

Os materiais a utilizar resistentes ao fogo incluem nomeadamente o betão, a pedra, tijolos e blocos.

A existirem painéis de madeira ou outros materiais altamente combustíveis, devem ser tratados com químicos retardantes a renovar periodicamente.

Alguns materiais podem não arder, como o vinil, perdem no entanto a sua integridade, quando expostos a altas temperaturas e derreter ou cair, dando a possibilidade às chamas de entrarem no edifício, pelo que se deve evitar a sua utilização.

iii) Janelas Exteriores, Portas de Vidro e Claraboias

A exposição ao calor de um incêndio pode causar fraturas e colapso dos vidros, deixando uma abertura para as chamas penetrarem no edifício.

Recomenda – se a instalação de claraboias de material que não derreta com temperaturas elevadas. Preferencialmente devem utilizar – se vidros duplos que apresentam mais resistência a altas temperaturas que os vidros simples.

Portas ou janelas que sejam de madeira ou outros materiais altamente combustíveis, devem ser tratadas com químicos anti retardantes, ou serem protegidas com portadas ou estores metálicos.

iv) Zonas de Ventilação

São vulneráveis à entrada de faúlhas e exposição por convecção. Devem ser constituídas por molduras construídas em material não combustível (alumínio ou ferro) e protegidas com redes metálicas formando quadriculas menores que 5mm de lado. Os materiais utilizados devem ser resistentes à corrosão minimizando a manutenção periódica.

v) Chaminés

Faúlhas empurradas pelo vento podem entrar para dentro do edifício pela chaminé. Uma vez lá dentro e em contacto com objetos inflamáveis, aumentam exponencialmente as hipóteses de combustão. A situação também pode ocorrer de forma inversa, faúlhas da lareira podem ser projetadas pela chaminé e darem início a um incêndio no telhado ou mesmo no exterior do edifício.

As chaminés devem preferencialmente ser cobertas com metal (no interior ou exterior, para evitar a libertação de faúlhas). As saídas de fumo devem ainda ser protegidas com redes metálicas formando quadriculas menores que 5mm de lado.

vi) Vedações, Corrimões, sebes e outras estruturas que tocam no edifício

Incluem-se neste capítulo todas as estruturas que possam tocar ou ligar-se ao edifício. Estas estruturas são suscetíveis à exposição ao fogo por convecção, transmitindo-o posteriormente ao edifício. Devem ser construídas em materiais não inflamáveis. As sebes nunca devem tocar no edifício, devendo manter um afastamento mínimo de 2m.

vii) Acessos

A entrada dos edifícios deve ser suficientemente larga para dar acesso a veículos pesados das forças de combate, recomendando-se entre 3 a 3,5 metros de largura horizontal e 4,5 de largura vertical.

Se existirem portões no limite da propriedade, devem abrir para o interior da propriedade, e serem colocados ligeiramente afastados da estrada principal para permitir a entrada de veículos sem manobras. As fechaduras, a existirem, devem ser facilmente quebráveis.

viii) Sinalização

A sinalização dos acessos aos edifícios e numeração dos mesmos deve ser colocada em locais bem visíveis e deve ser resistente à combustão.

ix) Depósito de Combustíveis e outros

Depósitos de combustíveis, botijas de gás e outros materiais altamente combustíveis, devem estar afastados dos edifícios, encontrando-se a vegetação em toda a sua volta completamente limpa.

x) Outras recomendações

Criar boca-de-incêndio no exterior do edifício, com ligações storz e com respetiva mangueira, podendo esta estar ligada a uma nascente de água próxima.

Todas as estruturas devem ser verificadas periodicamente.

5.1.2.5. Metas e Indicadores

O aumento da resiliência do território aos incêndios florestais constitui um objetivo primordial no âmbito da DFCI, que exige a definição rigorosa das metas a implementar durante a vigência do PMDFCI. Para tal, recorreu-se à definição das metas e indicadores, o que torna possível não só planificar a atividade da CMDF nas ações preventivas para aumento da resiliência do território, como também facilitar a monitorização da operacionalização das diferentes ações.

No Quadro que se segue apresenta-se o programa operacional das ações previstas para 2014 - 2018.

Quadro 124: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Águas Belas

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Águas Belas	FGC Agl. Populacionais	67,4	Meios motomanuais e mecânicos	14,8	10,6	8,8	3,5	14,8
	FGC EF Recreio	4,6		2,4			2,4	
	FGC EP	2,1			1,8			1,8
	FGC EM (CM)	42,0			2,7	16,3		
	FGC rede 1ª	103,1			62,5			
	FGC MT	22,6		0,7			0,7	
	FGC mosaicos	121,3						
	Total (ha)	363,1						
	Manutenção							
	R Florestal – 1.ª	7,5	Meios mecânicos	7,5	0	0	0	0
	Total (km)	7,5						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 125: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia do Bispo

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia do Bispo	FGC Agl. Populacionais	34,0	Meios motomanuais e mecânicos			1,7		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	21,4				7,4		
	FGC rede 1ª	90,7			57,3			
	FGC MT	10,7			2,2			2,2
	FGC mosaicos	152,9		13,8	4,7	3,0	11,9	
	Total (ha)	309,7						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	5,8	Meios mecânicos	5,3	0	0	0	0,5
	Total (km)	5,8						
	Pontos de água	1	-	0	0	1	0	0
	Total	1						

Quadro 126: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia da Ponte

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ponte	FGC Agl. Populacionais	53,7	Meios motomanuais e mecânicos		13,5	2,8		
	FGC Recreio	10,0					8,6	
	FGC EP	21,5		4,1			4,1	
	FGC EM (CM)	58,5		4,7			4,7	
	FGC rede 1ª	140,2			43,7			
	FGC MT	13,9			2,8			2,8
	FGC mosaicos	556,4						
	Total (ha)	854,2						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	48,5	Meios mecânicos	4,6	0	0	43,9	0
	Total (km)	48,5						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	1	0
	Total	1						

Quadro 127: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia da Ribeira

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ribeira	FGC Agl. Populacionais	52,5	Meios motomanuais e mecânicos		7,7	7,0	1,8	7,7
	FGC EP	13,9		5,0			5,0	
	FGC EM (CM)	32,5				8,4		
	FGC rede 1ª	212,4			10,5	46,8		
	FGC MT	18,0		5,0			5,0	
	FGC mosaicos	529,4						
	Total (ha)	858,7						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	6,7	Meios mecânicos	6,7	0	0	0	0
	Total (km)	6,7						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 128: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia de Santo

António

Aldeia de Santo António	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	133,0	Meios motomanuais e mecânicos	25,4		22,5		
	FGC Recreio	119,7					75,3	10,3
	FGC EP	20,6		5,0			5,0	
	FGC EM (CM)	53,2			1,9	4,0		
	FGC rede 1ª	195,2		36,7	89,6			
	FGC MT	36,7		10,2		1,6	10,2	
	FGC mosaicos	314,5						
	FGC AT	19,1			7,0	5,7		19,1
	Total (ha)	892,0						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	6,0	Meios mecânicos	6,0	0	0	0	0
	Total (km)	6,0						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	1	0
	Total	2						

Quadro 129: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Aldeia Velha

Aldeia da Velha	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	37,7	Meios motomanuais e mecânicos				12,3	
	FGC Recreio	7,3					4,7	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	129,0		29,3	12,3	7,7	29,3	
	FGC rede 1ª	98,0						
	FGC MT	11,0			3,3			
	FGC mosaicos	360,7		40,4	25,5	15,0	8,2	
	Total (ha)	643,7						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	56,8	Meios mecânicos	4,0	7,5	19,0	18,7	7,6
	Total (km)	56,8						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 130: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Alfaiates

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Alfaiates	FGC Agl. Populacionais	34,1	Meios motomanuais e mecânicos		5,5			
	FGC Recreio	145,3			121,2	0,9		
	FGC EP	15,6		2,2			2,2	
	FGC EM (CM)	156,3		28,9	8,5	26,9	21,4	
	FGC rede 1ª	130,7			86,6			
	FGC MT	21,4			3,0			
	FGC mosaicos	473,7						
	Total (ha)	977,1						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	56,6	Meios mecânicos	1,3	38,2	0	17,1	0
	Total (km)	56,6						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 131: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Badamalos

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Badamalos	FGC Agl. Populacionais	26,1	Meios motomanuais e mecânicos		3,94			
	FGC Recreio	2,0					1,9	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	16,0				2,68		
	FGC rede 1ª	80,5			70,4			
	FGC MT	11,8					1,4	
	FGC mosaicos	219,5						
	Total (ha)	355,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	4,0	Meios mecânicos	4,0	0	0	0	0
	Total (km)	4,0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 132: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Baraçal

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Baraçal	FGC Agl. Populacionais	49,7	Meios motomanuais e mecânicos		24,6	3,9		
	FGC Recreio	0,07			0,07			
	FGC EP	16,2		2,9			2,9	
	FGC EM (CM)	15,4				3,8		
	FGC rede 1ª	59,5			59,5			
	FGC MT	16,1					7,2	
	FGC mosaicos	77,9						
	Total (ha)	234,87						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 133: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Bendada

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bendada	FGC Agl. Populacionais	100,9	Meios motomanuais e mecânicos	26,4		11,8		
	FGC EP	3,7						
	FGC EM (CM)	47,9		0,4		3,0		
	FGC rede 1ª	165,2						
	FGC MT	36,0				4,1		
	FGC mosaicos	1777,6						
	FGC AT	16,0				10,4		
	Total (ha)	2147,3						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	11,4	Meios mecânicos	11,4	0	0	0	0
	Total (km)	11,4						
	Pontos de água	4	-	0	0	1	1	2
	Total	4						

Quadro134: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Bismula

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bismula	FGC Agl. Populacionais	23,8	Meios motomanuais e mecânicos		6,8			
	FGC Recreio	8,3				8,3		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	25,0				3,3		
	FGC rede 1ª	105,7			24,4			
	FGC MT	4,7					0,6	
	FGC mosaicos	319,7						
	Total (ha)	487,2						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	1,2	Meios mecânicos	1,2	0	0	0	0
	Total (km)	1,2						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	1	0
	Total	1						

Quadro 135: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Casteleiro

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Casteleiro	FGC Agl. Populacionais	67,1	Meios motomanuais e mecânicos	11,8				
	FGC Recreio	24,9				16,7		
	FGC EP	19,6		13,9			5,7	
	FGC EM (CM)	23,7		0,5		5,6		
	FGC rede 1ª	198,0					80,1	
	FGC MT	27,2				1,9		
	FGC mosaicos	837,6						
	FGC AT	15,6				1,1		
	Total (ha)	1213,7						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 136: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Cerdeira do Côa

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Cerdeira do Côa	FGC Agl. Populacionais	38,3	Meios motomanuais e mecânicos		22,0			
	FGC Recreio	0,5						
	FGC EP	18,4		5,8			5,8	
	FGC EM (CM)	25,8			7,4	6,0		
	FGC CP	9,6		6,7				
	FGC rede 1ª	117,6			28,3			
	FGC MT	23,5		2,3			2,3	
	FGC mosaicos	1521,0						
	FGC AT	3,7					1,7	
	Total (ha)	1758,4						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 137: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Fóios

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Fóios	FGC Agl. Populacionais	35,0	Meios motomanuais e mecânicos			15,0		
	FGC Recreio	156,6			136,8		136,8	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	41,3				1,5		
	FGC rede 1ª	130,4		75,5	10,4			
	FGC MT	17,6			5,0			
	FGC mosaicos	378,0			14,2			
	Total (ha)	758,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	9,5	Meios mecânicos	9,5	0	0	0	0
	Total (km)	9,5						
	Pontos de água	4	-	0	0	1	1	2
	Total	4						

Quadro 138: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Forcalhos

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Forcalhos	FGC Agl. Populacionais	26,1	Meios motomanuais e mecânicos			9,3		
	FGC Recreio	2,1					0,2	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	40,0		1,8			1,8	
	FGC rede 1ª	59,6		16,9				
	FGC MT	10,8			2,4			
	FGC mosaicos	308,1						
	Total (ha)	446,7						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	31,6	Meios mecânicos	3,6	0	0	5,8	22,2
	Total (km)	31,6						
	Pontos de água	1	-	0	0	1	0	0
	Total	1						

Quadro 139: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Lageosa da Raia

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lageosa da Raia	FGC Agl. Populacionais	42,2	Meios motomanuais e mecânicos			16,1		
	FGC Recreio	6,0					5,1	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	109,4				20,9		
	FGC rede 1ª	139,9			9,2			
	FGC MT	10,1			2,3			
	FGC mosaicos	427,3						
	Total (ha)	734,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	38,8	Meios mecânicos	6,3	0	0	0	32,5
	Total (km)	38,8						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 140: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Lomba

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lomba	FGC Agl. Populacionais	16,0	Meios motomanuais e mecânicos	2,6		3,5	2,6	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	5,1				1,9		
	FGC rede 1ª	0						
	FGC MT	1,1				0,7		
	FGC mosaicos	54,4						
	Total (ha)	76,6						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	1,7	Meios mecânicos	1,7	0	0	0	0
	Total (km)	1,7						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	1	0
	Total	1						

Quadro 141: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Malcata

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Malcata	FGC Agl. Populacionais	42,4	Meios motomanuais e mecânicos		7,1			
	FGC Recreio	170,0					165,3	4,1
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	17,1		6,1			6,1	
	FGC rede 1ª	131,3						
	FGC MT	8,2					3,2	
	FGC mosaicos	226,9		11,3				
	Total (ha)	595,9						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 142: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Moita

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Moita	FGC Agl. Populacionais	32,2	Meios motomanuais e mecânicos	14,8				14,8
	FGC EP	15,1		5,3			5,3	
	FGC EM (CM)	13,5				6,5		
	FGC rede 1ª	57,5			23,1	1,4		
	FGC MT	12,6				2,2		
	FGC mosaicos	191,1						
	FGC AT	14,2				1,8		
	Total (ha)	336,2						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 143: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Nave

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Nave	FGC Agl. Populacionais	53,7	Meios motomanuais e mecânicos		15,5			
	FGC Recreio	4,2				2,8		
	FGC EP	12,3		4,2				4,2
	FGC EM (CM)	37,7				7,7		
	FGC rede 1ª	128,5						
	FGC MT	22,9		1,4				1,4
	FGC mosaicos	653,0						
	Total (ha)	912,3						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 144: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Penalobo

Penalobo	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	28,0	Meios motomanuais e mecânicos	13,9				13,9
	FGC Recreio	105,9					93,5	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	29,9		29,0		1,5	29,0	
	FGC rede 1ª	42,3				31,5		
	FGC MT	13,9				2,9		
	FGC mosaicos	374,0			0,9			
	FGC AT	7,6				2,8		
	Total (ha)	601,6						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 145: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Pousafoles do Bispo

Pousafoles do Bispo	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	79,1	Meios motomanuais e mecânicos	28,1		14,2		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	51,2		1,1	0,2		10,5	
	FGC rede 1ª	91,7						
	FGC MT	17,2				1,6	0,2	17,0
	FGC mosaicos	801,6			2,2			
	Total (ha)	1040,8						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	11,12	Meios mecânicos	11,12	0	0	0	0
	Total (km)	11,12						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 146: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Quadrazais

Quadrazais	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	77,0	Meios motomanuais e mecânicos			22,0		
	FGC Recreio	10,1					0,9	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	96,1			1,6		0,5	
	FGC rede 1ª	179,8			7,9			
	FGC MT	14,3		4,5				4,5
	FGC mosaicos	895,0			1,1		18,0	
	FGC AT	15,6			7,3			
	Total (ha)	1287,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	5,1	Meios mecânicos	5,1	0	0	0	0
	Total (km)	5,1						
	Pontos de água	2	-	0	0	1	0	1
	Total	2						

Quadro 147: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Quintas de São Bartolomeu

Quintas de São Bartolomeu	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	70,7	Meios motomanuais e mecânicos	32,5				32,5
	FGC Recreio	65,0		20,8	34,3			20,8
	FGC EP	15,6		1,1	1,7		1,1	1,7
	FGC EM (CM)	7,8						
	FGC rede 1ª	50,0			14,6			
	FGC MT	8,9					0,4	
	FGC mosaicos	98,2						
	Total (ha)	316,2						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 148: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rapoula do Côa

Rapoula do Côa	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	34,4	Meios motomanuais e mecânicos		14,6			
	FGC Recreio	6,4				0,5		
	FGC EP	11,4		3,6			3,6	
	FGC EM (CM)	2,6				0,42		
	FGC rede 1ª	38,7			18,1			
	FGC MT	7,6					0,1	
	FGC mosaicos	72,1						
	Total (ha)	173,2						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	1	0
	Total	1						

Quadro 149: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rebolosa

Rebolosa	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	30,0	Meios motomanuais e mecânicos		7,3	5,9		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	20,3						
	FGC rede 1ª	31,8			29,3			
	FGC MT	6,0			1,5			
	FGC mosaicos	179,8						
	Total (ha)	267,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	3,9	Meios mecânicos	3,9	0	0	0	0
	Total (km)	3,9						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	0	1
	Total	1						

Quadro 150: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Rendo

Rendo	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	62,7	Meios motomanuais e mecânicos		29,1			
	FGC Recreio	1,6			1,3			
	FGC EP	13,9		2,3			2,3	
	FGC EM (CM)	38,5			2,0		2,3	
	FGC rede 1 ^a	143,0			60,6			
	FGC MT	12,0		6,7				6,7
	FGC mosaicos	546,4						
	Total (ha)	818,1						
	Manutenção							
	RV Florestal – 2. ^a	5,4	Meios mecânicos	5,4	0	0	0	0
	Total (km)	5,4						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 151: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Ruivós

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruivós	FGC Agl. Populacionais	16,7	Meios motomanuais e mecânicos		8,0			
	FGC Recreio	7,1				1,8		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	20,9		0,5			1,5	
	FGC rede 1ª	35,3			27,4			
	FGC MT	1,2						
	FGC mosaicos	77,5						
	Total (ha)	158,7						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 152: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Ruvina

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruvina	FGC Agl. Populacionais	24,9	Meios motomanuais e mecânicos		3,7			
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	25,1		3,4			4,9	
	FGC rede 1ª	68,7			5,9			
	FGC MT	7,2					3,1	
	FGC mosaicos	0						
	Total (ha)	125,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 2.ª	2,0	Meios mecânicos	2,0	0	0	0	0
	Total (km)	2,0						
	Pontos de água	2	-	0	0	0	1	1
	Total	2						

Quadro 153: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Sabugal

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sabugal	FGC Agl. Populacionais	86,7	Meios motomanuais e mecânicos	17,2	23,8		17,2	23,8
	FGC Recreio	70,0		0,5	48,4			
	FGC EP	12,5		1,7			1,7	
	FGC EM (CM)	45,6			2,6		3,7	
	FGC rede 1ª	144,9				44,0		
	FGC MT	40,9		8,5				8,5
	FGC mosaicos	700,6						
	FGC AT	14,7			7,1			
	Total (ha)	1115,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	7,4	Meios mecânicos	7,4	0	0		0
	Total (km)	7,4						
	Pontos de água	2	-	0	0	0	1	1
	Total	2						

Quadro 154: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Santo Estevão

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Santo Estevão	FGC Agl. Populacionais	32,3	Meios motomanuais e mecânicos					
	FGC EP	15,9		4,9			4,9	
	FGC EM (CM)	1,3				0,4		
	FGC rede 1ª	73,2				66,5		
	FGC MT	21,2				10,2		
	FGC mosaicos	329,5				5,4		
	FGC AT	23,5			7,9	7,1		
	Total (ha)	496,9						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 155: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Seixo do Côa

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Seixo do Côa	FGC Agl. Populacionais	62,7	Meios motomanuais e mecânicos		22,0			
	FGC EP	14,4		2,9				2,9
	FGC EM (CM)	22,3		0,2			2,4	
	FGC rede 1ª	116,9			92,0			
	FGC MT	11,5		3,3			3,3	
	FGC mosaicos	487,0						
	Total (ha)	714,8						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	4,3	Meios mecânicos	4,3	0	0	0	0
	Total (km)	4,3						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 156: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Sortelha

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sortelha	FGC Agl. Populacionais	101,0	Meios motomanuais e mecânicos	41,7				41,7
	FGC Recreio	103,9			7,0	68,1		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	84,5		10,8	5,1	9,7	16,1	10,8
	FGC rede 1ª	228,3			44,0			
	FGC MT	47,4				4,7		
	FGC mosaicos	619,1						
	FGC AT	16,3				5,9		
	Total (ha)	1200,5						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	8,9	Meios mecânicos	8,9	0	0	0	0
	Total (km)	8,9						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 157: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Soito

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Soito	FGC Agl. Populacionais	79,6	Meios motomanuais e mecânicos			4,8		
	FGC Recreio	99,4			72,0	0,8	72,0	
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	123,3		6,2	1,0		25,6	6,2
	FGC rede 1ª	185,6				61,0		
	FGC MT	28,6		6,5			6,5	
	FGC mosaicos	1092,4			30,4			
	FGC AT	7,5			3,4			
	Total (ha)	1616,4						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	48,7	Meios mecânicos	7,5	8,3	32,9	0	0
	Total (km)	48,7						
	Pontos de água	1	-	0	0	0	1	0
	Total	1						

Quadro 158: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vale das Éguas

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vale das Éguas	FGC Agl. Populacionais	15,8	Meios motomanuais e mecânicos		4,5			
	FGC Recreio	3,0				0,1		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	3,0				0,11		
	FGC rede 1ª	0						
	FGC MT	0,9					0,4	
	FGC mosaicos	0						
	Total (ha)	22,7						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 159: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vale de Espinho

Vale de Espinho	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	54,2	Meios motomanuais e mecânicos			18,6		
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	35,9		0,5	1,1		2,3	
	FGC rede 1ª	144,7			58,0			
	FGC MT	8,6			4,3			
	FGC mosaicos	546,8			15,4		15,4	
	FGC AT	1,9						
	Total (ha)	792,1						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	9,2	Meios mecânicos	6,1	0	3,1	0	0
	Total (km)	9,2						
	Pontos de água	4	-	0	0	0	2	2
	Total	4						

Quadro 160: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Valongo do Côa

Valongo do Côa	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	31,0	Meios motomanuais e mecânicos		11,9			
	FGC Recreio	1,9						
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	16,2		2,3			5,2	
	FGC rede 1ª	0						
	FGC MT	55,0		3,1			3,1	
	FGC mosaicos	105,4						
	Total (ha)	209,5						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 161: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vila Boa

Vila Boa	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	41,9	Meios motomanuais e mecânicos		14,9			
	FGC EP	7,8						
	FGC EM (CM)	0						
	FGC rede 1ª	33,8						0,2
	FGC MT	5,8		1,0				1,0
	FGC mosaicos	312,6						
	Total (ha)	401,9						
	Manutenção							
	RV Florestal	0	Meios mecânicos	0	0	0	0	0
	Total (km)	0						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 162: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vila do Touro

Vila do Touro	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	58,3	Meios motomanuais e mecânicos					
	FGC EP	10,6						
	FGC EM (CM)	23,1						
	FGC rede 1ª	176,6						
	FGC MT	8,3						
	FGC mosaicos	61,0						
	Total (ha)	337,9						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	5,6	Meios mecânicos	5,6	0	0	0	0
	Total (km)	5,6						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						

Quadro 163: Metas e Indicadores – aumento da resiliência aos incêndios florestais na freguesia de Vilar Maior

	Ação	Total	Metas	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vilar Maior	FGC Agl. Populacionais	40,8	Meios motomanuais e mecânicos					
	FGC Recreio	89,5						
	FGC EP	0						
	FGC EM (CM)	27,6						
	FGC rede 1ª	109,3						
	FGC MT	12,7						
	FGC mosaicos	718,8						
	Total (ha)	998,7						
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	1,8	Meios mecânicos	1,8	0	0	0	0
	Total (km)	1,8						
	Pontos de água	0	-	0	0	0	0	0
	Total	0						
Implementação/manutenção								
Total FGC e MPGC (ha)		27654,97						
Manutenção								
Total RVF (km)		399,52						
Total PA		38						

Limpeza mecânica e motomanual:

A redução de combustíveis florestais de forma mecanizada, pelo facto de constituir uma solução menos onerosa, comparativamente com as soluções motomanuais, será, normalmente, utilizada em detrimento das últimas.

Em determinadas situações, apesar das óbvias vantagens, em termos de custos operacionais, que decorrem da utilização de meios mecânicos, a redução de combustíveis florestais, de forma motomanual, é a única forma de proceder à redução desses mesmos combustíveis.

Em povoamentos florestais, a redução de densidades excessivas e a realização de desramações serão efetuadas de forma motomanual.

Em determinadas situações, é possível utilizar, de forma conjunta, estes dois tipos de limpeza.

De forma sucinta, referem-se, de seguida, os tempos de trabalho e os respetivos custos unitários, para cada tipo de limpeza:

- Limpeza motomanual: foram consideradas 3 jornas por hectare, em que o custo unitário de cada jorna é de 60 euros;
- Limpeza mecânica: foram consideradas 5 horas por hectare, em que o custo unitário de cada hora é de 40 euros;

Motomanual	3 dias	60,00 €	180,00 €
Mecânica	5 horas	40,00 €	200,00 €

Poderão ser efetuadas, eventualmente, desramações, sem acréscimos significativos em termos de custo, dado que o trabalhador responsável pela limpeza motomanual está, também, apto para manipular a motosserra.

No Quadro 1 podem ser observados os custos referentes às operações de limpeza de matos, e de eventuais desramações. Assim, os custos das operações de limpeza serão, em média, de 380 € por hectare.

As operações de limpeza, para cada empreitada, irão implicar a elaboração de um orçamento detalhado. O orçamento adjudicado, para além da discriminação detalhada das operações e de respetivos custos, apresentará um documento cartográfico.

Quadro 164: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Águas Belas

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Águas Belas	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	5.624	4.028	3.344	1.330	5.624
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF	912			912	
	FGC EP		Estradas Portugal		684			684
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		1.026	6.194		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		23.750			
	FGC MT		EDP	266			266	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	7.500				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 165: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia do Bispo

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia do Bispo	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			646		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			2.812		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		34.466			
	FGC MT		EDP		836			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas	5244	1786	1140	4522	
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	5.175				500
	Pontos de água		JF/CM			1.500		

Quadro 166: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia da Ponte

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ponte	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		5.130	1.064		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				3.268	
	FGC EP		Estradas Portugal	1.558			1.558	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	1.786			1.786	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		16.606			
	FGC MT		EDP		1.064			1.064
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.600			36.375	
	Pontos de água		JF/CM				1.500	

Quadro 167: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia da Ribeira

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia da Ribeira	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		2.926	2.660	684	2.926
	FGC EP		Estradas Portugal	1.900			1.900	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			3.192		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		3.990	17.784		
	FGC MT		EDP	1.900			1.900	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	6.700				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 168: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia de Santo António

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia Sto António	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	9.652		8.550		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				28.614	3.914
	FGC EP		Estradas Portugal	1.900			1.900	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		722	1.520		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF	13.946	34.048			
	FGC MT		EDP	3.876		608	3.876	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP		2.660	2.166		7.258
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	6.000				
	Pontos de água		JF/CM			1.500	1.500	

Quadro 169: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Aldeia Velha

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Aldeia Velha	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários				874	
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				1.786	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	11.134	4.674	2.926	11.134	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP		1.254			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas	15.352	9.690	5.700	3.116	
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.000	6.425	18.025	16.725	7.600
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 170: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Alfaiates

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Alfaiates	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		2.090			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		46.056	342		
	FGC EP		Estradas Portugal	836			836	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	10.982	3.230	10.222	8.132	
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF		32.908			
	FGC MT		EDP		1.140			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1. ^a , 2. ^a , 3. ^a	Meios mecânicos	CM Sabugal	1.300	33.450		13.600	
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 171: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Badamalos

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Badamalos	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		1.497,2			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				722	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			1018,4		
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF		26.752			
	FGC MT		EDP				532	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1. ^a	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.000				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 172: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Baraçal

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Baraçal	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		9.348	1.482		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		26.6			
	FGC EP		Estradas Portugal	1.102			1.102	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			1.444		
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF		22.610			
	FGC MT		EDP				2.736	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 173: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Bendada

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bendada	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	10.032		4.484		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	152		1.140		
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP			1.558		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT					3.952		
	Manutenção							
	RV Florestal – 1. ^a	Meios mecânicos	CM Sabugal	11.400				
	Pontos de água		JF/CM			1.500	1.500	3.000

Quadro 174: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Bismula

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Bismula	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		2.584			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			3.154		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			1.254		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		9.272			
	FGC MT		EDP				228	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	1.200				
	Pontos de água		JF/CM				1.500	

Quadro 175: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Casteleiro

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Casteleiro	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	4.484				
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			6.346		
	FGC EP		Estradas Portugal	5.282			2.166	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	190		2.128		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF				30.438	
	FGC MT		EDP			722		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP			418		
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 176: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Cerdeira do Côa

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Cerdeira do Côa	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		14.554			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF					
	FGC EP		Estradas Portugal	2.204			2.204	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		2.812	2.280		
	FGC CP		CP	2.546				
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		10.754			
	FGC MT		EDP	874			874	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP				646	
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 177: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Fôios

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Fôios	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			5.700		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		51.984		51.984	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			570		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF	28.690	3.952			
	FGC MT		EDP		1.900			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		5.396			
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	9.450				
	Pontos de água		JF/CM			1.500	1.500	3.000

Quadro 178: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Forcalhos

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Forcalhos	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			3.534		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				76	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	684			684	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF	6.422				
	FGC MT		EDP		912			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	3.425			4.775	18.000
	Pontos de água		JF/CM			1.500		

Quadro 179: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Lageosa da Raia

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lageosa da Raia	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			6.118		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				1.938	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			7.942		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		3.496			
	FGC MT		EDP		874			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	6.225				30.975
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 180: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Lomba

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Lomba	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	988		1.330	988	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			722		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP			266		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	1.700				
	Pontos de água		JF/CM				1.500	

Quadro 181: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Malcata

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Malcata	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		2.698			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				62.814	1.558
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	2.318			2.318	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP				1.216	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas	4.294				
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 182: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Moita

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Moita	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	5.624				5.624
	FGC EP		Estradas Portugal	2.014			2.014	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			2.470		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		8.778	532		
	FGC MT		EDP			836		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP			984		
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 183: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Nave

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Nave	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		5.890			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			1.064		
	FGC EP		Estradas Portugal	1.596				1.596
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			2.926		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP	532				532
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 185: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Penalobo

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Penalobo	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	5.282				5.282
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				35.530	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	11.020		570	11.020	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF			11.970		
	FGC MT		EDP			1.102		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		342			
	FGC AT		EDP			1.064		
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 186: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Pousafoles do Bispo

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Pousafoles do Bispo	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	10.678		5.396		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	418	76		3.990	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP			608	76	6.460
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		836			
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	11.090				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 187: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Quadrazais

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Quadrazais	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			8.3		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF				342	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		608		190	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		3.002			
	FGC MT		EDP	1.710				1.710
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		418		6.840	
	FGC AT		EDP		2.774			
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.875				
	Pontos de água		JF/CM			1.500		1.500

Quadro 188: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Quintas de S. Bartolomeu

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Quintas S. Bartolomeu	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	12.350				12.350
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF	7.904	13.034			7.904
	FGC EP		Estradas Portugal	418	646		418	646
	FGC EM (CM)		CM Sabugal					
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		5.548			
	FGC MT		EDP				152	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 189: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rapoula do Côa

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rapoula do Côa	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		5.548			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			190		
	FGC EP		Estradas Portugal	1.368			1.368	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			159.6		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		6.878			
	FGC MT		EDP				38	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM				1.500	

Quadro 190: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rebolosa

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rebolosa	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		2.774	2.242		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal					
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		11.134			
	FGC MT		EDP		570			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	3.900				
	Pontos de água		JF/CM					1.500

Quadro 191: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Rendo

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Rendo	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		11.058			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		494			
	FGC EP		Estradas Portugal	874			874	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		760		874	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		23.028			
	FGC MT		EDP	2.546				2.546
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.050				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 192: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Ruivós

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruivós	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		3.040			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			684		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	190			570	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		10.412			
	FGC MT		EDP					
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 193: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Ruvina

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ruvina	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		1.406			
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	1.292			1.862	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		2.242			
	FGC MT		EDP				1.178	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	1.500				
	Pontos de água		JF/CM				1.500	1.500

Quadro 194: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Sabugal

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sabugal	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	6.536	9.044		6.536	9.044
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF	190	18.392			
	FGC EP		Estradas Portugal	646			646	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal		988			
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF			16.720		
	FGC MT		EDP	3.230				3.230
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP		2.698			
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	7.400				
	Pontos de água		JF/CM				1.500	1.500

Quadro 195: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Santo Estevão

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Santo Estevão	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários					
	FGC EP		Estradas Portugal	1.862			1.862	
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			152		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF			25.270		
	FGC MT		EDP			3.876		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas			2.052		
	FGC AT		EDP		3.002	2.698		
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 196: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Seixo do Côa

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Seixo do Côa	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		8.360			
	FGC EP		Estradas Portugal	1.102				1.102
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	76			912	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		34.960			
	FGC MT		EDP	1.254			1.254	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	4.175				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 197: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Sortelha

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Sortelha	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários	15.846				15.846
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		2.660	26.106		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	4.104	1.938	3.686	6.118	4.104
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF		16.720			
	FGC MT		EDP			1.786		
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	FGC AT		EDP			2.242		
	Manutenção							
	RV Florestal – 1. ^a	Meios mecânicos	CM Sabugal	8.900				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 198: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Soito

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Soito	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			1.824		
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF		27.360	304	27.360	
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	2.356	380		9.728	2.356
	FGC rede 1 ^a		Juntas/CM/OPF			23.180		
	FGC MT		EDP	2.470			2.470	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		11.552			
	FGC AT		EDP		1292			
	Manutenção							
	RV Florestal – 1. ^a , 2. ^a , 3. ^a	Meios mecânicos	CM Sabugal	7.225	8.025	31.925		
	Pontos de água		JF/CM				1.500	

Quadro 199: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vale das Éguas

Vale das Éguas	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		1.710			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF			38		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal			41.8		
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP				152	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 200: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vale de Espinho

Vale de Espinho	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários			7.068		
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	190	418		874	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF		22.040			
	FGC MT		EDP		1.634			
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas		5.852		5.852	
	FGC AT		EDP					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª, 2.ª, 3.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	5.725		2.900		
	Pontos de água		JF/CM				3.000	3.000

Quadro 201: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Valongo do Côa

Valongo do Côa	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		4.522			
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF					
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal	874			1.976	
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP	1.178			1.178	
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 202: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vila Boa

Vila Boa	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários		5.662			
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal					
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP					76
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas	380				380
	Manutenção							
	RV Florestal	Meios mecânicos	CM Sabugal					
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 203: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vila do Touro

	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Vila do Touro	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários					
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF					
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal					
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP					
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
	RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	5.600				
	Pontos de água		JF/CM					

Quadro 204: Estimativa de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território na freguesia de Vilar Maior

Vilar Maior	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	FGC Agl. Populacionais	Meios manuais e mecânicos	Proprietários					
	FGC Recreio		CM Sabugal/JF					
	FGC EP		Estradas Portugal					
	FGC EM (CM)		CM Sabugal					
	FGC rede 1ª		Juntas/CM/OPF					
	FGC MT		EDP					
	FGC mosaicos		OPF/Baldios/Juntas					
	Manutenção							
RV Florestal – 1.ª	Meios mecânicos	CM Sabugal	1.800					
Pontos de água		JF/CM						
Implementação/manutenção								
FGC Agl. Populacionais				87.096	103.869,2	55.450,3	10.412	56.696
FGC Recreio				9.006	160.006,6	38.228	215.346	13.376
FGC EP				24.662	1.330	0	18.848	4.028
FGC EM (CM)				47.766	17.632	55.369,8	62.586	6.460
FGC rede 1ª				49.058	367.346	94.456	30.438	0
FGC MT				19.836	10.184	18.126	18.126	15.618
FGC mosaicos				25.270	35.872	8.892	20.330	380
FGC AT				0	12.426	13.524	646	7.258
Manutenção								
RV - Complementar				138.915	47.900	52.850	18.375	57.075
Pontos de água				0	0	16.500	18.000	19.500

2º - Eixo Estratégico

5.2. Redução da Incidência dos Incêndios

Objetivos estratégicos – Educar e sensibilizar as populações; Aumentar o conhecimento acerca das causas dos incêndios

Objetivos operacionais – Sensibilização da população; Sensibilização e educação escolar; Fiscalização

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, que tem como objetivo diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo de ignições como ao nível de propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é neste sentido, e sobre os comportamentos relativos ao uso do fogo que a prevenção deverá incidir. Importa, portanto, identificar os grupos populacionais cuja atividade pode dar origem a ignições, de forma a se desenvolver ações específicas que conduzam à alteração de comportamentos de risco e, assim, à diminuição do número de incêndios.

É de extrema importância educar a população em geral, de forma a reconhecerem que a floresta é um bem comum a todos, com valor económico, social e ambiental com a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

5.2.1. Avaliação

5.2.1.1. Comportamentos de Risco

A sensibilização da população assume um papel fundamental na estratégia de diminuição do número de ignições e de fomento do sentido de alerta. Estas ações de sensibilização dos cidadãos para o risco de incêndio no Concelho de Sabugal, tem como objetivo específico sensibilizar e envolver as populações na problemática dos incêndios florestais, reduzir o número de ignições, reduzir a área ardida e informar os cidadãos acerca das causas e consequências dos incêndios e legislação vigente.

Para iniciar um programa de sensibilização, identificou-se os comportamentos de risco, o impacto e danos para cada grupo alvo (Quadro 204).

Quadro 205 - Comportamentos de Risco

Diagnóstico – Resumo				
Comportamento de Risco				
Grupo - alvo	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)	Quando?
População Urbana	Uso incorreto do fogo	Realização de churrascos fora dos locais previstos para o efeito	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Automobilista	Negligência	Cigarro	Concelho do Sabugal	Todo o ano
Turista	Uso do fogo	Fogueiras	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Proprietário Florestal	Uso incorreto do fogo	Queima de resíduos florestais	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Agricultor	Uso do fogo	Queima de resíduos agrícolas	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Apicultor	Uso do fogo	Fumigação	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Pastor	Uso do fogo	Realização de queimadas	Concelho do Sabugal	Todo o ano
Caçador	Uso do fogo	Fogueiras	Concelho do Sabugal	Época da caça
Operador de Máquinas Agrícolas/florestais	Utilização de máquinas agrícolas/florestais nos dias de risco de incêndio elevado	Acidentes trabalho agrícola/florestal	Concelho do Sabugal	Primavera/Verão
Empresas peri-urbanas	Uso incorreto do fogo	Queima de sobranes	Concelho do Sabugal	Todo o ano
Proprietários de habitações em zonas de interface urbano-florestal	Uso incorreto do fogo	Queima de sobranes	Concelho do Sabugal	Todo o ano
População Escolar	Uso incorreto do fogo	Brincadeiras de Crianças	Concelho do Sabugal	Todo o ano

5.2.1.2. Fiscalização

Para além da sensibilização relativamente às consequências que determinados comportamentos poderão ter nos espaços florestais, a prevenção passa obrigatoriamente por ações de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro a seguir apresentado (Quadro 8) define o número dos processos de contra-ordenação para o ano de 2012 e até Agosto 2013, e as respetivas entidades fiscalizadoras responsáveis pela sua aplicabilidade.

A capacidade de fiscalização insere – se num conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a integração e coordenação de uma entidade altamente profissional e competente, de todas as ações de fiscalização, tendo por base o conhecimento local das comunidades.

Para que haja uma fiscalização eficaz é necessário definir áreas de atuação, grupos alvo, períodos de atuação, bem como desenvolver atividades em função dos comportamentos de risco presentes no concelho do Sabugal.

Quadro 206 – Fiscalização (2012/2013)

Levantamento dos Autos de Contra-ordenação

Entidade Fiscalizadora	N.º vezes (Autos de contra-ordenação)	Área de Atuação
Câmara Municipal	23	Todo o concelho
GNR	23	
PSP	0	
ICNF	0	
Outra	0	

Indicação número de processos de Contra-Ordenação e de sanções aplicadas

	2012	2013	Área de Atuação
N.º de processos de contra-ordenação	19	4	Todo o concelho
N.º de coimas aplicadas	1	1	
N.º de admoestações	12	0	
N.º de arquivamentos	3	1	

5.2.2. Planeamento das Ações

5.2.2.1. Campanha de Sensibilização Florestal

Os públicos-alvo desta campanha são, fundamentalmente, as crianças do ensino básico e os munícipes de Sabugal (agricultores, produtores florestais e caçadores).

Serão realizadas campanhas de sensibilização florestal cujo formato e teor irá atender à especificidade do público-alvo em causa.

Assim, se os destinatários destas ações de sensibilização forem crianças, estas ações serão efetuadas, de forma coordenada com a Divisão de Educação e Ação Social e com o Gabinete Técnico Florestal durante o mês de Março (com especial incidência no dia 21 de Março – “Dia Mundial da Floresta”) e durante o mês de Novembro (com especial incidência no dia 23 de Novembro – Dia da Floresta Autóctone). Estes gabinetes irão estabelecer, posteriormente, o contato com as escolas e com os docentes. Será efetuada uma visita de estudo a uma área florestal do concelho, cujos guias serão técnicos especializados.

No caso dos destinatários destas ações serem agricultores, produtores florestais ou caçadores, estas ações de sensibilização serão realizadas, em sala, mediante a exposição oral de técnicos especializados na área florestal. Convém salientar que as Juntas de Freguesia assumem um papel importante na divulgação e na promoção destas ações, conjuntamente com as associações de caçadores deste concelho. Estas ações terão o apoio da GNR e dos Bombeiros locais.

Objetivos:

- Sensibilizar as crianças do ensino básico e alertá-las para a importância e preservação da floresta;
- Sensibilizar os produtores agrícolas e florestais do concelho de Sabugal para as “boas práticas” na defesa da floresta contra incêndios e na gestão florestal.

Grupos de destinatários (público-alvo)

1) População Urbana (*Grupo 1*)

1.1) Jovens do Ensino Básico.

2) População Rural (*Grupo 2*)

2.1) Agricultores e Produtores Florestais;

2.2) Pastores e Caçadores

Metodologias Propostas e Execução

a) Locais de sensibilização e de formação:

- Grupo1: no caso da população urbana, nomeadamente jovens do ensino básico, as ações de sensibilização preconizadas irão consistir na realização de visitas de estudo a determinadas áreas florestais do concelho que sejam consideradas relevantes tendo em conta a temática em causa e ainda a comemoração do dia da árvore e o dia da floresta autóctone, com a plantação de árvores pelo concelho.

▪ Grupo 2: no caso da população rural, nomeadamente agricultores, produtores florestais, pastores e caçadores, as ações de sensibilização e/ou de divulgação preconizadas irão decorrer em recintos fechados equipados com material adequado para o efeito. Assim, estas sessões poderão decorrer nas Juntas de Freguesia do Concelho ou nas instalações pertencentes a organizações diversas (Associações de Produtores Agrícolas, de Produtores Florestais ou de Caçadores).

b) Divulgação das ações de sensibilização:

▪ Grupo1: a divulgação destas ações poderá ser efetuada através das Escolas e dos respetivos docentes, conjuntamente com a Divisão de Educação e Ação Social. Estas ações poderão ser, também, divulgadas, quer por Associações de Produtores Florestais, quer através de Associações de Escuteiros, e das Organizações Não Governamentais de Ambiente, entre outras.

▪ Grupo 2: a divulgação destas ações poderá ser efetuada através do Gabinete Técnico Florestal do concelho, das respetivas Juntas de Freguesia e das Associações de Produtores Florestais Locais.

As ações de sensibilização dirigidas ao público em geral assentam sobre estratégias de comunicação, divulgação e informação, sobre a prevenção e legislação da defesa da floresta contra incêndios.

Um dos meios de divulgação é através do Boletim Municipal que se encontra em fase de implementação e que chegará a toda a população do Concelho trimestralmente. Assim, serão feitos vários avisos com vista a sensibilizar a população para o valor da floresta e a necessidade crescente de a proteger.

c) Conteúdos Informativos:

▪ Grupo 1: atendendo às características deste grupo de destinatários, os conteúdos informativos a apresentar nestas campanhas irão incidir, particularmente, em informação de carácter pedagógico. Para além da referência à importância e às funções económicas, sociais e ambientais da floresta, serão, igualmente, abordados os meios disponíveis que poderão ser utilizados na defesa da floresta contra os incêndios, bem como na sua preservação e gestão adequada;

▪ Grupo 2: atendendo às características deste grupo de destinatários, os conteúdos informativos a apresentar nestas campanhas irão incidir, particularmente, em aspetos de carácter técnico e legislativo. Serão abordadas as medidas e ações a desenvolver no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (*DL124/2006 alterado pelo DL 17/2009*), as funções e atribuições do GTF do Sabugal.

d) Material de Divulgação:

▪ Prospetos cujo conteúdo será apresentado de uma forma simples, acessível e abrangente.

▪ Prospetos cujo teor, mais complexo, irá incidir nas chamadas “Boas Práticas Florestais”;

- Calendário que irão incluir, não apenas os períodos indicados para a realização de queimas e de queimadas, bem como os procedimentos adequados que devem ser adotados nessas circunstâncias;
- Cartazes

e) Metodologia a adotar nas ações de formação e de sensibilização

- Grupo 1: neste caso, após uma breve alusão a aspetos de carácter teórico, efetuada por intermédio de técnicos florestais, serão abordados exemplos concretos, facilmente perceptíveis pelo público-alvo em causa. Será distribuído diverso material de divulgação.
- Grupo 2: neste caso, por intermédio de técnicos florestais, as ações de sensibilização serão efetuadas em recinto fechado e com recurso a computadores portáteis e a equipamento de projeção de slides (*Data Show*), em PowerPoint.

Serão convidados diversos agentes envolvidos, quer na prevenção, quer no combate aos fogos florestais. Será distribuído diverso material de divulgação.

5.2.2.2. Fiscalização

Para além da sensibilização relativamente às consequências que determinados comportamentos poderão ter nos espaços florestais, a prevenção passa obrigatoriamente por ações de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro a seguir apresentado (Quadro 9) define áreas de atuação, grupo alvo, período de atuação, entidade responsável, meios envolvidos e as atividades a desenvolver em função dos comportamentos de risco presentes.

A fiscalização fica a cargo da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Câmara Municipal dividida em 2 fases, uma delas durante o período crítico e a outra fora do período crítico.

A fiscalização que será realizada dentro do período crítico terá uma maior incidência nas freguesias com maior número de ocorrências, sendo elas: Aldeia de Sto António, Bendada, Casteleiro, Fóios, Quadrazais, Lageosa, Nave, Sabugal, Santo Estevão, Soito e Vale de Espinho.

Dentro deste período, também deverá ter-se em atenção, em centralizar esforços para uma maior fiscalização à segunda-feira e quarta-feira, porque são estes os dias da semana que apresentam um maior número de ocorrências.

A fiscalização a realizar fora do período crítico, será uma fiscalização mais relacionada com a limpeza dos matos em redor das edificações isoladas e nos aglomerados populacionais, começando nas freguesias com maior risco de incêndio, sendo estas as de Aldeia da Ponte, Baraçal, Casteleiro, Cerdeira, Moita, Santo Estevão, Soito e Vila Boa.

Quadro 207 - Fiscalização

Área de Atuação	Grupo-Alvo	Período de Atuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos		Atividade desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Concelho do Sabugal	Proprietários de terrenos confinantes com edificações	Outubro a 15 de Abril	CMS GNR/SPNA	2	Viatura 4*4	Verificar se os proprietários de terrenos inseridos nas FGC se encontram a cumprir a legislação no que respeita ao controlo da vegetação.
	Comissões de festas e população em geral	Período Crítico	GNR/SPNA	4	Viatura 4*4	Fiscalizar o cumprimento da lei no que respeita à proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico.
	Automobilista	Período Crítico	GNR	-	-	Fiscalizar se os condutores não lançam cigarros para as bermas das estradas
	Empresas florestais (necessidade de utilização de equipamento dotado de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés)	Período Crítico	GNR	4	Viatura 4*4	Fiscalizar o cumprimento da lei no que respeita à obrigatoriedade de utilização de determinado equipamento

5.2.2.3. Metas e Indicadores

Quadro 208 - Sensibilização

Problema Diagnosticado	Ação	Metas	Indicadores mensuráveis				
			Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Não cumprimento da obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis os terrenos confinantes a edificações (artigo 15.º do DL n.º 124/2006)	Sensibilizar os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais para a obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis O sítio da Internet da CMS e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis	100 % dos proprietários cumprem a legislação até 2018				
Ocorrência de ignições na interface urbano-florestal	Sensibilizar a população em geral para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco	O sítio da Internet da CMS e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à necessidade de se evitarem comportamentos de risco	Menos de 5 ignições anuais na interface urbano-florestal				
Lançamento de foguetes em festas, locais durante o período crítico	Alertar as comissões de festas para a proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico (artigo 29.º do DL n.º 124/2006)	Todas as comissões de festas foram contactadas pela CMDFCI	Ausência de casos de lançamento de foguetes durante o período crítico				
Projeção a partir de veículos em circulação de cigarros ainda incandescentes	Realizar ações de divulgação e sensibilização direcionadas aos automobilistas	Afixação de placards nas principais vias de circulação do concelho e colocação em bombas de combustível	Não se verificar qualquer ignição provocada por automobilistas				

Quadro 208 – Sensibilização (cont.)

Problema Diagnosticado	Ação	Metas	Indicadores mensuráveis				
			Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ocorrência de incêndios nos espaços rurais devido ao uso negligente de maquinaria agrícola, ao uso indevido de fogo e à projeção de cigarros mal apagados por parte dos proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores	Alertar os proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco.	As associações de produtores florestais contactam os seus associados anualmente para os alertar da necessidade de se evitarem comportamentos de risco	Não se verificar qualquer ignição provocada por proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores				
Possibilidade de no futuro a população adulta vir a adotar comportamentos de risco ou negligentes	Sensibilizar a população escolar	No dia da árvore são realizadas ações de sensibilização, alertando para a importância dos espaços florestais e necessidade de se proteger a floresta contra os incêndios	Até 2018 toda a população do ensino básico e preparatório participou em campanhas de sensibilização.				

Os programas de ação acima propostos visam inculcar na população uma cultura de responsabilidade, bem como uma maior consciencialização, por parte das populações, da importância, do valor económico, social e ambiental da floresta, e da preservação do património florestal.

As intervenções programadas serão efetuadas em dois períodos distintos. Antes da época de fogos florestais e durante a época de fogos florestais (de Julho a Setembro)

✓ **Antes da época de fogos florestais:**

- Estes contactos telefónicos deverão constar no respetivo Boletim Municipal, no *Sítio* da Autarquia. Estes poderão ainda, constar em *press-releases*, em prospectos de divulgação (mencionados anteriormente) e, ainda, em *outdoors* afixados em determinados locais do concelho que garantam uma boa visibilidade;
- Elaboração e distribuição de prospectos com informação referente à adoção de medidas preventivas, destinados a dois públicos-alvo específicos: proprietários e/ou produtores florestais e população, em geral;
- Realização de campanhas de sensibilização, especialmente dirigidas a crianças do ensino básico. Estas ações de sensibilização serão efetuadas, de forma conjunta, entre o Gabinete Técnico Florestal e a Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal;
- Realização de campanhas de sensibilização, especialmente dirigidas a Agricultores e a Proprietários e/ou Produtores Florestais. Estas sessões serão efetuadas pelo Gabinete Técnico Florestal com o apoio das Juntas de Freguesia, GNR e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal e do Soito;
- Divulgação, para a população em geral, de ações de defesa da floresta, durante a realização de festividades e de outras atividades de cariz municipal;
- Recorrer a determinados órgãos de comunicação social locais, nomeadamente a jornais e *Blogues* locais, possibilitando uma maior divulgação de informação relacionada com a temática da prevenção de incêndios;
- Em caso de deteção de um incêndio, ou quando for necessária a prestação de quaisquer esclarecimentos, os municípios do concelho poderão recorrer aos contactos de telefone fixo e de telemóvel facultados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

✓ **Durante a época de fogos florestais (Julho a Setembro)**

- Implementação no *Sítio* da Câmara Municipal, de uma página de internet com informação diária e atualizada, referente ao “Índice de Risco de Incêndio”. Para além desta nova seção, será, também, implementada, no *Sítio* da Autarquia, uma seção especial, no âmbito da Proteção Civil, dedicada à temática dos incêndios florestais com um particular enfoque para as medidas de prevenção e para o período crítico;
- Com o apoio da rádio local, será elaborado um bloco informativo que fará alusão, não só acerca das condições meteorológicas e do risco de incêndio diário, bem como das medidas preventivas que poderão ser adotadas pelos municípios;

- Elaboração de anúncios, nos jornais locais, com um particular destaque para a divulgação dos números de emergência e do número do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- Promover a articulação deste plano com as atividades de educação ambiental dinamizadas pela Câmara Municipal, no âmbito da Divisão de Educação e Ação Social.

✓ **Acompanhamento pós-incêndio:**

- Elaboração de uma compilação detalhada de todos os dados, possíveis de obter, referentes aos danos causados pelo incêndio em causa;
- Divulgação de ações que visem a recuperação das áreas ardidas.

Quadro 209 – Metas e Indicadores - Fiscalização

Área de Atuação	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Concelho do Sabugal	Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas	O programa operacional definido para as faixas secundárias de gestão de combustíveis encontra-se cumprido.	% de FGC em Incumprimento (de acordo com a calendarização definida)	<40%	<30%	<20%	<10%	<5%
	Destacar elementos da GNR/SEPNA para os locais em festa, por forma a garantir que não são lançados foguetes nem balões com mecha acesa	Entre 2014 e 2018, o uso de foguetes durante a época crítica é banido.	N.º de festas em que se verifica o lançamento de foguetes	<10	<10	0	0	0
	Fiscalizar o comportamento dos condutores no que se refere à projeção de cigarros	A projeção de materiais incandescentes a partir de veículos em circulação encontra-se erradicada	N.º de autuações	<10	<10	<5	<3	<2
	Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir as recomendações divulgadas pelo GTF	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel.	Km/semana	350	350	350	350	350

Quadro 210 – Orçamento e responsáveis - Sensibilização

Área de Atuação	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamento (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Concelho do Sabugal	Sensibilizar os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais para a obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis	CMS	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250
		O sítio da Internet da CMS e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis		200	200	200	200	200
	Sensibilizar a população em geral para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco	Os principais órgãos de comunicação social locais veiculam informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis	CMS	750	750	750	750	750
		O sítio da Internet da CMS e os editais das juntas de freguesia divulgam a informação relativa à obrigatoriedade de se gerir os combustíveis		300	300	300	300	300
	Alertar as comissões de festas para a proibição do lançamento de foguetes durante o período crítico (artigo 29.º do DL n.º 124/2006)	Todas as comissões de festas foram contactadas pela CMDFCI	CMS	100	100	100	100	100

Quadro 210 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização (Cont.)

Área de Atuação	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamento (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Concelho do Sabugal	Alertar os proprietários florestais, agricultores, pastores ou caçadores para a necessidade de se evitarem comportamentos de risco	As Associações de Produtores Florestais do Concelho, contactam os seus associados anualmente para os alertar da necessidade de se evitarem comportamentos de risco	Associações de Produtores Florestais do Concelho	0*	0*	0*	0*	0*
	Sensibilizar a população escolar	No dia da árvore são realizadas ações de sensibilização, alertando para a importância dos espaços florestais e necessidade de se proteger a floresta contra os incêndios.	CMS/JF Associações Bombeiros	400	400	400	400	400
			Total	3000	3000	3000	3000	3000

Legenda: * As despesas com as deslocações dos elementos das associações de produtores florestais enquadram-se no normal funcionamento do organismo.

CMS – Câmara Municipal de Sabugal; **JF** – Juntas de Freguesia;

Área de Atuação	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamento (€)				
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Concelho do Sabugal	Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas	O programa operacional definido para as faixas secundárias de gestão de combustíveis encontra-se cumprido.	CMS	0*	0*	0*	0*	0*
	Destacar elementos da GNR/SEPNA para os locais em festa, por forma a garantir que não são lançados foguetes nem balões com mecha acesa	Entre 2014 e 2018, o uso de foguetes durante a época crítica é banido.	GNR/SPNA	0*	0*	0*	0*	0*
	Fiscalizar o comportamento dos condutores no que se refere à projeção de cigarros	A projeção de materiais incandescentes a partir de veículos em circulação encontra-se erradicada	GNR	0*	0*	0*	0*	0*
	Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir as recomendações divulgadas pelo GTF	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel.	GNR/SPNA CMS Associações Produtores Florestais	0*	0*	0*	0*	0*
Total				0	0	0	0	0

* As despesas com as deslocações de elementos pertencentes ao serviço de fiscalização enquadram-se no normal funcionamento daquele serviço municipal.

CMS – Câmara Municipal de Sabugal; **GNR** – Guarda Nacional Republicana; **SPNA** – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente;

3º - Eixo Estratégico

5.3. Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

A coordenação de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos fogos, evitando que os mesmos atinjam grandes proporções, tendo em conta as condições climáticas.

A organização prévia de todos os agentes e meios envolvidos, bem como as suas responsabilidades e competências, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

O **objetivo estratégico** deste eixo, é a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção, adequar a capacidade de 1.ª intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Os **objetivos operacionais**, passam por organizar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, estruturar a nível municipal a 1.ª intervenção, garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio e a integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

5.3.1. Avaliação

5.3.1.1. Vigilância e Deteção

A vigilância e deteção de incêndios é uma operação fundamental em qualquer sistema de DFCL, uma vez que possibilita a rápida deteção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Desta forma, diminui-se a probabilidade de um incêndio tomar proporções incontroláveis, o que se traduz na diminuição da área ardida e na redução dos meios de combate necessários para a sua supressão. A organização do sistema de vigilância e deteção deve assentar na multiplicidade de fontes de vigilância. A complementaridade da vigilância fixa e da vigilância móvel é preponderante para assegurar uma cobertura efetiva da área do concelho.

No Concelho do Sabugal existem 2 Postos de Vigia que se inserem na Rede de Postos de Vigia:

Posto de Vigia 35-3 (Machoca) – Malcata

Posto de vigia 35-4 (Serra do Homem de Pedra) - Soito

A comunicação destes 2 postos de vigia é feita via rádio, diretamente com o CDOS.

Existem zonas do concelho que não são visíveis pelos postos de vigia ou pelos LEE. Assim sendo, a vigilância terrestre móvel é um complemento da rede de vigilância fixa, através da articulação de elementos no terreno: Câmara Municipal, Bombeiros, Equipas de Sapadores Florestais e GNR, desenhada e articulada ao nível do Município segundo áreas de

intervenção preferencial de atuação e onde cada entidade interveniente assegura, em permanente ligação com as restantes, a vigilância da sua área.

Na vigilância móvel as equipas de sapadores florestais durante o período crítico, asseguram a vigilância definida nos respetivos itinerários, garantindo o eficaz patrulhamento do mesmo. Para além do controlo efetivo resultante da vigilância móvel, é simultaneamente potenciado o “efeito surpresa”, aumentando a eficácia da vigilância e a dissuasão.

No Mapa 9 encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção mais eficaz. Estes funcionam em toda a fase Charlie e dependendo das condições climáticas numa parte da fase Bravo e Delta.

5.3.1.2. 1ª Intervenção

Como já se fez referência, o tempo de resposta dos meios de supressão de incêndios constitui um fator crítico no âmbito da DFCI. Para evitar que os incêndios assumam proporções de difícil controlo, os meios de primeira intervenção devem chegar rapidamente ao local.

Os fatores de sucessos são essencialmente a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

As ações de 1ª intervenção, numa organização de cariz municipal, deverão ser desenvolvidas pelos agentes posicionados no terreno. A colaboração nas ações de vigilância e deteção, deverão atuar e estar o mais próximo do início das ignições, nomeadamente os Bombeiros, as equipas de Sapadores Florestais e outros elementos presentes no terreno.

O potencial do tempo de chegada para a 1.ª intervenção (tempo entre o primeiro alerta e a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações), os locais estratégicos de estacionamento (LEE) e dos aquartelamentos das equipas com essa competência estão representados no Mapa 10.

No Mapa 10 é possível também observar a representação do potencial do tempo de chegada para a 1ª intervenção, através de cálculo das isócronas, que medem o tempo mínimo de deslocação sobre a rede viária florestal, cujo ponto de partida são os locais de posicionamento dos meios (LEE/aquartelamentos).

Assim sendo, pode-se observar que uma grande área do concelho poderá ser alvo de intervenção de 15 a 20m, de 20 a 30m e de 30 a 60 minutos, onde se destaca a freguesia de Sortelha e de Bendada.

De salientar que a rede viária florestal foi considerada para determinação da velocidade média, pelo que em caso de obstrução de vias por destroços, os tempos de intervenção poderão ser superiores aos previstos.

5.3.1.3. Combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio

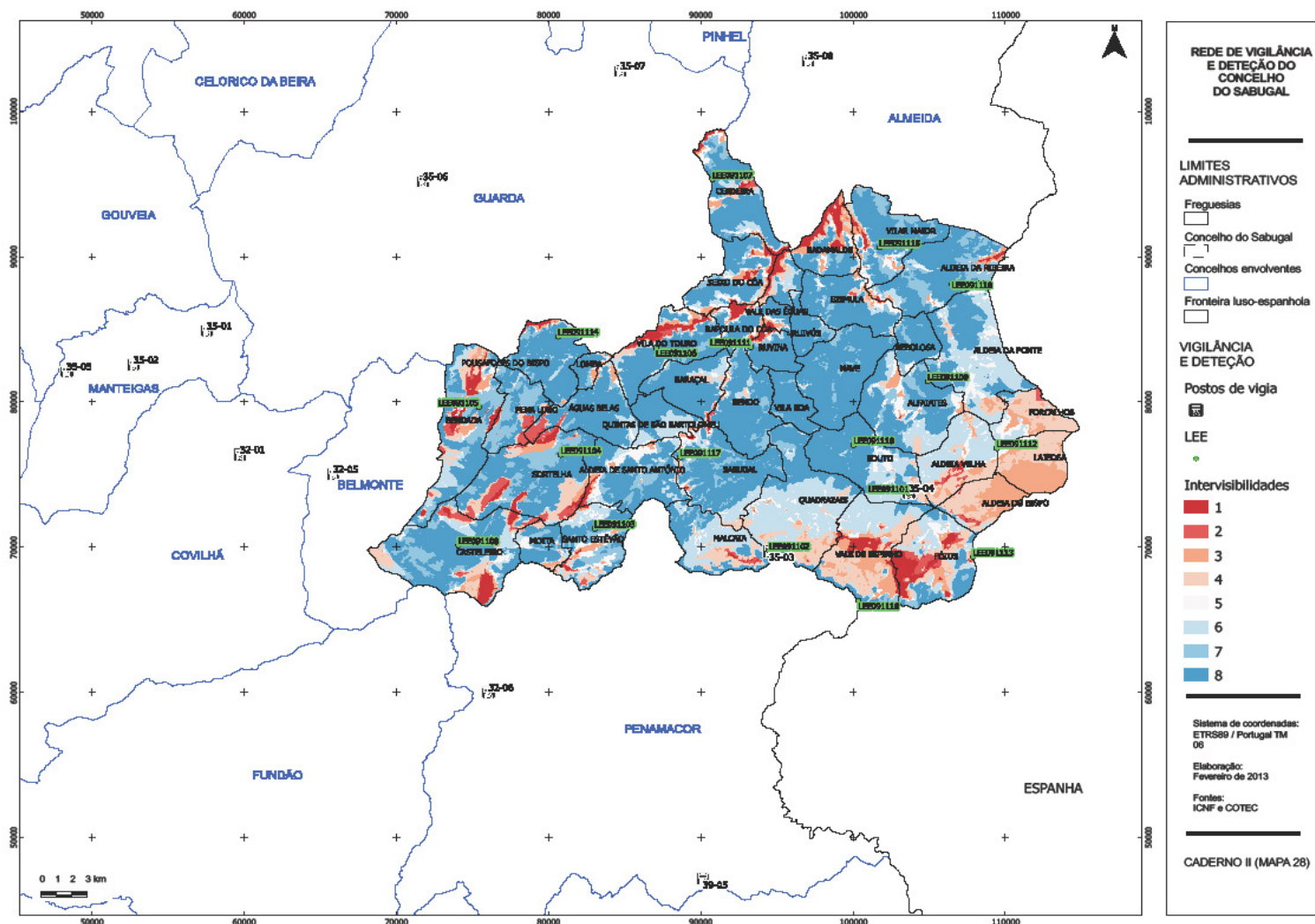
Para o sucesso de qualquer operação de combate, a capacidade e o tempo de resposta no emprego dos meios terrestres e a utilização de estratégias que envolvam capacidade de previsão e de intervenção indireta por pessoal e máquinas são fundamentais.

O Combate é efetuado por duas corporações de bombeiros existente no concelho, os **Bombeiros Voluntários do Sabugal** e os **Bombeiros Voluntários do Soito**.

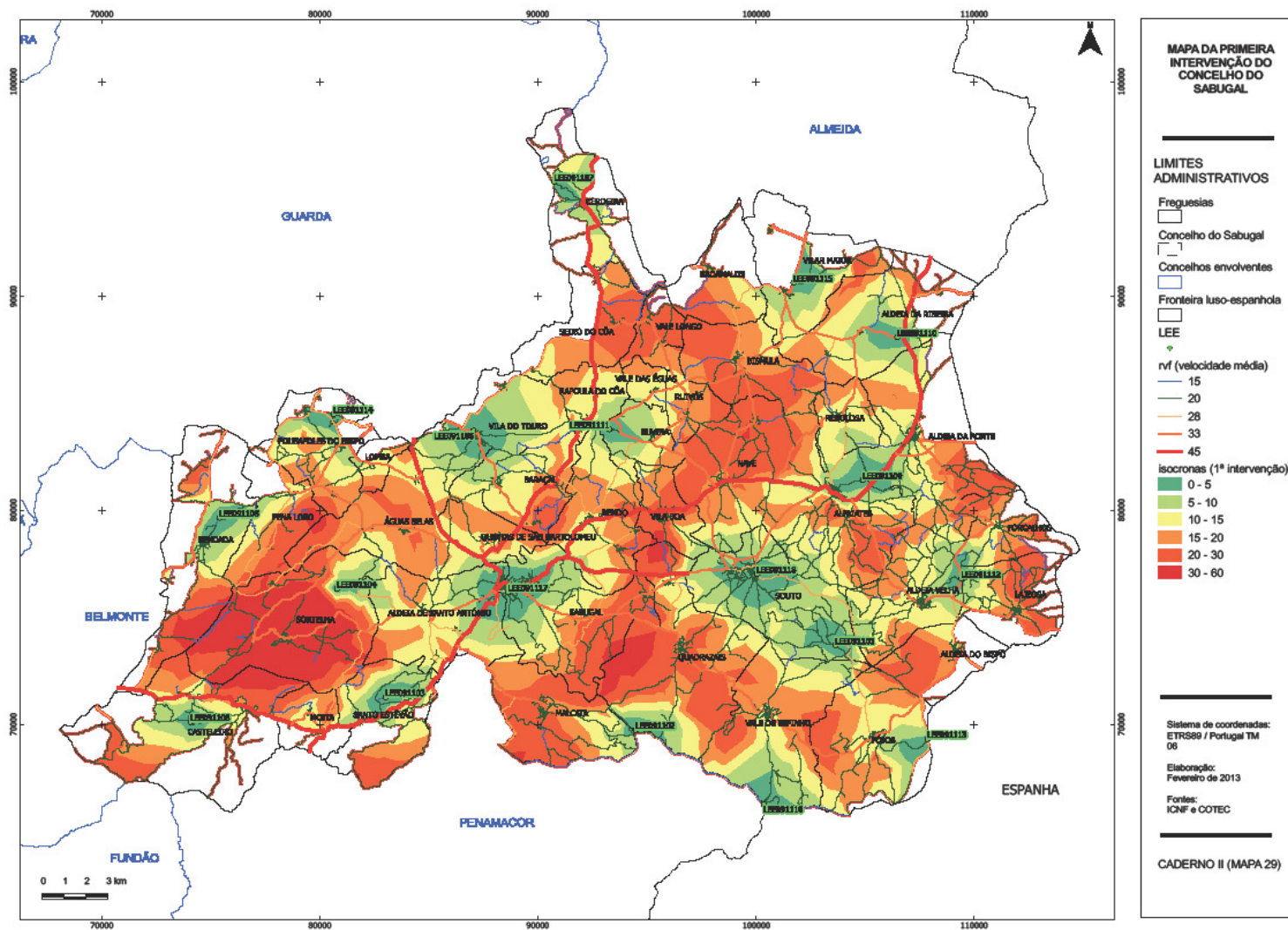
O rescaldo é uma fase crucial do combate pelo que, o responsável da operação tem de garantir a sua correta e eficaz execução, devendo ser efetuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A equipa que estiver a efetuar o rescaldo, só abandona o local depois de assegurar que eliminou toda a combustão na área ardida, ou que, o material em combustão se encontra devidamente isolado e circunscrito, como tal não constituindo perigo de reacendimento.

Mapa 9 – Rede de Vigilância e Detecção - Sabugal



Mapa 10 – 1.ª Intervenção - Sabugal



5.3.2. Planeamento das Ações

5.3.2.1 Metas e Indicadores

A necessidade de se promover a ação concentrada de todas as entidades com responsabilidades no desenvolvimento das ações de vigilância e deteção, 1.^a intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, exige que se defina de forma rigorosa todas as ações que deverão ser implementadas durante a vigência do PMDFCI, por forma a otimizar-se a eficiência do ataque e gestão dos incêndios.

Para tal, recorreu-se uma vez mais à definição de ações, metas e indicadores (Quadro 212), o que torna possível não só planificar a atividade da CMDF no que se refere ao esforço de melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, como também facilitar o acompanhamento da operacionalização das diferentes ações.

Quadro 212- Metas e Indicadores

Fases de Perigo	Ação	Metas	Unidades	Responsáveis	Indicadores				
					Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Alfa	1.ª Intervenção	Diminuir o índice entre o n.º de IF e equipas e n.º de 1.ª intervenção	%	BV Sabugal BV Soito SF	<10	<10	<6	<4	<3
Bravo/Charlie Delta	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre o n.º de IF e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR BV Sabugal BV Soito SF	<20	<20	<15	<15	<10
	1.ª intervenção	Diminuir o índice entre o n.º de IF e equipas e n.º de 1.ª intervenção	%	BV Sabugal BV Soito SF	<20	<20	<15	<15	<10
	Rescaldo e vigilância pós incêndio	Diminuir o n.º de reacendimentos	%	BV Sabugal BV Soito SF	<5	<5	<3	<3	<2
Echo	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre o n.º de IF e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR BV Sabugal BV Soito SF	>3	<3	<3	<3	<3

Quadro 213 - Orçamento e responsáveis

	Ação	Metas	Responsáveis	Indicadores (€)					Total
				Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	
Concelho do Sabugal	Sistema de vigilância e deteção	1.ª deteção postos de vigia	GNR	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	30 000
		1.ª deteção equipas DFCI	Bombeiros SF	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	2 100 000
		Sub-total		426 000	426 000	426 000	426 000	426 000	2 130 000
	1.ª intervenção	1.ª intervenção das equipas de DFCI	Bombeiros SF	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	2 100 000
	Combate e rescaldo	Área ardida/ocorrência	Bombeiros SF	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	2 100 000
	Vigilância pós-incêndio	Área ardida/reacendimento	Bombeiros SF	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	2 500 000
TOTAL				1 766 000	1 766 000	1 766 000	1 766 000	1 766 000	8 830 000

Nota: 6 equipas SF *70 000€= 420 000€

4º - Eixo Estratégico

5.4. Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

O **objetivo estratégico**, para este eixo é recuperar e reabilitar os ecossistemas e o **objetivo operacional**, é avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementar estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

As ações preconizadas para este eixo passam pela elaboração de um plano específico de acordo com a recuperação de áreas ardidas, tendo em conta as orientações estratégicas do Concelho Nacional de Reflorestação e do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROFBIN), de forma a evitar a degradação de recursos e de infra-estruturas.

Todos os anos deverá ser realizado um levantamento das áreas ardidas e a sua caracterização, de forma a poder avaliar as espécies existentes e as perdas sofridas.

Prevê-se um tempo de espera de 3 anos, de forma a avaliar a existência de regeneração natural para essas zonas queimadas, procedendo de seguida ao tipo de plano mais adequado a aplicar.

5.4.1 Enquadramento

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais.

A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de atuação:

- intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objetivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);
- intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Após a ocorrência de um fogo, os espaços florestais podem sofrer processos de degradação ecológica, quer devido a perdas locais de biodiversidade, quer devido a fenómenos de erosão. Estes últimos poderão ainda causar impactos significativos nos recursos hídricos, uma vez que poderão diminuir a capacidade de retenção de águas dos solos e reduzir as seções de vazão (devido a fenómenos de assoreamento), levando a alterações nos regimes de cheia.

Neste sentido, terminada a época de incêndios, deverão efetuar-se ações de mitigação de danos nas áreas afetadas que mostrem maior vulnerabilidade a processos de erosão e degradação ecológica. De forma a tornar o processo de recuperação mais eficiente, as zonas de maior risco deverão ser identificadas previamente, assim como as intervenções a efetuar em caso de incêndio.

Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta.

As ações devem ser estruturadas de acordo com os objetivos pretendidos para as áreas afetadas sendo estas:

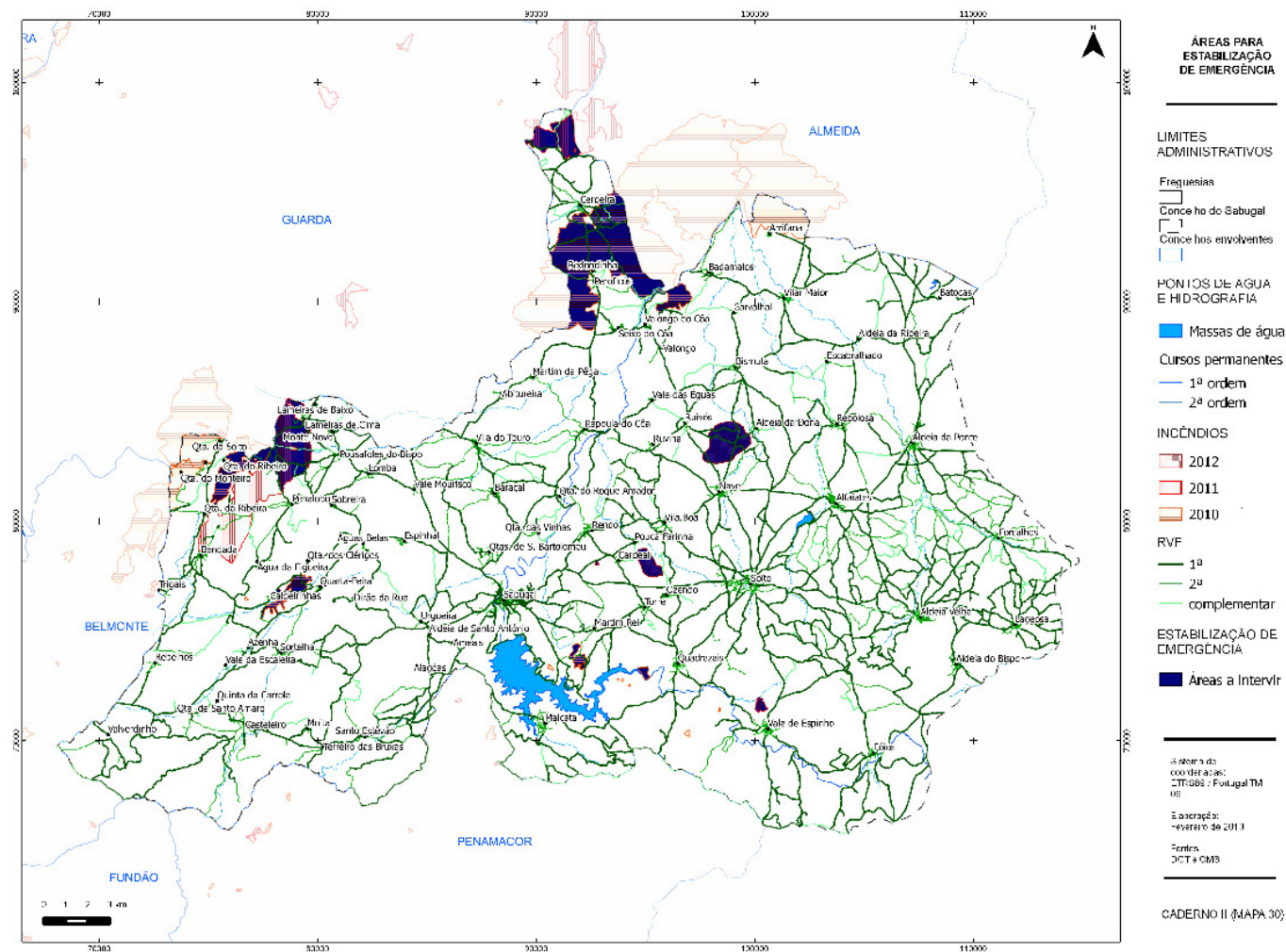
- Conservação do solo e da água
- Manutenção da resiliência dos espaços florestais
- Manutenção da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem

O objetivo de conservação do solo e da água desenvolvem-se numa primeira fase de intervenção, que se pode designar de estabilização de emergência, que ocorre logo após a época crítica de incêndios e que tem por finalidade evitar a erosão do solo e a degradação da qualidade das águas subterrâneas durante a época chuvosa (Outono e Inverno). Para além da implementação de operações que visem o controlo da erosão e incorporação de grandes quantidades de nitratos e fósforo nos aquíferos, a fase de estabilização de emergência serve ainda para proteger infra-estruturas que se encontrem ameaçadas, assim como habitats sensíveis.

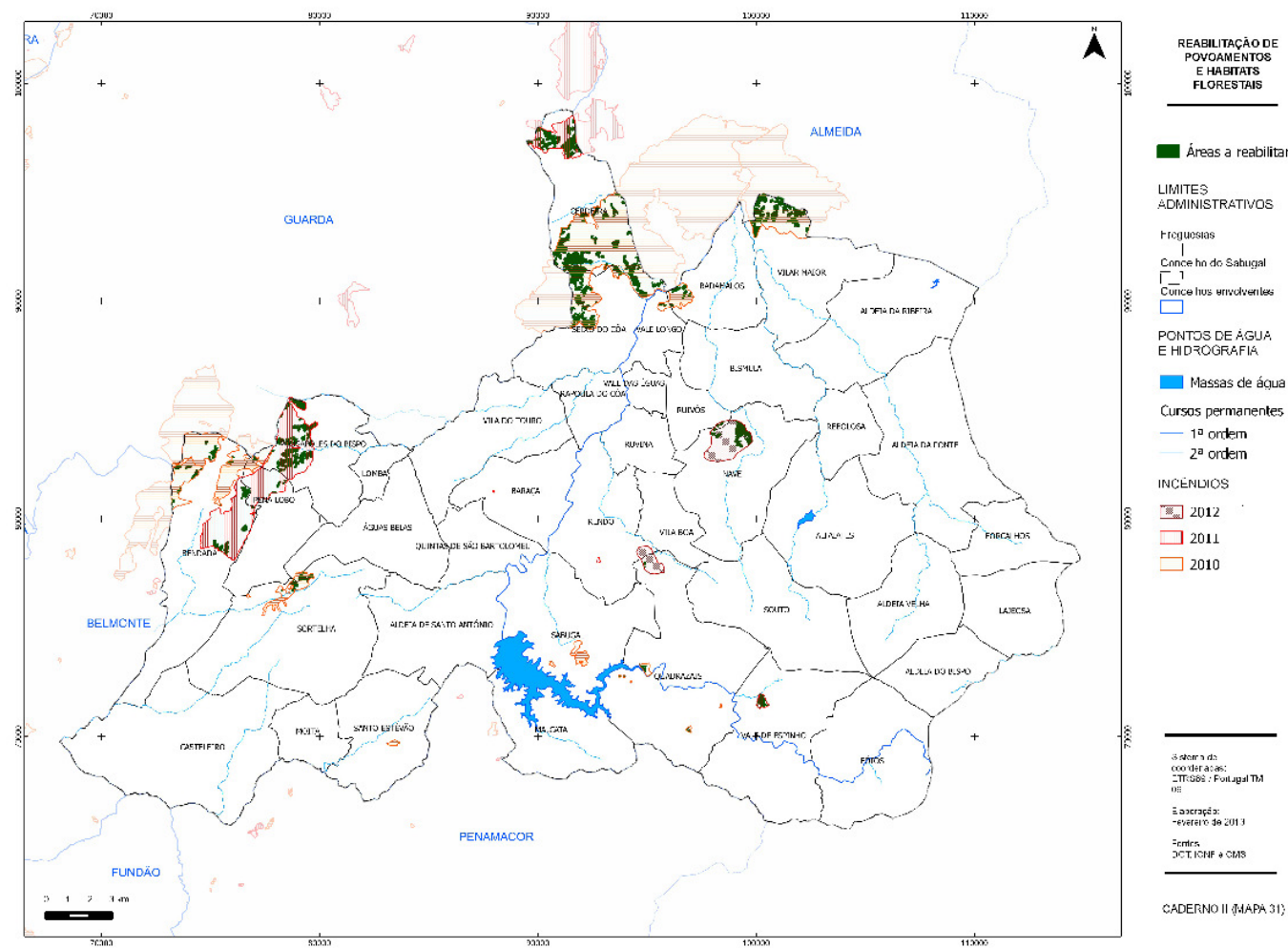
Numa segunda fase procede-se ao fomento de condições que levem a um aumento da resiliência dos espaços florestais. Esta fase prolonga-se por volta de dois anos procedendo-se, entre outras ações, à avaliação da resposta do meio aos danos sofridos, à recolha de salvados e, caso se prove necessário, ao controlo fitossanitário, a ações de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.

A terceira fase tem lugar normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo, altura em que são implementados os projetos definitivos de recuperação ou reflorestação de acordo com os objetivos que se pretendem atingir (florestas de produção, proteção e/ou enquadramento paisagístico). Será nesta fase que serão promovidos as ações conducentes ao cumprimento dos objetivos de manutenção da resiliência dos espaços florestais da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

Mapa 11 – Estabilização de Emergência – Sabugal



Mapa 12 – Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais



5º - Eixo Estratégico

5.5. Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

O **objetivo estratégico** deste eixo é operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

5.5.1. Competências das Entidades Intervenientes no SDFCI

Para que os objetivos de defesa da floresta contra incêndios sejam alcançados, importa garantir que as entidades intervenientes (Quadro 214) no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI se articulam entre si de forma eficiente.

No concelho de Sabugal, tendo em conta as diferentes organizações e organismos que nele atuam, a CMDF apresenta a seguinte composição:

- * Presidente da Câmara Municipal de Sabugal ou seu representante
- * Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
- * Comandante dos Bombeiros Voluntários do Sabugal e do Soito
- * Junta de Freguesia (seu representante)
- * Associação de Produtores Florestais (seu representante)
- * Assembleia de Compartes (seu representante)
- * Guarda Nacional Republicana

Com a constituição da CMDF garante-se, portanto, a articulação das entidades com responsabilidades na gestão do território, vigilância e combate a incêndios, nas ações a desenvolver no âmbito do PMDFCI, promovendo-se uma ação concertada ao nível do município e integrando-se diferentes competências, experiências e conhecimentos. À CMDF caberá estabelecer um circuito de comunicação entre as diferentes entidades que a compõem, de forma a tornar eficiente a partilha de informação e otimizar as várias operações a realizar.

A garantia de que as forças responsáveis pelas ações de 1.ª intervenção, combate e rescaldo desenvolverão eficientemente a sua atividade e passará pela colaboração, numa base anual, de planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) que permitirão otimizar a distribuição dos meios materiais e humanos pelas diferentes atividades de defesa, assim como apoiar a coordenação das diferentes entidades envolvidas. Em caso de emergência, caberá à CMDF prestar todo o apoio necessário à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) que terá por função garantir a coordenação das operações de combate, socorro e assistência às populações e grupos operacionais (definidos no Plano Municipal de Emergência), bem como estabelecer a ligação com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS). Quadro 214

Eixos Estratégicos	Objetivos	Instrumentos	Entidades
1º Eixo Estratégico	Criar e manter faixas de gestão de combustíveis	Caracterização física	GTF GNR SNB
		Caracterização da população	OPF
	Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustíveis	Ocupação do solo	GTF GNR SNB
		Mapa dos modelos de combustíveis florestais	OPF
	Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI	Mapa de perigosidade de incêndio florestal	GTF GNR SNB
		Mapa de risco de incêndio florestal	OPF
	Promover ações de gestão de pastagens	Mapa de prioridades de defesa	GTF GNR SNB
		Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	OPF
	Criar e manter rede de infra-estruturas (rede viária e pontos de água)	Mapa da rede viária florestal	GTF GNR SNB
		Mapa da rede de pontos de água	OPF
	Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais	Mapa de planeamento de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	GTF GNR SNB OPF
		Mapa de planeamento da rede viária florestal	
		Mapa de planeamento da rede de pontos de água	
		Mapa síntese das ações (2014 a 2018)	
2º Eixo Estratégico	Sensibilização da população	Quadro de diagnóstico da população	GTF GNR SNB OPF
	Sensibilização e educação escolar	Quadro de sensibilização da população	
	Fiscalização	Quadro indicador da fiscalização (metas, indicadores e orçamento)	

Quadro 214 - Quadro de competências das entidades intervenientes no SDFCI (Cont)

Eixos Estratégicos	Objetivos	Instrumentos	Entidades
3.º Eixo Estratégico	Sistema de vigilância e deteção	Quadro com as entidades envolvidas e inventário dos equipamentos	GTF GNR SNB OPF
	Sistema de 1.ª Intervenção	Quadro com os meios complementares de apoio ao combate	
	Sistema de combate	Quadro dos dispositivos operacionais (funções e responsabilidades)	
	Sistema do rescaldo	Esquema de comunicação dos alertas	
	Sistema de Vigilância após rescaldo	Esquema de procedimento dos alertas	
		Lista geral dos contactos	
		Mapa dos sectores territoriais de DFCI	
		Mapa da rede de postos de vigia e bacias de visibilidade	
		Mapa de vigilância do concelho	
		Mapa de 1.ª intervenção	
		Mapa de combate, rescaldo e vigilância pós incêndio	
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) I	
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) II	
		Cartografia de apoio á decisão (CAD) III	
		Mapa de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio (2014-2018)	

Quadro 214 - Quadro de competências das entidades intervenientes no SDFCI (Cont)

Eixos Estratégicos	Objetivos	Instrumentos	Entidades
4.º Eixo Estratégico	Recuperação de áreas ardidas	Avaliação e calendarização da recuperação das áreas ardidas	GTF GNR SNB OPF
5.º Eixo Estratégico	Organograma/quadro de competências		GTF GNR SNB OPF
	Prazo de vigência do PMDFCI		
	Identificação das componentes do POM		
	Procedimentos e periodicidade da monitorização do PMDFCI e atualização do POM		
	Planificação das reuniões da CMDFCI		
	Definição da data de aprovação do POM (data limite 15 de Abril)		
	Análise das relações supramunicipais		
	Processo de monitorização do PMDFCI - Contribuições de cada entidade		
	Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI		

5.5.2. Avaliação

Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, no quadro que se segue, encontramos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos por cada entidade.

Quadro 215 - Formação

Tipo de formação	Entidade a formar	N.º elementos
Coordenação	Câmara Municipal	1
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	8
Vigilância, deteção e 1.ª intervenção	Todas as juntas de freguesia	40
	Sapadores Florestais	36
	GNR (postos de vigia)	2
	Bombeiros Sabugal	55
	Bombeiros Soito	58
Combate	Bombeiros Sabugal	55
	Bombeiros Soito	58
Rescaldo e vigilância após-incêndio	= Vigilância, deteção e 1.ª intervenção	=

5.5.3. Atividade da CMDFCI Sabugal

O correto funcionamento da CMDF passará pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades que a compõem e, necessariamente, pela realização frequente de reuniões que permitam àquelas entidades acompanhar de perto o evoluir das operações e definir estratégias conjuntas de ação. A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a CMDF de cada uma das entidades que têm a seu cargo ações definidas no PMDFCI, assim como a apresentação e discussão de propostas.

Neste sentido, dada a importância que apresenta a criação de condições que permitam a comunicação regular entre as entidades com responsabilidades ao nível da defesa da floresta, definiu-se que **a CMDF do concelho de Sabugal irá reunir no mínimo 3 vezes ao ano**, o que garantirá o acompanhamento da execução dos trabalhos definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

Quadro 216 - Cronograma de reuniões da CMDFCI

Reuniões CMDFCI	Jan	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	X			X						X		

As reuniões da CMDFCI do concelho do Sabugal ocorrem preferencialmente antes de iniciar uma nova época de Verão, atendendo às necessidades, em tempo útil, de as diferentes entidades poderem preparar o período crítico. No entanto, a CMDFCI reúne sempre que se justifique.

O quadro que se segue, apresenta o resumo das principais atividades atribuídas a cada um dos elementos que compõem a CMDFCI.

Quadro 217: Principais responsabilidades de cada uma das entidades que constituem a CMDFCI

Entidade	Responsabilidade
Juntas de Freguesia	Acompanhar de perto as intervenções definidas para cada uma das freguesias do concelho e esclarecer a população sobre a utilidade das ações postas em prática. Competirá, também ao representante das juntas de freguesia alertar a CMDFCI para aspetos que precisem ser considerados ou alterados e garantir a permanente atualização do inventário de meios disponíveis
Serviço Municipal de Proteção Civil	Garantir em sede de POM a coordenação de todas as entidades intervenientes; operacionalizar as ações de silvicultura preventiva, nomeadamente a limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos e criação de zonas de descontinuidade; operacionalizar as campanhas de sensibilização das populações
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	Prestar apoio técnico relativamente aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas ações de recuperação e reabilitação dos espaços florestais. Prestar, ainda, apoio técnico da definição das estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos espaços florestais
	Prestar apoio técnico no que respeita aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas ações de recuperação e reabilitação dos espaços florestais de forma a garantir a integridade dos ecossistemas intervencionados
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Sabugal e Soito	Acompanhar o decorrer das operações de gestão de combustíveis definidas no PMDFCI. Apresentar no quarto semestre de cada ano o relatório sobre as atividades desenvolvidas no concelho (ocorrências, avaliação da coordenação entre entidades, etc.). Identificar aspetos operacionais que necessitem de revisão. Manter atualizado o inventário de meios disponíveis; propor medidas de beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede divisional e pontos de água)
Guarda Nacional Republicana	Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI. Apresentar relatório anual (no quarto semestre) sobre as atividades desenvolvidas no concelho. Manter atualizado o inventário de meios disponíveis.
Associações de Produtores Florestais	Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI

O plano apresentado é um instrumento dinâmico e monitorizável, sujeito a alterações constantes, assim sendo deve ser continuamente atualizado em função das informações apresentadas pelas entidades envolvidas, que as farão chegar ao GTF, o qual por sua vez, e após uma análise cuidada procederá à sua introdução no plano e à sua apresentação à Comissão Municipal de Defesa da Floresta na reunião seguinte.

O compromisso de se criar uma estrutura eficiente e funcional exige, por outro lado, que a CMDF promova o estreitamento das relações com as CMDF dos concelhos vizinhos (especialmente Almeida, Guarda e Penamacor), de modo a se analisar quais os aspetos em que se poderão desenvolver estratégias de cooperação e melhorar os procedimentos de comunicação entre as entidades com responsabilidades ao nível do combate e vigilância.

A partilha de informação e experiências com os concelhos vizinhos, além de constituir uma mais-valia para a operacionalização das ações de DFCI, apresenta ainda a vantagem de familiarizar as forças de combate a incêndios dos concelhos vizinhos com a realidade do concelho de Sabugal, o que se traduzirá num aumento da eficiência das ações conjuntas que poderão vir a ser desenvolvidas num cenário de alerta vermelho. A realização de exercícios de emergência conjuntos, desenvolvidos no âmbito da atividade das respetivas comissões municipais de proteção civil, deve ser incentivada para testar e preparar a capacidade de resposta em ações conjuntas.

O POM deverá ser revisto e aprovado pela CMDFCI até ao dia 15 de Abril de cada ano.

Assim, será possível aumentar a capacidade de resposta aos incêndios florestais, melhorando a prontidão e a articulação dos diferentes intervenientes na defesa da floresta contra incêndios.

O PMDFCI do Concelho do Sabugal terá uma vigência de 5 anos a iniciar com a data de aprovação (2014-2018).

O Quadro que se segue apresenta o resumo das principais ações a desenvolver pela CMDF.

Quadro 218: Principais ações a desenvolver no âmbito da atividade da CMDFCI

Objetivo	Ação
Operacionalização da CMDFCI	Realizar reuniões onde serão discutidas as ações desenvolvidas por cada entidade que compõe a CMDFCI e criados os canais de informação entre autarquia e forças de combate. Elaborar relatório anual de atividades
Promover o contacto próximo com as CMDFCI vizinhas e com o CDOS, de forma a identificar estratégias e consolidar os mecanismos de comando e coordenação entre aquelas entidades em caso de emergência	Realizar anualmente uma reunião que envolva a CMDFCI de Sabugal, as CMDFCI dos concelhos vizinhos e o CDOS
Otimizar a resposta das forças de primeira intervenção, combate e rescaldo face a ocorrência de incêndios florestais	Promover a realização de exercícios de emergência conjuntamente com os concelhos vizinhos e o CDOS
Compilar informação útil para as ações de vigilância, primeira intervenção e rescaldo e organizar o dispositivo de DFCI com base naqueles dados	Elaborar anualmente o POM
Otimizar a resposta das forças de primeira intervenção, combate e rescaldo, e enquadrá-las no sistema municipal de prevenção e primeira intervenção (definido ao nível da CMPC e CMDFCI)	Realização anual de ações de formação por parte das forças de primeira intervenção e combate ampliado, após a realização de cada POM.
Otimizar o sistema municipal de vigilância contra incêndios, distribuindo de forma eficiente os meios materiais e humanos disponíveis ao nível do município	Promover, antes da elaboração dos POM, a realização de uma reunião entre as entidades com responsabilidades ao nível da vigilância

Quadro 218 – Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI do Concelho do Sabugal

Eixos Estratégicos	Estimativa de Orçamento Total (€)					
	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total/eixo
1.º Eixo Estratégico	401 609	759 565,8	353 396,1	413 107	108 391	2.036 068,9
2.º Eixo Estratégico	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	15.000
3.º Eixo Estratégico	1.766 000	1.766 000	1.766 000	1.766 000	1.766 000	8.830 000
4.º Eixo Estratégico	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500	7.000
5.º Eixo Estratégico	100	100	100	100	100	500
Total/ano	2 171 709	2 530 165,8	2 123 996,1	2 183 707	1 878 991	10 888 568,9
Total PMDFCI						10 888 568,9

METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DA CARTA DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam – se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam – se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
	3	Pasto contínuo, espesso e ($>=1m$) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.	Campos cerealíferos (antes da ceifa). Pastagens altas. Feteiras. Junciais.
	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga – se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbóreas jovens e densas (fase de novédio) e não caducifólias.
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.	Qualquer formação arbustiva jovem, ou com pouco combustível morto. Sub – bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub – lenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub – bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície.
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga – se através do mato com ventos moderados a fortes.	Situações de dominância arbustiva não enquadráveis nos modelos 4 e 5. Regeneração de <i>Quercus pyrenaica</i> (antes da queda da folha).
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve – se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.	
GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
Manta morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições	Formações florestais ou pré – florestais sem Sub – bosque: <i>Quercus</i> mediterrânicos, medronhal, Vidoal, folhosas ripícolas, choupal, eucaliptal jovem, <i>Pinus sylvestris</i> , cupressal e

		meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.	restantes resinosas de agulha curta.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as da <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.	Formações florestais sem sub-bosque: pinhais (<i>Pinus pinaster</i> , <i>P. pinea</i> , <i>P. nigra</i> , <i>P. radiata</i> , <i>P. halepensis</i>), carvalhais (<i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Q. robur</i> , <i>Q. rubra</i>) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).
	10	Restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais, pragas intensas ou excessiva maturação da massa, com presença de vegetação herbácea que cresce entre os restos lenhosos.	
	11	Resíduos ligeiros ($\varnothing < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes	Formações florestais sujeitas a operações de desramação e desbaste, seleção de toíças (eucaliptal), ou a cortes parciais ligeiros.
Resíduos lenhosos	12	Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a desbaste ou corte parcial intensos, ou a corte raso.
	13	Grandes acumulações de resíduos de exploração grossos ($\varnothing < 7,5$ cm) e pesados, cobrindo todo o solo.	

CHAVE PARA IDENTIFICAÇÃO DE MODELOS DE COMBUSTÍVEL

I. O fogo propaga – se principalmente pelas herbáceas.

A velocidade de propagação esperada é de moderada a alta, com intensidade de fogo (comprimento da chama) baixa a moderada.

A. As herbáceas têm estrutura fina, geralmente com altura inferior ao nível do joelho, e está seco ou quase todo morto. O pasto é praticamente contínuo.

Ver descrição do modelo 1.

B. As herbáceas estão geralmente situadas por baixo de arvoredado aberto ou matos dispersos. A folhada do estrato superior está incluída, porém são as herbáceas que conduzem o fogo. A velocidade de propagação esperada é mais lenta do que no modelo 1 e a intensidade é inferior à do modelo 3.

Ver descrição do modelo 2.

C. As herbáceas têm estrutura grossa, com altura superior ao nível do joelho (cerca de 1 m) havendo dificuldade em caminhar através delas.

Ver descrição do modelo 3.

II. O fogo propaga – se principalmente pelo mato, ou pela folhada debaixo do mato. As velocidades de propagação esperadas e as intensidades de fogo (comprimento da chama) são moderadas a altas.

A. A humidade do combustível vivo pode ter efeito significativo sobre o comportamento do fogo.

1. O mato tem cerca de 2 m de altura, com cargas pesadas de combustível morto (lenhoso). Esperam – se fogos muito intensos, com altas velocidades de propagação.

Ver descrição do modelo 4.

2. O mato tem cerca de 0,6 m de altura, com cargas ligeiras de folhada do próprio mato por baixo. Esta folhada pode propagar o fogo, especialmente com vento fraco.

Ver descrição do modelo 5.

B. Os combustíveis vivos estão ausentes ou estão dispersos. A altura média do mato está entre 0.6 e 1.2m. o mato requer ventos moderados para propagar o fogo.

Ver descrição do modelo 6.

C. O tipo de formação vegetal são matos inflamáveis de 0.6 a 1.2 m de altura.

Ver descrição do modelo 7.

III. O fogo propaga – se principalmente pela folhada debaixo das árvores.

As velocidades de propagação são baixas ou moderadas; a intensidade do fogo (comprimento da chama) pode variar de baixa a alta.

A. O combustível superficial é principalmente a folhada das árvores. Os combustíveis grandes estão espalhados por cima da folhada. Os combustíveis verdes estão tão dispersos que são desprezáveis para o comportamento do fogo.

1. A folhada morta está densamente compactada e é proveniente de coníferas de folha curta (5 cm ou menos) ou de folhas de folhosas.

Ver descrição do modelo 8.

2. A folhada está muito pouco compactada.

Ver descrição do modelo 9.

B. Existe uma quantidade significativa de combustível mais grosso. Este tem agregado ramos ou raminhos, ou está parcialmente partido. Os combustíveis grossos estão bastante bem distribuídos sobre a área. Algum do combustível é provavelmente mais baixo do que o nível do joelho, podendo mo entanto haver algum combustível mais alto.

Ver descrição do modelo 10.

IV. O fogo propaga – se principalmente pelos resíduos de exploração, resultantes de cortes ou de tratamentos silvícolas.

As velocidades de propagação e a intensidade do fogo (comprimento da chama) são baixas ou muito altas.

A. Os resíduos são velhos e estão cobertos de plantas que cresceram entre eles.

1. Resíduos de folhosas. As folhas já caíram e estão secas. Quantidade considerável de vegetação (herbáceas altas) cresceu entre os resíduos encontrando – se seca.

Ver descrição do modelo 6.

2. Resíduos de coníferas. As agulhas já caíram e há uma quantidade considerável de vegetação (herbáceas altas) que cresceu entre os resíduos.

Ver descrição do modelo 10.

B. Os resíduos são recentes (0 a 3 anos de idade) e não compactados.

1. Resíduos não contínuos. Folhada ou pequenas quantidades de herbáceas ou mato devem estar presentes para ajudar a conduzir o fogo, porém ainda assim, os resíduos são os principais condutores. Os combustíveis vivos não têm um papel significativo no comportamento do fogo. A altura dos resíduos é de cerca de 0.3m.

Ver descrição do modelo 11.

2. Resíduos que cobrem todo o solo (maior carga do que o modelo 11), ainda que possa haver algumas zonas de solo nu ou ligeiramente cobertas. A altura média dos resíduos é de cerca de 0,6m e não estão excessivamente compactados. Aproximadamente metade das folhas podem estar presas aos ramos, mas não secas. Os combustíveis vivos estão ausentes ou não se espera que afetem o comportamento do fogo.

Ver descrição do modelo 12.

3. Resíduos que formam uma camada contínua ou quase contínua (carga mais pesada do que no modelo 12), não excessivamente compactada; com altura média de cerca de 1m.

Aproximadamente metade das folhas estão presas aos ramos mas encontram – se secas, ou então todas as folhas estão presas aos ramos mas continuam verdes. Não se espera que os combustíveis vivos afetem o comportamento do fogo.

Ver descrição do modelo 13.

4. Iguais ao ponto 3, com a diferença de que todas as folhas estão presas aos ramos e já estão secas.

Ver descrição do modelo 14



Plano Municipal DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

MUNICÍPIO DO SABUGAL



CADERNO III

PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL - POM

Gabinete
Técnico
Florestal

Abril de 2014

Índice

Índice de Quadros e Mapas

1. Meios e recursos existentes

2. Dispositivo Operacional de DFCI

3. Setores territoriais de DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE)

3.1. Rede de vigilância e deteção de incêndios

3.2. Setores territoriais de DFCI e LEE – 1ª Intervenção

3.3. Setores territoriais de DFCI e LEE – Combate

3.4. Setores territoriais de DFCI e LEE – Rescaldo e vigilância pós-incêndio

3.5. Cartografia de Apoio à Decisão (CAD)

Índice de Quadros e Mapas

Quadro 1 - Entidades envolvidas em cada ação (Inventário de viaturas e equipamentos)

Quadro 2 - Meios complementares de apoio ao combate

Quadro 3 – Procedimento de atuação no alerta Amarelo

Quadro 4 – Procedimento de atuação no alerta Laranja e Vermelho

Quadro 5 - Lista Geral de Contatos

Mapa 1 – Rede de Vigilância e deteção de incêndios do concelho do Sabugal

Mapa 2 – Setores territorais de DFCl e LEE – Vigilância e deteção

Mapa 3 – Setores territorais de DFCl e LEE – 1ª Intervenção

Mapa 4 – Setores territorais de DFCl e LEE – Combate

Esquema 1 – Esquema de comunicação dos alertas **Amarelo**, **Laranja** e **Vermelho** (1ª Intervenção) do concelho do Sabugal

A operacionalização do PMDFCI do concelho do Sabugal, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, concretiza-se através de um Plano Operacional Municipal (POM), que particulariza a execução destas ações.

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve atender há disponibilidades dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que estes assumam grandes proporções.

1. Meios e Recursos Existentes

- Inventário de viaturas e equipamentos disponíveis
- Levantamento dos meios complementar de apoio ao combate

Quadro 1 – Entidades envolvidas em cada ação (Inventário de viaturas e equipamentos)

Ação	Entidade	Id. Equipa	Recursos Humanos nº	Área de atuação (setores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas							
						4*4	4*2	Capacidade de água (l)	Potencia (Hp)	Comp. Total de mangueiras (m)	Maklod	Ancinho	Enxada	Abafador	Pás	Bomba dorsal	Batedor	
Vigilância e Detecção	Sapadores Florestais	SF03/168	5	S091113/S091114	Período Crítico	1	0	500	--	75	2	2	1	5	3	2	2	
		SF05/168	5	S091103/S091104		1	0	500	--	60	2	--	--	--	2	--	3	
		SF13/168	5	S091101		1	0	500	--	30	--	2	1	--	2	1	--	
		SF16/168	5	S091112/S091110		1	0	500	--	75	--	1	1	2	2	--	--	
		SF18/168	5	S091105		1	0	500	--	75	--	--	1	4	2	--	--	
		SF19/168	5	S091109		1	0	500	--	25	--	1	1	--	2	--	3	
	GNR	SEPNA_1	3	--	Todo o ano	1	0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
		SEPNA_2	3	--		1	0	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
	Total						8	0	30000	--	340	4	6	5	11	13	3	8

Ação	Entidade	Id. Equipa	Recursos Humanos nº	Área de atuação (setores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas							
						4*4	4*2	Capacidade de água (l)	Potencia (Hp)	Comp. Total de mangueiras (m)	Maklod	Ancinho	Enxada	Abafador	Pás	Bomba dorsal	Batedor	
1ª Intervenção	Sapadores Florestais	SF03/168	5	S091113/S091114	Período Crítico	1	0	500	--	75	2	2	1	5	3	2	2	
		SF05/168	5	S091103/S091104		1	0	500	--	60	2	--	--	--	2	--	3	
		SF13/168	5	S091101		1	0	500	--	30	--	2	1	--	2	1	--	
		SF16/168	5	S091112/S091110		1	0	500	--	75	--	1	1	2	2	--	--	
		SF18/168	5	S091105		1	0	500	--	75	--	--	1	4	2	--	--	
		SF19/168	5	S091109		1	0	500	--	25	--	1	1	--	2	--	3	
	Bombeiros	0902-SBG	108	S091108/S091107/S091106	Todo o ano	10s	2	Vários	--	Vários	3	4	6	8	39	6	7	
		0919-Soito	78	S091111		12	2	Vários	--	Vários	5	4	3	5	41	5	7	
	Total						28	4	--	--	--	12	14	14	24	93	14	22

Ação	Entidade	Id. Equipa	Recursos Humanos nº	Área de atuação (setores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas						
						4*4	4*2	Capacidade de água (l)	Potencia (Hp)	Comp. Total de mangueiras (m)	Motobomba	Espumífero	Escada Normal	Escada Gancho	Chupador	Extintores	Agulhetas
Combate	Bombeiros	0902-SBG	108	S091108/S091107/S091106	Todo o ano	10s	2	Vários	-	Vários	9	3	5	2	5	12	18
		0919-Soito	78	S091111		12	2	Vários	-	Vários	13	2	1	1	6	18	19
	Total					22	4	--	--	--	22	5	6	3	11	30	37

Ação	Entidade	Id. Equipa	Recursos Humanos nº	Área de atuação (setores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas							
						4*4	4*2	Capacidade de água (l)	Potencia (Hp)	Comp. Total de mangueiras (m)	Motobomba	Espumífero	Escada Normal	Escada Gancho	Chupador	Extintores	Agulhetas	
Rescaldo	Sapadores Florestais	SF03/168	5	S091113/S091114	Período Crítico	1	0	500	--	75	1	--	--	--	--	1	1	
		SF05/168	5	S091103/S091104		1	0	500	--	60	1	--	--	--	--	1	1	
		SF13/168	5	S091101		1	0	500	--	30	1	--	--	--	--	1	1	
		SF16/168	5	S091112/S091110		1	0	500	--	75	1	--	--	--	--	1	1	
		SF18/168	5	S091105		1	0	500	--	75	1	--	--	--	--	1	1	
		SF19/168	5	S091109		1	0	500	--	25	1	--	--	--	--	1	1	
	Bombeiros	0902-SBG	108	S091108/S091107/S091106	Todo o ano	10s	2	Vários	--	Vários	9	3	5	2	5	12	18	
		0919-Soito	78	S091111		12	2	Vários	--	Vários	13	2	1	1	6	18	19	
	Total						28	4	--	--	--	28	5	6	3	11	36	43

(continuação)

Ação		Entidade	Id. Equipa	Recursos Humano nº	Área de atuação (setores territoriais)	Período de atuação	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas					
							4*4	4*2	Capacidade de água (l)	Potencia (Hp)	Comp. Total de mangueiras (m)	Roçadora	Binóculos	Motorroçadoras	Moto serra	Serrote Extenso	Podão
Vigilância	Sapadores Florestais	SF03/168	5	S091113/S091114	Período Crítico	1	0	500	--	75	5	--	2	1	--	--	1
		SF05/168	5	S091103/S091104		1	0	500	--	60	--	1	2	2	--	2	--
		SF13/168	5	S091101		1	0	500	--	30	1	1	-	2	-	1	--
		SF16/168	5	S091112/S091110		1	0	500	--	75	1	--	2	1	1	1	1
		SF18/168	5	S091105		1	0	500	--	75	1	--	3	2	2	1	1
		SF19/168	5	S091109		1	0	500	--	25	--	1	1	1	1	1	--
		Total					6	0	30000	--	340	8	3	10	9	4	6

Quadro 2 - Meios complementares de apoio ao combate

Tipologia	Quantidade de Maquinaria	Entidade	Telefone/Telemóvel	Localização
Bulldozer (MR)	1	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Motoniveladora (MN)	1	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Retroescavadora	1	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Cisterna	1	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Tratores Agrícolas	2	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Reboques	3	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Porta-máquinas (PM)	1	Município do Sabugal	271 75 10 40	Sabugal
Scania trator com banheira 3800 kg	1	Construções do Côa	271 753 658	Sabugal
Scania 4 eixos basculante 3200 kg	1	Construções do Côa	271 753 658	Sabugal
Retroescavadora Komatsu	2	Construções do Côa	271 753 658	Sabugal
Cilindro com rodo 1,3m vibrador	1	Construções do Côa	271 753 658	Sabugal
Trator com reboque 10M3 basculante	1	Construções do Côa	271 753 658	Sabugal
Carrinha 3500 kg	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Carrinha 700 kg	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Camião de 25 Ton	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Camião Trailer	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Niveladora Champion 740	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Bulldozer Komatsu 65 EX 190 cv	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Trator 100 cv com reboque	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Trator 100 cv com cisterna	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Trator 100 cv com braço de corte	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada

Descrição da maquinaria pesada	Quantidade de Maquinaria	Nome do Proprietário	Telefone/Telemóvel	Localização
Trator 100 cv com destroçador	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Giratória 20 Ton.	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Giratória 10 Ton	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Retroescavadora 3 cx.	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Mini Retroescavadora 1 cx.	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Cilindro Dinapac 15 Ton	1	Luís Pais dos Santos	275 456 290	Bendada
Camião 3 eixos basculante	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Camião trator c/ banheira	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Camião trator c/ porta	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Camião trator c/ reboque	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Camião trator c/ cisterna	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Caterpillar 325 BLN equipado com: 1 balde de 1,2m	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Martelo KRUP 1000	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Yanmar B37 V	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Retroescavadora Nowiniand	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Pá Carregadora de Pneus 9,50	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Caterpillar D6 equipada c/ lâmina/ripar	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
FD 14E Turbo Equipada c/ lâmina/ripar	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Cisterna 10 000 L	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Reboque de 12 m3 basculante	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Cilindro rebocável vibrador	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Máquina de corte erva	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Trator de Pneus de 80 cv equipado com:				
Cisterna de 6000 L.	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Forquilha	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Balde	1	Carjol	275 911 363	Belmonte

Reboque de 4 m3	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Niveladora	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Vassoura	1	Carjol	275 911 363	Belmonte
Semi-trailer 40 ton	1	Asdrúbal Martins	271601053/966908721	Soito
Retroescavadora	1	José Carlos Santos	968469712	Casteleiro
Camião Frigorífico	1	Osvaldo Fernandes	962552772/961526183	Soito

2 - Dispositivo Operacional de DFCI

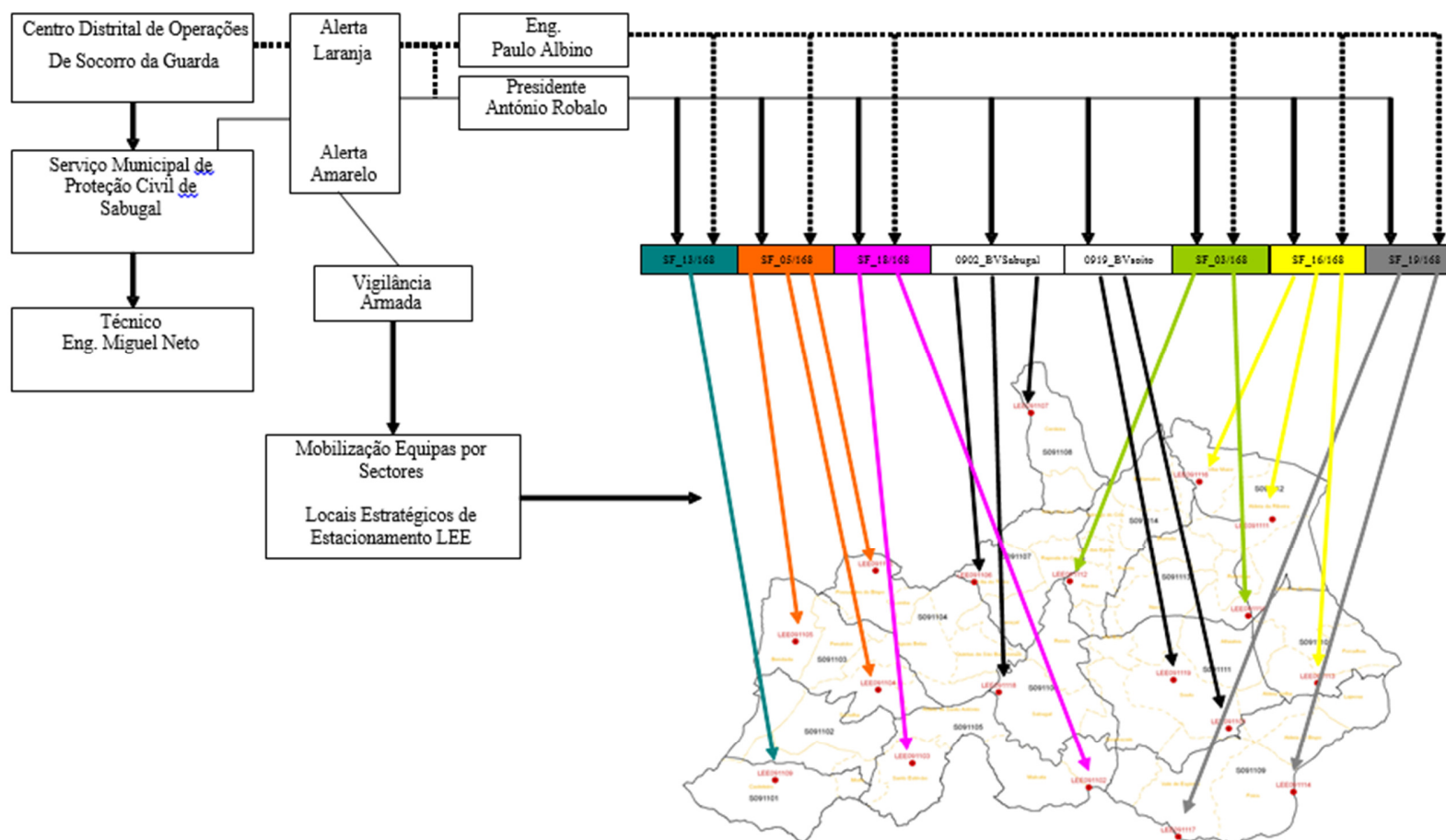
A definição prévia de canais de comunicação e procedimentos de atuação das várias forças e entidades do SDFCI, contribui para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

- Esquema de comunicação
- Procedimentos de atuação
- Lista de contatos

O sistema de alertas é uma forma de intensificar as ações preparatórias para tarefas de supressão ou minoração dos sinistros, colocando meios humanos e materiais de prevenção, em relação ao período de tempo e a área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência.

O sistema de alertas tem início no nível **Azul** e progride de forma crescente, para os níveis **Amarelo**, **Laranja** e **Vermelho**, conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige (Esquema 1).

Esquema 1 – Esquema de comunicação dos alertas Amarelo, Laranja e Vermelho (1ª Intervenção) do concelho do Sabugal



Quadro 3 – Procedimento de atuação no alerta Amarelo

Dispositivos Operacionais DFCI

Procedimentos de Atuação - Alerta Amarelo

Entidades		Atividades	Horário	N.º mínimo de Elementos	Locais de Posicionamento (LEE)
Corporações de Bombeiros	Sabugal	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
	Soito	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
Equipas de Sapadores Florestais	SF 03/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE081112/LEE091110
			12:30 às 20:30		LEE081112/LEE091110
	SF 05/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091104/LEE091105
			12:30 às 20:30		LEE091104/LEE091105
	SF 13/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091109
			12:30 às 20:30		LEE091110
	SF 16/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091116/LEE091111
					LEE091113
					LEE091116/LEE091111
			12:30 às 20:30		LEE091113
	SF 18/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091103/LEE091102
			12:30 às 20:30		LEE091103/LEE091102
	SF 19/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091117/LEE091114
			12:30 às 20:30		LEE091117/LEE091114
GNR	SEPNA_1	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
	SEPNA_2	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-

Quadro 4 – Procedimento de atuação no alerta Laranja e Vermelho

Dispositivos Operacionais DFCI

Procedimentos de Atuação - Alerta Laranja e Vermelho

Entidades		Atividades	Horário	N.º mínimo de Elementos	Locais de Posicionamento (LEE)
Corporações de Bombeiros	Sabugal	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
	Soito	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
Equipas de Sapadores Florestais	SF 03/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE081112/LEE091110
			12:30 às 20:30		LEE081112/LEE091110
	SF 05/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091104/LEE091105
			12:30 às 20:30		LEE091104/LEE091105
	SF 13/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091109
			12:30 às 20:30		LEE091110
	SF 16/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091116/LEE091111
			12:30 às 20:30		LEE091113
	SF 18/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091103/LEE091102
			12:30 às 20:30		LEE091103/LEE091102
	SF 19/168*	Vigilância	11:30 às 19:30	4	LEE091117/LEE091114
			12:30 às 20:30		LEE091117/LEE091114
GNR	SEPNA_1	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-
	SEPNA_2	Patrulhamento/Vigilância	24h/24h	5	-

Quadro 5 - Lista Geral de Contatos

Entidades	Serviço	Cargo	Nome do Responsável	Telemóvel	Telefone	Fax	Correio eletrónico
Câmara Municipal	CMDFCI	Presidente da CMDFCI	António Robalo	963 935 155	271 751 040	271 753 408	arobalo@cm-sabugal.pt
		Vice-Presidente	Delfina Leal	967 389 957	271 751 040	271 753 408	delfina.leal@cm-sabugal.pt
		Proteção Civil	Vítor Proença	927 530195	271 751 040	271 753 408	vitorproenca@cm-sabugal.pt
	SMPC	Presidente da CMDFCI	António Robalo	963 935 155	271 751 040	271 753 408	presidencia@cm-sabugal.pt
	GTF	Técnico	Carla Pereira	967 834 179	271 752 039	271 752 039	carla@cm-sabugal.pt
Corpos de Bombeiros	CMDFCI Sabugal	Comandante	Joaquim Bogas	938 571 011	271 753 315	271 753 635	bogas@cm-sabugal.pt
	CMDFCI Soito	Comandante	Joaquim Barata	964 704 872	271 601 135	271 601 135	-----
GNR	CMDFCI	Comandante Posto	Freitas	961195205	271 752 122	-----	-----
ICNF	CMDFCI	Diretor D.C.N.F.C	Rui Melo	925653650	271 208 400	271 208 409	rui.melo@icnf.pt
		CPE/DGOF	Paulo Albino	962 026 622	271 208 400	271 208 409	paulo.albino@icnf.pt
Junta de Freguesia	CMDFCI	Representante	Vítor Fernandes	926889118	271 615 155	-	vitoralcata@hotmail.com
CDOS	Guarda	Técnico de DFCI	Paulo Albino	962 026 622	271 205 450	271 205 452	paulo.albino@icnf.min-agricultura.pt
OPF	CMDFCI	Representante	João Baptista	932 314 600	271 752 117	271 753 748	coopcoa@sapo.pt

(Continuação)

Entidades	Serviço	Cargo	Nome do Responsável	Telemóvel	Telefone	Fax	Correio eletrónico
Assembleia de Compartes	CMDFCI	Representante	Jacques Henriques	960 031 336	271 491 066	271 491 066	jacques.henriques@gmail.com
OPF	Coopcôa	Técnico	Carlos Castanheira	966 367 710	271 084 222	271 084 333	carloscastanheira@silviestrela.com
	Côaflor	Técnico	João Ribeiro	961 446 868	271 227 890	271 227 890	coa.flor@onimet.pt
	Opaflor	Técnico	Hugo Joia	965 227 294	271 615 040	271 615 041	opaflor@iol.pt
	Croflor	Técnico	Sílvia Pereira	-----	271 615 040	271 615 041	croflor@iol.pt

3. Sectores Territoriais de DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

O zonamento do território em sectores territoriais da DFCI constitui uma medida fundamental à adequada planificação e execução das ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Os sectores territoriais de DFCI definem parcelas contínuas do território municipal às quais são atribuídas, no âmbito da CMDFCI, responsabilidades claras quanto às ações referidas anteriormente.

Os locais estratégicos de estacionamento (LEE), integradas na rede de vigilância das redes municipais, distritais e regionais de DFCI, constituem pontos no território onde se considera ótimo o posicionamento de unidades de 1ª intervenção, garantindo o objetivo de máxima rapidez nessa intervenção e, secundariamente, os objetivos de vigilância e dissuasão eficazes.

3.1 Rede de Vigilância e Deteção de Incêndios

A Vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios.

A Deteção tem por objetivo a identificação imediata e a localização precisa das ocorrências de incêndio e a sua comunicação rápida às entidades responsáveis pelo combate.

Os postos de vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

O concelho é alvo de uma vigilância atenta através de 2 postos de vigia:

Posto de vigia 35.3 (Malcata)

Posto de vigia 35.4 (Serra do Homem de Pedra)

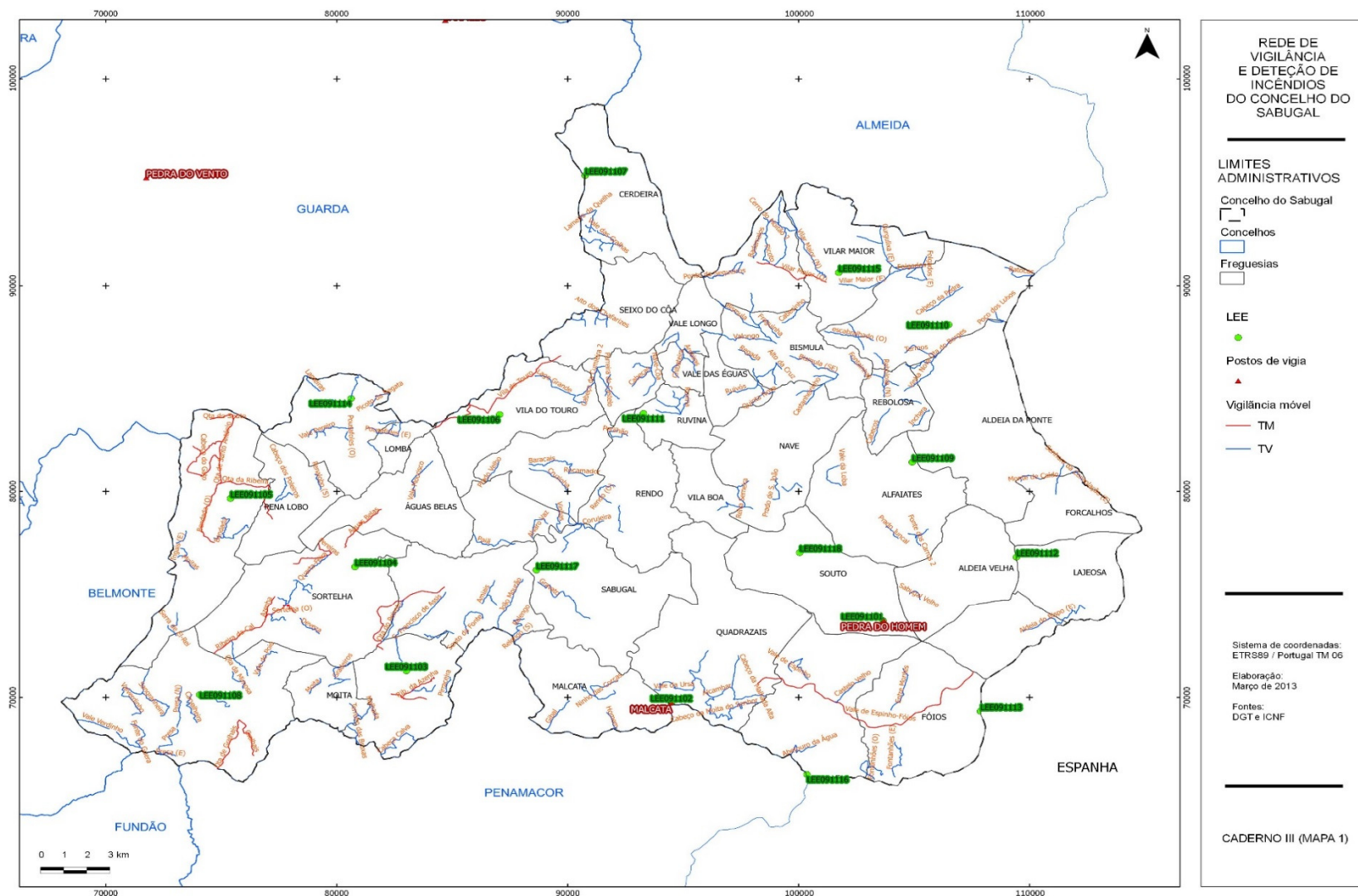
Convém salientar que certas zonas do concelho não são diretamente visíveis por qualquer posto de vigia devido à existência de vales bastante declivosos.

A rede de vigilância e deteção de incêndios inclui, para além da rede de vigilância fixa, composta pela Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), a rede de vigilância móvel, composta por trilhos de vigilância e por troços especiais de vigilância móvel.

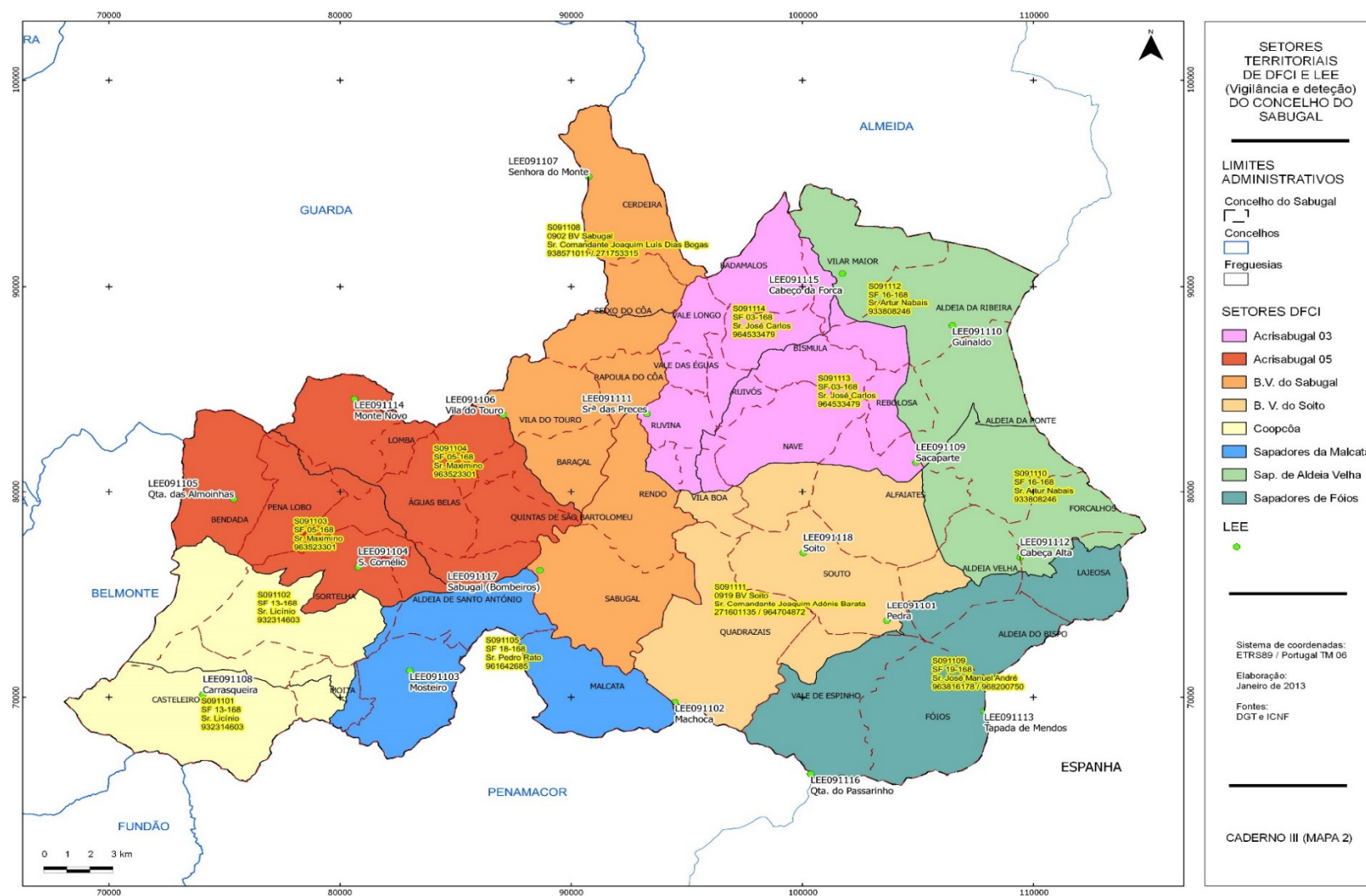
Entende-se por **trilhos de vigilância (TV)** os caminhos pedestres, equestres ou apenas acessíveis a veículos todo-o-terreno de duas rodas, não incluídos na RVF, passíveis de utilização em ações de vigilância, deteção e dissuasão de incêndios florestais.

Os **troços especiais de vigilância móvel (TM)** consistem em troços da RVF fundamental identificados como estratégicos para as redes de vigilância móvel, complementando as ações de vigilância, deteção e dissuasão no âmbito da RNPV e dos LEE.

Mapa 1 – Rede de Vigilância e deteção de incêndios do concelho do Sabugal



Mapa 2 – Setores territoriais de DFCl e LEE – Vigilância e deteção



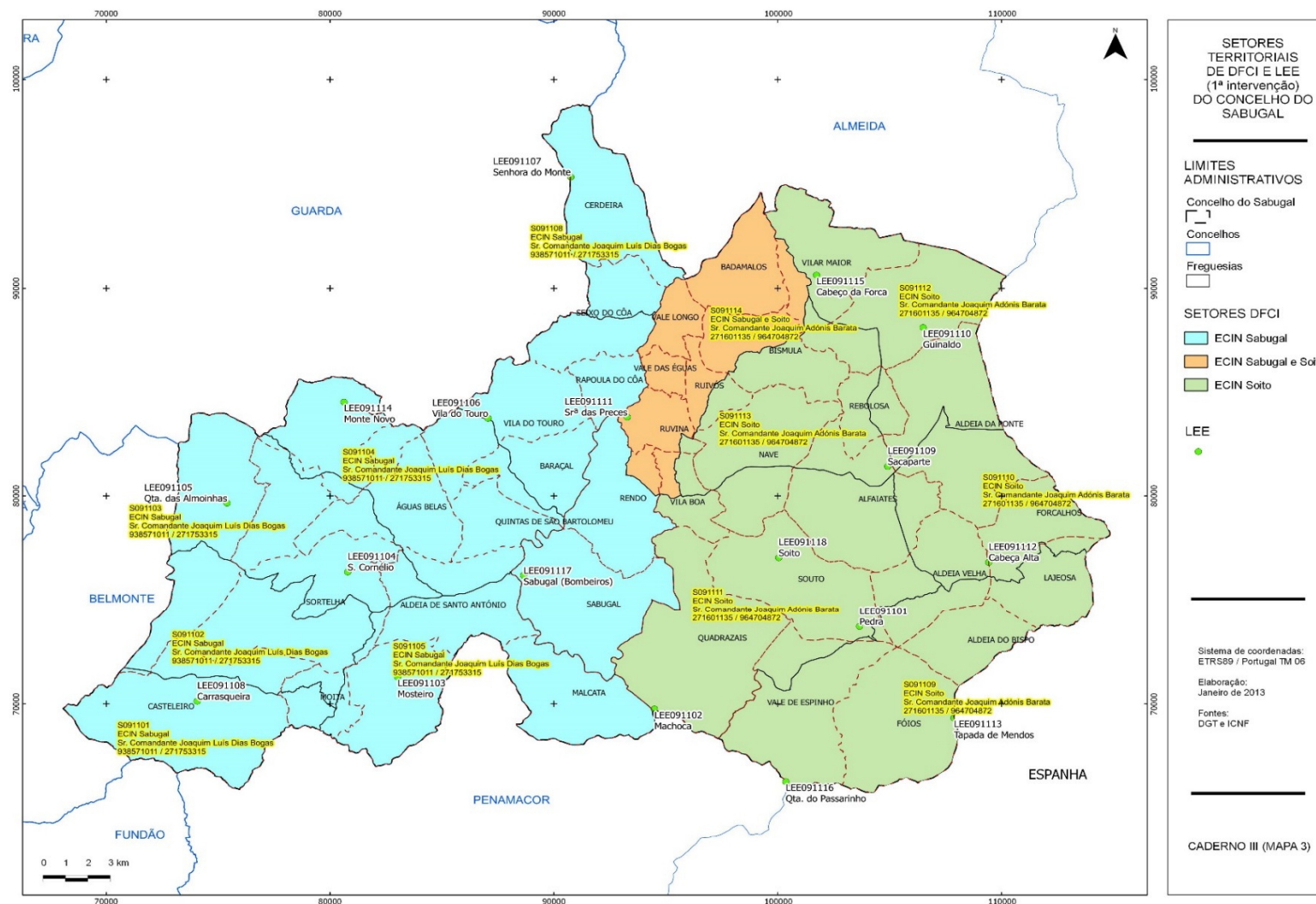
3.2 Setores Territoriais de DFCl e LEE – 1ª Intervenção

A 1ª intervenção em fogos florestais é de extrema importância, pois quanto mais cedo e eficazmente se intervencionar um foco de fogo, maior será a probabilidade de evitar a sua evolução para um incêndio florestal, ou seja, um foco de grandes proporções e descontrolado.

Os fatores de sucesso intrínsecos à 1ª intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de meios (que se realize nos 20 minutos após a ocorrência do incêndio) devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

As ações de 1ª intervenção, numa organização de cariz municipal, deverão ser desenvolvidas prioritariamente pelos agentes posicionados no terreno. A colaboração nas ações de vigilância e deteção, deverão atuar e estar o mais próximo do início das ignições, nomeadamente os corpos de bombeiros, as equipas de sapadores florestais e outros elementos presentes no terreno.

Mapa 3 – Setores territoriais de DFCl e LEE – 1ª Intervenção



3.3 Setores Territoriais de DFCI e LEE – Combate

Para o sucesso de qualquer operação de combate, a capacidade e o tempo de resposta no uso dos meios terrestres e a utilização de estratégias que envolvam capacidade de previsão e de intervenção indireta por pessoal e máquinas são fundamentais.

O combate é efetuado pelas duas corporações de bombeiros existentes no concelho, os **Bombeiros Voluntários do Sabugal** e os **Bombeiros Voluntários do Soito**.

Durante o Verão, as corporações integram os ECI (Equipas de Combate a Incêndios). Os ECI assumem uma importância fundamental no combate precoce às chamas, possibilitando caso chegue rapidamente ao local da ocorrência, o controle eficaz e a minimização das áreas ardidas.

3.4 Setores Territoriais de DFCI e LEE – Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

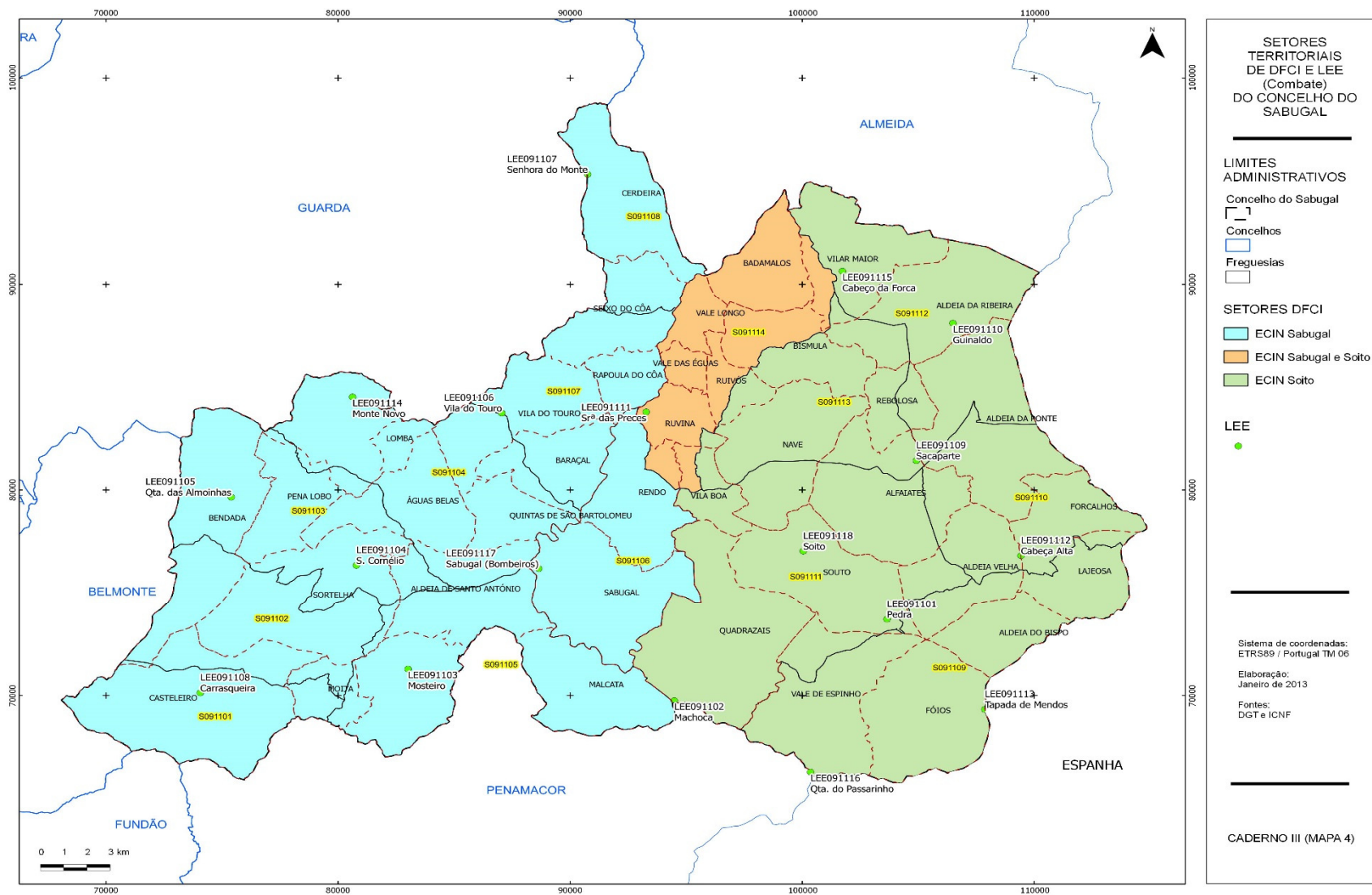
O Rescaldo é uma fase crucial do combate pelo que, o responsável da operação tem de garantir a sua correta e eficaz execução, devendo ser efetuado cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A equipa que estiver a efetuar o rescaldo, só abandona o local depois de assegurar que eliminou toda a combustão na área ardida, ou que, o material em combustão se encontra devidamente isolado e circunscrito, como tal não constituindo perigo de reacendimento.

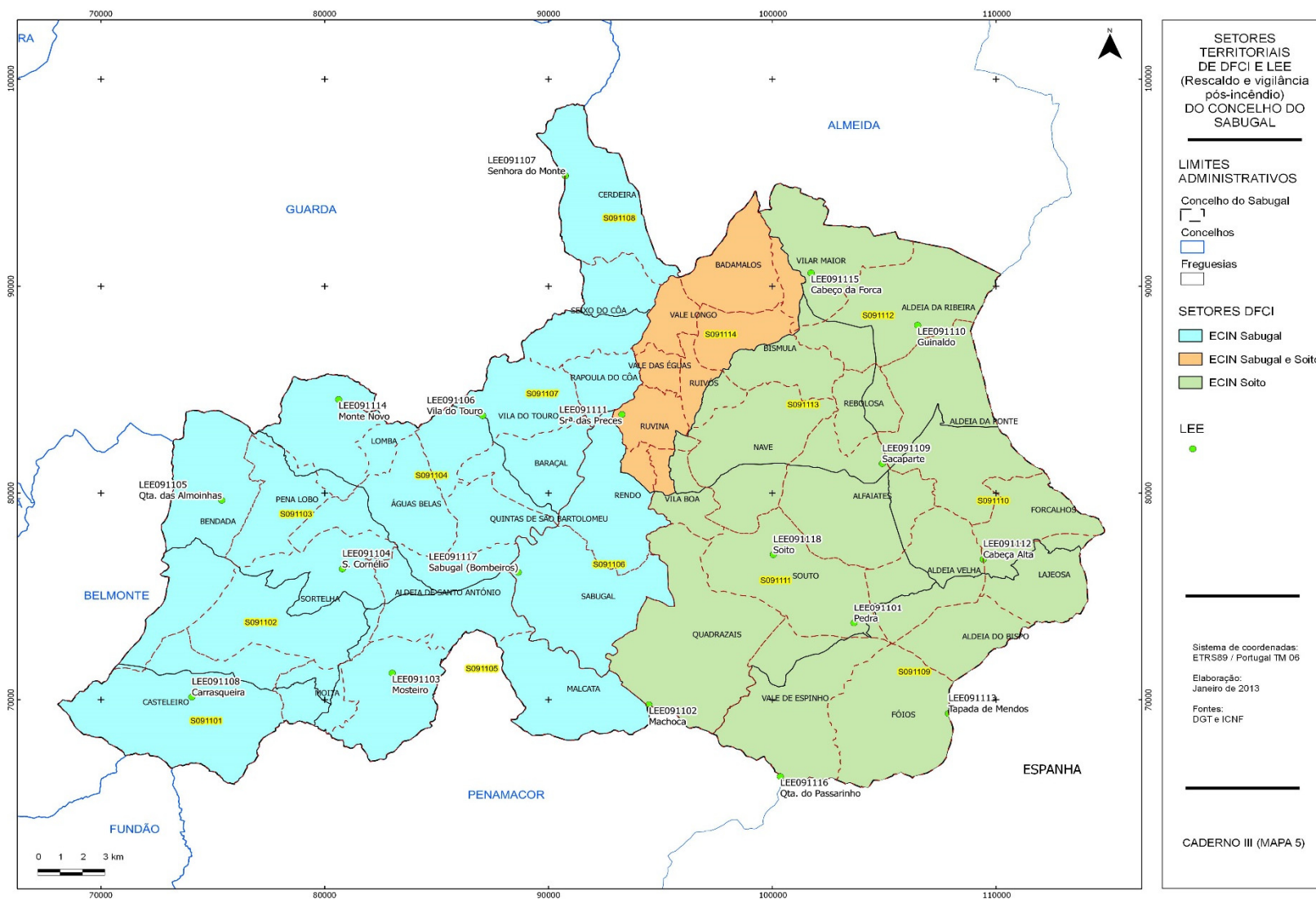
Atualmente, o rescaldo após a ocorrência do incêndio é efetuado pelos bombeiros e pelos sapadores florestais. Os vigilantes da natureza também colaboram nesta operação, se for na área de intervenção da Reserva Natural da Serra da Malcata.

A vigilância pós-incêndio deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presentes no Teatro de Operações (TO) de modo a poder ser possível intervir rapidamente em situações de eventuais reacendimentos. Existindo no terreno Equipas de sapadores Florestais ou as Equipas da Proteção Civil Municipal, desde que requisitados pelo Comandante de Operações de Socorro, estas garantirão a vigilância pós-incêndio até que se certifique não existirem sinais de atividade de combustão.

Mapa 4 – Setores territoriais de DFCI e LEE – Combate



Mapa 5 – Setores territoriais de DFCI e LEE – Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio



3.5 Cartografia de Apoio à Decisão

A representação cartográfica das redes DFCl constitui uma importante ferramenta de apoio às operações de, 1ª intervenção, combate e rescaldo, procurando aumentar os níveis de segurança dos intervenientes nessas operações.

A cartografia de apoio à decisão, deve ser simples expedita, precisa e de fácil leitura, de forma a permitir aumentar a eficiência das ações contempladas, contribuindo para as comunicações e uniformizando a linguagem entre as diversas entidades envolvidas – ICNF, ANPC, GNR, Câmara Municipal, Organizações de produtores florestais, sapadores florestais, etc.

Esta cartografia contém informação relevante, nomeadamente:

- Área de regime florestal
- Interface urbano/espço florestal, com descrição da FGC com intervenção em 2013
- Na gestão de combustível, encontramos a rede 1ª e os mosaicos de gestão de combustíveis executados em 2013
- Rede viária florestal operacional por tipologia de veículo
- Rede viária florestal inoperacional/não classificada
- Rede pontos de água operacional diferenciada pelas classes Aéreos, Mistos, Terrestres (estruturas de armazenamento de água, planos de água e tomadas de água)
- Pontos potenciais de perigo, como sendo a título de Ex: aterros sanitário, lixeira, bomba de combustível, depósito de gás, pedreiras, etc.
- Zonas de oportunidade no apoio ao combate, como sendo a título de Ex: linhas de água permanentes, zonas de espécies folhosas, afloramentos rochosos, etc. por serem de extrema importância, na medida em que estão associadas a alterações no comportamento do fogo.
- Áreas ardidas registadas no último ano, superiores a 5ha

